



SCDF

Cadernos do Desenvolvimento Fluminense

Rio de cultura: a baixada fluminense
na cena cultural

Edição Eletrônica
Número 30, 2025
ISSN: 2317-6539

Catálogo na Publicação elaborada por:
Geane Grangeiro – CRB7/7232

Cadernos do desenvolvimento fluminense / Fundação CEPERJ.

n. 30 (jul./dez. - 2025). Rio de Janeiro: CEPERJ, 2025.

Publicação semestral: il.

Rio de Cultura: A Baixada Fluminense na Cena Cultural

Dossiê I Cultura BXD: As dimensões da cultura na Baixada Fluminense.

ISSN: 2317-6539 (versão online)

Do v.1 ao v.7, 2013-2015, editada pela Fundação CEPERJ. Do v.8 ao v.17, 2015-2019, editada pelo Instituto Pereira Passos (IPP). Atualmente editada pela Fundação CEPERJ e pela UERJ. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf>

1. Rio de Janeiro. 2. Desenvolvimento. 3. Socioeconomia. 4. Multidisciplinar. I. Título.

**Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de
Servidores do Rio de Janeiro – CEPERJ**

Presidente

Izabel Maria Brito Tolêdo

Vice-presidente

Marcelo Cardoso Magalhaes

Diretor da Escola de Gestão e Políticas Públicas (EGPP/CEPERJ)

Paulo Cezar Oliveira Junior

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Reitora

Gulnar Azevedo e Silva

Vice-reitor

Bruno Rego Deusdará

Diretor do Centro de Estudos Estratégicos e Desenvolvimento (UERJ)

Florianio José Godinho de Oliveira

Equipe Editorial

Conselho Executivo - CEPERJ / UERJ

Izabel Maria Brito Toledo, Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, Brasil

Gulnar Azevedo e Silva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Floriano Jose Godinho de Oliveira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Nathalia Emygdia de Andrade, Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, Brasil

Editor-chefe

Rodrigo Siqueira Rodriguez, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Editores Científicos

Floriano Jose Godinho de Oliveira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Nathalia Emygdia de Andrade, Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, Brasil

Mauro Osório da Silva, Fórum dos Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro (Friperj), Brasil

Conselho Científico

Adair Leonardo Rocha, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

André dos Santos Rocha, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

André Luiz de Figueiredo Lázaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

André Luiz Azevedo Guedes, Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, Brasil

Bruno Leonardo Barth Sobral, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Carlos Antonio Brandão, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Eduardo Duprat Ferreira de Mello, Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, Brasil

Elias Marco Khalil Jabbour, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Fabiano Santos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Gaudêncio Frigotto, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Gláucio José Marafon, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Gulnar Azevedo e Silva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Heitor Soares Mendes, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Helena Maria Martins Lastres, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Joilson de Assis Cabral, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Jorge Nogueira de Paiva Britto, Universidade Federal Fluminense, Brasil

José Luís Vianna da Cruz, Universidade Cândido Mendes, Brasil

Leandro Bruno Santos, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Lia Hasenclever, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Luís Fernando Valverde Salandía, Instituto Pereira Passos, Brasil
Luiz Melo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Maria Alice Rezende de Carvalho, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil
Maria Helena Versiani, Instituto Brasileiro de Museus, Brasil
Maria Lucia Teixeira Werneck Vianna, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Marieta de Moraes Ferreira, Fundação Getúlio Vargas, Brasil
Mauro Osório da Silva, Fórum dos Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro (Friperj), Brasil
Miguel Antônio Pinho Bruno, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Brasil
Nelson de Castro Senra, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Brasil
Paulo Alcântara, Universidade Cândido Mendes, Brasil
Paulo de Martino Jannuzzi, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Brasil
Paulo Knauss Mendonça, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Regina Helena Tunes, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Renata Lèbre La Rovere, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Roberto de Andrade Medronho, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Roberto Rodriguez Doria, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Roberto Moraes Pessanha, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Brasil
Roberto Rodriguez Doria, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Robson Dias da Silva, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Rodrigo Siqueira Rodriguez, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Romeu e Silva Neto, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Brasil
Sergio Ferraz Magalhães, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Silvia Ramos, Universidade Cândido Mendes, Brasil
Vivian Cristina da Silva Zampa, Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Salgado de Oliveira, Brasil
Waldeck Carneiro da Silva, Universidade Federal Fluminense, Brasil

Editoria Executiva

Geane Silva Grangeiro dos Santos, Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, Brasil

Estagiários

Luísa da Rocha Canazarro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Maria Eduarda dos Santos Gonçalves, Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, Brasil

Composição, design e diagramação

Monique Virginia da Silva, Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, Brasil

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	08
<i>Os editores</i>	

APRESENTAÇÃO.....	11
<i>Bruno Nogueira Ferreira Borja, João Guerreiro Mendes, Nielson Bezerra</i>	

Artigos

EMENDAS IMPOSITIVAS: SUA CONTRIBUIÇÃO NO CUMPRIMENTO DAS METAS EDUCACIONAIS DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES E À GARANTIA DE DIREITOS NO ÂMBITO DA SEEDUC RJ.....	16
<i>Waldir Jorge Ladeira dos Santos, Lincon Pereira de Azevedo, Gisela da Silva Machado, Lidiane Jordão de O. Barros</i>	

DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ANÁLISE COM INDICADORES MULTIDIMENSIONAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 2010.....	34
<i>Caroline Miranda Alves de Souza, Lia Hasenclever, Fábio Freitas da Silva</i>	

A POBREZA RURAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2023).....	56
<i>Joseane de Souza, Georgia Maria Manguiera de Almeida, Laila de Souza Gomes Pessanha, William dos Santos Melo</i>	

APAGAMENTO E HISTÓRIA: GEORGE MARCH E O MITO DA FUNDAÇÃO DE TERESÓPOLIS.....	78
<i>Valdir Eduardo Ribeiro Junior, Luan Viana Damazio</i>	

PERSPECTIVAS DE CRIAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE RENDA BÁSICA NO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO A ÓTICA DOS CARIOCAS.....	112
<i>Jimmy Medeiros, José Antônio Perez Rojas Mariano de Azevedo, Philippe Guedon, Mario Luiz Soares Pinto Filho</i>	

IDENTIDADES CULTURAIS NA BAIXADA FLUMINENSE: REFERÊNCIAS PROFUNDAS DAS “RAÍZES QUE FICAM”.....	135
<i>Eliana Santos da Silva Laurentino</i>	

O RECÔNCAVO DA GUANABARA E A BAIXADA FLUMINENSE: ALGUMAS CARTOGRAFIAS CULTURAIS.....	154
<i>João Guerreiro</i>	

A CENA AUDIOVISUAL BXD: DESLOCAMENTOS SIMBÓLICOS E CRIAÇÃO DE NOVOS SENTIDOS DE TERRITÓRIO.....	173
<i>Adriana Carneiro de Souza, Beatriz Akemi Takeiti</i>	

“MAIS DO QUE BOTAR UM FILME PRA RODAR”: UM OLHAR ETNOGRÁFICO SOBRE UMA NOITE DE CINECLUBE EM CAXIAS.....	194
<i>Renata da Silva Melo</i>	

CINEMA DE PEDREIRO.....	214
<i>Cíntia de Aguiar Lima</i>	
A ARTE QUE BROTA DA MARGEM: AS PRODUÇÕES DOS ARTISTAS BXD E “DA BF” - ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE.....	231
<i>Lilian Angélica da Silva Souza, Letícia Silva de Abreu Lilian</i>	
ZÉ MATUTO MATUTOU MATUTOU: A BAIXADA DE DRAMAS E DE MÚSICAS NACIONAIS PELA TRADIÇÃO DO FORRÓ PÉ DE SERRA.....	252
<i>Dalton Rodrigues Franco</i>	
A SEQUÊNCIA DIDÁTICA COMO ESTRATÉGIA METODOLÓGICA PARA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: REFLEXÕES SOBRE MEMÓRIA ANCESTRAL E O SAMABAQUI DE SÃO BENTO EM DUQUE DE CAXIAS.....	270
<i>Tatiane de Oliveira Pinto, Gabrielle Silva Sousa</i>	
ENTRE O SANTO PADROEIRO E A EDUCAÇÃO: A CULTURA JUNINA NA CIDADE DE DUQUE DE CAXIAS.....	290
<i>Andressa Monteiro de Carvalho, Renata de Almeida Oliveira</i>	
PANORAMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA NA BAIXADA FLUMINENSE 2018-2024: ORÇAMENTOS MUNICIPAIS E INDICADORES CULTURAIS.....	307
<i>Bruno Nogueira Ferreira Borja, Bruno Souza Duarte Lima, Camila Eller Gomes</i>	

EDITORIAL

A *Revista Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, uma parceria entre a Fundação Centro Estadual de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), publica sua edição de número 30 intitulada *Rio de Cultura: a baixada fluminense na cena cultural*, com ênfase na abordagem territorializada da cultura no Estado do Rio de Janeiro.

Nesta edição, apresentamos o dossiê Cultura BXD: as dimensões da cultura na Baixada Fluminense, organizado por Bruno Borja (UFRRJ – Nova Iguaçu), João Guerreiro (IFRJ – Nilópolis) e Nielson Bezerra (FEBF/UERJ – Duque de Caxias). O dossiê reúne uma rica seleção de artigos que iluminam as múltiplas expressões culturais da Baixada, evidenciando suas dinâmicas, disputas, práticas, identidades e formas de resistência nas cidades que compõem esse território tão diverso e criativo.

Além do dossiê, esta edição apresenta artigos que exploram temas centrais para o desenvolvimento fluminense a partir de abordagens distintas e complementares. O artigo *Emendas impositivas: sua contribuição no cumprimento das metas educacionais de combate às desigualdades e à garantia de direitos no âmbito da SEEDUC RJ*, de Waldir Ladeira, Lincon Azevedo, Gisela Machado e Lidiane Jordão, analisa o papel das emendas parlamentares impositivas após a Emenda Constitucional nº 97/2023. Com base em dados do PPA 2024-2027 e da execução orçamentária, o artigo mostra que, apesar do volume reduzido de recursos, houve avanços importantes, como a ampliação de ações voltadas a estudantes com necessidades especiais. O estudo contribui para compreender como o Legislativo estadual pode influenciar de forma efetiva políticas educacionais voltadas à equidade e ao enfrentamento das desigualdades.

Em *Desenvolvimento regional: uma análise com indicadores multidimensionais do Estado do Rio de Janeiro em 2010*, Caroline Miranda, Lia Hasenclever e Fábio Freitas adotam uma abordagem ampliada de desenvolvimento ao comparar os 92 municípios fluminenses a partir de indicadores econômicos, sociais e ambientais. O estudo demonstra que o bom desempenho econômico não necessariamente se traduz em melhores condições de vida, reforçando a insuficiência de visões tradicionais baseadas apenas em renda, emprego, saúde ou educação. Ao incorporar desigualdades de dotação de fatores e uma

dimensão ambiental, os autores revelam um quadro territorial mais complexo e oferecem subsídios para políticas de desenvolvimento mais integradas e sustentáveis.

O artigo *A pobreza rural no Estado do Rio de Janeiro* (2023), de Joseane Souza, Georgia Maria Manguiera de Almeida, Laila de Souza Gomes Pessanha e William dos Santos Melo, examina o perfil socioeconômico da população rural pobre e extremamente pobre no estado, a partir dos microdados da PNADC. Os resultados mostram que a pobreza rural permanece elevada — especialmente na Região Metropolitana — e segue padrões seletivos de gênero, idade, raça/cor e escolaridade. Ao estimar mais de 17 mil indigentes e quase 110 mil pobres no meio rural fluminense, o estudo reforça que romper o ciclo da pobreza depende de políticas articuladas de desenvolvimento territorial, com destaque para a centralidade das políticas educacionais.

Em *Apagamento e história: George March e o mito da fundação de Teresópolis*, Valdir Eduardo Ribeiro Junior e Luan Viana Damazio investigam criticamente as narrativas tradicionais sobre a fundação da cidade, centradas na figura do colonizador inglês George March. Com base na perspectiva de Walter Benjamin sobre a memória e os monumentos, os autores evidenciam como a história oficial silenciou a presença indígena e negra na ocupação da Serra dos Órgãos, assim como experiências de resistência, como o Quilombo da Serra. A partir de análise documental e crítica historiográfica, o artigo demonstra que a construção de um mito fundacional europeizado ainda repercute em políticas contemporâneas e na promoção turística da região.

Por fim, *Perspectivas de criação de uma política de renda básica no Rio de Janeiro, segundo a ótica dos cariocas*, de Jimmy Medeiros, Antônio Mariano, Philippe Guedon e Mario Luiz Soares Pinto Filho, analisa como a população da capital percebe a possível implementação do programa carioquinha, inspirado nas experiências municipais de renda básica mediadas por moedas sociais locais. A partir de dados de survey, o estudo revela amplo apoio da população à política, especialmente entre jovens e trabalhadores com inserção mais precária no mercado de trabalho. Os resultados ajudam a compreender os limites e potencialidades de uma política de transferência de renda municipal ancorada em iniciativas comunitárias já consolidadas no interior do estado.

Esses artigos refletem a diversidade temática que caracteriza a revista e dialogam com questões estruturais do desenvolvimento fluminense, abrangendo políticas sociais, desigualdades territoriais, memórias e disputas históricas, sustentabilidade, cultura e educação. Esperamos que a leitura desta edição, repleta de reflexões sobre os desafios contemporâneos do Estado do Rio de Janeiro, contribua para ampliar o debate público e fortalecer a produção de conhecimento comprometida com a transformação social. Agradecemos por sua participação na construção da Revista Cadernos do Desenvolvimento Fluminense.

Os editores

Boa leitura!

Rio de Janeiro, dezembro de 2025.

APRESENTAÇÃO

AS DIMENSÕES DA CULTURA NA BAIXADA FLUMINENSE: UM DOSSIÊ E DUAS CENAS

Organizadores:

Bruno Nogueira Ferreira Borja

 <https://orcid.org/0000-0002-4813-7001>

Correspondência: borja.bruno@gmail.com

Professor do Programa de Pós-graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade (PPGPaCS) e do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ, Nova Iguaçu). Coordenador do Observatório Baixada Cultural (OBaC-IFRJ/UFRRJ) e da Escola Popular de Artes (EPA-UFRRJ). Poeta.

João Guerreiro Mendes

Correspondência: joao.mendes@ifrj.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0003-1788-4132>

Professor do Bacharelado em Produção Cultural do IFRJ (Instituto Federal do Rio de Janeiro/Campus Nilópolis). Coordenador do Observatório Baixada Cultural (OBaC-IFRJ/UFRRJ). Membro do Conselho Estadual de Políticas Culturais (CEPC/RJ) desde 2021.

Nielson Bezerra

Correspondência: bezerranielson@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-2211-5389>

Professor Associado da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - FEBF/UERJ. Chefe do Departamento de História da FEBF-UERJ; Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Comunicação nas Periferias (PPGECC/UERJ); Coordenador do Grupo de Pesquisa e Extensão Cultural A Cor da Baixada.

Falar de cultura na Baixada Fluminense é falar de pulsão de vida vibrante em um território marcado pela periferização, imposta pelo desenvolvimento metropolitano. Uma Baixada unificada pela condição periférica na metrópole, mas diversa nos territórios, na história, na cultura. Baixada urbana e rural; Baixada vanguarda e ancestral; Baixada nos trilhos e nas matas; Baixada violenta e solidária; Baixada de contrastes e contradições. As várias dimensões da Baixada, as múltiplas dimensões da cultura.

Esse dossiê busca publicar artigos que interpretem as dimensões da cultura na Baixada Fluminense. A cultura enquanto modo de vida de determinado grupo social, modo de produção da vida material e imaterial. A cultura enquanto produção cultural, artística, estética, simbólica. A cultura enquanto meio de socialização, comunicação, linguagem, pertencimento e identidade. A dimensão econômica da cadeia produtiva da cultura, com geração de trabalho, emprego e renda. A dimensão territorial das especificidades da produção cultural local e seu potencial de desenvolvimento nos territórios. A dimensão étnico-racial da formação histórica do povo e de suas expressões

culturais contemporâneas. As políticas culturais e a gestão pública municipal na região. O patrimônio cultural, seu vínculo com a memória e a identidade, e as políticas de educação patrimonial. A formação em arte e cultura, através de experiências em escolas, universidades, organizações comunitárias, espaços formais e não formais de educação. A organização do movimento social da cultura, dos movimentos artísticos, sua estética e sua política, arte pública, arte urbana, arte de rua. Cultura BXD.

Duas cenas da cultura na Baixada Fluminense

Ao tratar das dimensões da cultura na Baixada Fluminense, podemos pensar em duas cenas, que se tocam, se entrelaçam e caminham lado a lado. Em primeiro plano, a cena cultural propriamente dita, com suas tendências presentes na produção artística, na construção de identidade, na política cultural, nas mais diversas práticas e formas de atuação de fazedores e fazedoras de cultura no território. Em segundo plano, a pesquisa acadêmica sobre essa cena cultural, uma metalinguagem que, ao pesquisar a cena cultural, constrói sua dimensão de produção de conhecimento acadêmico socialmente referenciado no território. A produção de conhecimento, como produção de autoconhecimento, também compõe uma das dimensões da cultura. Nesse sentido, essas duas cenas – a cultura e a pesquisa acadêmica sobre a cultura – contribuem, cada uma ao seu modo, para formar a identidade cultural da Baixada Fluminense.

Afinal, um tema recorrente nas pesquisas é a construção identitária em um território historicamente periferizado e estigmatizado pela cultura hegemônica da metrópole, especialmente nos meios de comunicação de massa. Se afirmar da Baixada, da BF ou da BXD carrega muito significado, por vezes ainda com viés negativo, mas que tem sido objeto de intensa ressignificação no tempo presente. Desde a busca das raízes ancestrais do território, passando pelos processos migratórios, até à atual geração de jovens artistas que carrega a Baixada no nome. A construção e a afirmação de uma identidade cultural própria são questões centrais no território.

Alguns temas de pesquisa explicitam a potência da produção cultural em seus segmentos específicos, como, por exemplo, a força da produção audiovisual na região. Com um movimento cineclubista de longa data e tradição, a Baixada Fluminense se destaca na produção de cinema independente e na invenção de circuitos alternativos de distribuição, em espaços não formais de exibição cinematográfica. Movimento impulsionado nos últimos anos pelas leis federais de cultura, especialmente pela Lei

Paulo Gustavo, que direcionou recursos federais para estados e municípios implementarem políticas culturais focadas no audiovisual.

Para além do cinema e audiovisual, há toda uma produção cultural complexa e diversificada na Baixada, envolvendo muitos coletivos artísticos, centros culturais e equipamentos comunitários. Mapear essa produção é um esforço que tem sido feito em vários centros de pesquisa locais, num jogo entre a cena cultural e a cena acadêmica. São diferentes linguagens artísticas sendo desenvolvidas em conexão com o território, apresentando especificidades estéticas, políticas, étnico-raciais, de gênero e sexualidade, criando a partir de referenciais próprios da Baixada.

Desde a pandemia, essa cena cultural tem sido impulsionada por políticas públicas de cultura dos municípios e do estado do Rio de Janeiro. Apesar da grande crise da pandemia, com isolamento social e proibição das atividades coletivas presenciais, a proposição de uma série de leis federais de cultura, abriu uma nova época para a cultura também na Baixada. A Lei Aldir Blanc, em 2020, e a Lei Paulo Gustavo e a Política Nacional Aldir Blanc, ambas em 2022, descentralizaram recursos federais para estados e municípios executarem políticas culturais territorializadas. Essas políticas promoveram grande crescimento da produção cultural local, e com ela, como seu pano de fundo, incentivaram o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas sobre a cultura na Baixada, reativando essas duas cenas da cultura BXD.

Essas pesquisas têm sido desenvolvidas em uma rede de instituições de pesquisa e ensino superior, composta majoritariamente por instituições públicas, que interliga pesquisadores e pesquisadoras atuantes na região. A busca por fazer pesquisas socialmente referenciadas, em instituições com ação territorializada, é a marca da atual cena acadêmica na Baixada Fluminense.

Essa rede de pesquisa mobiliza diversas instituições com campus na região, dentre elas: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) em Nova Iguaçu e Seropédica; Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), com a Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF) em Duque de Caxias; Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), com seus seis campi na Baixada: Belford Roxo, Duque de Caxias, Mesquita, Nilópolis, Paracambi, São João de Meriti; Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), em Nova Iguaçu e Itaguaí; Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em Duque de Caxias; Universidade do Grande Rio (Unigranrio), em Duque de Caxias e Nova Iguaçu, dentre outras universidades e faculdades privadas da região.

Esse circuito de produção de conhecimento socialmente referenciado, próprio da Baixada Fluminense, se organiza em grupos de pesquisa, projeto de extensão e programas de pós-graduação sediados nos campi dessas instituições, viabilizando a formação e a atuação continuada de pesquisadores e pesquisadoras locais. Com a recente expansão das instituições públicas de ensino superior na região, foi ampliada a possibilidade de formar intelectuais orgânicos da Baixada Fluminense, isto é, pessoas que são organizadoras da cultura no território, e que fazem isso a partir de uma produção cultural amparada pela pesquisa acadêmica – mais um entrelaçamento entre cena cultural e cena acadêmica.

Um dossiê cultura BXD

A cultura da Baixada Fluminense é condutor político de emancipação econômica e reificação de identidades em condição dialógica entre as diferenças raciais, sociais e econômicas. As tensões também são experiências vividas e partilhadas envolvendo múltiplos processos, desafios e possibilidades de se compreender a diversidade. Talvez, uma síntese para se pensar o processo de urbanização do Brasil através de suas periferias, que pulsam cultura ao mesmo tempo que resistem às políticas de violência e reivindicam direitos políticos para uma parcela da população brasileira que historicamente foi alijada dos projetos e dos rumos estabelecidos para o país. Desse modo, a diversidade de temas, concepções teóricas e abordagens metodológicas apresentadas nos artigos não é aleatória, mas uma tentativa de abarcar a multiplicidade que a cultura da Baixada Fluminense nos convida a contemplar, elaborando novas reflexões para que possamos sugerir novas perspectivas de identidades e territórios.

Entre os 10 artigos selecionados para esse dossiê, destaca-se um primeiro grupo de textos que está voltado para pensar as cartografias, as experiências e as diferentes leituras de identidades da Baixada Fluminense, dos quais é possível pensar uma dinâmica de pertencimento através do cotidiano, muitas vezes traçado ou tracejado por manifestações religiosas, mas que são, em muitos casos, sobretudo, experiências coletivas de partilha e de sobrevivência. A cultura da Baixada Fluminense muitas vezes é formada por deslocamentos demográficos que também provocaram deslocamentos culturais que, ao serem ressignificados pela cena acadêmica, podem ser percebidos como possibilidade de leituras de identidades do território.

Um segundo conjunto está nas expressões culturais, marcadas por estratégias coletivas de produção, organização e circulação de cultura. A produção cultural na

Baixada é, em primeiro lugar, uma produção comunitária. As faces empresariais da produção cultural da Baixada Fluminense ainda têm um longo percurso para oferecer condições de trabalho e remuneração adequadas para produtores e artistas periféricos. Quando o recurso econômico não é a principal razão para a produção cultural, é preciso olhar para o pertencimento, um signo comunitário, o desejo de fazer e pertencer à cena cultural, mesmo que ela ainda não tenha sido vista pela cena acadêmica. Nesse sentido, os artigos sobre a produção audiovisual na BXD são bons exemplos para se perceber como a produção comunitária tem revolucionado a produção cinematográfica a partir das periferias.

Por último, um terceiro conjunto de artigos onde é possível perceber um diálogo entre cultura, educação e políticas públicas. A cultura nas periferias sempre teve os espaços educativos como palco e cenário para suas formulações e apresentações. Em tempos de difusão e aceleração das políticas públicas nos territórios de periferias, na Baixada Fluminense a produção e a circulação cultural encontram na educação um lugar de profundo diálogo, onde é possível desaguar as expressões artísticas e as experiências identitárias formuladas e percebidas pela cena cultural. Assim, aqui há um esforço de organizar, pelo menos em parte, a cena acadêmica que tem olhado e tentado interpretar a multiplicidade de movimentos da cultura BXD.

Para além dos interesses de pesquisa mais em voga no momento, um chamado para um dossiê com temática específica como esse, sempre nos dá a possibilidade de mapear quem são as/os pesquisadoras/es do campo. Antes de terminar essa breve apresentação, gostaríamos de marcar aqui um ponto fundamental: os 10 artigos que compõem este dossiê foram escritos por 16 autoras/es, sendo 12 mulheres e 4 homens. A presença das mulheres na cultura e na produção de conhecimento sobre a cultura na Baixada Fluminense é uma realidade presente e pulsante. Este dossiê reflete isso, com seus 75% de autoras mulheres, com destaque para as jovens pesquisadoras com formação no território, como intelectuais emergentes na região.

Aproveitamos aqui para agradecer às autoras/es, pareceristas e revisoras/es pelo trabalho empreendido na realização deste dossiê. De igual modo, agradecemos ao editor Rodrigo Rodriguez pela proposta temática e pelo trabalho cuidadoso na edição deste número da revista Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, com todo zelo e compromisso que a cultura da Baixada merece.

EMENDAS IMPOSITIVAS: SUA CONTRIBUIÇÃO NO CUMPRIMENTO DAS METAS EDUCACIONAIS DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES E À GARANTIA DE DIREITOS NO ÂMBITO DA SEEDUC RJ

MANDATORY AMENDMENTS: THEIR CONTRIBUTION TO ACHIEVING EDUCATIONAL GOALS IN COMBATING INEQUALITIES AND GUARANTEEING RIGHTS WITHIN THE SCOPE OF SEEDUC RJ

Waldir Jorge Ladeira dos Santos

 <https://orcid.org/0000-0002-7355-6769>

Correspondência: waldir.santos@uerj.br

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Lincon Pereira de Azevedo

 <https://orcid.org/0009-0007-1972-2934>

Correspondência: lincon.contador@gmail.com

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil.

Gisela da Silva Machado

 <https://orcid.org/0009-0008-0585-1783>

Correspondência: gisela.s.machado@gmail.com

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Lidiane Jordão de O. Barros

 <https://orcid.org/0009-0005-4786-2219>

Correspondência: lidirio@gmail.com

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

DOI: 10.12957/cdf.2025.92288

Recebido em: 11 jun. 2025 | **Aceito em:** 17 set. 2025

RESUMO

Este artigo analisa a influência das emendas parlamentares impositivas nas políticas públicas de educação no Estado do Rio de Janeiro, com ênfase nas ações da Secretaria de Educação (SEEDUC RJ). A pesquisa parte da recente mudança legal trazida pela Emenda Constitucional nº 97/2023, que ampliou o poder dos deputados estaduais na destinação de recursos orçamentários, com parte obrigatória alocada na área da educação. Diante da escassez de estudos sobre os efeitos práticos dessa nova configuração orçamentária, busca-se compreender se tais recursos estão sendo aplicados de maneira eficiente, se contribuem para o cumprimento do índice



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons BY 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.

constitucional mínimo de investimento em educação e se fortalecem as políticas públicas voltadas à redução de desigualdades e à garantia de direitos educacionais. Utilizando dados do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 e informações de execução orçamentária, os resultados apontam que, mesmo com menor volume de recursos em comparação ao ano anterior, houve ampliação do atendimento a alunos com necessidades especiais e ações inclusivas, sugerindo que o direcionamento estratégico dos recursos públicos pode gerar impactos relevantes. A discussão é estruturada em torno de três eixos principais: o marco teórico e jurídico das emendas impositivas, a análise dos dados empíricos relacionados à sua execução, e a avaliação dos resultados à luz dos objetivos constitucionais, contribuindo assim para o debate sobre a atuação do legislativo estadual na promoção da equidade educacional.

Palavras-chave: emendas impositivas; educação; políticas públicas; desigualdade.

ABSTRACT

This article analyzes the influence of mandatory parliamentary amendments on public education policies in the state of Rio de Janeiro, focusing on the actions of the State Department of Education (SEEDUC RJ). Triggered by the recent legal changes introduced by Constitutional Amendment No. 97/2023—which expanded the authority of state legislators to allocate a portion of the budget mandatorily to education—this study addresses a gap in the literature by investigating whether these resources are being efficiently used, whether they contribute to meeting the constitutionally mandated investment minimum, and whether they strengthen public policies aimed at reducing inequalities and ensuring educational rights. Using data from the Multi-Year Plan (PPA) 2024–2027 and budget execution reports, the findings indicate that even with fewer resources compared to the previous year, a greater number of students with special needs and those involved in inclusive initiatives were reached. This suggests that strategic allocation of public funds can generate significant results. The article is organized into three main sections: the theoretical and legal foundations of mandatory amendments, the analysis of empirical data related to their execution, and a discussion of the outcomes based on constitutional goals—contributing to the broader debate on legislative participation in advancing equity in education.

Keywords: mandatory amendments; education; public policies; inequality.

1 INTRODUÇÃO

A execução orçamentária no Estado do Rio de Janeiro é regida por um complexo conjunto de normas constitucionais e infraconstitucionais que buscam garantir a alocação dos recursos públicos de forma planejada e transparente. Entre os diversos mecanismos de participação no processo orçamentário, destacam-se as emendas parlamentares impositivas, que representam uma forma de atuação direta do poder legislativo na alocação de recursos públicos. A partir da Emenda Constitucional nº 97/2023, essas emendas passaram a ter caráter impositivo, obrigando o Poder Executivo a executá-las

até o limite de 0,37% da receita líquida de impostos prevista, dos quais 30% desse montante são destinados obrigatoriamente à área da educação (Rio de Janeiro, 2023).

A institucionalização dessas emendas impositivas alterou a dinâmica da alocação orçamentária, ao garantir aos parlamentares a possibilidade de direcionar recursos a partir de demandas locais, aproximando-os de seus eleitores. Contudo, essa mudança também levantou preocupações quanto à eficiência na aplicação dos recursos e a contribuição dessa redistribuição sobre o cumprimento das metas preestabelecidas, especialmente aquelas relacionadas aos investimentos mínimos na área de educação. Tal percentual mínimo é garantia constitucional voltada à promoção de direitos sociais fundamentais e, por isso, seu alcance deve ser continuamente monitorado e avaliado.

Apesar da relevância do tema, por ser um objeto relativamente novo, ainda são escassos os estudos que analisam a efetividade da execução dessas emendas e os desdobramentos práticos do seu direcionamento sobre os índices constitucionais e os indicadores de metas educacionais. Sendo assim é necessário compreender se as propostas indicadas pelos parlamentares têm sido efetivamente executadas e se estão alinhadas às necessidades coletivas e aos compromissos legais do Estado do Rio de Janeiro.

Neste contexto, este artigo tem como objetivo geral analisar a contribuição das emendas constitucionais impositivas no cumprimento do índice constitucional mínimo e dos indicadores de metas de políticas públicas voltadas para o combate às desigualdades e à garantia de direitos, com foco na área de educação, especificamente na Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Para tanto, a pesquisa utilizará uma abordagem qualitativa e quantitativa, por meio da revisão de literatura e da análise de dados sobre a execução orçamentária de emendas parlamentares impositivas considerando as iniciativas constantes no Plano Plurianual 2024-2027.

A relevância deste estudo se dá pela possibilidade de ampliar a compreensão sobre a relação entre a atuação do legislativo no orçamento e a sua contribuição para as políticas públicas, proporcionando o debate sobre o equilíbrio entre autonomia legislativa, planejamento estatal e responsabilidade fiscal. O artigo está estruturado em três partes: a primeira apresenta a metodologia de análise e os fundamentos teóricos e jurídicos das emendas impositivas; a segunda aborda os dados empíricos coletados e; a terceira discute os resultados com base nos objetivos constitucionais e na execução orçamentária.

2 METODOLOGIA

A pesquisa adotará uma abordagem qualitativa e quantitativa, de caráter descritivo e exploratório. O estudo será desenvolvido em duas frentes: uma revisão de literatura e uma análise de dados públicos.

Na primeira etapa, será realizada uma revisão bibliográfica sobre as emendas constitucionais impositivas, abordando seus fundamentos legais, evolução histórica, implicações no processo orçamentário e nos princípios constitucionais, especialmente os relativos ao cumprimento dos percentuais mínimos na área de educação. A revisão utilizará como base as publicações pertinentes nos últimos cinco anos, além de documentos institucionais e normativos relevantes.

Na segunda etapa, será feito um levantamento de dados de execução orçamentária referente às emendas parlamentares impositivas. Serão analisadas as propostas às quais os recursos foram direcionados, com o objetivo de verificar sua contribuição na execução das iniciativas de políticas públicas de combate às desigualdades e à garantia de direitos. A análise envolverá cruzamento de dados extraídos de fontes oficiais, como o REDEPLAN (Rede de Planejamento do estado do Rio de Janeiro¹, Portal da Fazenda² (Sistema de portais de transparência e relatórios de execução orçamentária) e o relatório de execução de Emendas Impositivas do ano de 2024 da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro³. Essa etapa permitirá identificar o grau de aderência entre o planejamento (indicação da emenda) e a execução real (por meio do orçamento e das metas de execução física).

A metodologia visa, portanto, compreender se as emendas impositivas, ao serem executadas, contribuíram para o atendimento às políticas públicas e no cumprimento do índice constitucional preestabelecido.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 Olhar histórico sobre as Emendas Impositivas

A fim de entendermos as emendas parlamentares impositivas do Estado do Rio de Janeiro, precisamos retornar ao ano de 2015, ano em que foi instituída a Emenda

¹<https://www.redeplan.planejamento.rj.gov.br/>

²<https://portal.fazenda.rj.gov.br/transparencia/receitas-e-despesas/>

³<https://alerj.sharepoint.com/sites/intranet/SitePages/Orcamento.aspx>

Constitucional (EC) nº 86, que trouxe mudanças significativas na forma de utilização do orçamento público no Brasil. Este normativo trata de um novo regramento que institui que uma parte do orçamento, que em sua essência é autorizativo (ou seja, ele pode ser realizado ou não, de acordo com o planejamento inicial), seja realizada de forma impositiva; desta forma, ele só pode ser realizado para o fim ao qual se destina. O objetivo é que o montante orçamentário chegue efetivamente aos projetos propostos (Brasil, 2015).

Inicialmente, essas emendas eram destinadas apenas para atender demandas locais e regionais dentro do âmbito federal, por meio dos deputados e senadores, mas, como o orçamento é um processo contínuo de evolução e adaptação que reflete mudanças políticas e sociais, quatro anos depois, com a EC nº 100, observamos um aperfeiçoamento dos dispositivos sobre execução obrigatória de emendas parlamentares, reafirmando a impositividade e tratando da aplicação de recursos inclusive por meio de transferências especiais (Brasil, 2019). Assis, 2020, diz que “as Emendas Complementares nº 86 de 2015 e nº 100 de 2019, batizadas de Orçamento Impositivo, estabeleceram uma nova relação entre os Poderes Executivo e Legislativo na elaboração e execução do Orçamento Público”.

Em mais um processo de aprimoramento na utilização dos recursos, em julho de 2019 a EC nº102 traz a possibilidade de remanejamento dos recursos orçamentários em caso de impedimentos de ordem técnica relacionado aos objetos financiáveis. Em dezembro do mesmo ano a EC nº 105 autoriza a transferência direta de recursos oriundos de emendas impositivas aos estados, municípios e ao Distrito Federal, na modalidade de transferências especiais - sem necessidade de convênios ou instrumentos específicos (Brasil, 2019).

Entre as principais alterações, desde 2019, essas emendas ampliaram sua influência e alcance. A partir do momento em que essa regra chegou às esferas estaduais, os deputados estaduais também passaram a influenciar diretamente o orçamento de seus estados, direcionando recursos para atender necessidades específicas de suas regiões (Brasil, 2019).

Ainda neste ano de 2019 o Estado do Rio de Janeiro sofre uma importante mudança na Constituição Estadual com a EC nº 75 que estabeleceu o orçamento impositivo para emendas parlamentares individuais. Assim como a EC 86/2015 no âmbito federal, essa emenda garantiu que os deputados estaduais tivessem maior poder na

destinação de recursos, incluindo investimentos em educação, saúde, infraestrutura e segurança pública (Rio de Janeiro, 2019).

Entretanto, essa regra sofreu modificações com a EC nº 97, de 2023, que trouxe ajustes na execução das emendas impositivas. Destaca-se a necessidade de maior transparência e critérios mais rígidos para a destinação dos recursos, garantindo que os investimentos sejam mais estratégicos e alinhados às políticas públicas estaduais. Isso pode representar um avanço na aplicação dos recursos da educação, assegurando que as verbas sejam usadas de maneira mais eficiente e planejada (Rio de Janeiro, 2023).

A interpretação da norma vigente diz que o montante das Emendas Parlamentares será de no mínimo 0,37% da receita líquida de impostos do Projeto de Lei Orçamentária do Estado, divididos igualmente entre os 70 deputados. Desse montante resultante do percentual anterior, obrigatoriamente 30% devem ser destinados à saúde e 30% à educação. O percentual restante fica disponível para o deputado utilizar em outra área de livre escolha (Rio de Janeiro, 2023).

Se faz necessário abordarmos as visões sociopolítica e a econômico-financeira do orçamento público, sendo a primeira definida politicamente (envolvendo os inúmeros mecanismos de representação e participação da sociedade) e a segunda retratada por normais legais do planejamento que se materializam na Lei Orçamentária Anual (Menezes, 2024).

A implementação das emendas impositivas altera a dinâmica entre os poderes Executivo e Legislativo. Tradicionalmente, o Executivo detém maior controle sobre a execução orçamentária, podendo influenciar a liberação de recursos conforme suas prioridades políticas. Com as emendas impositivas, os parlamentares garantem a execução obrigatória de suas indicações, reduzindo a margem de discricionariedade do Executivo. Importante ressaltar que essa dinâmica entre poderes não exclui o caráter autorizativo e nem o impositivo:

As emendas denominadas “Orçamento Impositivo”, apesar do apelido, em nada descaracterizaram o Orçamento Autorizativo que continua a ser autorizativo. O que se viu na aprovação dos projetos foram atos isolados do Legislativo para garantir maior execução de emendas individuais e de bancada, denotando fortes tendências clientelistas, uma vez que a execução da emenda aumenta o apoio eleitoral nos locais das obras e investimentos (Assis, 2020).

A mudança busca equilibrar os poderes, permitindo que deputados atendam suas comunidades sem depender do Executivo. No entanto, a regra pode limitar a flexibilidade do governo estadual, especialmente em períodos de crise financeira; ressaltando que é essencial que as emendas sigam planos e estratégias do estado, garantindo investimentos alinhados às políticas públicas e benefícios à população.

3.2 A Educação e a Constituição

A Constituição Federal de 1988 estabelece os princípios e normas da educação no Brasil, garantindo esse direito a todos. Os artigos 205 e 206 definem a educação como dever do Estado e da família, assegurando sua promoção e gestão democrática no ensino público, conforme descrito a seguir:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

[...]

VI – Gestão democrática do ensino público, na forma da lei.

O ensino deve garantir igualdade de acesso e permanência na escola, proporcionando oportunidades para todos. A valorização dos profissionais da educação, com salários justos, formação contínua e boas condições de trabalho, é essencial para a qualidade do ensino.

O Estado deve assegurar educação básica obrigatória e gratuita, incluindo aqueles que não tiveram acesso na idade adequada. A família também desempenha um papel fundamental na formação e acompanhamento educacional dos filhos.

Esses princípios, definidos pela Constituição de 1988, buscam tornar a educação no Brasil mais inclusiva, equitativa e democrática.

3.3 O Limite Constitucional Educacional e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB

O financiamento da educação no Brasil é regulamentado pela Constituição Federal de 1988 e legislações complementares. O Artigo 212 determina a aplicação mínima de recursos públicos no setor: a União deve investir ao menos 18% de sua receita corrente líquida (RCL), enquanto Estados e Municípios devem destinar no mínimo 25% de suas receitas para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Esses percentuais são estabelecidos para garantir que um valor significativo do orçamento público seja direcionado para o financiamento da educação, com o objetivo de assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino em todos os níveis, da educação básica à superior, em todo o país. De acordo com a Contabilidade Geral do Estado da Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro, em 2024 foi pago o montante de R\$ 15.941.633.889,69 (quinze bilhões novecentos e quarenta e um milhões seiscentos e trinta e três mil oitocentos e oitenta e nove reais e sessenta e nove centavos) referente ao Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, o que foi equivalente a 26,21% aplicado em Educação no referido exercício (SIAFE-Rio/SEFAZ RJ).

O FUNDEB é um fundo especial criado para financiar a educação básica pública no Brasil, garantindo uma distribuição mais justa dos recursos. Instituído em 2007, tornou-se permanente em 2020 pela Emenda Constitucional nº 108/2020.

Seu principal objetivo é assegurar equidade no financiamento da educação, garantindo recursos mínimos por aluno, especialmente nas regiões mais pobres. Além disso, busca valorizar os profissionais da educação com melhores salários e condições de trabalho.

Com as novas regras, a União passou a contribuir com até 23% do total de recursos do FUNDEB, tornando o fundo mais redistributivo e eficiente no combate às desigualdades educacionais.

É obrigatório destinar no mínimo 70% dos recursos do FUNDEB à valorização dos profissionais da educação básica em exercício. Isso inclui salários, gratificações, bonificações e encargos sociais para diretores, coordenadores pedagógicos, supervisores e auxiliares educacionais.

Segundo o Anexo 14 do Relatório de Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2024, foram aplicados R\$ 3.469.687.421,52 no pagamento desses profissionais, correspondendo a 78,51% dos recursos do fundo naquele período.

4 DESENVOLVIMENTO

4.1 Políticas Públicas e os Programas de Governo (PPA - Plano Plurianual 2024-2027)

As políticas públicas são ações do Estado para atender às demandas sociais, garantindo direitos e promovendo o bem-estar coletivo. Elas envolvem planejamento, execução e avaliação em áreas como saúde, segurança, meio ambiente e educação. Segundo Luciana Tatagiba, são estratégias de diferentes atores para enfrentar problemas coletivos, com participação ampliada após a Constituição de 1988.

Na educação, Saviani destaca que as políticas educacionais visam organizar e assegurar o funcionamento do sistema de ensino, garantindo o direito à educação. Elas buscam ampliar o acesso, reduzir desigualdades, valorizar profissionais e aprimorar métodos. Em 2024, foram impactadas pelas mudanças digitais e pelo fortalecimento do ensino híbrido.

Para o desenvolvimento do trabalho, será necessário entendermos sobre o funcionamento do Plano Plurianual (PPA), definido como “o documento em que um governo declara o que pretende realizar e indica os meios para a implementação das políticas públicas” (Manual de elaboração PPA 2024-2027). Ele contempla os caminhos a serem seguidos em um período de quatro anos, estabelecendo, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública (Rio de Janeiro, 1989, art.209, § 1º).

O PPA 2024-2027 define programas governamentais, adotando a “Iniciativa” como principal nível de planejamento. No estudo, duas Iniciativas foram selecionadas, totalizando R\$ 1,47 bilhão: R\$ 1,3 bilhão para a melhoria da qualidade educacional e R\$ 174 milhões para educação inclusiva.

Para um melhor entendimento, demonstramos a seguir os atributos, características e Ações Orçamentárias dessas Iniciativas que foram elaboradas pelo Plano Plurianual de 2024 – 2027 e tiveram sua implementação já no exercício de 2024:

Iniciativa 0090 - Execução de Políticas Educacionais para melhoria da qualidade da Educação

- **Objetivo:** Entregar educação pública de qualidade à população para melhoria das condições de vida de todas e todos.
- **Justificativa:** É preciso integrar o aluno ao processo educativo de forma participativa, garantindo aprendizado efetivo por meio de ações pedagógicas inclusivas.
- **Estratégia de Implementação:** Ofertar disciplinas, atividades e recursos pedagógicos diversos para estimular a aprendizagem e promover autonomia escolar promovendo a diversidade social, econômica e cultural no estado.
- **Ações Orçamentárias:**

- 2028 Suporte à Autonomia Financeira de Unidades Escolares

DESCRIÇÃO DO GASTO: Repasses financeiros às escolas para manutenção, reparos e suporte à gestão autônoma;

- 2312 Realização de Atividades Extracurriculares

DESCRIÇÃO DO GASTO: Desenvolvimento de projetos culturais, pedagógicos e de lazer com apoio logístico e assistencial;

- 2318 Aprimoramento e Efetividade do Ensino Público

DESCRIÇÃO DO GASTO: Uso de tecnologias, metodologias inovadoras e materiais didáticos para reforço e inclusão escolar;

- 2691 Avaliação do Sistema Educacional do ERJ

DESCRIÇÃO DO GASTO: Aplicação de avaliações educacionais e premiações baseadas em desempenho, com apoio ao corpo docente, nos mesmos moldes do SAEB Sistema de Avaliação da Educação Básica, promovido pelo Ministério da Educação.

- 2693 - Correção do Fluxo Escolar

DESCRIÇÃO DO GASTO: Oportunizar percurso formativo diferenciado com aulas e materiais específicos para alunos com distorção idade-série, visando permanência e aprendizagem.

Iniciativa 0091 - Promoção de educação inclusiva, que valorize as diferenças e a diversidade

- **Objetivo:** Garantir que o ambiente escolar seja adequado, adaptado e seguro para todas e todos, incluindo ações de combate a toda e qualquer forma de

discriminação étnico-racial, assim como políticas públicas que alcancem a população do campo, os jovens e adultos que não concluíram a educação básica na idade adequada, e pessoas com deficiência e habilidades especiais.

Garantir ambientes escolares acessíveis, seguros e inclusivos, com foco em populações vulneráveis e diversidade, como população do campo, os jovens e adultos que não concluíram a educação básica na idade adequada, e pessoas com deficiência e habilidades especiais.

- **Justificativa:** Ambientes inclusivos e recursos adequados são essenciais para promover acesso e permanência de todos na educação.
- **Estratégia de Implementação:** Formação continuada, materiais acessíveis e ações pedagógicas voltadas à inclusão e ao combate à discriminação.
- **Ações Orçamentárias:**

2313 Educação para Públicos Especiais

DESCRIÇÃO DO GASTO: Capacitação de professores e aquisição de materiais e equipamentos para atendimento especializado.

- 2339 Educação para Pessoas com Deficiência

DESCRIÇÃO DO GASTO: Compra de recursos adaptados e serviços que assegurem inclusão de alunos com deficiência.

- 4766 Educação nas Unidades Prisionais

DESCRIÇÃO DO GASTO: Formação de docentes e fornecimento de materiais específicos para o ensino em contextos prisionais.

4.2 Emendas Parlamentares Impositivas 2024

Em 2024, cada deputado da Alerj pôde direcionar R\$ 2,9 milhões em emendas impositivas, correspondente aos 30% obrigatoriamente destinados à educação. A execução é obrigatória, exceto por impedimentos técnicos analisados pelos órgãos responsáveis. (Rio de Janeiro, Art. 210, § 9º). O Decreto nº 49.132 e a Lei Complementar nº 219 de 2024 regulamentaram a execução das iniciativas educacionais no Rio de Janeiro. Este estudo abrange as Iniciativas 0090 (qualidade da educação) e 0091 (educação inclusiva), sendo o rol de produtos (bens e serviços) executados em prol da população relacionado com as duas Iniciativas supracitadas, correspondentes a 15 produtos na iniciativa 0090, onde 10 produtos apresentaram execução no exercício de

ARTIGO | Emendas Impositivas: Sua Contribuição no Cumprimento das Metas Educacionais de Combate às Desigualdades e à Garantia de Direitos no Âmbito da SEEDUC RJ

2024, sendo aproximadamente 67% do total, e dos 6 produtos na iniciativa 0091, 5 produtos apresentaram execução no exercício de 2024, aproximadamente 83% do total.

A SEEDUC RJ demonstrou compromisso com o combate às desigualdades, com 42% das emendas parlamentares destinadas à educação. Os dados foram obtidos na planilha de Dados Abertos do PPA 2024-2027, disponível no site da SEPLAG/RJ. No que se refere ao quantitativo de emendas parlamentares impositivas, tendo como princípio o combate às desigualdades de raça, gênero e renda e à garantia de direitos para a população fluminense, temos o volume de 120 emendas de um total de 285, ou seja, uma quantidade significativa de 42% dentro da quantidade total de emendas, demonstrando a importância dirigida a estas questões destinadas a função Educação dentro da SEEDUC RJ.

4.3 Execução das Emendas Impositivas e dos Indicadores das metas educacionais de combate às desigualdades e à garantia de direitos no exercício de 2024

O quadro 1 mostra a execução orçamentária das Emendas Impositivas de 2024 na educação, considerando apenas a SEEDUC RJ. Os valores destinados a cada Ação Orçamentária e sua execução ao longo do ano são detalhados. Essas emendas adicionaram R\$ 45.541.219,00 à educação estadual, com a Ação Orçamentária 1546 recebendo a maior parcela, voltada para obras e reformas da rede de ensino.

Quadro 1 – Execução das Emendas Impositivas destinadas a área da educação no exercício de 2024

Cod PT	Tit PT	Ano Fonte	Fonte STN	Fonte RJ	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
1546	Ampliação da Rede e Melhoria da Infraestrutura	1	500	148	R\$ 12.020.646,00	R\$ 19.807.144,00	R\$ 19.767.144,00	R\$ 19.767.144,00	R\$ 19.767.144,00
1676	Reequipamento de Unidades Escolares	1	500	148	R\$ 4.086.593,00	R\$ 2.099.578,00	R\$ 1.284.000,00	R\$ 1.284.000,00	R\$ 1.284.000,00
2028	Suporte à Autonomia Financeira de Unidades Escolares	1	500	148	R\$ 7.703.466,00	R\$ 6.665.732,00	R\$ 6.665.732,00	R\$ 6.665.732,00	R\$ 6.665.732,00
2033	Apoio Suplementar à Educação Básica	1	500	148	R\$ 7.500.985,00	R\$ 3.678.754,00	R\$ 3.678.754,00	R\$ 3.678.754,00	R\$ 3.678.754,00
2179	Aperfeiçoamento e Manutenção da Infraestrutura Tecnológica	1	500	148	R\$ 1.680.578,00	R\$ 3.150.588,00	R\$ 3.150.588,00	R\$ 3.150.588,00	R\$ 3.150.588,00
2192	Apoio aos Serviços Educacionais	1	500	148	R\$ 1.339.076,00	R\$ 370.578,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2229	Oferta de Transporte Escolar	1	500	148	R\$ 711.860,00	R\$ 375.578,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2270	Apoio à Educação Básica	1	500	148	R\$ 1.718.593,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2299	Serviços de Utilidade Pública em Unid Escolar	1	500	148	R\$ 815.578,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2312	Realização de Atividades Extracurriculares	1	500	148	R\$ 2.767.156,00	R\$ 2.000.603,00	R\$ 1.588.656,00	R\$ 1.588.656,00	R\$ 1.588.656,00
2313	Educação para Públicos Especiais	1	500	148	R\$ 567.437,00	R\$ 407.437,00	R\$ 351.859,00	R\$ 351.859,00	R\$ 351.859,00
2318	Aprimoramento e Efetividade do Ensino Público	1	500	148	R\$ 2.390.050,00	R\$ 4.736.420,00	R\$ 4.736.420,00	R\$ 4.736.420,00	R\$ 4.736.420,00
2339	Educação para Pessoas com Deficiência	1	500	148	R\$ 2.318.945,00	R\$ 2.440.805,00	R\$ 2.440.805,00	R\$ 2.440.805,00	R\$ 2.440.805,00
2421	Oferta de Nutrição Escolar	1	500	148	R\$ 917.525,00	R\$ 917.525,00	R\$ 917.525,00	R\$ 917.525,00	R\$ 917.525,00
2696	Valorização do Desenvolvimento Profissional	1	500	148	R\$ 1.078.578,00	R\$ 815.578,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4766	Educação nas Unidades Prisionais	1	500	148	R\$ 101.947,00	R\$ 101.947,00	R\$ 101.947,00	R\$ 101.947,00	R\$ 101.947,00
4767	Ampliação da Educação Integral e Educação de Tempo Integral	1	500	148	R\$ 450.000,00	R\$ 450.000,00	R\$ 450.000,00	R\$ 450.000,00	R\$ 450.000,00
5622	Educação Militar e Cívico-Militar	1	500	148	R\$ 879.648,00	R\$ 407.789,00	R\$ 407.789,00	R\$ 407.789,00	R\$ 407.789,00
5623	Educação Profissional e Tecnológica	1	500	148	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL					R\$ 49.148.661,00	R\$ 48.526.056,00	R\$ 45.541.219,00	R\$ 45.541.219,00	R\$ 45.541.219,00

Fonte: Rede de Planejamento: Relatório de Execução Orçamentária e Financeira das Emendas Impositivas Anual.

ARTIGO | Emendas Impositivas: Sua Contribuição no Cumprimento das Metas Educacionais de Combate às Desigualdades e à Garantia de Direitos no Âmbito da SEEDUC RJ

A execução das emendas impositivas para as Ações Orçamentárias da Iniciativa 0090, voltada à melhoria da qualidade educacional, destinou R\$ 12.990.808,00 em 2024. O principal Indicador de Meta foi o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais. A Ação Orçamentária 2028 recebeu o maior montante, focado no Suporte à Autonomia Financeira das escolas estaduais, enquanto as Ações 2691 e 2693 não tiveram recursos dessas emendas (Quadro 2).

Quadro 2 – Execução das Emendas Impositivas destinadas as necessidades educacionais especiais no âmbito da SEEDUC RJ no exercício de 2024

Cod PT	Tít PT	Ano Fonte	Fonte STN	Fonte RJ	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
2028	Suporte à Autonomia Financeira de Unidades Escolares	1	500	148	R\$ 7.703.466,00	R\$ 6.665.732,00	R\$ 6.665.732,00	R\$ 6.665.732,00	R\$ 6.665.732,00
2312	Realização de Atividades Extracurriculares	1	500	148	R\$ 2.767.156,00	R\$ 2.000.603,00	R\$ 1.588.656,00	R\$ 1.588.656,00	R\$ 1.588.656,00
2318	Aprimoramento e Efetividade do Ensino Público	1	500	148	R\$ 2.390.050,00	R\$ 4.736.420,00	R\$ 4.736.420,00	R\$ 4.736.420,00	R\$ 4.736.420,00
TOTAL					R\$ 12.860.672,00	R\$ 13.402.755,00	R\$ 12.990.808,00	R\$ 12.990.808,00	R\$ 12.990.808,00

Fonte: Rede de Planejamento: Relatório de Execução Orçamentária e Financeira das Emendas Impositivas Anual.

A Iniciativa 0091, voltada à educação inclusiva, destinou R\$ 2.894.611,00 em emendas impositivas em 2024. O principal Indicador de Meta foi o atendimento a alunos com ações inclusivas, abrangendo as Ações Orçamentárias 2313, 2339 e 4766. A Ação 2339 recebeu o maior montante, focado na educação de pessoas com deficiência na rede estadual (Quadro 3).

Quadro 3 – Execução das Emendas Impositivas destinadas as ações inclusivas no âmbito da SEEDUC RJ no exercício de 2024

Cod PT	Tít PT	Ano Fonte	Fonte STN	Fonte RJ	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
2313	Educação para Públicos Especiais	1	500	148	R\$ 567.437,00	R\$ 407.437,00	R\$ 351.859,00	R\$ 351.859,00	R\$ 351.859,00
2339	Educação para Pessoas com Deficiência	1	500	148	R\$ 2.318.945,00	R\$ 2.440.805,00	R\$ 2.440.805,00	R\$ 2.440.805,00	R\$ 2.440.805,00
4766	Educação nas Unidades Prisionais	1	500	148	R\$ 101.947,00	R\$ 101.947,00	R\$ 101.947,00	R\$ 101.947,00	R\$ 101.947,00
TOTAL					R\$ 2.988.329,00	R\$ 2.950.189,00	R\$ 2.894.611,00	R\$ 2.894.611,00	R\$ 2.894.611,00

Fonte: Rede de Planejamento: Relatório de Execução Orçamentária e Financeira das Emendas Impositivas Anual.

O Relatório de Monitoramento do PPA 2024-2027 da SEEDUC RJ revelou os resultados dos Indicadores de Meta das Iniciativas 0090 e 0091, voltadas à qualidade educacional e inclusão. Em 2024, o atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais superou a meta de 1.789, alcançando 2.969 estudantes. Já as ações inclusivas, previstas para 1.031 alunos, beneficiaram 1.789.

A execução financeira foi registrada no relatório do SIAFE-Rio, indicando R\$ 44.280.777,50 destinados às ações inclusivas e R\$ 496.878.601,70 para necessidades educacionais especiais.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Índice Mínimo Constitucional da Educação e Função Educação

Em 2024, o Estado do Rio de Janeiro destinou R\$ 15,94 bilhões à educação, correspondendo a 26,21% da receita de impostos, superando o mínimo constitucional de 25%. Do total, R\$ 52,33 milhões (0,33%) vieram de emendas impositivas aplicadas na educação, sendo 0,29% na SEEDUC RJ e 0,10% direcionados a políticas de combate às desigualdades e garantia de direitos. A tabela a seguir detalha a distribuição desses recursos dentro do Índice Constitucional da Educação.

Tabela 01 - Contribuição das Emendas Impositivas da Função Educação e o Índice da Educação no Exercício de 2024

Emendas Impositivas	Valor Executado	Percentual sobre o Índice da Educação (%)
Destinadas aos Indicadores Educacionais estudados	R\$ 15.885.419,00	0,10%
Destinadas a SEEDUC RJ	R\$ 45.541.219,00	0,29%
Destinadas a todos os Órgãos da função Educação	R\$ 52.333.234,17	0,33%

Fonte: Os Autores.

Outro registro importante dessa Tabela está na execução dos quase R\$ 16 milhões aplicados somente às políticas públicas de combate às desigualdades e à garantia de direitos no âmbito da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, ou seja, 35% sobre o valor total dos R\$ 45,5 milhões dos recursos de Emendas Impositivas destinados para a SEEDUC RJ foram especificamente para atender aos Alunos com necessidades educacionais especiais e para as ações inclusivas.

5.2 Indicadores de Metas relacionados as políticas públicas de combate às desigualdades e à garantia de direitos

O relatório do SIAFE-Rio comparou a execução financeira dos Indicadores de Meta entre 2023 e 2024. Em 2023, sem emendas impositivas, foram aplicados R\$ 747,6 milhões, beneficiando 2.686 alunos, com custo de R\$ 278.337,03 por aluno.

Em 2024, incluindo emendas impositivas, os investimentos totalizaram R\$ 490,7 milhões, atendendo 4.758 alunos, reduzindo o custo para R\$ 103.128,78 por aluno. Apesar da diminuição de 34% nos recursos em relação ao ano anterior, houve um aumento

de 77% no número de alunos beneficiados. A tabela a seguir detalha a contribuição das emendas impositivas nos Indicadores de Metas das políticas de combate às desigualdades.

Tabela 02 - Contribuição das Emendas Impositivas e os Indicadores de Metas

INDICADOR DE META	Total dos recursos aplicados 2023 (a)	Meta executada 2023 (B)	Total dos recursos aplicados 2024 (c)	Recursos aplicados emendas impositivas 2024 (d)	Meta executada 2024 (E)	(%) Meta executada (E/B)
Alunos atendidos em suas necessidades educacionais especiais (2028, 2312, 2318, 2691 e 2693)	R\$ 709 Mi	1.704	R\$ 447 Mi	R\$ 13 Mi	2.969	74%
Alunos atendidos com ações inclusivas (2313, 2339 e 4766)	R\$ 39 Mi	982	R\$ 44 Mi	R\$ 2.9 Mi	1.789	82%
Total	R\$ 748 Mi	2.686	R\$ 491 Mi	R\$ 16 Mi	4.758	77%

Fonte: Os Autores.

Chama a atenção que mesmo com menos recursos em 2024, a SEEDUC obteve resultados superiores a 2023, atendendo quase o dobro de alunos. Isso sugere que o direcionamento eficiente dos investimentos para políticas alinhadas às necessidades da sociedade aumenta a efetividade dos gastos públicos. As Emendas Impositivas podem ter contribuído para esse avanço, ao reforçar a relevância do tema e orientar o executivo na definição de prioridades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A destinação de todas as emendas impositivas para o cumprimento do Índice Constitucional, com 35% direcionados a políticas de combate às desigualdades na educação, demonstra o compromisso da SEEDUC com o desenvolvimento social no Rio de Janeiro. O aprimoramento na alocação dos recursos reforça essa preocupação, e espera-se que a contribuição aumente nos próximos anos, impulsionada pela conscientização do legislativo e pela transparência exigida nas Emendas Impositivas.

É notório que a implementação das emendas parlamentares ao nível estadual trouxe ganhos relevantes, criando novos desafios. A maneira como os recursos são distribuídos e aplicados exige atenção constante, especialmente no que diz respeito à transparência, à justiça e à efetividade dessas ações. Por isso, é indispensável manter um

processo ininterrupto de revisão e aperfeiçoamento das ferramentas de controle, garantindo que esses recursos públicos realmente contribuam para um desenvolvimento mais equilibrado e acessível em todo o Estado de Rio de Janeiro.

De modo geral, o caminho trilhado pelas emendas parlamentares, desde sua consolidação no cenário federal até sua presença crescente nos estados, mostra um esforço em aproximar o poder público das reais demandas da população. Essa transformação segue em curso e influencia diretamente a forma de como as políticas públicas são pensadas e executadas, ressaltando o quanto é necessário fortalecer o diálogo e a colaboração entre os diferentes níveis de governo para que o desenvolvimento alcance a quem mais precisa. Fica evidenciado a suma importância da coordenação e do diálogo contínuo entre os poderes para assegurar que a execução dessas emendas contribua efetivamente para o desenvolvimento socioeconômico do estado e que possa refletir a necessidade da população a qual se pretende alcançar. Entretanto, é fundamental reforçar que os números apresentados se limitam à quantidade realizada de alunos atendidos, sem refletir, necessariamente, a qualidade dessas ações. Para entender se realmente houve impacto na vida dos alunos, seria necessário acompanhar, por exemplo, um histórico de avaliações que apontasse os resultados práticos dessas intervenções.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional no 132/2023. Brasília, DF: Senado Federal, 2023. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/645769/CF88_EC132_livro.pdf. Acesso em: 28 mar. 2025.

RIO DE JANEIRO. **Constituição (1989)**. Constituição do estado do Rio de Janeiro. [S. l.: s. n.], 2023. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/70450>. Acesso em: 28 out. 2025.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 86, de 17 de março de 2015**. Altera os artigos 165, 166 e 198 da Constituição Federal, tornando obrigatória a execução de parte da programação orçamentária, conhecida como "orçamento impositivo". Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc86.htm. Acesso em: 30 mar. 2025.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 100, de 26 de junho de 2019**. Amplia o orçamento impositivo para incluir as emendas de bancada estadual, permitindo que

ARTIGO | Emendas Impositivas: Sua Contribuição no Cumprimento das Metas Educacionais de Combate às Desigualdades e à Garantia de Direitos no Âmbito da SEEDUC RJ

deputados estaduais influenciem diretamente o orçamento de seus estados. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc100.htm. Acesso em: 30 mar. 2025.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 102, de 17 de julho de 2019. Altera os arts. 165 e 166 da Constituição Federal para tratar da execução das emendas parlamentares. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 jul. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc102.htm. Acesso em: 11 abr. 2025.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 105, de 12 de dezembro de 2019. Acrescenta § 18 ao art. 166 da Constituição Federal para permitir a transferência direta de recursos oriundos de emendas impositivas. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 dez. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc105.htm. Acesso em: 11 abr. 2025.

RIO DE JANEIRO (Estado). Emenda Constitucional nº 75, de 2019. Altera os artigos 209 e 210 da Constituição Estadual para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária proveniente de emendas individuais e de bancada. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/76a8aa46cc9c8b6f03256500004a1ca3/8baeee8a8e44710d032584d50065e4df?OpenDocument>. Acesso em: 30 mar. 2025.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto nº 49.132, de 06 de junho de 2024. Regulamenta o processo de apresentação, análise e execução das emendas parlamentares de execução obrigatória no âmbito estadual. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 07 jun. 2024. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rj/decreto-n-49132-2024-rio-de-janeiro-estabelece-normas-complementares-de-programacao-e-execucao-orcamentaria-financeira-e-contabil-das-emendas-parlamentares-individuais-impositivas-para-o-exercicio-de-2024-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 11 abr. 2025.

RIO DE JANEIRO (Estado). Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 6º bimestre – Exercício 2024. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 24 fev. 2025. Disponível em: https://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/mostra_edicao.php?session=VZSbmVVMXFWa0pSTUZsMFVWUkNRazFUTURCT1JWSkVURIJuZVUxVVJYUk9ha0pEVW1wR1ExSnFTWGxOTUZVMFRWUmpNRTVFYTNkTmFtTTFUMUU5UFE9PQ==. Acesso em: 17 abr. 2025.

RIO DE JANEIRO (Estado). Emenda Constitucional nº 97, de 2023, do Estado do Rio de Janeiro: Introduziu ajustes na execução das emendas impositivas, enfatizando a necessidade de maior transparência e critérios mais rígidos para a destinação dos recursos. Disponível em: http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/PageEmendasConstitucionais?OpenPage_

REDEPLAN - **Rede de Planejamento**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://redeplan.planejamento.rj.gov.br/PPA/programacao.html>. Acesso em: 30 mar. 2025.

REDEPLAN - **Rede de Planejamento**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.redeplan.planejamento.rj.gov.br/demaisprocessos/emendas.html>. Acesso em: 30 mar. 2025.

SEFAZ-RJ – **Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro**. Portal de transparência. Disponível em: tfe.fazenda.rj.gov.br/tfe/web/despesalivre. Acesso em: 30 mar. 2025.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. **Manual de Elaboração do PPA**. Disponível em: <https://www.redeplan.planejamento.rj.gov.br/img/docs/Manualde%20Elabora%C3%A7%C3%A3o%20PPA%2024-27.pdf>. Acesso em 28 mar. 2025.

TATAGIBA, Luciana. "Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil". In: DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 4

SAVIANI, Dermeval. **Política educacional: história e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 2008, p. 15

ASSIS, A. R. A Emenda Constitucional nº 86 de 2015 e a Emenda Constitucional nº 100 de 2019: Orçamento Impositivo e a nova relação entre os Poderes Executivo e Legislativo. **Cadernos da Escola Paulista de Contas Públicas**, São Paulo, v. 26, 1º sem. 2020.

MENEZES, E. C. de O.; RAUPP, F. M.; SACRAMENTO, A. R. da S.; SANTOS, R. C. N. As emendas parlamentares no contexto do orçamento público: alocação de recursos no governo federal 2019-2020. **Revista Científica Hermes**, v. 22, 2024.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ANÁLISE COM INDICADORES MULTIDIMENSIONAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 2010

REGIONAL DEVELOPMENT: AN ANALYSIS WITH MULTIDIMENSIONAL INDICATORS OF THE STATE OF RIO DE JANEIRO IN 2010

Caroline Miranda Alves de Souza

 <https://orcid.org/0000-0001-7126-2348>

Correspondência: carol_miranda91@hotmail.com

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes (UCAM-Campos), Rio de Janeiro, Brasil.

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Lia Hasenclever

 <https://orcid.org/0000-0003-1384-6323>

Correspondência: lia@ie.ufrj.br

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes (UCAM-Campos), Rio de Janeiro, Brasil.

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Fábio Freitas da Silva

 <https://orcid.org/0000-0002-3712-8265>

Correspondência: fabio1_freitas@hotmail.com

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes (UCAM-Campos), Rio de Janeiro, Brasil.

DOI: 10.12957/cdf.2025.91971

Recebido em: 25 maio. 2025 | **Aceito em:** 20 jul. 2025

RESUMO

O território fluminense na perspectiva do desenvolvimento regional incluyente e sustentável apresenta enorme heterogeneidade econômica, social e ambiental não captada pelas teorias tradicionais de desenvolvimento com foco em renda per capita. O objetivo do artigo é propor uma metodologia de indicadores multidimensionais de desenvolvimento para inferir o bem-estar e a qualidade de vida para o caso dos municípios do estado do Rio de Janeiro. A pesquisa é de natureza aplicada e exploratória e se propõe a realizar uma comparação entre os 92 municípios do estado do Rio de Janeiro (ERJ) a partir do ranking dos indicadores nas três dimensões no ano de 2010. A hipótese empírica é que nem sempre as regiões com melhores indicadores econômicos são aquelas em que o desempenho das demais variáveis acompanham a sua posição de liderança neste quesito, sugerindo que a visão clássica de desenvolvimento, baseada em indicadores de renda e emprego, mesmo quando ampliado para saúde e educação, é insuficiente para caracterizar um quadro de qualidade de vida e bem-estar das populações. Os resultados confirmam a hipótese



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons BY 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.

empírica, pois mostram que a agregação de novos indicadores de desigualdades de dotação de fatores às dimensões econômica e social, bem como a criação da dimensão ambiental encontrou respostas mais adequadas para a mensuração da qualidade de vida e do bem-estar de cada município.

Palavras-chave: desenvolvimento regional; território; sustentabilidade; estado do Rio de Janeiro; vulnerabilidades.

ABSTRACT

From the perspective of inclusive and sustainable regional development, the state of Rio de Janeiro presents enormous economic, social, and environmental heterogeneity not captured by traditional development theories focused on per capita income. This article proposes a methodology using multidimensional development indicators to infer well-being and quality of life for municipalities in the state of Rio de Janeiro. The research is applied and exploratory in nature and aims to compare the 92 municipalities of the state of Rio de Janeiro (ERJ) based on the ranking of indicators in the three dimensions in 2010. The empirical hypothesis is that the regions with the best economic indicators are not always those in which the performance of other variables follows their leadership position in this regard, suggesting that the classic view of development, based on income and employment indicators, even when expanded to include health and education, is insufficient to characterize a framework of quality of life and well-being of the population. The results confirm the empirical hypothesis, as they show that the aggregation of new indicators of inequalities in factor endowment to the economic and social dimensions, as well as the creation of the environmental dimension, found more appropriate responses for measuring the quality of life and well-being of each municipality.

Keywords: regional development; territory; sustainability; state of Rio de Janeiro; vulnerabilities.

1 INTRODUÇÃO

A partir dos anos 1980 surgiram várias críticas à teoria clássica de desenvolvimento calcadas em indicadores de renda, mostrando que a questão principal a ser analisada não deveria ser unicamente a renda e o emprego, mas sim como favorecer o bem-estar e a qualidade de vida em meio a abundância material observada a partir da II Guerra Mundial.

Uma das críticas a teoria clássica foi elaborada por Amartya Sen, o qual contribuiu para a literatura com a “abordagem das capacitações”. Segundo o autor, as desigualdades não se limitam a renda, mas devem envolver também a educação e o acesso à saúde disponível para a população, de modo que, sem essas capacitações, os indivíduos poderiam ser privados de participar do desenvolvimento econômico (Sen, 2000). O desdobramento de sua crítica foi a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH),

que incorpora as dimensões de educação e saúde, além das de emprego e renda (PNUD, 1990).

A literatura latino-americana baseada em compreender o desenvolvimento econômico como um processo desigual e desequilibrado em função das estruturas produtivas e sociais de cada país, avançou também nessa crítica ao considerar a importância das mudanças estruturais, proporcionadas pela industrialização, para melhorar os indicadores de renda e emprego. Todavia, esta contribuição se mostrou incapaz de explicar a distribuição desigual dos recursos entre as regiões e os países (Prebisch, 1949). Nesse sentido, Celso Furtado, um representante brasileiro destacado da escola cepalina, passou a enfatizar e acrescentou que o desenvolvimento econômico não é apenas um processo de acumulação e de aumento de produtividade macroeconômica, mas, principalmente, o caminho de acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade (Furtado, 1974), aproximando-se da visão humanista de Sen (2000).

Outras críticas têm sido endereçadas à teoria clássica de desenvolvimento e dizem respeito a como harmonizar a relação entre a sociedade e a natureza e cotejar junto aos demais indicadores, os ambientais. O artigo de Georgescu-Roegen, publicado em 1975, cria o conceito de bioeconomia que, segundo o autor, considera que a atividade econômica não pode ser dissociada do que acontece no meio ambiente. O que o leva a criticar a metáfora mecanicista, presente nas teorias clássicas de desenvolvimento, por constatar que a atividade econômica não só influencia ou impacta a natureza, como é a maior responsável pela degradação entrópica (Cunha; Hasenclever, 2011). O desdobramento dessas críticas desemboca no conceito de desenvolvimento sustentável, entendido como aquele que não prejudica as condições ambientais de hoje para as gerações futuras.

Apesar dos avanços acima citados, os indicadores disponíveis hoje, tais como o IDH, o índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), o índice de desenvolvimento sustentável e outros, ainda pecam por dois principais motivos. O primeiro motivo é que estes indicadores não consideram a questão da distribuição da riqueza, ou da dotação inicial de fatores, como, por exemplo, a propriedade dos meios de produção e as capacidades dos indivíduos. O segundo motivo é que estes não apresentam uma visão mais interdependente das variáveis que influenciam o desenvolvimento, o que implica entender que a riqueza não pode ser obtida às expensas de um crescente aumento de riscos ambientais, da escassez ecológica e das disparidades sociais. Em resumo, para

se compreender o bem-estar e a qualidade de vida da população é preciso que sejam incluídos indicadores que captem não só o fenômeno da renda, educação e saúde, mas também ambientais, ecológicos e das disparidades sociais, exigindo, portanto, a construção de um indicador multidimensional de desenvolvimento humano sustentável (Stiglitz *et al*, 2010).

O objetivo do artigo é propor uma metodologia de indicadores multidimensionais de desenvolvimento para inferir o bem-estar e a qualidade de vida para o caso dos municípios do estado do Rio de Janeiro. Os objetivos específicos são: criar um indicador que, partindo dos indicadores desagregados do IFDM, acrescente outras variáveis relativas a dotação de fatores (distribuição de renda, bolsa família, características ambientais do domicílio e proporção de população não branca residindo em condições insalubres) e três variáveis para inferir o aspecto ambiental; aplicar estes indicadores para os municípios do estado do Rio de Janeiro; e analisar os efeitos do acréscimo desses indicadores sobre o desempenho de desenvolvimento dos municípios.

As principais contribuições desse artigo é adotar uma perspectiva alternativa às visões tradicionais e contemporâneas de desenvolvimento, embasada em visões teóricas seminais de Amartya Sen, Celso Furtado e Georgescu-Roegen, sustentam a importância de mensurar o desenvolvimento em suas múltiplas dimensões: econômica, social e ambiental.

O artigo está organizado em três seções, além da Introdução e das Considerações finais. A primeira seção apresenta a metodologia para construção dos indicadores e a proposta de parâmetros para análise dos resultados. A segunda seção apresenta os resultados obtidos a partir da aplicação dos indicadores ao caso do ERJ. A terceira seção discute os principais achados à luz dos autores que inspiram a construção de um indicador multidimensional para inferir o desenvolvimento e da literatura sobre o tema.

2 METODOLOGIA

A metodologia é adaptada do estudo de Costa e Favareto (2023) sobre o desenvolvimento do estado de São Paulo, aplicada aos municípios do estado do Rio de Janeiro (ERJ). A base temporal é o ano de 2010, para a qual há mais indicadores disponíveis. Como não há um indicador síntese para o ERJ tal qual o Índice Paulista de Responsabilidade Social, utilizado no estudo de Costa e Favareto (2023), o presente

estudo propõe a construção de um indicador multidimensional para a análise do desenvolvimento municipal com três dimensões, a saber: econômica, social e ambiental. Para cada uma das três dimensões de análise foram utilizados três indicadores, os quais considerados em conjunto formam o mapa síntese do desempenho do município.

Nas dimensões econômica e social foram utilizados como indicador 1, os dados disponíveis no IFDM, respectivamente, emprego e renda para a dimensão econômica e saúde e educação para a dimensão social, conforme segunda coluna do Quadro 1, linhas um e dois. O IFDM foi utilizado como ponto de partida para a construção dos indicadores, por isto é apresentado de forma separada no Quadro 1.

Gráfico 1 – Indicadores, variáveis e acréscimos propostos por dimensão

Dimensão	Indicador 1: IFDM	Acréscimos para o indicador proposto		
Econômica	Emprego: Taxa de formalização do mercado de trabalho. Renda: Massa salarial no mercado de trabalho formal; Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal.	Indicador 2: Índice de Gini de renda domiciliar per capita	Indicador 3: Percentual de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família em relação ao total de domicílios por município	
Social	Saúde: Proporção de atendimento adequado de pré-natal; Óbitos por causas mal definidas; Óbitos infantis por causas evitáveis; Internação sensível à atenção básica Educação: Atendimento à educação infantil; Abandono no ensino fundamental; Distorção idade série no ensino fundamental; docentes com ensino superior no ensino fundamental; média de horas-aula diárias no ensino fundamental; Resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no ensino fundamental	Indicador 2: Percentual de domicílios particulares permanentes com características do entorno inadequada sobre o total de domicílios particulares permanentes	Indicador 3: Proporção da população declarada de raça preta, parda ou indígena residindo em ambiente com esgoto a céu aberto	
Ambiental	Não há	Indicador 1: Uso de agrotóxico na agricultura	Indicador 2: Número de domicílios atendidos pela rede geral de esgoto ou pluvial ou fossa séptica	Indicador 3: Emissão de Gases de Efeito Estufa

Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo (2025).

Na terceira coluna do Quadro 1, constam as variáveis adicionais propostas para o cálculo dos indicadores 2 e 3 das dimensões econômica e social. Na primeira dimensão, foram inseridos os indicadores de dotações iniciais de fatores, a saber: distribuição de renda per capita domiciliar (índice de Gini) e de redução da pobreza (Bolsa Família). Na dimensão social (saúde e educação), foram incluídos dois indicadores que, apesar de não se referirem a indicadores tradicionais de saúde, se não observados trarão efeitos danosos à saúde, a saber: entorno domiciliar inadequado e presença de esgoto a céu aberto para população preta, parda ou indígena, considerando também as questões de raça e etnia.

Na dimensão ambiental, última linha do Quadro 1, na ausência de um indicador ambiental no IFDM, propôs-se o uso de três indicadores: uso de agrotóxico, disponibilidade de rede de esgoto ou pluvial ou fossa séptica e emissão de gases de efeito estufa, todos com implicações para a qualidade do meio ambiente.

Desse modo, a justificativa para a inclusão destes novos indicadores é captar as diferenças de dotação inicial de riqueza e de condições sociais e ambientais, aspectos que irão influenciar as capacidades dos indivíduos na liberdade de escolher os seus futuros, conforme apontado na Introdução.

As fontes de dados principais são o IFDM (2014), ano base 2010, e o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010¹, além de outros dados especificados adiante em relação a cada indicador.

A seguir são apresentados os procedimentos realizados para a construção de cada indicador e como a dimensão nos quais eles estão inseridos deve ser interpretada. Quanto a dimensão econômica, o IFDM de emprego e renda (indicador 1) indica que quanto mais próximo de um o seu valor, melhor é o desempenho do município. Para o indicador 2, foi utilizado o Índice de Gini (TABNET, 2010) de renda domiciliar per capita, que capta o nível de concentração da renda: quanto mais próximo de um, maior é a desigualdade de renda domiciliar municipal. Para averiguar se existem famílias em situação de vulnerabilidade, utilizou-se o percentual de famílias em estado de pobreza nos municípios, obtido pelo percentual de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família (indicador 3), conforme dados do Ministério da Cidadania (2010), em relação ao número de domicílios permanentes particulares, obtido pelo Censo do IBGE de 2010, quanto menor o percentual obtido, melhor é o resultado para o município, dado o menor nível de

¹Optou-se por utilizar os dados de 2010, uma vez que os dados do Censo 2022 não haviam sido publicados por completo na data da elaboração deste artigo.

pobreza identificado. A dimensão econômica, portanto, busca destacar os municípios com boa produção e distribuição de riquezas e com baixa incidência de pobreza.

Quanto à dimensão social, para a construção do indicador 1 foram somados os valores do IFDM para educação e saúde e dividido por dois, de modo que, quanto mais próximo de um o valor obtido, melhor é o resultado para o município. Além disso, buscou-se observar a condição urbana da moradia das famílias e desigualdade racial no acesso a tal condição, o que foi contemplado pela adição de duas variáveis disponíveis a partir de dados do Censo do IBGE de 2010: (i) Percentual de domicílios particulares permanentes com características do entorno inadequadas sobre o total de domicílios particulares permanentes (indicador 2); (ii) Proporção da população declarada de raça preta, parda ou indígena residindo em ambiente com esgoto a céu aberto (indicador 3). Para o indicador 2, considerou-se como moradia inadequada, os domicílios que a existência de água canalizada e forma de abastecimento era classificada como “Tinham - no terreno ou na propriedade - poço ou nascente na propriedade”, “Tinham - no terreno ou na propriedade - poço ou nascente fora da propriedade”, “Tinham - no terreno ou na propriedade - outra forma de abastecimento” ou “Não tinham água canalizada”, com o destino do lixo classificado como “Outro” e que “Não tinham banheiro ou sanitário”, “Tinham sanitário - outro escoadouro” ou “Tinham banheiro - outro escoadouro”. Assim, quanto menor o percentual obtido para o indicador 2, melhor era o resultado do município em relação às condições das moradias. Assim, considerou-se como moradia inadequada as residências que possuíam resposta insatisfatória nas três variáveis analisadas simultaneamente, não tendo sido realizado nenhum tipo de ponderação para as residências que atendiam apenas uma das variáveis. Para o indicador 3, primeiramente, foi calculado o total de pessoas declaradas de raça preta, parda ou indígena e esse total foi multiplicado pelo percentual de esgoto não tratado² por morador em relação ao total de moradores em cada município. Dessa forma, foi possível apontar a injustiça racial na distribuição da infraestrutura urbana. Assim, quanto menor o percentual obtido, melhor o desempenho do município em relação às condições de vida de pessoas pretas, pardas e indígenas.

Quanto à análise da dimensão ambiental, foram utilizadas variáveis capazes de revelar o grau de pressão exercida sobre o meio ambiente em cada município, trazendo

²“Não tinham banheiro nem sanitário”, “Tinham banheiro - de uso exclusivo do domicílio - fossa rudimentar”, “Tinham banheiro - de uso exclusivo do domicílio - outro”, “Tinham banheiro - de uso exclusivo do domicílio - rio, lago ou mar”, “Tinham banheiro - de uso exclusivo do domicílio - vala”, “Tinham sanitário - fossa rudimentar”, “Tinham sanitário - outro escoadouro”, “Tinham sanitário - rio, lago ou mar” e “Tinham sanitário - vala”.

indicadores de (i) contaminação das águas e da terra, composto por subindicadores de esgoto não tratado e uso de agrotóxicos; e de (ii) poluição do ar, com o indicador de emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE)³. Para o indicador 1, seguiu-se o método adotado por Costa e Favareto (2023), estimando a média de litros de agrotóxico consumido por hectare para cada tipo de cultura produzida na lavoura⁴. Com essa estimativa, multiplicou-se o dado pela quantidade de hectares de cada tipo de lavoura, disponível nos dados da Produção Agrícola Municipal (PAM), de 2010⁵. Para esse indicador, quanto mais próximo de zero, melhor o resultado, já que o município está menos sujeito ao uso de agrotóxicos. Para o indicador 2, optou-se pelos dados do Censo do IBGE de 2010 relativo ao número de domicílios atendidos pela rede geral de esgoto ou pluvial ou fossa séptica, somados todos com essas características por município e divididos pelo total de domicílios no município. Para esse indicador, quanto maior o percentual, melhor o resultado, já que as moradias possuem maior percentual de esgoto tratado. No indicador 3, para efeito da avaliação da poluição do ar, adotaram-se os dados do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), levando em conta a soma das emissões em todos os setores (agropecuária, energia, mudança de uso da terra e florestas, processos industriais e resíduos). Essas emissões já consideram as reduções (ou sequestros de GEE) de cada município, o que traz para os resultados as trajetórias municipais, que podem ser positivas, caso haja maior emissão que sequestro, ou negativas, caso contrário. Neste caso, quanto menor o valor, melhor o resultado dado que o município está menos sujeito a poluição do ar.

O Quadro 2 resume os intervalos de variações dos índices e como os indicadores utilizados serão interpretados para inferir o ranking de desempenho em cada um deles.

³ Disponível em:

https://plataforma.seeg.eco.br/?_gl=1*1u6993d*_ga*MTgxNDQxNDU0Mi4xNzA4MzkxNTE2*_ga_XZWSWEJDWQ*MTcwODM5MTUxNS4xLjAuMTcwODM5MTUxNS4wLjAuMA.

⁴ Estimativa utilizada pelos autores de litros de agrotóxicos por hectare: Soja, 17,7; Milho, 7,4; Cana-de-açúcar, 4,8; Algodão, 28,6; Trigo, 10; Fumo, 60; Arroz, 10; Café, 10; Cítricos (somatório de laranja, limão e tangerina), 23; Feijão, 5; Banana, 10; Tomate, 20; Uva, 12; Girassol, 7,4; Mamão, 10; Melancia, 3; Abacaxi, 3; Manga, 3; Melão, 3.

⁵ Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>.

Quadro 2 – Interpretação dos indicadores utilizados

Dimensão	Varição do índice	Interpretação
Econômica	$0 < \text{IFDM emprego e renda} < 1$	Quanto mais próximo de um melhor
	$0 < \text{Gini} < 1$	Quanto mais próximo de zero melhor
	$0\% < \text{Domicílios com Bolsa Família} < 100\%$	Quanto menor o percentual melhor
Social	$0 < \text{IFDM saúde e educação} < 1$	Quanto mais próximo de um melhor
	$0\% < \text{Moradia inadequada} < 100\%$	Quanto menor o percentual melhor
	$0\% < \text{Justiça racial} < 100\%$	Quanto menor o percentual melhor
Ambiental	$0 < \text{Agrotóxicos} < \text{infinito}$	Quanto mais próximo de zero melhor
	$0\% < \text{Esgoto tratado} < 100\%$	Quanto maior o percentual melhor
	$0 < \text{Gases de Efeito Estufa} < \text{infinito}$	Quanto menor o valor melhor

Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo (2025).

Após o levantamento dos dados por município, foi feito um ranqueamento dos 92 municípios do ERJ para cada um dos indicadores descritos no Quadro 1 e observando a interpretação segundo o Quadro 2.

Em seguida, foram elaborados mapas para cada indicador, levando-se em conta a posição no ranking entre os 92 municípios, os classificando em três categorias de desempenho arbitrariamente propostas: “superior” (até a posição 30, cor verde no mapa), “intermediário” (da posição 31 a 61, cor amarela) e “inferior” (da posição 62 a 92, cor vermelha).

Por fim, foram elaborados mapas síntese de cada dimensão, os quais combinam os resultados dos vários indicadores da seguinte forma: considerou-se como desempenho “superior” os municípios sem nenhum indicador inferior; como desempenho “intermediário”, os municípios com um indicador inferior; como desempenho “inferior”, os municípios com dois ou três indicadores inferiores. O Quadro 3 resume as informações sobre a construção dos mapas dos indicadores de cada dimensão e da síntese.

Quadro 3 - Critérios de classificações de desempenho por ranking e no mapa síntese

Classificação de desempenho segundo posição no ranking		
Desempenho	Posição	Cor no mapa
Superior	Até 30ª	Verde
Intermediário	De 31ª a 60ª	Amarelo
Inferior	De 61ª a 92ª	Vermelho
Classificação de desempenho no mapa síntese de cada dimensão		
Desempenho	Critério de classificação	Cor no mapa
Superior	Sem nenhum indicador inferior	Verde
Intermediário	Com 1 indicador inferior	Amarelo
Inferior	Com 2 ou 3 indicadores inferiores	Vermelho

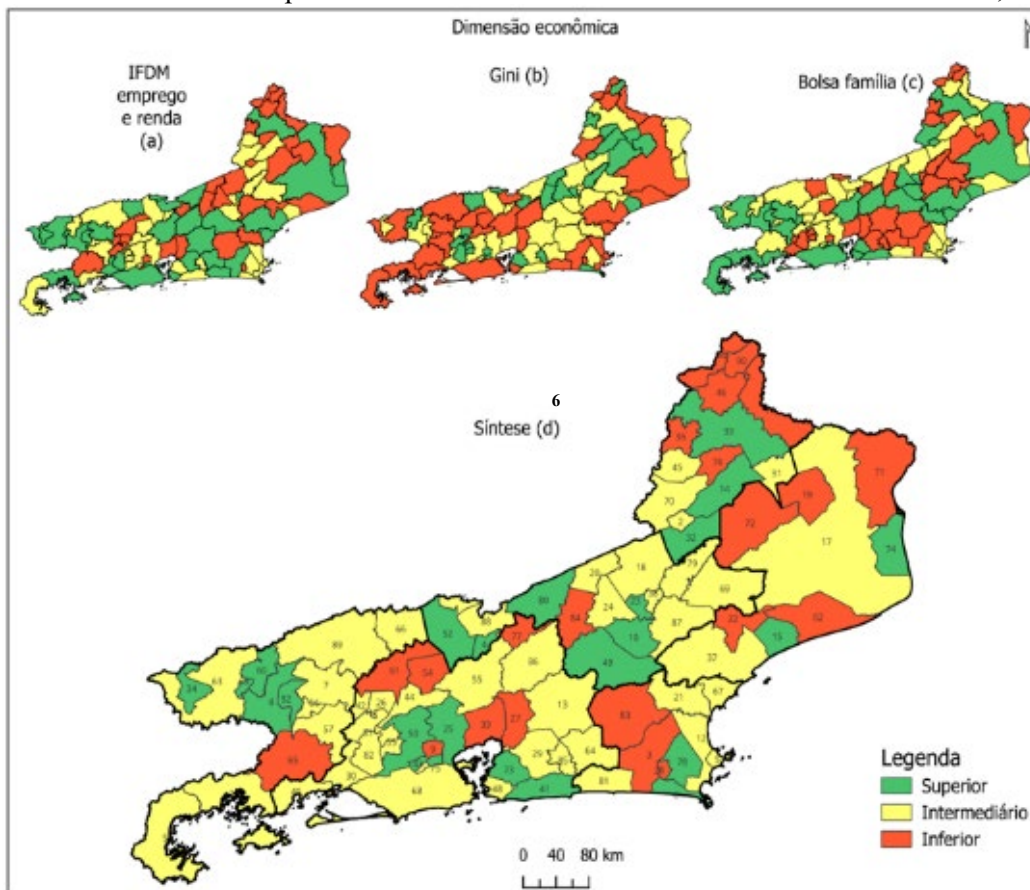
Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo (2025).

A próxima seção apresenta os resultados obtidos ao se realizar a aplicação dos indicadores aos dados do Estado do Rio de Janeiro.

3 RESULTADOS: APLICAÇÃO DOS INDICADORES

A Figura 1 traz os resultados dos três indicadores da dimensão econômica e, no quadrante (d), o mapa síntese desta dimensão. De forma geral, observa-se que, dos 92 municípios do ERJ, 24 possuem desempenho superior no mapa síntese, 46 possuem desempenho intermediário e 22 possuem desempenho inferior. A legenda do mapa traz o ranking dos municípios por desempenho, por exemplo, para o desempenho superior, Barra Mansa foi o município com mais alto desempenho e São Gonçalo com o mais baixo.

Figura 1 – Rio de Janeiro: mapas dos três indicadores e da síntese da dimensão econômica, 2010



Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo (2025).

Em relação aos achados, observou-se que o fator discriminante para o resultado intermediário de desenvolvimento econômico dos municípios do Rio de Janeiro, Niterói, Campos dos Goytacazes e Macaé foi o índice de Gini, já que esses quatro municípios apresentam baixa proporção populacional cadastrada no Bolsa Família e um bom resultado em relação aos níveis de emprego e renda. Todavia, a alta concentração de renda

6Legenda - Quadrante (d) – Síntese dimensão econômica. Superior (24): 8- Barra Mansa, 33- Itaperuna, 49- Nova Friburgo, 92- Volta Redonda, 10- Bom Jardim, 25- Duque de Caxias, 32- Itaocara, 34- Itatiaia, 41- Maricá, 43- Mesquita, 50- Nova Iguaçu, 52- Paraíba do Sul, 74- São J. da Barra, 78- São P. da Aldeia, 80- Sapucaia, 75- São J. de Meriti, 4- Areal, 6- Arraial do Cabo, 14- Cambuci, 60- Quatis, 15- Carapebus, 23- Cordeiro, 59- Porto Real, 73- São Gonçalo. **Intermediário (46):** 1- Angra dos Reis, 7- Barra do Piraí, 17- Campos dos Goytacazes, 37- Macaé, 40- Mangaratiba, 48- Niterói, 53- Paraty, 55- Petrópolis, 57- Piraí, 63- Resende, 67- Rio das Ostras, 68- Rio de Janeiro, 81- Saquarema, 86- Teresópolis, 88- Três Rios, 5- Armação dos Búzios, 12- Cabo Frio, 44- Miguel Pereira, 56- Pinheiral, 70- Santo A. de Pádua, 89- Valença, 18- Cantagalo, 45- Miracema, 69- Santa M. Madalena, 13- Cachoeiras de Macacu, 21- Casimiro de Abreu, 29- Itaboraí, 30- Itaguaí, 38- Macuco, 42- Mendes, 64- Rio Bonito, 87- Trajano de Moraes, 2- Aperibé, 16- Comendador L. Gasparian, 20- Carmo, 24- Duas Barras, 26- Engenheiro P. de Frontin, 31- Italva, 35- Japeri, 47- Nilópolis, 51- Paracambi, 61- Queimados, 66- Rio das Flores, 79- São S. do Alto, 82- Seropédica, 85- Tanguá. **Inferior (22):** 3- Araruama, 28- Iguaba Grande, 11- Bom J. do Itabapoana, 46- Natividade, 54- Paty do Alferes, 62- Quissamã, 65- Rio Claro, 91- Vassouras, 9- Belford Roxo, 19- Cardoso Moreira, 22- Conceição de Macabu, 27- Guapimirim, 36- Laje do Muriaé, 39- Magé, 58- Porciúncula, 71- São F. de Itabapoana, 72- São Fidélis, 76- São J. de Ubá, 77- São J. do V. do Rio Preto, 83- Silva Jardim, 84- Sumidouro, 90- Varre-Sai.

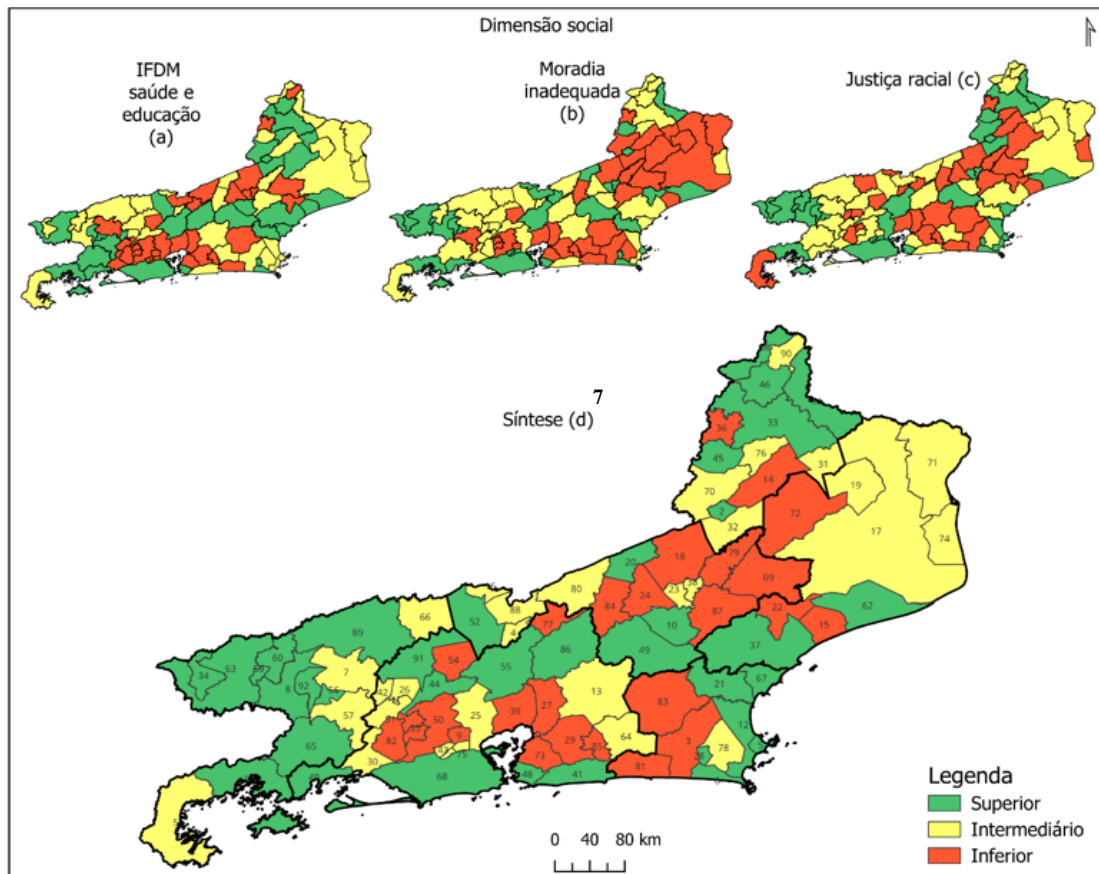
per capita domiciliar observada nesses municípios, indicador 2 incluído nesta dimensão, os impede de serem classificados como desempenho econômico superior no mapa síntese. Exemplos inversos podem ser percebidos para alguns municípios que apresentaram desempenho econômico superior no mapa síntese, tais como Nova Friburgo e Barra Mansa em razão de apresentarem um nível de desigualdade da renda per capita domiciliar intermediário, baixo percentual de famílias cadastradas no Bolsa Família e bom resultado em relação a emprego e renda. Esses dados mostram que ainda há muito que se melhorar no ERJ em relação aos indicadores econômicos, sobretudo no que diz respeito à distribuição de riqueza entre os municípios.

É importante ressaltar que com a descoberta do petróleo na Bacia de Campos, desde os anos 2000, a dinâmica econômica do ERJ, se deslocou da Metrópole para a região Norte Fluminense, que tem os municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé como os dois mais importantes da região. Entretanto, ficou claro que o dinamismo econômico não acompanhou a distribuição de riqueza. Desta forma, verifica-se que, apesar de a Região Norte Fluminense ter adquirido protagonismo no que diz respeito aos indicadores tradicionais de renda e emprego, quando se considerou os fatores de dotação inicial de riqueza per capita domiciliar, o mapa síntese da dimensão econômica revelou um desempenho intermediário.

Mais do que isso, a inclusão do índice de renda domiciliar per capita permitiu captar outras fontes de renda além daquelas vindas do emprego formal. Esse ponto pode ser exemplificado pela mudança de posição no ranking do município de São Francisco de Itabapoana de desempenho inferior no mapa do quadrante (a) para desempenho intermediário no mapa do quadrante (b), refletindo o elevado índice de informalidade registrado naquele município.

A Figura 2 traz os diferentes resultados dos três indicadores da dimensão social e o quadrante (d) mostra o mapa síntese desta dimensão. De modo geral, observa-se que 36 municípios possuem desempenho superior no mapa síntese, 30 possuem desempenho intermediário e 26 possuem desempenho inferior. O conjunto desse resultado é razoavelmente melhor que o da dimensão econômica. O desempenho da dimensão social superior no mapa síntese é de 39% contra 26% da dimensão econômica superior, provavelmente explicado pela obrigatoriedade constitucional de aplicação de recursos em educação e saúde, o que permite uma equalização maior entre os municípios.

Figura 2 – Rio de Janeiro: mapas dos três indicadores e da síntese da dimensão social, 2010



Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo (2025).

É importante notar os diferenciais de desempenho em cada indicador da dimensão social nos dois municípios mais importantes da Região Norte Fluminense. Campos teve desempenho intermediário nos índices de saúde e educação, enquanto Macaé, desempenho superior. A inserção do indicador moradia inadequada é intermediária para

⁷**Legenda - Quadrante d – Síntese dimensão social. Superior (36):** 1 - Angra dos Reis, 8 - Barra Mansa, 28 - Iguaba Grande, 33 - Itaperuna, 40 - Mangaratiba, 48 - Niterói, 49 - Nova Friburgo, 55 - Petrópolis, 63 - Resende, 67 - Rio das Ostras, 68 - Rio de Janeiro, 92 - Volta Redonda, 5 - Armação dos Búzios, 6 - Arraial do Cabo, 34 - Itatiaia, 45 - Miracema, 56 - Pinheiral, 2 - Aperibé, 11 - Bom J. do Itabapoana, 21 - Casimiro de Abreu, 59 - Porto Real, 62 - Quissamã, 37 - Macaé, 86 - Teresópolis, 10 - Bom Jardim, 12 - Cabo Frio, 41 - Maricá, 44 - Miguel Pereira, 52 - Paraíba do Sul, 60 - Quatis, 89 - Valença, 20 - Carmo, 46 - Natividade, 58 - Porciúncula, 65 - Rio Claro, 91 - Vassouras. **Intermediário (30):** 75 - São J. de Meriti, 32 - Itaocara, 43 - Mesquita, 70 - Santo A. de Pádua, 23 - Cordeiro, 38 - Macuco, 47 - Nilópolis, 7 - Barra do Piraí, 17 - Campos dos Goytacazes, 53 - Paraty, 4 - Areal, 74 - São J. da Barra, 78 - São P. da Aldeia, 80 - Sapucaia, 13 - Cachoeiras de Macacu, 19 - Cardoso Moreira, 26 - Engenheiro P. de Frontin, 30 - Itaguaí, 51 - Paracambi, 64 - Rio Bonito, 66 - Rio das Flores, 71 - São F. de Itabapoana, 90 - Varre-Sai, 57 - Piraí, 88 - Três Rios, 25 - Duque de Caxias, 16 - Comendador L. Gasparian, 31 - Italva, 42 - Mendes, 76 - São J. de Ubá. **Inferior (26):** 3 - Araruama, 81 - Saquarema, 14 - Cambuci, 18 - Cantagalo, 50 - Nova Iguaçu, 69 - Santa M. Madalena, 9 - Belford Roxo, 15 - Carapebus, 22 - Conceição de Macabu, 24 - Duas Barras, 27 - Guapimirim, 29 - Itaboraí, 35 - Japeri, 36 - Laje do Muriaé, 39 - Magé, 54 - Paty do Alferes, 61 - Queimados, 72 - São Fidélis, 73 - São Gonçalo, 77 - São J. do V. do Rio Preto, 79 - São Sebastião do Alto, 82 - Seropédica, 83 - Silva Jardim, 84 - Sumidouro, 85 - Tanguá, 87 - Trajano de Moraes.

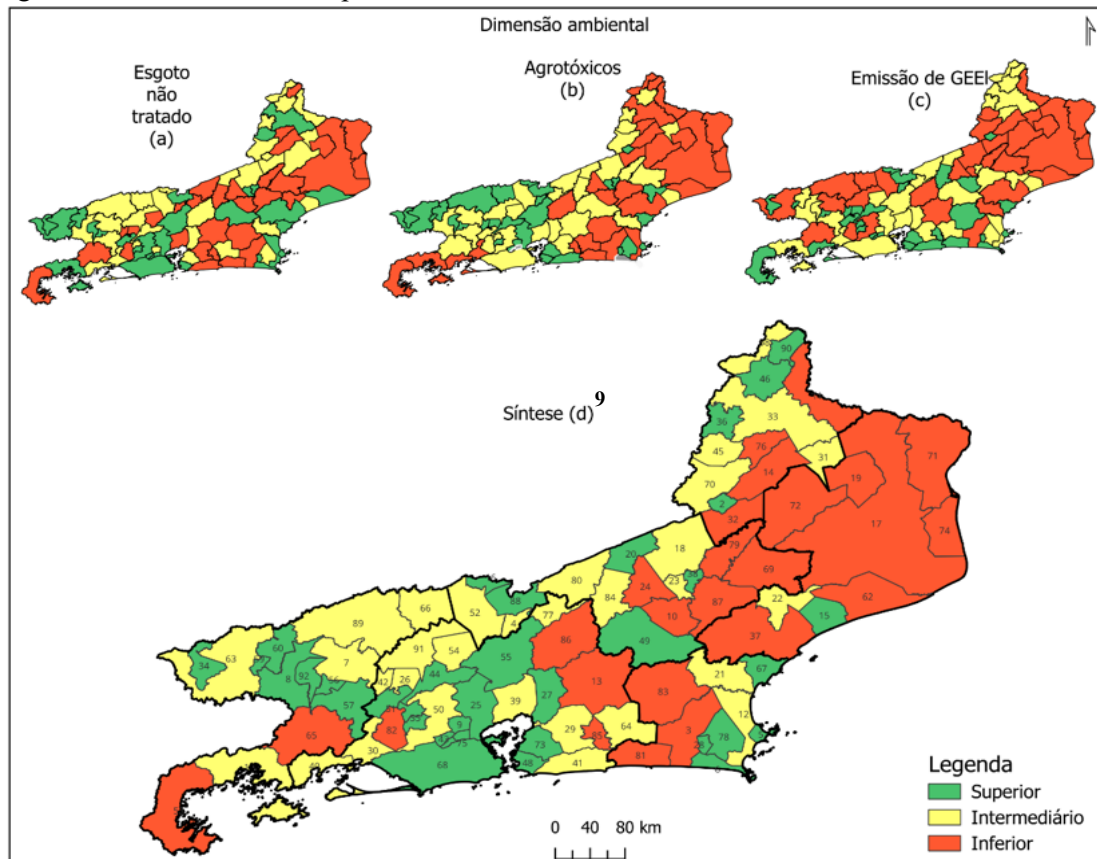
Macaé e inferior para Campos, o que faz com que este último tenha uma posição intermediária de desempenho no mapa síntese, enquanto o primeiro tenha desempenho superior. Isto mostra que, apesar de ambos os municípios estarem localizados na mesma região e desfrutarem da mesma forma dos royalties do petróleo, Macaé oferece condições sociais de vida para seus moradores melhores que as de Campos. Pode-se especular que essas diferenças poderiam estar relacionadas com o uso que cada prefeitura tem feito dos royalties do petróleo recebidos por cada município.

Para os municípios do Rio de Janeiro e Niterói todos os indicadores da dimensão social foram ranqueados na posição de desempenho mais avançada. Em parte, este resultado pode ser atribuído a maior centralidade desses municípios por ser a atual capital do ERJ e por ter sido a antiga capital do mesmo estado até 1975⁸. Nestas cidades capitais a efetividade das políticas de saúde e educação, bem como a superioridade da urbanização e da justiça racial são mais evoluídas do que em cidades com menor centralidade. Além disso, são cidades mais cosmopolitas e oferecem condições sociais de vida para seus moradores superiores às das demais cidades. Outras exceções são os municípios de Resende e Nova Friburgo, por razões distintas dos dois municípios anteriores. Nesses, pode-se especular que uma das razões é a centralidade da indústria, outro fator relevante da crescente urbanização e melhoria da qualidade de vida nas cidades.

A Figura 3 traz os diferentes resultados dos três indicadores da dimensão ambiental e o quadrante (d) mostra a síntese desta dimensão. De modo geral, 36 municípios possuem desempenho superior na síntese ambiental, 31 possuem desempenho intermediário e 25 possuem desempenho inferior. Da mesma forma que na dimensão social, esse conjunto de resultados do número de municípios com desempenho ambiental superior no mapa síntese é melhor que o da dimensão econômica (39% contra 26%).

⁸O ano de 1975 foi o ano da fusão do Estado do Rio de Janeiro com o Estado da Guanabara.

Figura 3 – Rio de Janeiro: mapas dos três indicadores e da síntese da dimensão ambiental, 2010



Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo (2025).

O indicador de esgoto não tratado apresentou um desempenho superior para Macaé, indicando que o acesso às condições sanitárias é superior neste município. Por outro lado, esse indicador apresentou desempenho inferior em Campos dos Goytacazes. O uso de agrotóxicos e a emissão de GEE apresentaram desempenho inferior em Campos e Macaé. No indicador referente a esgoto não tratado tanto o Rio de Janeiro quanto Niterói

⁹**Legenda - Quadrante d – Síntese dimensão ambiental. Superior (36):** 8 - Barra Mansa, 48 - Niterói, 55 - Petrópolis, 75 - São J. de Meriti, 92 - Volta Redonda, 34 - Itatiaia, 43 - Mesquita, 56 - Pinheiral, 2 - Aperibé, 38 - Macuco, 47 - Nilópolis, 59 - Porto Real, 60 - Quatis, 46 - Natividade, 51 - Paracambi, 88 - Três Rios, 25 - Duque de Caxias, 9 - Belford Roxo, 16 - Comendador L. Gasparian, 61 - Queimados, 73 - São Gonçalo, 49 - Nova Friburgo, 68 - Rio de Janeiro, 20 - Carmo, 90 - Varre-Sai, 57 - Pirai, 15 - Carapebus, 35 - Japeri, 36 - Laje do Muriaé, 6 - Arraial do Cabo, 28 - Iguaçu Grande, 67 - Rio das Ostras, 5 - Armação dos Búzios, 44 - Miguel Pereira, 78 - São P. da Aldeia, 27 - Guapimirim. **Intermediário (31):** 80 - Sapucaia, 22 - Conceição de Macabu, 39 - Magé, 63 - Resende, 23 - Cordeiro, 4 - Areal, 41 - Maricá, 26 - Engenheiro P. de Frontin, 50 - Nova Iguaçu, 42 - Mendes, 33 - Itaperuna, 45 - Miracema, 70 - Santo A. de Pádua, 7 - Barra do Pirai, 12 - Cabo Frio, 89 - Valença, 30 - Itaguaí, 58 - Porciúncula, 64 - Rio Bonito, 66 - Rio das Flores, 18 - Cantagalo, 29 - Itaboraí, 31 - Italva, 54 - Paty do Alferes, 77 - São J. do V. do Rio Preto, 84 - Sumidouro, 52 - Paraíba do Sul, 91 - Vassouras, 40 - Mangaratiba, 21 - Casimiro de Abreu, 1 - Angra dos Reis. **Inferior (25):** 13 - Cachoeiras de Macacu, 65 - Rio Claro, 76 - São J. de Ubá, 2 - Seropédica, 85 - Tanguá, 11 - Bom J. do Itabapoana, 62 - Quissamã, 10 - Bom Jardim, 72 - São Fidélis, 37 - Macaé, 14 - Cambuci, 69 - Santa M. Madalena, 32 - Itaocara, 17 - Campos dos Goytacazes, 53 - Paraty, 86 - Teresópolis, 74 - São João da Barra, 19 - Cardoso Moreira, 71 - São F. de Itabapoana, 3 - Araruama, 81 - Saquarema, 24 - Duas Barras, 79 - São S. do Alto, 83 - Silva Jardim, 87 - Trajano de Moraes.

possuem desempenho superior. Porém, em relação ao indicador de agrotóxicos Niterói possui desempenho superior e o Rio de Janeiro possui desempenho intermediário. Esse mesmo resultado é observado no indicador de emissão de GEE.

Assim, no que diz respeito a dimensão ambiental, observa-se que Campos possui os piores resultados, os quais provavelmente são decorrentes da sua especialização rural, sobretudo em cana-de-açúcar, que implica na queima de plantações e amplo uso de agrotóxicos, o esgoto não tratado também pode estar refletindo as condições de vida precárias dos trabalhadores rurais nesse município. Macaé também possui desempenho inferior no mapa síntese desta dimensão ainda que suas atividades sejam mais industriais do que rurais. Este é um exemplo típico do paradoxo da urbanização e da industrialização, fatores que são frequentemente mencionados na literatura como positivos para o aumento da qualidade de vida nas cidades. Entretanto, ao se considerar a dimensão ambiental ambos os fatores podem contribuir com externalidades negativas, piorando a qualidade de vida. O contraponto a este paradoxo é o município de Niterói com todos os indicadores superiores, levando a um desempenho superior no mapa síntese da dimensão ambiental, resultado condizente com as destacadas políticas ambientais e de saneamento do município e que demonstra que é possível se urbanizar e industrializar desde que as políticas públicas as regulamentem e indiquem a direção desejada de melhoria da qualidade ambiental.

Um ponto que chama a atenção em relação aos resultados observados para Campos dos Goytacazes, sobretudo no que diz respeito as condições de vida da população, é o contraste entre o desempenho superior em emprego e renda e inferior em moradia inadequada e esgoto não tratado, mostrando-se que bom desempenho econômico nem sempre se reflete em melhores condições de vida. Esse resultado é corroborado pelo alto índice de trabalho análogo a escravidão observada neste município. Campos é a primeira cidade do ERJ e a quinta do país em resgates de trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão. Esses resgates ocorrem em sua maioria (87%) no campo, em atividades de pecuária e agricultura, e em Campos, o setor de cana-de-açúcar se destaca¹⁰, este fato, de certa forma, corrobora os achados encontrados neste artigo.

Uma visão agregada dos resultados de desempenho dos municípios por mapa síntese de cada dimensão pode ser visualizada na Tabela 1.

¹⁰Disponível em: <https://j3news.com/2023/03/26/campos-lidera-ranking-do-trabalho-escravo-no-rio/#:~:text=Campos%20dos%20Goytacazes%20é%20a,Tráfico%20de%20Pessoas%20no%20Brasil>.

Tabela 1 – Número (N) e percentual (%) de municípios por desempenho

Classificação \ Dimensão	Econômica		Social		Ambiental	
	N	%	N	%	N	%
Superior	24	26	36	39	36	39
Intermediário	46	50	30	33	31	34
Inferior	22	24	26	28	25	27
Total	92	100	92	100	92	100

Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo (2025).

De modo geral, pode-se perceber o desbalanceamento entre o número de municípios ranqueados nas diferentes dimensões por nível de desempenho. Na dimensão econômica, registra-se o menor número de municípios com desempenho superior (24) e inferior (22) comparativamente às demais dimensões. Nesta dimensão 50% dos municípios têm desempenho intermediário. O número de municípios com desempenho superior nas dimensões social e ambiental é maior do que o da dimensão econômica. Os conjuntos de desempenho desequilibrados sugerem que não basta maior número de municípios com dimensões sociais e ambientais superiores às da dimensão econômica, deve haver também oportunidades maiores de emprego e renda formais para um desenvolvimento que seja incluyente socialmente. Relevantes aqui são os investimentos e a diversificação da economia do ERJ, além da definição de políticas de qualidade do sistema social e ambiental que procurem equilibrar as diferentes dimensões e garantir um desenvolvimento capaz de ultrapassar a dimensão econômica tradicional.

4 DISCUSSÃO

Os indicadores tradicionais de desenvolvimento, baseados somente no produto interno bruto (PIB), desde há muito tempo não são considerados uma métrica adequada para alcançar o bem-estar. Segundo Stiglitz *et al* (2010), quando a distribuição de renda é pior, o indicador agregado *per capita*, derivado do PIB, não consegue mensurar a situação na qual a maioria das pessoas se encontra. Além disso, se a desigualdade é maior do que o crescimento da renda média *per capita*, a situação da maioria da população pode ter piorado, mesmo com a renda crescendo. As condições do bem-estar estão intrinsecamente relacionadas com as dotações iniciais de riqueza e sua distribuição.

Este resultado foi também evidenciado por este artigo quando se incluiu a questão da distribuição da riqueza e da pobreza para complementar a dimensão econômica, pois

ainda que Macaé e Campos, por exemplo, tenham se destacado no indicador de emprego e renda, isso não se refletiu na melhoria do bem-estar em sua dimensão econômica, explicado principalmente pelo indicador de desigualdade de distribuição de renda. De fato, outros municípios como Barra Mansa e Nova Friburgo, embora não apresentassem as melhores posições no ranking de emprego e renda, ostentavam indicadores de distribuição de riqueza melhores, resultando em um desempenho superior no mapa da dimensão econômica. Um dos indicadores adicionados a esta dimensão, o índice de renda domiciliar *per capita*, corrobora a crítica de Stiglitz *et al* (2010), pois permitiu alargar a questão da distribuição da riqueza para além da renda do trabalho formal, captando além da renda gerada pelo emprego formal, aquela gerada por trabalho informal que é a situação de trabalho mais comum em muitos municípios brasileiros.

Os achados da dimensão social, em particular as políticas de saúde e educação mostraram uma certa convergência nos resultados do *ranking* dos municípios, mas este elemento que já é enfatizado por Sen (1985) para o alcance do desenvolvimento em sua dimensão humana, não é suficiente para inferir as desigualdades entre os indivíduos, até porque a obrigatoriedade de investimento em saúde e educação por parte dos três entes federativos brasileiros explica em parte esta convergência.

As desigualdades podem ser também percebidas por grupos socioeconômicos, gênero e raça. A inserção dos indicadores 2 e 3 na proposta de indicador multidimensional, respectivamente, percentual de domicílios particulares permanentes com características do entorno inadequada sobre o total destes domicílios e proporção da população declarada de raça preta, parda ou indígena residindo em ambiente com esgoto a céu aberto, revelaram outras desigualdades que podem afetar de modo desigual a saúde das pessoas. De fato, conforme ensinamento de Furtado (1974), as infraestruturas desiguais disponíveis para diferentes grupos populacionais acabam reforçando as disparidades entre eles ao invés de corrigi-las à medida que o processo desequilibrado do sistema capitalista avança. Piquet (2007) se refere a esse fenômeno do subdesenvolvimento como “urbanização descapitalizada”, entendido como aquela que não apresenta investimentos em infraestrutura e serviços públicos condizentes com o crescimento da população urbana.

Cunha e Hasenclever (2011) sustentam a importância de se pensar o desenvolvimento levando em conta uma trajetória de coevolução entre ambiente, sociedade e economia para garantir a sua sustentabilidade nos termos de Georgescu-

Roegen. Esse aspecto foi pensado na elaboração do indicador multidimensional proposto para a análise do caso do ERJ que contém as três dimensões.

A metodologia adotada neste artigo para a construção do indicador multidimensional, entretanto, ainda não permitiu cruzar os efeitos das três dimensões, ela foi capaz de mostrar apenas que os resultados de cada dimensão são variáveis, dependendo do acréscimo dos indicadores em cada uma delas, complexificando os indicadores PIB per capita e IDH em sua dimensão saúde, além de acrescentar três indicadores ambientais ausentes nesses indicadores. Essa é também uma dificuldade de diferentes propostas metodológicas para inferência de um indicador de desenvolvimento sustentável que aborde simultaneamente as três dimensões. Segundo Juliani e Feitosa (2011), a sua mensuração apresenta-se como desafio para a comunidade científica que busca por novas propostas conceituais que possam identificar ferramentas que melhor avaliem o desempenho econômico, a qualidade de vida e o bem-estar das populações.

Em busca de outras propostas metodológicas pode-se citar os trabalhos de autores que baseados na abordagem do desenvolvimento humano do PNUD (1990) procuram ampliar a visão estática para analisar a dinâmica do desenvolvimento socioeconômico usando como parâmetro metodológico a classificação dos municípios adotadas por Ranis *et al* (2000): a) tendendo ao crescimento; b) tendendo ao desenvolvimento; c) círculo vicioso; e d) círculo virtuoso. São exemplos o estudo de Raiher e Ferreira de Lima (2014), Silva *et al* (2021) e Duarte e Barbosa (2023), estudando, respectivamente, os estados do Rio Grande do Sul, ERJ e de Santa Catarina. Os resultados encontrados, independente da metodologia distinta adotada, corroboram também os resultados deste artigo, no sentido de que, a ausência de coevolução das dimensões econômica, social e ambiental acabam mantendo, a maioria dos municípios destes estados, abaixo do círculo virtuoso já que as condições sociais e ambientais melhores do que as condições econômicas, não são suficientes para ultrapassar a dificuldade de sair de um desenvolvimento desequilibrado que seja sustentável econômica, social e ambientalmente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal contribuição do artigo foi trazer uma perspectiva alternativa às visões tradicionais e contemporâneas de desenvolvimento embasada em visões teóricas seminais de, por exemplo, Amartya Sen, Celso Furtado e Georgescu-Roegen, as quais

visam alargar o conceito de desenvolvimento para além da dimensão econômica, incluindo indicadores que captam melhor o bem-estar e a qualidade de vida. De fato, o bem-estar é multidimensional e inclui padrão material de vida (renda, mas também consumo e riqueza), saúde, educação e ambiente (condições presentes e futuras).

Os resultados encontrados, aplicando-se metodologia de indicadores multidimensionais aos municípios do ERJ, parecem confirmar a hipótese empírica de que nem sempre as regiões com melhores indicadores econômicos são aquelas em que o desempenho das demais variáveis acompanham a sua posição de liderança neste quesito, sugerindo que a visão clássica de desenvolvimento, baseada em indicadores de renda e emprego, mesmo quando ampliada para saúde e educação, é insuficiente para caracterizar um quadro de qualidade de vida e bem-estar das populações.

Em termos de lições que a aplicação do indicador multidimensional ao ERJ traz para os leitores é que ainda há muito que se melhorar no ERJ. Em relação aos indicadores econômicos, com ênfase no que diz respeito à distribuição de riqueza entre os municípios, políticas de distribuição da riqueza precisam ser pensadas ao lado do padrão de produção altamente especializado em petróleo que é uma atividade concentradora de capitais e excludente de trabalhadores com baixa qualificação. Além disso, observou-se que o bom resultado em indicadores de emprego e renda nem sempre se refletem em melhores condições de vida para seus habitantes (dimensão social), sobretudo em Macaé e Campos dos Goytacazes. A forte dependência da agricultura de alguns municípios os leva a ter resultados piores na dimensão ambiental, sobretudo em Campos, e isto se reflete em condições de vida precárias para os seus habitantes. E ainda, como corolário, percebeu-se que as políticas públicas sociais e ambientais são indispensáveis. É necessário que, junto com a urbanização e a industrialização, sejam mitigados os efeitos sociais e ambientais deletérios que impedem os municípios de atingirem níveis mais elevados de desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental.

A contribuição deste artigo é ainda limitada por duas razões principais. Metodologicamente, a classificação do desempenho no mapa síntese dos municípios foi arbitrada. Além disso, outros aspectos não foram incorporados na proposta metodológica de indicadores multidimensionais, tais como democracia e governança, conexões sociais e relacionamentos, insegurança de natureza econômica e física (dimensão política), os quais são também importantes elementos da possibilidade de aproveitamento das oportunidades pelos indivíduos quando elas se apresentam. A segunda razão diz respeito as distintas fontes de dados das variáveis consideradas para criar os três indicadores de

cada dimensão, que muitas vezes partem de metodologias distintas, assunto não aprofundado e debatido neste artigo, que levou em conta apenas a compatibilidade temporal das bases de dados.

Pesquisas futuras mais robustas sobre o peso de cada indicador na elaboração da síntese das dimensões e aquelas que procurem incorporar novas fontes de dados para a dimensão política, ainda ausente, são desejáveis para ampliar o conhecimento sobre o desenvolvimento das populações nas suas dimensões de bem-estar econômico, social e ambiental.

REFERÊNCIAS

COSTA, R. G.; FAVARETO, A. Desenvolvimento regional revisitado: uma análise de indicadores econômicos, sociais e ambientais no estado de São Paulo no início do século XXI. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 25, e202325, 2023.

CUNHA, S. K. DA; HASENCLEVER, L. Eco inovação e a transição para o desenvolvimento sustentável. In: Neves, L.S. (org.). **Sustentabilidade: anais de textos selecionados do V Seminário sobre Sustentabilidade**. Curitiba: Editora Juruá, 2011, p.51-72.

DUARTE, V. N.; BARBOSA, F. R. G. M. A dinâmica do desenvolvimento socioeconômico dos municípios da região da AMARP em Santa Catarina-Brasil. In: **61º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER** 23 a 27 de julho de 2023 | Piracicaba – SP.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**, 2010. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/downloads/>. Acesso em: 27 fev. 2024.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra S/A. 3. ed. 1974.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-emografico/demografico-2010/inicial>. Acesso em: 27 fev. 2024.

JULIANI, A. J.; FEITOSA, P. H. A. Alternativas para mensuração do desempenho econômico e progresso social: uma aplicação da proposta da comissão Stiglitz-Sen-Fitoussi para as Regiões brasileiras. In: **IX ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO**, outubro de 2011, Brasília - DF – Brasil.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Beneficiários do Bolsa Família**, 2010. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/>. Acesso em: 27 fev. 2024.

PIQUET, R. **Indústria e território no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

PNUD. **Human Development Report 1990. New work**: United Nations Development Programme, 1990.

PREBISH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, v.3, n.3, pp. 47-111, 1949.

RAIHER, A. P.; FERRERA DE LIMA, J. Desenvolvimento Humano Municipal no Sul do Brasil: evolução recente e círculo vicioso da pobreza. **Acta Scientiarum Human and Social Sciences**, v.36, n.2, p.147-154, 2014.

RANIS, G.; STEWART, F.; RAMIREZ, A. Economic growth and human development. **World development**, Amsterdam, NLD, v. 28, n. 2, p. 197–219, 2000.

SISTEMA DE ESTIMATIVA DE EMISSÃO DE GASES. **Gases do Efeito Estufa**, 2010. Disponível em: <https://plataforma.seeg.eco.br/>. Acesso em: 27 fev. 2024.

SEN, A. A Decade of Human Development. **Journal of Human Development**, 1(1). p. 17-23, 2000.

STIGLITZ, J. E.; SEN, A.; FITOUSSI, J.-P. **Mis-measuring our lives: why GDP doesn't add up**. New York: The New Press, 2010.

SILVA, F. F.; HASENCLEVER, L.; MATIAS, I; FAURE, Y. A relação entre crescimento econômico e desenvolvimento humano dos municípios do estado do Rio de Janeiro, 2010. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, n.21, jul-dez, p. 83-108, 2021.

TABNET. **Índice de Gini**, 2010. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginirj.def>. Acesso em: 27 fev. 2024.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.

A POBREZA RURAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2023)

RURAL POVERTY IN THE STATE OF RIO DE JANEIRO (2023)

Joseane de Souza

 <https://orcid.org/0000-0002-3555-5423>

Correspondência: joseanesouza@uenf.br

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro: Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil.

Georgia Maria Manguiera de Almeida

 <https://orcid.org/0000-0002-6405-8194>

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro: Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil.

Laila de Souza Gomes Pessanha

 <https://orcid.org/0000-0007-0967-7121>

Instituto Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

William dos Santos Melo

 <https://orcid.org/0000-0002-1908-3534>

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro: Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil.

DOI: 10.12957/cdf.2025.91218

Recebido em: 16 abr. 2025 | **Aceito em:** 15 set. 2025

RESUMO

O processo de redução da pobreza é uma agenda fundamental tanto na esfera nacional como também a importantes agendas internacionais, como é o caso da Agenda 2030 em que a meta 1.1 do 1º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, prevê, até 2030, erradicar a pobreza extrema (delimitada por menos de US\$ 1,25 per capita por dia) para todas as pessoas em todos os lugares. Haja vista que a pobreza é mais intensa entre habitantes do meio rural do que no meio urbano, este artigo objetiva analisar o nível de pobreza rural no Estado do Rio de Janeiro. A partir dos microdados da PNADc (2023) adotou-se os seguintes parâmetros: (i) renda domiciliar per capita inferior a R\$208,42, para a linha de extrema pobreza e (ii) renda domiciliar igual ou maior a R\$208,42 e inferior a R\$664,02, para a linha de pobreza. Estimou-se uma população indigente de 17.473 e uma população pobre de 138.446 habitantes e taxas de indigência e de pobreza iguais a 3,9% e 30,6%, respectivamente. Se há mais pobres e indigentes no interior – 139.325 habitantes – a taxa de pobreza é mais elevada na RMRJ (40,2%). Os resultados apontam que no ERJ a pobreza rural é seletiva por sexo, idade, cor/raça e por nível de escolaridade, sendo esta majoritariamente feminina, jovem, preta e parda e possuindo ensino fundamental incompleto. As análises sugerem que o rompimento do ciclo



vicioso da pobreza rural depende de políticas intersetoriais para o desenvolvimento territorial rural, dentre as quais se destacam as políticas educacionais.

Palavras-chave: Linha de pobreza; linha de indigência; pobreza rural; desenvolvimento territorial rural; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

The process of poverty reduction is a fundamental agenda both nationally and for important international agendas, such as the 2030 Agenda, where target 1.1 of the 1st Sustainable Development Goal aims, by 2030, to eradicate extreme poverty (defined as less than US\$ 1.25 per capita per day) for all people everywhere. Given that poverty is more intense among rural inhabitants than in urban areas, this article aims to analyze the level of rural poverty in the State of Rio de Janeiro. Based on microdata from PNADc (2023), the following parameters were adopted: (i) per capita household income below R\$208,42 for the extreme poverty line, and (ii) household income equal to or greater than R\$208.42 and less than R\$664.02 for the poverty line. An indigent population of 17.473 and a poor population of 138.446 inhabitants were estimated, with indigence and poverty rates of 3.9% and 30.6%, respectively. Although there are more poor and indigent people in the interior -139,325 inhabitants- the poverty rate is higher in the RMRJ (40.2%). The results indicate that in the State of Rio de Janeiro, rural poverty is selective by sex, age, color/race, and education level, being predominantly female, young, black and brown, and having incomplete elementary education. The analyses suggest that breaking the vicious cycle of rural poverty depends on intersectoral policies for rural territorial development, among which educational policies stand out.

Keywords: Poverty line; indigence line; rural poverty; rural territorial development; Rio de Janeiro.

1 INTRODUÇÃO

Em 2015, na Assembleia Geral da ONU/Nova Iorque, foi estabelecida a Agenda 2030 – um plano global para o desenvolvimento sustentável – assinada por 193 países, incluindo o Brasil. Uma Agenda ampla e ambiciosa, com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a serem cumpridas por todos os países signatários, em apenas 15 anos.

O primeiro ODS consiste em “acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares” (ONU, 2023), sendo esta subdividida em dois níveis: pobreza extrema e pobreza. Muito embora não haja um consenso entre os pesquisadores sobre uma definição de ambos os termos, o primeiro é comumente usado para fazer referência ao aspecto mais agudo da pobreza, ou seja, à situação de miséria ou indigência. Embora seja um fenômeno multideterminado, na perspectiva unidimensional da renda, trata-se de uma condição econômica em que uma pessoa não obtém rendimento suficiente para suprir

suas necessidades básicas de sobrevivência (Bagolin *et al*, 2012). O segundo é geralmente definido como a “falta do que é necessário para o bem-estar material, especialmente alimentos, moradia, terra, dentre outros. Em outras palavras, a pobreza é a falta de recursos múltiplos que leva à fome e à privação física” (Crespo; Gurovitz, 2002).

A erradicação da pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares e a redução de pelo menos à metade da proporção de homens, mulheres e crianças que vivem na pobreza em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais, constituem as duas primeiras metas do 1º ODS. Por outro lado, é preciso considerar que a erradicação da pobreza extrema (indigência) e redução dos níveis de pobreza da população não tem se apresentado como uma tarefa fácil para governos de todo o mundo. De acordo com projeções realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2023), em 2030, em torno de 7% da população mundial (575 milhões de pessoas) a maioria residente da África Subsaariana, viverá em situação de pobreza extrema e apenas um número relativamente pequeno de países conseguirá reduzir pela metade suas taxas de pobreza, tomando como referência aquela estimada em 2015.

As dificuldades em erradicar a pobreza extrema e em reduzir os níveis de pobreza, no mundo, relacionam-se ao fato de se tratar de um problema social determinado por múltiplos fatores – nível de renda, nível de escolaridade, condições de habitação, acesso à infraestrutura urbana, (*in*)segurança alimentar, e condições de saúde da população – que se relacionam entre si, sujeitos à influência de uma série de variáveis intervenientes, como atributos pessoais (sexo, cor/raça e idade etc.), composição da família, posição na ocupação e características do local em que se vive (Haughton *et al.*, 2009; Lima, 2005; Schwartzman, 2007; Sen, 2010). Ou seja, a pobreza não afeta as pessoas igualmente. Ela tende a recair de modo diferenciado entre homens e mulheres, negros e brancos, jovens, adultos e idosos, e entre habitantes do meio urbano e rural.

De acordo com a ONU, há evidências de correlação entre residir na zona rural e pertencer aos extratos mais vulneráveis da sociedade. Segundo dados do *World Data Lab* (2021), de cada três pessoas em situação de extrema pobreza, duas são residentes em áreas rurais.

Estas informações despertaram nosso interesse para o estudo do nível da pobreza rural no Estado do Rio de Janeiro e do perfil socioeconômico desta população. Por pobreza rural entendemos a privação das pessoas que vivem nas áreas rurais¹,

¹Como estamos trabalhando com os dados da PNADc, estamos admitindo as categorias rurais e urbanas, tal qual definidas pelo IBGE.

caracterizada pela falta de acesso a recursos básicos como água, saneamento, saúde, educação, oportunidades de trabalho e níveis de renda dignos, dentre outros (Cabrera; Caldarelli, 2022).

Este artigo é constituído por 6 (seis) seções, além desta de caráter introdutório. Na segunda seção, discutiremos o conceito, a multidimensionalidade e possíveis estratégias para o enfrentamento da pobreza rural; na terceira, teceremos algumas considerações e informações empíricas sobre a pobreza rural no Brasil e sobre o cenário do rural do Estado do Rio de Janeiro, de especial interesse para este trabalho. Na quarta seção, apresentaremos a fonte de dados e os procedimentos metodológicos para o tratamento das informações para mensuração e caracterização demográfica e socioeconômica da população rural em situação de indigência e pobreza, no Estado do Rio de Janeiro, em 2023. Na quinta, a análise de resultados que contempla uma discussão sobre a distribuição espacial da população, no Estado do Rio de Janeiro; informações empíricas sobre os níveis de extrema pobreza e pobreza, para as áreas rurais do ERJ; e uma breve caracterização demográfica e socioeconômica dessa população. Na sexta, além dos principais resultados e conclusões, apontaremos algumas possibilidades de estudos futuros sobre o tema. Na sétima, constam as referências utilizadas para o desenvolvimento deste trabalho.

2 ENTRE LINHAS E REALIDADES: A REPRODUÇÃO DA POBREZA RURAL A PARTIR DE SEU CARÁTER MULTIDIMENSIONAL

Segundo Crespo e Gurovitz (2002), ao longo do Século XX o conceito de pobreza foi se tornando mais complexo. Avança de uma perspectiva economicista e unidimensional, prevalente até os anos de 1950, que tratava a pobreza a partir da insuficiência de renda monetária (perspectiva da sobrevivência), para outra – abordagem das necessidades básicas – que além da renda passa a incorporar também a privação de elementos fundamentais para o bem-estar humano, tais como acesso à água potável, saneamento básico, energia elétrica, coleta de lixo, transporte coletivo, cuidados de saúde, educação e cultura, segurança alimentar, dentre outros fatores de caráter monetário e/ou não monetário (Lima, 2005; Rocha, 2006; Salama *et al*, 1999). Este paradigma, prevalente entre os anos de 1970 e 1980, foi substituído pela abordagem da privação relativa, desenvolvida a partir dos anos de 1980 e que passa a ganhar destaque a partir

dos estudos de Amartya Sen, o qual relaciona desenvolvimento e bem-estar. Prevalente na atualidade, esta leitura/interpretação incorpora à abordagem anterior, uma dimensão social ao incluir a privação em relação aos padrões de vida e participação social considerados socialmente aceitáveis.

Como se pode observar no Quadro 1, as três abordagens conceituais não são excludentes, mas complementares entre si. Significa dizer que o conceito de pobreza antes unidimensional assumiu um caráter multidimensional, e que a renda monetária perdeu importância relativa na definição e na identificação de uma população pobre. Por outro lado, a baixa renda permanece como um dos principais determinantes da pobreza, visto que a insuficiência de renda restringe o acesso dos indivíduos a uma série de bens e serviços (Sen, 2010).

Importante salientar que os determinantes da pobreza rural são muito distintos daqueles da pobreza urbana. Segundo Helfand *et al.* (2012), dentre os determinantes da pobreza rural no Brasil se destacam a alta concentração fundiária; a baixa produtividade marginal do trabalho e, conseqüentemente, o baixo rendimento do trabalho familiar; e a insuficiência de outros ativos, além da terra.

Quadro 1 – Fatores determinantes da Pobreza, segundo diferentes abordagens

ABORDAGEM	SOBREVIVÊNCIA	NECESSIDADES BÁSICAS	PRIVAÇÃO RELATIVA
Fatores determinantes	Renda monetária	Renda monetária Privação de elementos fundamentais (infraestrutura)	Renda monetária Privação de elementos fundamentais (infraestrutura) Padrão de vida Participação social
Característica	Unidimensional	Multidimensional	Multidimensional

Fonte: Elaboração própria a partir de Crespo e Gurovitz (2002).

Na visão de Sawaya *et al.* (2003), nas áreas rurais a pobreza está relacionada às dificuldades de acesso da população à terra, ao crédito, às oportunidades de emprego e às dificuldades de acesso a alguns serviços, como saúde, educação e saneamento, dentre outros direitos sociais básicos. Para Kroll-Smith (2012), a desigualdade socioeconômica, o acesso limitado a serviços, a vulnerabilidade ambiental e climática, a exclusão produtiva, a migração e a escassez de políticas públicas para o campo, são algumas das

causas para a permanência da pobreza na esfera rural. Segundo Vahdat *et al.* (2023), a pobreza rural se relaciona ao acesso limitado de pequenos produtores ao crédito e à tecnologia e à baixa diversificação econômica (dependência de monoculturas ou pecuária extensiva), a qual torna as famílias vulneráveis às oscilações do mercado.

Sendo um problema complexo e de múltiplas causas, a pobreza rural, assim como a urbana, não é, para a maioria dos indivíduos pobres, uma condição momentânea. Pelo contrário, constitui um fenômeno estrutural que se perpetua – como um ciclo vicioso – ao longo das gerações. No caso da pobreza rural, especificamente, o ciclo se reproduz quando a falta de recursos essenciais – como terra, educação, crédito e infraestrutura – impede o crescimento econômico e social das famílias do campo. Significa dizer que os filhos de trabalhadores rurais pobres tendem a herdar e a reproduzir as mesmas condições precárias de vida de seus pais, perpetuando o problema ao longo das gerações. Segundo Kroll-Smith (2012), nas áreas rurais este ciclo só pode ser rompido a partir uma miríade de ações, que passam necessariamente por educação e capacitação profissional, políticas de distribuição de renda, melhoria da infraestrutura social, fortalecimento da economia local, combate à discriminação e promoção da igualdade (Quadro 2). Acrescentamos a este rol de ações, a partir de Oliveira (2007), a necessidade de políticas de distribuição de terras (reforma agrária).

Quadro 2 – Ações para enfrentamento do ciclo de pobreza na esfera rural (Continua)

AÇÕES PARA ENFRENTAMENTO DO CICLO DE POBREZA	DESCRIÇÃO
EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL	- Investimento em ensino público de qualidade, desde a infância até o ensino superior, é essencial para ampliar as oportunidades; - Programas de capacitação para jovens e adultos podem facilitar a entrada no mercado de trabalho formal.
POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	- Programas como Bolsa Família e o Auxílio Brasil ajudam a reduzir a pobreza extrema, garantindo condições mínimas de subsistência; - Políticas de valorização do salário mínimo ajudam a reduzir desigualdades salariais.
MELHORIA DA INFRAESTRUTURA SOCIAL	- Investimentos em saneamento básico, moradia digna e acesso à saúde pública são fundamentais para reduzir a vulnerabilidade social;

	- Expansão do transporte público para facilitar o acesso ao trabalho e à educação.
FORTALECIMENTO DA ECONOMIA LOCAL	- Incentivo ao pequeno empreendedor e à economia solidária, gerando empregos e renda nas comunidades mais pobres; - Criação de políticas de crédito acessível para que pequenas empresas possam crescer e gerar novas oportunidades.
COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE	- Adoção de políticas afirmativas para garantir acesso igualitário ao ensino superior e ao mercado de trabalho; - Fortalecimento de leis contra discriminação racial e de gênero.

Fonte: Elaboração própria a partir de Kroll-Smith (2012).

Apesar da pobreza ser tratada como um fenômeno social de múltiplas causas, a dimensão econômica permanece como “[...] referência universal da pobreza na sociedade capitalista globalizada” (Ferrarini, 2007, p. 58). E é estritamente com base no parâmetro de renda monetária que se desenvolvem os conceitos de extrema pobreza e pobreza absoluta, este último em contraposição ao conceito de pobreza relativa (Hagenaars; De Vos, 1988).

A pobreza absoluta requer a pré-fixação de um valor de renda monetária *per capita*, denominada linha de pobreza. Rowntree (1941) definiu a linha de pobreza como uma renda mínima², suficiente para que as pessoas garantissem suas necessidades em termos de alimentação, vestuário e aluguel. Na mesma linha, Townsend (1993), a definiu como o nível de renda a partir da possibilidade de acesso a uma dieta nutricionalmente adequada, somada às necessidades não alimentares essenciais. Em ambos os casos, é considerada pobre toda pessoa ou família com renda inferior àquela da linha de pobreza.

Há ainda o conceito de indigência (ou extrema pobreza), que em geral equivale a uma proporção da linha de pobreza. Rocha (2006) considera o valor monetário como uma expressão que garante o atendimento estrito das necessidades nutricionais dos indivíduos como linha de indigência ou de extrema pobreza, sendo a linha de pobreza um valor que permita a satisfação de um conjunto maior de necessidades (alimentares e não

²O autor não define um valor exato. Segundo ele, a renda mínima varia conforme a composição familiar e os custos da época. Importante salientar que sua metodologia e pesquisa inovadora foram cruciais para a conceituação e combate à pobreza.

alimentares). Segundo essa mesma autora, a partir das linhas de indigência e de pobreza é possível distinguir as populações não-pobres (com renda mensal domiciliar *per capita* igual ou maior a R\$664,02), pobres (com renda mensal domiciliar *per capita* igual maior ou igual a R\$208,42 e menor que R\$664,02) e indigentes (com renda mensal domiciliar *per capita* inferior a R\$208,42)³.

A pobreza relativa, por sua vez, é um parâmetro comparativo. Salama; Destremau (1999) observam que é muito comum considerar como pobre as pessoas que têm nível de renda abaixo de 40% ou 60% da renda mediana, ou ainda, abaixo de 50% da renda média de um país. Sendo assim, segundo Haughton; Khander (2009), a pobreza relativa está mais relacionada com a desigualdade do que com o valor absoluto da renda monetária, propriamente dito. Finalmente, a pobreza subjetiva tem um caráter normativo, refletindo um “juízo de valor” e o sentimento de que não se tem o suficiente (Lima, 2004; 2005).

Apesar de admitirmos a pobreza como um conceito multidimensional e de compreendermos a pobreza também como relativa, neste artigo adotaremos o conceito de pobreza absoluta e as linhas de indigência e de pobreza para identificarmos a população rural em situação de pobreza e extrema pobreza, no Estado do Rio de Janeiro, em 2023.

Antes, porém, torna-se relevante apresentar o cenário econômico brasileiro com ênfase nas mudanças na estrutura produtiva nas cidades e no campo, e seus efeitos sobre a distribuição espacial da população e no processo de urbanização. Isso será feito na próxima seção, na qual apresentaremos o volume de população rural do Estado do Rio de Janeiro, bem como algumas considerações, à luz da literatura, sobre as características do espaço rural fluminense, na atualidade.

3 O ESPAÇO RURAL FLUMINENSE NA ATUALIDADE

No Brasil, os anos de 1920 marcaram o início da transição de uma economia primário-exportadora para uma economia industrializada (Cano, 2012), tendo o processo de industrialização se intensificado, a partir de 1930, como reflexo de “uma política de defesa da renda e do emprego”, implementada por Getúlio Vargas. Um pouco mais tarde, nos anos de 1960 e 1970, a Revolução Verde – induzida pela Embrapa, a partir de sua criação, em 1973 – implicou na inserção de novas e modernas tecnologias no meio rural,

³Banco Mundial (2024). Parâmetros vigentes em 2023, dado que a fonte de dados para este artigo foi a PNADc (2023).

cujos efeitos se fizeram sentir não apenas sobre a produção de alimentos (principalmente para exportação), mas também sobre o mercado de trabalho rural e sobre a distribuição – com maior concentração – fundiária (Otaviano, 2010). Marafon *et al.* (2020) afirmam que, justamente a partir da segunda metade do século XX, o campo brasileiro passou a ser palco de um intenso processo de mudanças tanto na base técnica (forte utilização de capital e tecnológica) quanto nas relações sociais de produção.

Em decorrência das mudanças da estrutura produtiva nas cidades e no campo, o processo de urbanização se intensificou e assumiu um ritmo jamais experimentado pelos países desenvolvidos (Brito, 2007). De acordo com Camarano; Abramovay (1999), no período de 1950 a 1990, em torno de 50 milhões de pessoas migraram das áreas rurais para as cidades, ressaltando-se que o Censo Demográfico de 1970 revelou, pela primeira vez, uma população urbana superior à rural. Apesar dos densos fluxos migratórios rurais-urbanos, a população rural brasileira cresceu continua e ininterruptamente, em números absolutos, até 1970, quando atingiu o seu ápice (41.602.678 habitantes). O Censo de 1980 mostrou, pela primeira vez, um decréscimo da população rural brasileira, o que resultou em taxa negativa de crescimento médio anual (-0,6% ao ano). Como se pode observar na Tabela 1, a dinâmica de esvaziamento demográfico rural permanece ainda hoje, mesmo que com um ritmo mais lento. Atualmente a população rural – de 27.662.987 habitantes - corresponde a apenas 12,8% da população brasileira, sendo sua taxa de crescimento negativa e da ordem de -0,8% ao ano.

Tabela 1- População Brasileira, Segundo a Situação do Domicílio (1950-2010)

Ano	População			Distribuição Relativa			Taxa de Crescimento		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
1950	18.783.094	33.161.303	51.944.397	36,2	63,8	100,0	-	-	-
1960	32.003.348	38.988.995	70.992.343	45,1	54,9	100,0	5,5	1,6	3,2
1970	52.905.905	41.602.678	94.508.583	56,0	44,0	100,0	5,2	0,7	2,9
1980	82.018.938	39.131.635	121.150.573	67,7	32,3	100,0	4,5	-0,6	2,5
1991	110.878.606	36.038.853	146.917.459	75,5	24,5	100,0	2,8	-0,7	1,8
2000	137.758.520	31.832.173	169.590.693	81,2	18,8	100,0	2,5	-1,4	1,6
2010	160.921.592	29.834.207	190.755.799	84,4	15,6	100,0	1,6	-0,6	1,2
*2023	187.939.330	27.662.987	215.602.317	87,2	12,8	100,0	1,6	-0,8	1,2

Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1950-2010); *IBGE, PNADc (2023).

Observando na Tabela 2 a distribuição espacial da população rural, entre as regiões brasileiras, em 2023, percebe-se sua concentração nas regiões Nordeste e Sudeste,

com populações rurais de 13.448.294 (48,6%) e de 5.329.773 (19,3%), respectivamente. No entanto, as regiões Nordeste e Norte são as menos urbanizadas, dado que são as que apresentam as maiores populações rurais, em termos relativos, correspondendo, respectivamente, a 23,2% e a 20,2% de suas populações totais.

Tabela 2 - População das Macrorregiões brasileiras, segundo a situação do domicílio (2023)

Macrorregião	População					
	Urbana	%	Rural	%	Total	%
Norte	15.166.438	79,8	3.847.514	20,2	19.013.952	100,0
Nordeste	44.627.875	76,8	13.448.294	23,2	58.076.169	100,0
Sudeste	85.454.294	94,1	5.329.773	5,9	90.784.067	100,0
Sul	26.989.837	87,7	3.768.231	12,3	30.758.068	100,0
Centro Oeste	15.700.886	92,5	1.269.175	7,5	16.970.061	100,0
Brasil	187.939.330	87,2	27.662.987	12,8	215.602.317	100,0

Fonte: IBGE, PNADc (2023).

Apesar de ter a segunda maior população rural, em termos absolutos, o Sudeste é a região mais urbanizada do país, com 94,1% de sua população residente em áreas urbanas. Nesta região, a população rural é bastante concentrada em Minas Gerais (51,0%) e em São Paulo (30,4%), destacando-se o Rio de Janeiro como a de menor população rural e com o maior grau de urbanização (97,4%). A população rural⁴ do Estado do Rio de Janeiro reduziu-se de 1.399.787 habitantes (38,8% da população total), em 1940, para 526.587 habitantes (4% da população total), em 2010, e para 452.630 (2,6% da população total), em 2023. Uma redução da população rural em ritmo extremamente acelerado, como aponta Brito (2007). Este fato explica – mas não justifica – o quadro de invisibilidade da população rural fluminense, revelado pela negligência do poder público estadual em relação ao processo de formulação e implementação de políticas públicas específicas para o desenvolvimento territorial rural que considerem as distintas realidades locais e as populações residentes nas áreas rurais do Estado (Souza, 2019).

Alentejano (2005) analisa a evolução do espaço agrário no Estado do Rio de Janeiro, entre 1940 e 2000, decorrente do processo de industrialização e urbanização e observa que o Estado do Rio de Janeiro experimentou, paralelamente à urbanização, um processo de desruralização, traduzido tanto pela redução do número absoluto de população rural quanto pela redução – para menos de 2% – da participação da produção

⁴FIBGE - Censos Demográficos (1940; 2010); PNADc (2023).

agrícola na composição do PIB Estadual. Segundo o autor, a reestruturação do espaço agrário fluminense foi marcada por profundos e contínuos conflitos em torno do uso da terra, os quais envolveram o Estado, os trabalhadores rurais e o capital especulativo. Segundo Silva e Marafon (2017), a alta concentração fundiária, aliada à ausência de políticas agrícolas eficazes levou à exclusão social, entre os agricultores familiares, ressaltando que desde os anos de 1990, a mesma agricultura familiar vem se destacando como uma importante fonte de emprego e renda para a população rural e como a produtora de alimentos básicos para todo o Estado do Rio de Janeiro.

Em estudo mais recente, De Souza *et al.* (2019), constataram que a agricultura familiar permanece como um setor estratégico para o desenvolvimento rural do Estado do Rio de Janeiro. Segundo os autores, o segmento familiar compreende 75% dos estabelecimentos rurais e 58% da produção agrícola do Estado; a maior produção agrícola está concentrada nas regiões Metropolitana, Central e Norte. De forma objetiva, se constata que a produção agrícola é mais diversificada nas duas primeiras regiões, e menos diversificada na região do Norte Fluminense.

Segundo Marafon (2017a), atualmente o espaço rural fluminense caracteriza-se por ser bastante heterogêneo, com regiões que articulam desenvolvimento mais dinâmico e outras limitadas por passivos históricos de ciclos agroexportadores. Nas regiões Norte e Noroeste Fluminense, há uma intensa concentração fundiária com predominância da agricultura tradicional, como as produções de leite, cana-de-açúcar, café e frutas. Este cenário contrapõe-se àquele observado na Região Serrana, destacando-se Teresópolis, Petrópolis e Nova Friburgo, na qual identifica-se uma agricultura de caráter moderno, com a utilização de técnicas aprimoradas e de agroquímicos (fertilizantes) na cultura de tomate, horticultura, fruticultura e olericultura.

Contudo, segundo Marafon (2017), o meio rural do Estado do Rio de Janeiro continua enfrentando desafios estruturais. Segundo o autor, apesar da diversificação produtiva decorrente do desenvolvimento de atividades econômicas não agrícolas (como o turismo), os agricultores familiares vêm, de modo geral, enfrentando uma grave crise causada pela concentração fundiária e de renda, baixos índices de produtividade, desvalorização da agricultura familiar, falta de dinamismo econômico e fragilidade das economias locais, e ausência de políticas públicas de desenvolvimento territorial rural. Estes fatores aprofundam os índices de pobreza rural e perpetuam a exclusão social no campo.

Como afirma Souza (2019), é fundamental lançar luz sobre a pobreza presente no campo fluminense e enfrentar os desafios que ela impõe. Segundo a autora, promover o desenvolvimento territorial rural é condição necessária para a superação do cenário de pobreza e indigência, sobretudo diante dos contrastes identificados no espaço rural do Estado do Rio de Janeiro, que abriga regiões de desenvolvimento virtuoso alicerçadas em um desenvolvimento fraco e que apresenta uma herança de um passivo econômico deixado por ciclos econômicos agroexportadores (Souza, 2019).

Dando continuidade a este trabalho, na próxima seção apresentamos os métodos de procedimento para a estimativa e caracterização da pobreza rural no Estado do Rio de Janeiro.

4 METODOLOGIA

A seguir analisaremos a taxa de pobreza e extrema pobreza nas áreas rurais do Estado do Rio de Janeiro, em 2023, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc), a qual vem se consolidando como a principal fonte de dados para o estudo empírico da pobreza e extrema pobreza no país. Sua amostra, por ser bastante espalhada, cobre satisfatoriamente as áreas rurais (Soares et al., 2022). Apesar de reconhecermos a linha muitas vezes tênue entre o rural e o urbano, para efeitos deste estudo adotou-se a classificação da situação do domicílio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a qual, por sua vez, é baseada nas legislações municipais vigentes. De modo geral, o Instituto considera como urbana, as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. Residualmente, a situação rural abrange toda a área situada fora desses limites.

De acordo com o IBGE (2018), as informações consolidadas da PNADc, para o período de um ano, têm representatividade estatística para áreas urbanas e rurais, dos seguintes níveis geográficos: Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas que contêm Municípios das Capitais, Municípios das Capitais e Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina.

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram utilizados os dados das primeiras visitas realizadas em 2023, uma vez que nesta visita é aplicado o questionário mais completo do survey. Além disso, com esta medida evita-se o erro de dupla contagem de um mesmo domicílio e, portanto, a sobre-estimativa dos resultados.

O primeiro passo consistiu em identificar a população rural total e em situação de pobreza e de extrema pobreza, residente na Capital, na Região Metropolitana e no Estado do Rio de Janeiro. Residualmente, estimou-se as populações total, pobre e extremamente pobre residente nas áreas interioranas do Estado.

Para a identificação da população rural extremamente pobre e pobre foram considerados, respectivamente, os seguintes parâmetros: (i) renda mensal domiciliar *per capita* inferior a R\$208,42, para a linha de extrema pobreza (ou indigência) e (ii) renda mensal domiciliar igual ou maior a R\$208,43 e inferior a R\$664,02, para a linha de pobreza. As taxas de extrema pobreza (1) e de pobreza (2) são dadas pelo quociente entre as populações indigentes e pobres no numerador e a população total rural, de 2023, dada pela própria PNADc, no denominador.

$$\text{Taxa de Extrema Pobreza} = \frac{P_{\text{rural extremamente pobre}}}{P_{\text{rural total}}} \times 100 \quad (1)$$

$$\text{Taxa de Pobreza} = \frac{P_{\text{rural pobre}}}{P_{\text{rural total}}} \times 100 \quad (2)$$

De posse das populações extremamente pobre e pobre, analisamos sua composição segundo o sexo, idade, cor/raça, níveis de rendimento e de instrução. Os resultados estão apresentados em forma de tabelas e gráficos, de elaboração própria dos autores deste artigo.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Distribuição espacial da população, no Estado do Rio de Janeiro

Com uma população total, em 2023, de 17.643.510 de habitantes e com uma população rural de apenas 452.630 (2,6% de sua população total) habitantes pode-se afirmar que o Estado do Rio de Janeiro é eminentemente urbano. Sua população é extremamente concentrada, 73% da população total, na Região Metropolitana (RMRJ), sendo que apenas a cidade do Rio de Janeiro tinha uma população 6.827.168 habitantes (mais da metade da população residente na RMRJ e 38,7% da população estadual).

Tabela 3 - Rio de Janeiro - População da Capital, da RMRJ e do Interior, Segundo a Situação do Domicílio

ERJ	População		
	Urbana	Rural	Total
Capital	6.827.168	0	6.827.168
RMRJ - CAPITAL	6.003.291	41.262	6.044.553
RMRJ	12.830.459	41.262	12.871.721
Interior	4.360.421	411.368	4.771.789
Total	17.190.880	452.630	17.643.510
ERJ	Distribuição espacial da população		
	Urbana	Rural	Total
Capital	39,7	0,0	38,7
RMRJ - Capital	34,9	9,1	34,3
RMRJ	74,6	9,1	73,0
Interior	25,4	90,9	27,0
Total	100,0	100,0	100,0
ERJ	% População Urbana e Rural		
	Urbana	Rural	Total
Capital	100,0	0,0	100,0
RMRJ - Capital	99,3	0,7	100,0
RMRJ	99,7	0,3	100,0
Interior	91,4	8,6	100,0

Fonte: IBGE, microdados PNADc, 2023.

Em relação à distribuição espacial da população rural, de particular interesse para este trabalho, 90,9% vivem em áreas rurais de municípios do interior do Estado e apenas 9,1% nas áreas rurais de municípios da Região Metropolitana, exclusive a cidade do Rio de Janeiro (RMRJ - Capital), cujo grau de urbanização é de 100%. No interior, o grau de urbanização é de 91,4% e na RMRJ, excluindo a Capital, o grau de urbanização é de 99,3%.

Os níveis de extrema pobreza e pobreza, para as áreas rurais do ERJ

Aplicando os mesmos parâmetros aos microdados da PNADc (2023), estimamos, nesta pesquisa, os níveis de extrema pobreza e pobreza, do Rio de Janeiro, segundo a situação do domicílio. Para as áreas rurais, estimamos uma população indigente de 17.473 e uma população pobre de 138.446 habitantes; para as áreas urbanas de 611.734 e 2.939.648 habitantes, respectivamente. As diferenças em termos absolutos são esperadas, devido à alta concentração de população, nas áreas urbanas do Estado.

No entanto, os diferenciais entre as taxas de indigência e pobreza, segundo a

situação do domicílio, dispostas na Tabela 4, indicam que a indigência e a pobreza atingem mais intensamente as populações residentes em áreas rurais, como apontam Serra (2017) e Mello (2018). Observemos que, em 2023, 28,1% da população residente em áreas rurais do Estado do Rio de Janeiro, vivia em situação de pobreza.

Tabela 4 – Rio de Janeiro: Taxas de Indigência e Pobreza, Segundo a Situação do Domicílio (2023)

Situação do Domicílio	Taxas - Rio de Janeiro		
	Indigência	Pobreza	Total
Rural	3,9	30,6	34,4
Urbana	3,6	17,1	20,7
Total	3,6	17,1	20,7
Brasil	4,4	22,3	26,7

Fonte: IBGE, microdados PNADc, 2023.

Tendo em vista a enorme concentração de população rural no interior do Estado, os maiores volumes de populações rurais pobres e indigentes estão também nas áreas interioranas (Tabela 5), mas os níveis de indigência e pobreza são mais intensos entre habitantes de áreas rurais de municípios da RMRJ (- Capital). Porém, em ambas as áreas os níveis de população em situação de pobreza são extremamente elevados, alcançando pouco menos de 30% da população residente em áreas rurais.

Tabela 5 – Rio de Janeiro - Populações e Taxas de Indigência e Pobreza da População Residente em Áreas Rurais (2023)

Área	População			Taxas		
	Indigentes	Pobres	Total	Indigência	Pobreza	Total
RMRJ (- Capital)	1.827	14.767	16.594	4,4	35,8	40,2
Interior	15.646	123.679	139.325	3,8	30,1	33,9
Total	17.473	138.446	155.919	3,9	30,6	34,4

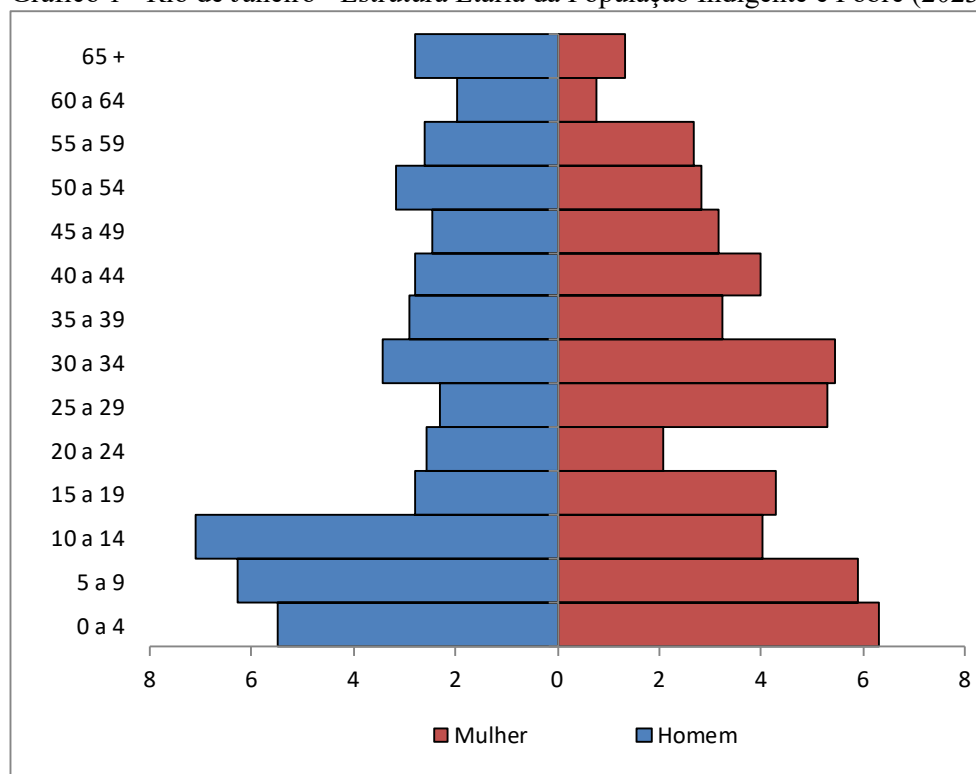
Fonte: IBGE, microdados PNADc, 2023.

Como dito, neste artigo utilizamos parâmetros econômicos unidimensionais (rendas domiciliares *per capita*) para a identificação da população indigente e pobre. Porém, como discutimos anteriormente, a partir de Amartya Sen (2010), a insuficiência de renda é, por si só, um fator determinante de outras dimensões da pobreza e da própria reprodução do ciclo vicioso.

Breve caracterização demográfica e socioeconômica da Pobreza Rural do ERJ

Dentre os pobres e indigentes das áreas rurais do Estado do Rio de Janeiro, predominam mulheres (51,4%) e pessoas jovens: 35,1% da população rural são crianças de até 14 anos de idade. A estrutura etária sugere uma forte emigração, sobretudo masculina, a partir de 15 anos de idade e uma feminização da estrutura etária, a partir do grupo etário de 25 a 29 anos. A constatação é de que, nas áreas rurais, 66% dos domicílios em situação de indigência e 67,1% dos domicílios em situação de pobreza são chefiados por mulheres, o que corrobora a assertiva acima de uma possível feminização da pobreza⁵, fenômeno que merece ser melhor investigado no que se refere ao meio rural do ERJ.

Gráfico 1 - Rio de Janeiro - Estrutura Etária da População Indigente e Pobre (2023)



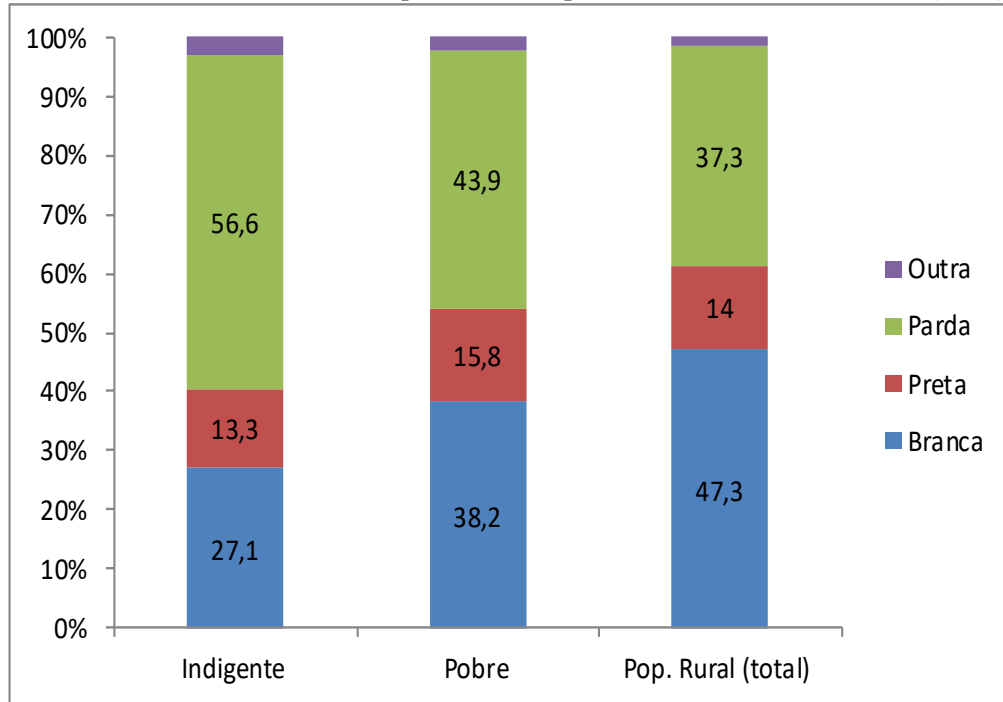
Fonte: IBGE, microdados PNADc, 2023.

No Gráfico 2 apresentamos a distribuição da população pobre e indigente, por cor/raça. Se não houvesse seletividade por estas variáveis, a composição relativa das populações rurais total, pobre e indigente, por cor/raça, seria exatamente a mesma.

⁵O termo feminização da pobreza foi utilizado pela primeira vez em 1978, pela socióloga Diane Pearce, para fazer referência ao aumento da proporção de mulheres e de indivíduos em famílias chefiadas por mulheres no total da população pobre americana, nos anos 1950 e 1960.

Porém, como se pode observar, o percentual de pretos e pardos é significativamente maior nas populações rurais indigente (69,9%) e pobre (59,7%), comparativamente à população rural total (51,3%). Esses resultados indicam que a pobreza rural do Rio de Janeiro tem cor: é preta e parda.

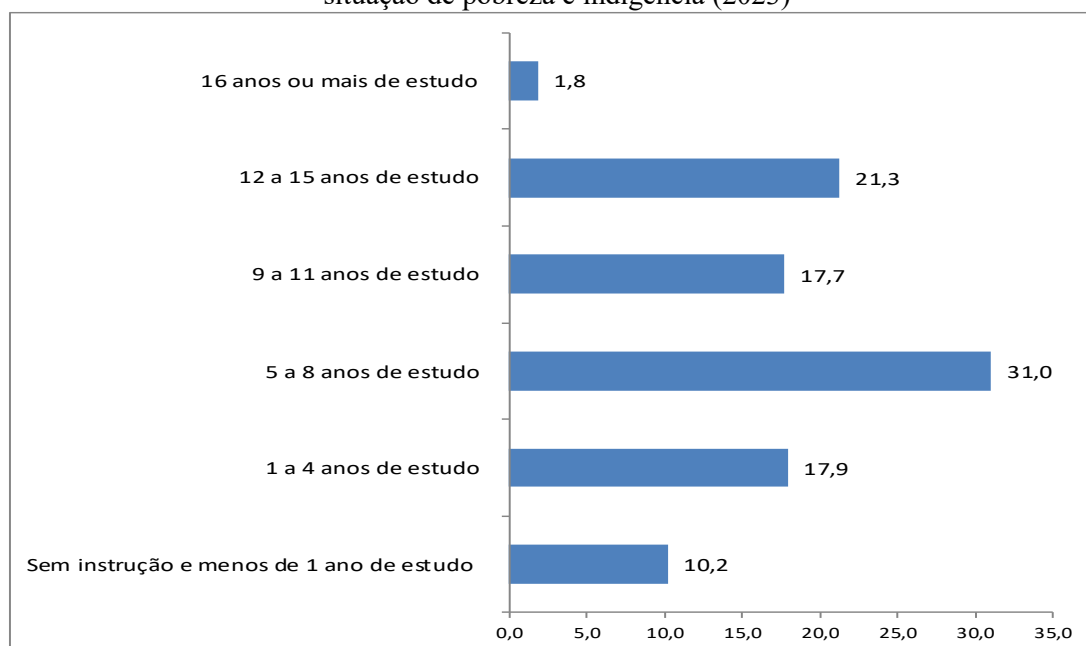
Gráfico 2 - Rio de Janeiro - Composição da População Rural, Por Cor e Raça (2023)



Fonte: IBGE, microdados PNADc, 2023.

A escolaridade é um dos mais importantes fatores determinantes das condições de vida das populações. Como se pode observar no Gráfico 3, o nível de escolaridade de grande parcela da população rural fluminense pobre e indigente, com 20 anos ou mais de idade, é extremamente baixo sendo este, na visão de Serra (2017), um grande entrave para o rompimento do ciclo vicioso, dado que na visão da autora a educação se constitui como elemento primordial para a superação da pobreza. Nessa mesma linha, para Ney e Hoffmann (2009), a democratização do acesso ao ensino é elemento fundamental para o desenvolvimento do meio rural, principalmente em um contexto de desenvolvimento de atividades não agrícolas, no campo.

Gráfico 3 - Rio de Janeiro - Escolaridade da população rural, com 20 anos ou mais de idade, em situação de pobreza e indigência (2023)



Fonte: IBGE, microdados PNADc, 2023.

Além de termos usado o parâmetro renda *per capita* para identificação das populações indigentes e pobres, utilizamos os seus valores nominais para analisarmos a distribuição relativa de rendimento domiciliar *per capita* e estimarmos as rendas médias das populações rurais pobres e indigentes. Considerando a população indigente constatamos que 63% viviam com uma renda média de, no máximo, R\$120,00 e estimamos uma renda domiciliar *per capita* média de R\$107,40, ou seja, de metade do valor utilizado como parâmetro para identificação da linha de indigência. Em relação à população pobre, a renda mediana é de R\$504,00 e a renda média é de R\$486,04.

6 CONCLUSÕES

A partir das reflexões e apresentação dos dados expostos neste artigo, conseguimos perceber que a pobreza é um problema social que há muito desperta o interesse dos *policy makers* assim como de pesquisadores de várias áreas do conhecimento, em todo o mundo. E mesmo com todo o avanço tecnológico, ainda é grande o contingente de pessoas expostas a diversos tipos de privações sociais e econômicas, e vivendo em condições indignas. No contexto mundial, a maioria das populações pobres reside em áreas rurais e, portanto, a erradicação da pobreza absoluta

passa, necessariamente, por ações voltadas para o desenvolvimento territorial rural.

Neste artigo, no qual analisamos o nível de pobreza rural no Estado do Rio de Janeiro, em 2023, assumimos o conceito de pobreza absoluta e utilizamos a renda domiciliar *per capita* como parâmetro para a identificação das populações rurais em situação de indigência e pobreza. Indivíduos com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$208,42 foram classificados como indigentes e com renda *per capita* entre R\$208,42 e R\$664,02, como pobres. A partir destes parâmetros estimamos um total de 17.473 indigentes e 138.446 pobres; e taxas de 3,9% e 30,6%, respectivamente. Esses valores indicam que 34,4% da população rural, do Estado do Rio de Janeiro, em 2023, vivia em situação de indigência ou pobreza.

Em termos relativos, a pobreza rural é mais intensa entre populações rurais de municípios da RMRJ, comparativamente ao interior do estado. Além disso, a pobreza rural no Estado do Rio de Janeiro apresenta-se seletiva por idade, predominante entre indivíduos mais jovens; por sexo, predominando entre mulheres; por raça, predominando entre negros e pardos; e por escolaridade, atingindo mais fortemente os indivíduos com menor grau de escolarização.

Os resultados, apontam, ainda que, em 2023, 63% da população rural indigente vivia com uma renda de, no máximo, R\$120,00 e que a renda domiciliar *per capita* média era de R\$107,40 (aproximadamente a metade do valor utilizado como parâmetro para identificação da linha de indigência) e que a renda domiciliar *per capita* mediana e média, da população pobre era de R\$504,00 e a renda média de R\$486,04. Em ambos os casos, valores significativamente inferiores às respectivas linhas.

Salientamos que o monitoramento da pobreza em suas inúmeras dimensões se configura como elemento primordial para o diagnóstico e promoção de políticas públicas voltadas para a melhoria de condições de vida da população que sofre com maiores privações (Serra, 2017). Neste sentido, a construção e análise de instrumentos de mensuração da pobreza adequadas à realidade local é fundamental, sobretudo em um Estado marcado por um intenso cenário de desigualdades socioespaciais, como apresentado neste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. **A evolução do espaço agrário fluminense**. Geographia, Niterói, v. 7, n. 1, p. 49-70, abr. 2005.

BRITO, F. **Urbanização, metropolização e mobilidade espacial da população: um breve ensaio além dos números.** Centro de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Brasília, 2007.

BAGOLIN, I. P.; AVILA, R.; COMIM, F.. **Pobreza extrema e seus tríplices fundamentos: profundidade, persistência e multiplicidade.** Revista de Economia (Curitiba), 2012.

BANCO MUNDIAL. **Relatório: pobreza, prosperidade e planeta 2024: caminhos para sair da policrise.** Washington, DC: Banco Mundial, 2024. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/e789cf0e-816c-41ef-ad3a-471948f374ce>. Acesso em: 11 set. 2025.

BUAINAIN, A. *et al.* **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas.** Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 16, p. 121-159, 2012.

CABRERA, L. C.; CALDARELLI, C. E. O que conhecemos sobre a pobreza rural? Um panorama bibliométrico sobre a literatura. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Salvador, ano XXIV, v. 2, n. 52, p. 274-296, maio/ago. 2022.

CAMARANO, A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos.** 1999.

CANO, W. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 21, n. spe, p. 831–851, dez. 2012.

CRESPO, A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **Rae Eletrônica**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-12, jul. 2002.

DE SOUZA, P. *et al.* **Análise regional da produção agropecuária do Rio de Janeiro, considerando-se os segmentos familiar e não familiar.** Estudos Sociedade e Agricultura, v. 27, n. 3, p. 645-670, 2019.

FERRARINI, A. **Pobreza: a possibilidade de construção de políticas emancipatórias.** 2007. 196 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

HAGENAARS, A; DE VOS, K. The definition and measurement of poverty. **The Journal of Human Resources**, Wisconsin, v. 23, nº.2, p. 211-221, Spring, 1988.

HAUGHTON, J.; KHANDKER, S. **Handbook on poverty and inequality.** Washington: The World Bank, 2009.

HELFAND, S.; PEREIRA, V. Determinantes da pobreza rural e implicações para as políticas públicas no Brasil. In: MIRANDA, C.; Tiburcio, B. (org.). **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas.** Brasília: IICA, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1950/2010.** Até 1991, dados extraídos de Estatísticas do Século XX, Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, v. 53, 1993.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**. 2018.

IFAD. #FAFO 2014 – **Farmers’ Forum at IFAD eyes rural development from the grassroots**. IFAD Social Reporting Blog.

KROLL-SMITH, S. Cidadania, Estado e vulnerabilidade: um estudo comparado sobre a recuperação de catástrofe. In: MENDES, J.; ARAÚJO, P. (Org.). **Os lugares (im)possíveis da cidadania**. Estado e Risco num mundo globalizador. Almedina/CES, 2012.

LIMA, A. Mensuração da pobreza: uma reflexão sobre a necessidade de articulação de diferentes indicadores. **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n°. 40, p. 129-141 jan./abr. 2004.

LIMA, A. **Modelagem de equações estruturais: uma contribuição metodológica para o estudo da pobreza**. 2005. 286 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

MARAFON, G. *et al.* **Temas em Geografia Rural**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2020.

MARAFON, G. **Quais mudanças em curso no campo fluminense?** GEO UERJ, [S.l.], v. 1, n. 31, p. 356-370, 30 dez. 2017a.

MARAFON, G. Transformações no espaço rural fluminense: o papel da agricultura familiar e das atividades turísticas. In: MARAFON, G.J., and. RIBEIRO, M.A. (org.) **Revisitando o território fluminense, VI [online]**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017.

MELLO, J. **Estratégias de superação da pobreza no Brasil e impactos no meio rural** – Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

NEY, M. HOFFMANN, R. Educação, concentração fundiária e desigualdade de rendimentos no meio rural brasileiro. **Resr**, Piracicaba, v. 47, p. 142-182, jan. 2009.

OCTAVIANO, C. Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde. **ComCiência**, n. 120, p. 0-0, 2010.

OLIVEIRA, A. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Department of Economic and Social Affairs. **The Sustainable Development Goals report 2023**. New York: United Nations, 2023. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2023/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2023.pdf>. Acesso em: 11 set. 2025.

PEARCE, D. **The feminization of poverty: women, work, and welfare**: Urban and Social Change Review, II. Washington: 1978, p. 28-36.

ROCHA, S. Pobreza e indigência no Brasil: algumas evidências empíricas com base na PNAD 2004. **Nova Economia**, Belo Horizonte, p. 265-299, ago. 2006.

- ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- ROWNTREE, B. **Poverty and progress: a second social survey of York**. London: Longmans, Green, 1941.
- SALAMA, P.; DESTREMAU, B. O tamanho da pobreza. **Economia política da distribuição de renda**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- SAWAYA, A. *et al.* **Os dois Brasis**: quem são, onde estão e como vivem os pobres brasileiros. Estud. Av. [online]. 2003.
- SCHWARTZMAN, S. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SERRA, A. **Pobreza Multidimensional no Brasil Rural e Urbano**. 2017. 161 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- SOARES, W. L. *et al.* **A Pnad Contínua, estatísticas e análises do domicílio agrícola: uma abordagem sobre o bem-estar das famílias dos produtores**. In: Anais do 60º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Natal (RN) UFRN, 2022.
- SOUZA, R. O Desenvolvimento Rural no Estado do Rio de Janeiro a partir de Uma Análise Multidimensional. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S.L.], v. 57, n. 1, p. 109-126, jan. 2019.
- TOWNSEND, P. **The International Analysis of Poverty**. Harvester Wheatsheaf, 1993.
- UNITED NATIONS. **Acabar com a Pobreza**. Disponível em: <https://www.un.org/en/global-issues/ending-poverty>. Acesso em: 04 abril 2025.
- VAHDAT, V.; FAVARETO, A. FAVARÃO, C. Uso de evidências em iniciativas de inclusão produtiva rural. **Revista Brasileira de Avaliação**, 12, 2023. WORLD DATA LAB. 2021. Disponível em: <https://www.brookings.edu/blog/future-development/2020/02/21/to-move-the-needle-on-ending-extreme-poverty-focus-on-rural-areas>. Acesso em: 31 mar. 2025.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.

APAGAMENTO E HISTÓRIA: GEORGE MARCH E O MITO DA FUNDAÇÃO DE TERESÓPOLIS

ERASURE AND HISTORY: GEORGE MARCH AND THE FOUNDATION MYTH OF TERESÓPOLIS

Valdir Eduardo Ribeiro Junior

 <https://orcid.org/0000-0001-6090-1108>

Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil.

Luan Viana Damazio

 <https://orcid.org/0009-0007-4285-0360>

Correspondência: luanchess@gmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora: Juiz de Fora, Brasil.

DOI: 10.12957/cdf.2025.91052

Recebido em: 8 abr. 2025 | **Aceito em:** 14 ago. 2025

RESUMO

Este artigo analisa criticamente as narrativas hegemônicas sobre a fundação de Teresópolis (RJ), centradas na figura do colonizador inglês George March, e revela o apagamento sistemático das presenças indígena e negra no processo de ocupação da Serra dos Órgãos. Partindo da perspectiva teórica de Walter Benjamin sobre monumentos como registros da barbárie, o estudo examina obras canônicas, como Colonização de Teresópolis (Ferrez, 1970) e Imagens de Teresópolis (Rahal, 1984), demonstrando como a construção do mito fundacional europeizado silenciou trajetórias de resistência, como o Quilombo da Serra e as trilhas abertas por tropeiros escravizados. Metodologicamente, articula análise documental e crítica historiográfica para desvelar contradições entre o discurso do "território vazio" (presente em Alencar e memorialistas locais) e evidências de ocupação pré-colonial. Conclui-se que essa invisibilização sustenta políticas contemporâneas, como o projeto turístico "Serra Verde Imperial", que naturaliza a memória colonial.

Palavras-chave: Teresópolis; apagamento histórico; colonialismo; George March; quilombos.

ABSTRACT

This article critically examines the hegemonic narratives about the foundation of Teresópolis (RJ), centered on the figure of the English colonizer George March, and reveals the systematic erasure of Indigenous and Black presences in the occupation process of the Serra dos Órgãos. Drawing on Walter Benjamin's theory of monuments as records of barbarism, the study analyzes canonical works such as Colonização de Teresópolis (Ferrez, 1970) and Imagens de Teresópolis (Rahal, 1984), demonstrating

how the Eurocentric founding myth silenced resistance trajectories, such as the Quilombo da Serra and trails opened by enslaved muleteers. Methodologically, it combines documentary analysis and historiographical critique to expose contradictions between the "empty territory" discourse (present in Alencar and local memorialists) and evidence of pre-colonial occupation. The conclusion highlights how this invisibility underpins contemporary policies, such as the "Serra Verde Imperial" tourism project, which naturalizes colonial memory.

Keywords: Teresópolis; historical erasure; colonialism; George March; quilombos.

1 INTRODUÇÃO

Talvez W. Benjamin (1987) tenha sido o primeiro a ter percebido que os monumentos tradicionais das culturas são na verdade monumentos à barbárie. Às tradições vitoriosas não bastava o espólio, era preciso impor à derrotada o calabouço do silêncio. A invenção de uma tradição é coroada pela guerra e pelo apagamento da história dos derrotados.

Se isso é realmente assim, como falar das tradições que não existem mais ou das quais mesmo suas ruínas são difíceis de encontrar? Como conhecer suas histórias, seus mitos, descrever suas práticas se o que sobrou não passam de fragmentos na paisagem de uma outra tradição? Esse é precisamente o caso das culturas originárias e daquelas escravizadas arrastadas para a região da Serra dos Órgãos quando da invasão e ocupação europeia.

Existem diversos mecanismos compondo uma memória e uma imagem que informam quem deve e quem não deve ser lembrado, quais fatos importam e quais não, como enxergar um acontecimento, ouvir uma história, compreender uma narrativa e as justificativas para os eventos pregressos e presentes. Há um patrimônio com o, ou a partir do qual, é possível se referir a essa memória, tais como as instituições, um padrão linguístico, poesias, músicas, hábitos, política etc. Todos eles juntos, vistos à distância, talvez pudessem ser chamados de Mito, visão de mundo ou ainda ideologia. Todas essas coisas encontram espaço em museus, arquivos, casas de memória e nos registros oficiais que contam a história de uma cidade ou país inteiro.

O narrador que observa as origens a partir dessas fontes corre o risco de consolidar determinados mitos e concepções, legando-as ao presente com aparência de ciência. Parece ser o caso de alguns historiadores – ou memorialistas – da cidade de Teresópolis que, a partir de suas obras, seguindo uma trilha que remonta à presença de alguns ingleses

na região, forneceram algo como um material oficial a partir do qual a história da cidade vem sendo contada.

Foram feitas muitas visitas aos locais oficiais que guardariam essa memória da cidade de Teresópolis e pouco se encontrou que pudesse indicar algo da origem da cidade e de seus primeiros habitantes antes da presença de um inglês chamado George March. As poucas obras de referência encontradas nas bibliotecas das escolas e nos espaços de história da cidade não contemplam praticamente nada do período anterior ao que a história oficial chama de colonização do território do município a partir do século XIX.

Essas obras, todavia, são as referências da identidade local de uma parcela da cidade – consubstanciada em sua elite política – e compõem o que tem sido chamado de “a identidade teresopolitana”, com sensíveis impactos nas disputas políticas locais e nas políticas públicas para a região. A tarefa a que este texto propõe é, portanto, a de se aproximar dessas obras perscrutando-lhes a fim de verificar como se estruturam suas narrativas e o que dizem acerca das origens do município.

Acredita-se que há nelas, mesmo escondidas sob uma história europeia e branca, algo como uma sombra ou um vulto das culturas e populações não européias que habitavam a região antes e a despeito dos colonizadores. Por essa razão, ao primeiro objetivo se soma a tentativa de lançar algumas luzes sobre alguns desses espectros presentes no conjunto dos relatos oficiais. Como se tentará demonstrar, é possível enxergar que a literatura que serve como referência oficial do município, isto é, aquela que é utilizada para apoiar o discurso de que a cidade deve sua origem à presença de ingleses, especialmente George March, identifica a presença de ocupação do território por fazendas e tropeiros ainda no século XVII e permite deduzir a presença de nativos brasileiros em períodos anteriores.

A partir disso, entende-se o último objetivo do texto que é problematizar a motivação e os interesses de memorialistas e atores políticos em sublinhar a presença e do empreendimento de George March, “êste magnata, inteligente, empreendedor e culto e amigo de Pedro I” (Ferrez, 1970, p. 34), enaltecendo-o, em detrimento de outras possíveis origens da cidade.

Para cumprir tais objetivos, o interesse deste trabalho recai especialmente sobre o período anterior à chegada de George March. E contará, primeiramente, com a análise do “O Guarani” de José de Alencar, além do trabalho de quatro historiadores “locais”, que voltaram suas atenções intelectuais para o município, a saber: 1. Gilberto Ferrez, autor de “Colonização de Teresópolis: à sombra do Dedo de Deus”; 2. uma obra produzida por

inúmeros autores e organizada por um Frei de nome Paulo Gollarte intitulada “Teresópolis: dimensões de uma Jóia”; 3. Um livro por Osiris Rahal chamado “Imagens de Teresópolis”; e 4. uma obra de João Oscar chamada de “História de Teresópolis: síntese cronológica”.

2 TERRITÓRIO E COLONIALISMO A PARTIR DO “GUARANI” DE JOSÉ DE ALENCAR

O relato mais antigo sobre o território do que hoje se chama Teresópolis é de José de Alencar em sua novela “O Guarani” (2005). A obra pede que o leitor imagine a região da Serra dos Órgãos em 1604, quando a ocupação portuguesa teria recém começado na localidade. Ele descreve a natureza local acompanhando o curso de um rio que nasce na “Serra dos Órgãos”, de onde “desliza um fio de água que se dirige para o norte, e engrossado com os mananciais que recebe no seu curso de dez léguas, torna-se rio caudal” (Alencar: 2005, s/p). Ele descreve o curso do Paquequer¹, e convida o leitor a acompanhar seu curso que atravessa o município de Teresópolis, desaguardo no “Rio Preto”. Este, por sua vez, leva suas águas da Serra até o Rio Piabanha. Seu destino final antes do mar é o Rio Paraíba do Sul.

O curso do rio Paquequer costuma aparecer como indicativo de conhecimento e ocupação da região de Teresópolis, como em Gilberto Ferrez (1970), que citando Alencar, examina as cartas topográficas do Rio de Janeiro e identifica, a partir da nomeação do rio que corta a cidade, a prova das incursões portuguesas na região. Ele diz, por exemplo:

Aires de Casal, na sua Corografia Brasília falando do rio Piracinunga, afluente do Guapiassú, diz: ‘nasce entre os altos picos da Serra dos Órgãos, poucos côvados arredado da origem do Paquéquera, ramo do considerável Rio-Preto, que se une ao Piabanha obra de légua e meia antes d'elle se encorporar com o Parahyba’. E mais não diz. O Paquéquera é o nosso Paquequer que atravessa Teresópolis (Ferrez, 1970, p. 14).

¹O rio Paquequer nasce no alto da Serra dos Órgãos, mais precisamente na Pedra do Frade, dentro do território abarcado pelo Parque Nacional da Serra dos Órgãos. ICMBIO, 2025. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/parnaserradosorgaos/atributos-naturais/50-hidrografia.html>. Existe ainda um outro rio Paquequer que corta o município de Sumidouro e leva suas águas ao Rio Paraíba, no território que atravessa Além Paraíba, município de Minas Gerais na fronteira com o Rio de Janeiro.

Quando o território da freguesia de São José estava completo, ele fazia parte da Estrada Real, caminho que ligava Minas Gerais ao Rio de Janeiro. Hoje o município faz fronteira com Petrópolis e Areal, que fazem parte do percurso histórico. A Estrada Real, saindo de Diamantina, se dividia em duas rotas. Uma delas, mais antiga, levava as tropas de Minas até Paraty e a outra parte do caminho, cortando Petrópolis, levava ao porto de Piedade, aos “fundos” da Baía de Guanabara, onde hoje é Magé.

[illegible]

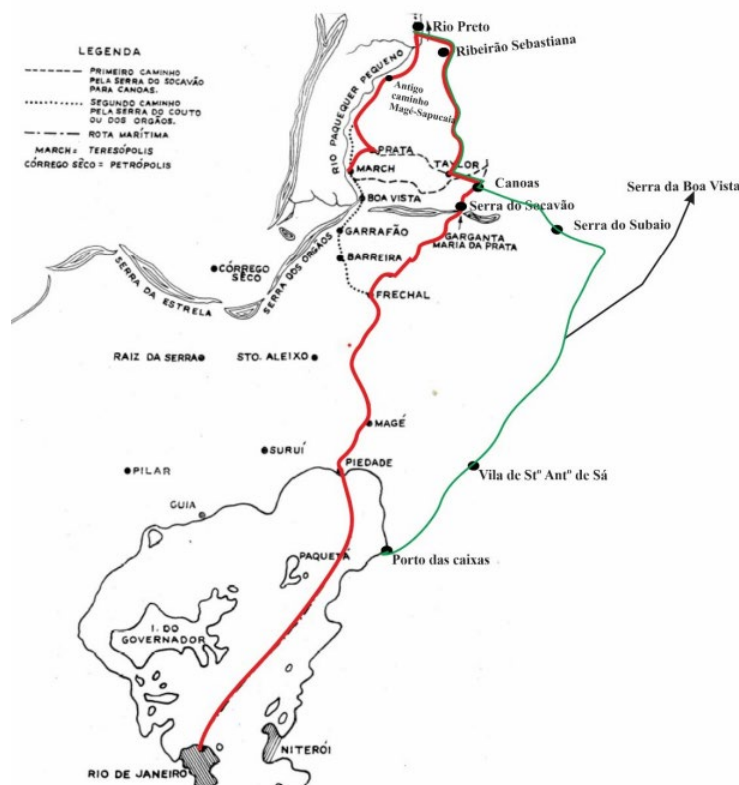
Fonte: Instituto Estrada Real (<https://institutoestradareal.com.br/>)

Saindo da Baía de Guanabara em direção a Minas, a estrada que deixava o porto de Piedade se dividia aos pés da Serra dos Órgãos. A face da cordilheira era contornada pelo oeste seguindo a direção de Córrego Seco (Petrópolis), e foi amplamente utilizada por tropeiros. As montanhas eram contornadas a leste por onde hoje é Guapimirim e a rota entrava no território da cidade de Teresópolis pela região de Canoas, no terceiro

²GOOGLE MAPS, 2025. Disponível em: <https://www.google.com/maps/dir/Serra+do+Capim>.

distrito do município. Um terceiro caminho foi aberto mais tarde, enfrentando a cordilheira de frente, levando ao sentido do Garrafão.

Mapa 2 - Rotas do Porto de Piedade à Serra dos Órgãos (caminhos para a fazenda March) nos séculos XVIII e XIX.



Fonte: Canabrava, Eduardo (1908-1981). *Apud* Ferrez (1970, p. 23, estampa 4) *apud* Santos, 2024³.

A obra de Alencar pede que se imagine um tempo muito anterior a este, quando ainda não havia rotas de escoamento de ouro ou de café. Ele quer produzir o efeito estético de uma obra épica, posicionando os acontecimentos em uma terra e em um tempo distantes, quando a civilização ainda lutava por dominar o mundo selvagem. Alencar descreve a região na qual:

Tudo era grande e pomposo no cenário que a natureza, sublime artista, tinha decorado para os dramas majestosos dos elementos, em que o homem é apenas um simples comparsa. No ano da graça de 1604, o lugar que acabamos de descrever estava deserto e inculto; a cidade do Rio de Janeiro tinha-se fundado havia menos de meio século, e a civilização não tivera tempo de penetrar o interior (Alencar, 2005: p. 10).

³SANTOS, Marcos Antonio Granito dos. “A Região do Ribeirão Sebastiana: um espaço social de vocação agrária em meados do século XIX (1850-1889) Dissertação de Mestrado UERJ – 2024.

Destaca-se: uma região não penetrada pela civilização. A casa do colono, “à margem direita do rio uma casa larga e espaçosa, construída sobre uma eminência, e protegida de todos os lados por uma muralha de rocha cortada a pique (Alencar, 2005), surge como um reduto que protege e separa o selvagem do civilizado. Alencar explica que:

Na posição em que se achava, isto era necessário por causa das tribos selvagens, que, embora se retirassem sempre das vizinhanças dos lugares habitados pelos colonos, e se entranhassem pelas florestas, costumavam, contudo, fazer correrias e atacar os brancos à traição (Alencar, 2005, p. 14).

A novela de Alencar flerta com um paradoxo, pois, toda a obra transcorre no interior de um conflito entre a cultura nativa e a civilização, mas que, de alguma forma, tomou forma em um lugar que era “deserto” e “inculto”, mas é um deserto cheio de vida e de gentes, o que se escancara na própria narrativa de Alencar e dos relatos da época.

A carta topográfica de Conde da Cunha, de 1767, por exemplo, descreve a capitania do Rio de Janeiro e apresenta as rotas que seguiam à Serra dos Órgãos. Uma delas saía do porto de Piedade em Magé e seguia a face oeste da Serra dos Órgãos em direção a Minas, seguindo o Rio Piabanha - que corta a cidade de Petrópolis. A outra, seguindo em direção à face leste das montanhas, mas interrompida nos pés da serra. Atrás dela o que o Conde de Cunha identifica como um “Certão (*sic*) ocupado por Índios Bravos” (Cunha, 1767), dando a entender que a civilização portuguesa não havia ainda se fixado na região, mas que esta já era povoada.

Alencar instiga a questão sobre toda aquela existência. Quem eram aqueles povos, como viviam? Para onde e como foram? Todavia, para os fins a que este texto se propõe, alardeia mais o fato de os historiadores da cidade de Teresópolis não terem percebido o paradoxo do deserto povoado ou não o terem tematizado. Para todos eles, a origem da cidade só se deu quando finalmente a presença inglesa aterrisou na serra no início do século XIX, com a vinda de George March.

Essa concepção de território vazio, deserto porque ainda não tocado pela civilização, cumpria uma função importante no imaginário do europeu colonizador. Uma natureza virgem e inculta a ser cultivada e dominada alimentava o espírito militar da invasão porque convidava os bravos a buscar a honra, a des-bravar aquele sertão. Também oferecia um vislumbre à exploração econômica porque “nada” lá foi cultivado. Era um

convite ao empreendimento e à colonização do território. Quando o europeu se olhava no espelho, podia ver um missionário portador da civilização, do avanço racional destinado a ocupar um mundo feito para ele.

Autores mais recentes dizem que a região já havia sido dividida e distribuída na forma de sesmarias desde o século XVI, mas seria possível que essa distribuição tenha sido formal e não tenha implicado em ocupação portuguesa.

Gilberto Ferrez (1970) lembrou que:

Poucas pessoas se dão conta, e é preciso assinalar, que os terrenos adjacentes às embocaduras de todos os rios que desaguam no fundo da baía de Guanabara, estavam ocupados ou dados em sesmarias, ao terminar o século XVI. No século seguinte, esta conquista na baixada fluminense do recôncavo guanabarino é intensificada e grandes áreas são dadas em sesmarias (Ferrez, 1970, p. 15).

Os mesmos sesmeiros, diz Ferrez, se aventuravam Serra acima ainda em 1632. “É assim que João Gonçalves, Salvador Gonçalves e Baltazar de Oliveira obtêm 6.000 braças ‘de sobejos pelo Rio de Magé a sima athe a serra dos Órgãos’” (Ferrez, 1970, p. 17). Contudo, ao transcrever a íntegra do documento de uma dessas sesmarias, ele alerta que:

Da leitura dêste documento depreende-se que a região era tão remota e desconhecida que o interessado apenas tinha por notícias conhecimento da existência de terras devolutas e tão pouco cita-se o local exato da sesmaria mas apenas o local mais conveniente detrás da Serra dos Órgãos que, certamente, seria demarcado mais tarde (Ferrez, 1970, p. 17).

Não seria de se espantar, portanto, que a presença portuguesa no curso do Rio Paquequer na novela de Alencar fosse antes resultado de uma projeção e que a região permanecesse sob domínio indígena. Em outras palavras, não seria possível deduzir da distribuição de sesmarias a presença de portugueses na região no século XVI, nem no início do XVII.

A distribuição de sesmarias como prova do interesse na região é repetida por Paulo Paranhos, que destaca que as primeiras sesmarias na região foram distribuídas “a partir de 1564, quando Simão da Mota recebeu terras do governador Cristóvão de Barros” (s/data, p. 76). E por José Oscar (1991) que identifica muitas outras sesmarias na região

distribuídas a partir do ano de 1612, e destaca especialmente aquela concedida “a Diogo de Coelho Albuquerque uma légua em quadra por trás da Serra dos Órgãos” que seria, de acordo com o autor, “historicamente, a primeira sesmaria situada em território do atual município de Teresópolis” (Oscar, 1991, p. 17).

Paranhos destacou a sesmaria concedida em 1762 “como a mais significativa para a historiografia da cidade”, pois ela corresponde à “doação de sesmaria a João do Couto Pereira” (s/data, p. 76). Essa instalação teria sido transformada na Fazenda do Paquequer por “João do Couto Pereira (ou seu possível herdeiro Joaquim Clemente da Silva Couto) [...] no atual bairro do 'Alto, e rasga, na serra 'do Couto' em plena garganta da serra dos Órgãos, no atual Soberbo, a 'estrada do Couto' (Oscar, 1991, p. 19). O destaque de Paranhos ocorre porque essa sesmaria é a que teria sido arrendada por George March no início do século XIX, em 1818.

O interesse na região estava muito mais longe dos impulsos aventureiros dos colonizadores do que do seu interesse nas rotas que ligavam os portos do Rio de Janeiro às minas de Minas. A mineração estimulou que se criassem estradas como a que trazia os mineiros à Paraty e outras que encontrassem caminhos mais seguros e rápidos ligando as regiões. Em uma dessas empreitadas fez-se a estrada que, partindo do porto de Piedade, seguia o rio Inhomirim e subia a serra, acompanhando o rio Piabanha, cortando Petrópolis e encontrando a estrada antiga no encontro dos Três Rios.

Se, ao longo do século XVI, a ocupação portuguesa da região oscilou, a partir da mineração priorizou-se à face leste da Serra dos Órgãos no intuito de pavimentar novas rotas para Minas Gerais. Esse também parece ser o motivo que estimulou, tanto a ocupação de terras aos “fundos” da Serra em direção ao mar, quanto as tentativas de avançar em novas rotas, seja enfrentando as montanhas de frente ou as contornando pelo Oeste.

Como diz Ferrez (1970):

As fazendas foram aos poucos invadindo as margens do Paraíba do Sul, em direção de Sapucaia e Pôrto Novo, e subindo os seus afluentes da margem direita. Esta conquista do sertão por trás da Serra dos Órgãos era mais fácil vindo do Paraíba do que galgando o tremendo paredão recoberto de densa mata virgem da serra dos Órgãos (Ferrez, 1970, p. 21).

Ferrez ajuda a pensar uma outra dimensão dessa ocupação. Quando ele diz que seria mais fácil abrir picada na região vindo da direção do Rio Paraíba, ele sugere a inversão de uma lógica que alimenta a narrativa da origem da cidade, a saber, o fato de que ela pode ter sido invadida e ocupada não a partir do Rio de Janeiro, mas a partir de Minas gerais. Caminhar para Minas pela região de Petrópolis e buscar rotas alternativas - muitas vezes ilegais - para escoar os metais preciosos arrancados das minas não parece uma explicação absurda.

Seja como for, entre o “deserto” de José de Alencar e a ocupação do território por portugueses há um século de distância, o que preencheu o vazio civilizacional na região não foi outra coisa senão o interesse no ouro mineiro e o desenvolvimento que essa empreitada produziu, com fazendas e postos de apoio para o intenso movimento de tropeiros que ligavam a produção de Minas aos portos no Rio.

Como mostramos acima, estas terras foram dadas em sesmarias durante o século 17 e 18 e abrangiam toda a vasta região regada pelos rios Paquequer Pequeno, Imbuí, Socavão, e Rio Prêto até o Paraíba, que aos poucos foi se povoando ralmente de fazendas. Portanto não há nada de estranhar que em 1788 já houvesse povoado e ‘algumas fazendas como a do Engano, uma ou outra casa dispersa em muitos pontos do Imbuí abaixo e acima da grande cascata’, como escreveu o articulista anônimo, do *Jornal do Commercio* de 19-IX-1908, baseando-se em planta feita por Baltazar da Silva Lisboa. É provável, e quase certo, que já antes de 1788 existisse uma vereda como escoadouro dos produtos das fazendas, marginando o curso do rio Prêto passando por Venda Nova e Canoas alcançava o rio e Serra do Socavão e daí, pela garganta da Maria da Prata, descia pelas cabeceiras do Guapi sobre Frechal (Bananal), Magé e pôrto de Piedade. Foi por este caminho que Baltazar da Silva Lisboa subiu para estudar as terras por trás da Serra dos Órgãos. Esta vereda, depois caminho, transformou-se em estrada em princípios do século 19 e tomou impulso graças aos cafezais do interior à procura do escoadouro rápido (Ferrez, 1970, p. 21/22).

Assim, é possível afirmar que o impulso decisivo à ocupação do território que hoje é Teresópolis se iniciou no início do século XVIII como consequência da atividade de mineração, se relacionando ao movimento das tropas e ao interesse em encontrar novas rotas para Minas. George March, como lembra José Oscar, “era de origem inglesa, mas nascido em Portugal”, ou seja, “um súdito inglês nascido e criado em Lisboa” Gollarte (*et al.*, 1966) e somente subiu a serra “depois de se estabelecer no comércio, no Rio de Janeiro, e de se meter na atividade de mineração, em Minas Gerais”. Quando, em 1818, ele arrendou “a Fazenda do Paquequer, de herdeiros de Joaquim Clemente da Silva Couto,

e se fixa no ‘alto’ da serra, na região do atual Comari” (Oscar, 1991, p. 22), seu movimento deveria ser considerado antes uma consequência desse processo do que o acontecimento originário do município.

Toda essa conversa sobre a ocupação portuguesa do território do município tem como pano de fundo a presença indiscutida de povos indígenas. O muito pouco que se fala sobre quais povos, culturas e hábitos estavam enraizados na região não autoriza que se afirme algo sobre os povos nativos e sugere questões sobre eles que não são possíveis de serem respondidas aqui, nem fazem parte do objetivo do texto. Sua questão central é debater a motivação dos memorialistas em sublinhar a ocupação europeia como momento originário da construção da cidade, o que ficará mais evidente na análise que segue abaixo.

3 COLONIZAÇÃO DE TERESÓPOLIS” DE GILBERTO FERREZ

Gilberto Ferrez – que dispensa apresentações graças à sua importância enquanto colecionador, historiador e catalogador de informações da história do Rio de Janeiro – deixou uma obra chamada “Colonização de Teresópolis: à sombra do Dedo de Deus”, datada de 1958, que é a grande referência para todos os que estudam a cidade e suas origens. Verdade seja dita, as outras obras analisadas que são posteriores a de Ferrez, têm nessa primeira mais do que uma inspiração. São tantos os registros de fontes do século XIX, de diários e imagens de viajantes recolhidos e apresentados por Ferrez que seria tedioso demonstrar o quanto os autores posteriores recorreram a Ferrez em busca dessas fontes.

Ferrez teve acesso a uma vasta documentação do Brasil colonial desde cessões de sesmarias a cartas cartográficas, passando por diários de viajantes que estiveram no país e visitaram o Rio de Janeiro e a Serra dos Órgãos a partir do século XIX.

A primeira parte de seu livro é dedicada ao exame de documentos que mostram as etapas iniciais da presença na região através dos mapas e da sesmaria. Ferrez descreve a formação das rotas que levavam do Rio a Minas e discute as possíveis primeiras ocupações do costado da serra. Quando o exame dos acontecimentos e documentos anteriores ao século XIX termina, o livro passa a uma segunda etapa e sua linguagem se altera profundamente.

No lugar da análise documental, surge uma narrativa apologética que mostra um George March repleto de virtudes heróicas, coroadas pelo caráter inglês de seus negócios e de seu nascimento. Ser inglês, na obra de Ferrez, era também uma virtude do “magnata, inteligente, empreendedor e culto” George March (Ferrez, 1970, p. 34).

Assim, podemos facilmente visionar a casa de March, grande com o proverbial conforto inglês, bons sofás e móveis diversos, de estilo inglês, louças e piano inglês, boa prataria inglesa, e quem sabe, portuguesa e nacional também; biblioteca, sala de bilhar; nas paredes, pinturas e gravuras inglesas de caçadas, aspectos de Londres, talvez de Lisboa. Nas estrebarias, bons cavalos, com arreios ingleses, e uma carruagem ligeira inglesa, mais leve e mais elegante do que a sege portuguesa. No jardim, flôres nossas de mistura com outras trazidas da Europa, o lawn para o croquete ou bowling [...]. Gilberto Freyre já disse - ‘É do alto de suas chácaras, em geral situadas em morros e rodeadas de arvoredo, os mais opulentos dentre aqueles negociantes foram se tornando uma influência renovadora, e mesmo revolucionária, da cultura semi-colonial do Brasil’. E não há dúvida o protótipo de uns destes ingleses, nesse sentido foi, como provaremos, (March, 1970).

Entre os vários diários de viagem, Ferrez se refere especialmente aos de George Gardner, Edward Fry⁴ e de Robert Walsh. Em comum: ingleses que percorrem o caminho que leva do porto de Piedade à sede da fazenda March no atual bairro do Alto; os três narram encontros com centenas de tropeiros e suas mulas abarrotadas de mercadorias cruzando a região e fazem descrições das produções da fazenda e suas impressões sobre as paisagens locais.

Ferrez não registrou nenhum contato com indígenas na região entre o Porto de Piedade e a fazenda de March, mas descreveu muitos encontros com negros escravizados empregados nas fazendas e nas tropas de muares. Retomando os registros de Gardner, apresentou as detalhadas enumerações de animais, de escravos, informações sobre as culturas presentes na fazenda, alguns dados geológicos, climáticos e forneceu alguma informação sobre hábitos alimentares. Também apoiado neste inglês apresentou uma breve descrição das senzalas. Para falar de como se dava a relação de March com os escravos, Ferrez prefere essa passagem do trecho do diário de um dos sobrinhos de George March:

⁴ Quando a obra de Ferrer foi publicada, o diário de Edward Fry era um documento inédito e fazia parte da coleção particular do então embaixador Joaquim de Souza Leão Filho. Os diários de Walsh e de Gardner são facilmente encontrados em buscas virtuais. O diário de Fry não consta no acervo da Biblioteca Nacional e não foi encontrado nas buscas feitas na internet.

A escravatura, que calculou em 130 indivíduos, alimentava-se de milho, feijão, legumes e, de vez em quando, de carne. Era a comida abundante e afirma: ‘não se pode comparar (o passado dos camponeses europeus) com o sustento abundante e direi até nutritivo dos negros do Brasil, e além disso, raras vezes são obrigados a trabalhos excessivos’. (March, 1970, p. 72).

Em um artigo de 2017, se utilizando dos mesmos diários para analisar a condição social do negro escravo no século XIX, Barreiro informa que Gardner teria presenciado uma espécie de celebração teatral por conta das festividades de Natal. Esse é o trecho escolhido do registro da visita de Gardner a March:

Gardner (1846) acrescentou, quando lá esteve, quase uma década após a visita de Walsh, que, além de cavalos e mulas, na fazenda também havia uma grande plantação de hortaliças que supria regularmente o mercado do Rio de Janeiro com vegetais de origem europeia. Comentou ainda que a disciplina imposta aos escravos na fazenda era bastante rigorosa, mais, aliás, do que em outras que ele havia visitado no Brasil (Gardner 1846, p. 48 *apud*. Barreiro, 2017 p.571).

Essa celebração de Natal teria consistido em uma espécie de protesto contra a condição da escravização inspirada na revolta dos Malês ocorrida um ano antes da visita de Gardner e a qual os negros teriam tido acesso pelos jornais da época (Barreiro, 2017, p. 578). Não cabe neste texto o debate sobre a condição social do negro como Barreiro o faz, mas é preciso se perguntar o porquê deste relato ser preterido na obra de Ferrez em relação àquele do sobrinho de March. Por que Ferrez, para quem “March não era um vulgar comerciante, mas sim um agradecido ao país que tão bem o recebera e que se esforçava para melhorar a sua produção” (1970, p. 41) não cita a passagem? Por que o autor não apresentou este relato inocente do diário de Gardner sobre o homem de cuja fazenda “os pastos eram mantidos limpos, sendo as ervas daninhas arrancadas à mão, por crianças de 6 a 12 anos, por não estragá-los com enxadas” (*Idem*, p. 41)? A resposta é George March. O fundador do município não poderia ser maculado, confundido com um senhor de escravos – como qualquer outro – em terras brasileiras.

Já no século XX, acusar a missão colonizadora, tão virtuosa quanto poderia ter sido, de ter tido escravos e tê-los tratado como eram tratados todos os escravos seria uma mácula. Parece que o exagero de Ferrez ao elogiar March é uma compensação, uma forma de direcionar o olhar para outras coisas que não a realidade escravocrata brasileira, ou ao menos não permitir que se veja o empreendimento colonial de frente, em toda a sua feia

magnitude. Seja como for, ficaram plantadas as sementes do mito de fundação e de George March como seu herói.

4 “AS DIMENSÕES DE UMA JÓIA”

Na obra “Dimensões de uma Jóia” de Gollarte (*et al.* 1966) aparece que a primeira das sesmarias na região que hoje é Teresópolis data de 1655. As seguintes teriam sido concedidas a proprietários com meios econômicos para explorar a região, o que significa, recursos e escravos suficientes para se estabelecerem no território (Gollarte *et al.* 1966, p. 36). Dessa forma, os autores acreditam que o século XVII conheceu os primeiros proprietários do território em que seria formada Teresópolis (1966, p. 37).

Os autores enfatizam que no período anterior ao que chamaram de “Período March”, havia intensa movimentação na região, em especial de tropeiros, que se utilizavam dos caminhos abertos na Serra dos Órgãos para o Rio de Janeiro. Ao lado da estrada de Córrego Seco (Petrópolis) fazendo a ligação entre os territórios mineiros e a capital, os moares se utilizavam de estradas na região de Teresópolis, contornando o território atual do município pelos “fundos”, se aproximando de Cachoeiras de Macacu para alcançar os “fundos” da Baía de Guanabara.

Nessa obra sobre a vida antes da fazenda March, exceto nas referências a “índios bravos”, nada há de novo em relação a Ferrez. Mas sobre a circulação de pessoas é outro caso. A obra se preocupa em descrever largamente o desenvolvimento da região a partir da fazenda de George March, em especial no que tange à produção agrícola. Ele teria introduzido a produção de chá e, segundo os autores, uma versão inicial do turismo uma vez que construiu casebres - com estruturas similares às das senzalas - para receber visitantes e, provavelmente, abrigar os tropeiros.

Mesmo reconhecendo constantemente a presença desses inúmeros tropeiros que vinham de Minas Gerais por pelo menos 50 anos antes da fazenda do inglês, não tiveram dúvidas sobre o “pioneirismo” de March. Essa certeza se faz sentir quando recuperam os registros que Ferrez fez sobre George March: o inglês “decidiu, então (como é próprio do espírito europeu), desbravar aquelas regiões pouco conhecidas” (Ferrez: 1958 *apud.* Gollarte *et al.* p. 55). E afirmam que as terras que ele cultivou “eram, anteriormente à sua chegada, matas virgens que ele derrubou e transformou em pasto muito nutritivo” (*Idem*, p. 55). Tudo isso porque “a hospitalidade generosa ao homem, independente da nação,

classe, raça, ou religião, foi o cunho do povoado serrano. A ousadia colonizadora de George March a plantou” (*Idem*, p. 483). Aparentemente na jóia da colonização inglesa não havia espaço para a vida dos tropeiros e escravos que circulavam a região e, muitas vezes, se fixavam no território. São pedras não tão preciosas.

Uma vez encontrada a origem na fazenda March, os autores tratam de descrever a trajetória do imóvel, as crises subsequentes à morte do inglês e a divisão da fazenda em lotes menores. Observam o crescimento e o declínio da cidade atrelados aos ciclos econômicos mineiros e seu compromisso econômico com a capital. Afirmam que o desenvolvimento da fazenda estaria entrelaçado aos rumos do próprio município e que com a fazenda haviam nascido as vocações da cidade: a agricultura, o turismo e o veraneio, isto é, eles explicam a que a produção de insumos agrícolas adaptados às necessidades da capital fluminense - principal fonte de riqueza de Teresópolis àquela altura - decorreria da vocação da fazenda de March voltada às necessidades dos europeus da corte instalados no Rio de Janeiro.

Os autores aceitam com espantosa naturalidade a ideia de que March e sua fazenda desenharam o futuro do município. Deram-lhe as vocações e a primeira forma. Eles seguem bem de perto as conclusões de Ferrez, para quem March teria sido:

O descobridor, o desbravador e o fundador de Teresópolis. Graças a ele as belezas teresopolitanas ficaram internacionalmente conhecidas. Foi o introdutor da agricultura ainda hoje existente. Foi também o primeiro a introduzir a atividade de veraneio (Ferrez, 1970, p.65).

Essa naturalização da presença do inglês é uma apologia, uma militância em prol de um passado europeu e, ao mesmo tempo, uma recusa de um passado forjado pelo trabalho de pessoas escravizadas. Os elogios quase infantis - mas nada inocentes - a George March se presta a fortalecer o mito do homem forte e nobre, através do qual Teresópolis veio ao mundo, fruto de uma terra fecundada pela virilidade do inglês colonizador, em nome do qual todas outras histórias poderiam ser esquecidas.

5 “IMAGENS DE TERESÓPOLIS”

A obra de Osiris Rahal (1984) foi publicada quase 20 anos depois de “Das dimensões de uma Jóia”. A obra consiste em um registro de imagens composta tanto por

desenhos feitos por viajantes quanto de fotografias do tempo de Daguerre, em que se vêem as famílias, as fazendas, algumas tropas de muares e as paisagens de Teresópolis.

Dentre as várias imagens, as dos tropeiros são particularmente interessantes. Nelas é possível quase todas as vezes enxergar no centro da imagem um homem de feições caucasianas, geralmente montado em um cavalo, os burros de carga com sacos no lombo e um número muito significativo de homens que parecem negros, desmontados e carregando também sua carga ou dando atenção aos animais. Esse povo negro surge nas imagens misturados à paisagem, como um pano de fundo ou uma tela na qual a história que se deseja contar transcorre.

Para Rahal, “a História de Teresópolis é praticamente contemporânea, abrangendo parte do século dezoito XVIII, dezenove (XIX) e vinte (XX) (...)” (1984, p. 17). Tanto quanto os outros, Rahal supõe que o marco de origem da cidade é a fazenda de George March e a história que ele deseja contar com as imagens é a de uma existência a partir da presença inglesa. Essa presença funciona como o marco de referência que divide o antes e o depois, a história da pré-história do município em que somente “índios bravos” deveriam pisar na região. Em suas palavras:

A ‘Pré-história de Teresópolis’, se assim chamarmos o período anterior à sua colonização ou aos primórdios de sua história, tem início em suas ‘origens’ até o ‘descobrimento dessas terras’, predominantemente, pertencentes a índios e, posteriormente, a negros, escravos fugidos dos canaviais da Baixada” (Rahal, 1984, p. s/n.).

Entre essa passagem e uma imagem de Manuel Madruga descrita abaixo, Rahal apresenta de forma sintetizada o que seria uma lenda indígena sobre Teresópolis e sua origem. Em síntese, após duas tribos rivais travarem uma guerra por uma princesa, a tribo que habitava a serra de Aça-Bangu⁵ deixou o local em busca de Ayuruoca, sua terra sem males. Essa narrativa, em tom mítico, logo na abertura do texto, talvez indique que Rahal quisesse criar uma divisão entre o tempo em que imperou o pensamento mítico e o presente entregue às capacidades ímpares da razão civilizada. Se for assim, a civilização colonizadora representada na figura de George March significaria o crepúsculo de um

⁵ Aparentemente Aça-Bangu significaria grande paredão sombreado. Era o nome usado para identificar o Dedo de Deus.

mundo mítico, sem história, que teria dado lugar a uma Teresópolis que viria a superar aquele passado selvagem.

Recorda que havia testemunhos – como as histórias contadas por um escravo alforriado de nome Galdino, falecido na década de 60 – de que caminhos que saiam do Rio de Janeiro em direção à Minas Gerais contornavam a Serra dos Órgãos em direção a Minas. Registra que só anos mais tarde, em fins do século XVIII, a rota que partia dos fundos da Baía de Guanabara encarando de frente a Serra dos Órgãos seria utilizada. Ele diz que:

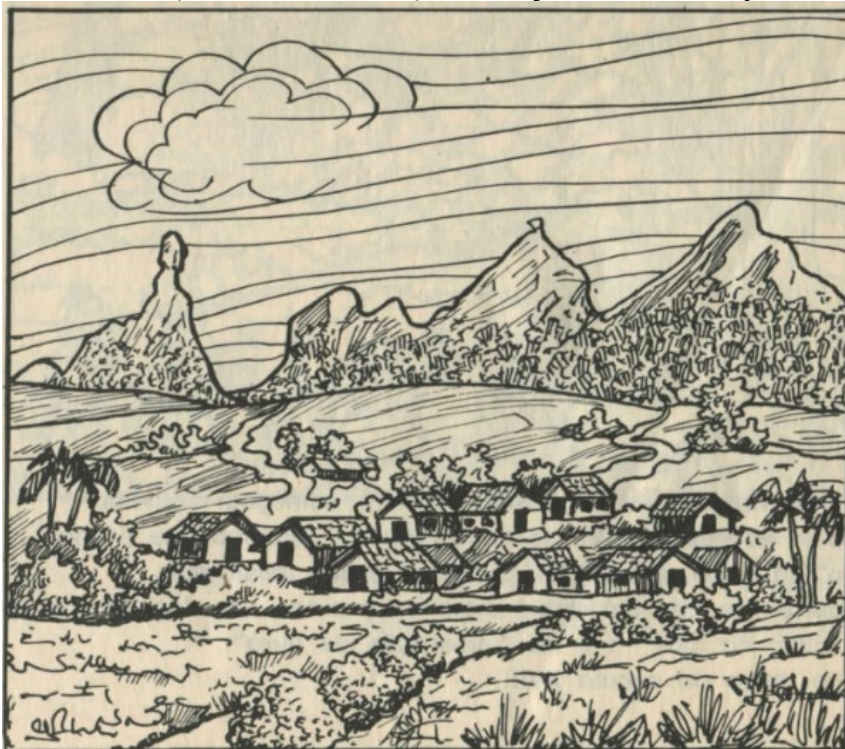
Este caminho seguia as trilhas usadas antes pelos indígenas e depois pelos negros escravos foragidos dos canaviais da Baixada (ciclo do açúcar - século XVI e XVII) conhecido pelos antigos e por nós mesmos de ‘Caminho dos escravos’ (Rahal, p. 26).

Entre a chegada de March e a presença indígena, Rahal aposta que a serra foi morada dos que fugiam da escravidão que tomou forma na baixada. Diz o autor:

Muitos anos depois, chegavam os negros, escravos foragidos da lavoura canavieira da Baixada Mageense, que protegidos pelo ‘Dedo de Deus’ aqui viveram, fixando-se com sua prole, abrindo trilhas, rasgando florestas, formando clareiras para o cultivo da terra, como técnicos que eram, pois vieram da escola prática do cativo, formando o ‘Quilombo da Serra’ e constituindo-se em nossos primitivos povoadores (Rahal, 1984, p. 24).

Acompanhando essas informações há duas imagens: a primeira de Manuel Madruga - teresopolitano nascido em 1874 - em que se vêem quatro indígenas caçando nas florestas da Serra dos Órgãos. A segunda é uma imagem à pena de H. Amado em que se vê o “Quilombo da Serra” ligado por duas estradas aos pés da cordilheira de montanhas. Em uma delas vai-se diretamente ao Dedo de Deus. Na outra, o caminho leva a Pedra do Sino (Rahal, 1984, n.p.).

Figura 1 - Desenho do Quilombo da Serra. Quadro conjectural, a bico-de-pena, de H. Amado



Fonte: Rahal, 1984.

A figura contém o que parece ser uma distorção. O Quilombo está instalado em uma área razoavelmente plana com vistas para o Dedo de Deus o que, para os conhecedores de Teresópolis, sabe-se que é impossível. Todavia, o Dedo de Deus aparece tal como visto do ponto de vista de Teresópolis, isto é, com o seu cume à direita seguido da Pedra Cabeça de Peixe e da Pedra do Sino na outra ponta do quadro.

O quadro parece juntar suas imagens obtidas em posições diferentes: a imagem do Quilombo sugere a baixada fluminense, o que se verifica pelas duas estradas em direção à Serra e pelo terreno mais plano em relação ao alto da serra; a esta somou-se o ponto de vista da Serra dos Órgãos vista de Teresópolis. Isso pode significar o desejo de produzir um efeito estético mais do que sugerir um fato histórico tal como Rahal interpreta a imagem.

Se se tomar essa imagem literalmente, é preciso reconhecer que havia um Quilombo instalado na região, indicando a presença de negros e negras fugidos da escravidão e povoando o território antes da chegada portuguesa ao alto da serra, portanto, antes de March, ou pelo menos que a região servia de abrigo aos fugitivos das fazendas de açúcar da baixada fluminense ainda no século XVII.

Roberto Féo reuniu uma série de avisos de busca por escravos fugidos desde a formação da fazenda March. Pessoas escravizadas que escapavam, provavelmente em

direção à Serra dos Órgãos ou que escapavam da própria fazenda March rumando não se sabe para onde. Féo apresentou relatos como estes que seguem. Em um deles, um dos fugitivos chega a fazenda March:

“17 de abril 1830 na Fazenda Santa ana do Paquequer, Serra dos Órgãos, onde mora George March, apareceu um preto fugido, alto e robusto, cara cumprida, e apresentando 25 anos de idade, e diz chamar-se Salvador, também tem dado o nome de Joaquim, e pertence ao Sr. Antônio” (Féo, 2016, p. 23).

Em outro caso, registrou-se a fuga da própria fazenda March:

02 de abril de 1831 - escravos fugidos - Há três ou quatro meses fugiram da fazenda do Sr. george March na Serra dos Órgãos, dois moleques meio bocões, com os sinais seguintes: um chama-se Hilário, alto magro, nação Angola, o outro chama-se Firmino, baixo e grosso, da mesma nação (Féo, 2016, p. 27).

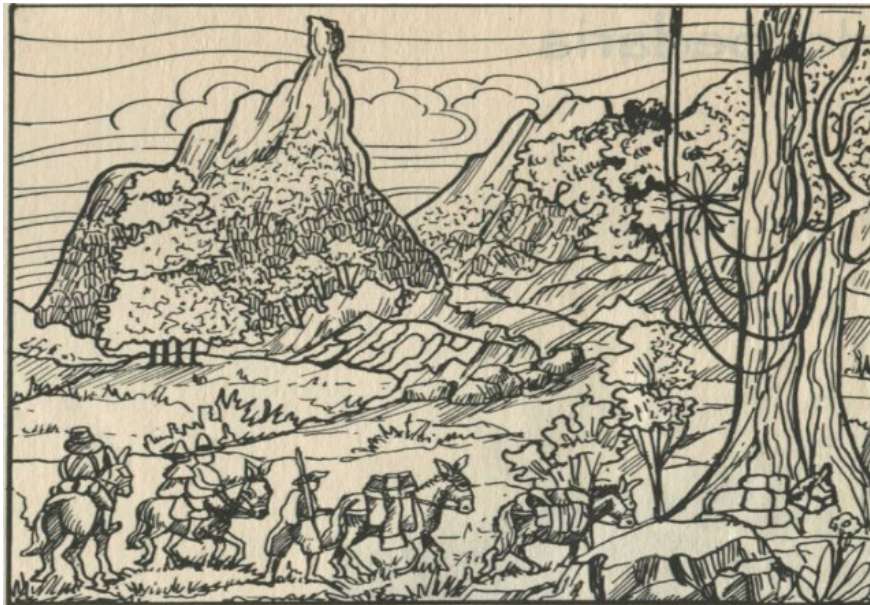
A movimentação de fazendas e tropas desde o século XVI na região era sinônimo da presença de pessoas nativas ou africanas escravizadas. Então não espanta que houvesse relatos constantes de busca por fugitivos na região, mas isso ainda é insuficiente para concluir a presença de um Quilombo na região de Teresópolis. Sabe-se, entretanto, que Magé, Petrópolis e Areal conheceram a experiência quilombola e algumas dessas comunidades ainda sobrevivem na região⁶. A obra de H. Amado que Rahal apresentou poderia resultar da imaginação do artista em diálogo com uma situação conhecida da região.

Entretanto, uma outra imagem do mesmo autor apresentada por Rahal ajuda a entender a distorção. Novamente a imagem da Serra dos Órgãos aparece na pena de H. Amado, mas, dessa vez, tropeiros são mostrados percorrendo seu caminho rumo à montanha. Novamente o Dedo de Deus aparece invertido para quem o observa do Rio de Janeiro. Sobre essa inversão só é possível especular. Talvez o autor estivesse querendo mostrar que conhecia o ponto de vista de Teresópolis, ou estivesse se apoiando em desenhos feitos da perspectiva de quem estava no alto da serra. Talvez tenha se equivocado. Seja como for, a segunda imagem parece confirmar a suspeita de que o

⁶ KOINONIA. “Relatório Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro”. Koinonia, 2021.

Quilombo da Figura 1 estava mesmo na baixada fluminense e não no alto da serra, como sugere Osiris Rahal.

Figura 2 - Desenho de Tropeiros subindo a Serra. Quadro conjectural, a bico-de-pena, de H. Amado



Fonte: Rahal, 1984.

Rahal reconhece que a ocupação do município se relaciona a fatores que nada tem a ver com a genialidade inglesa ou com as virtudes do colonizador George March. Ele descreve as rotas de chegada ao município percorridas pela face oeste da serra e informa que parte dos caminhos que surgiram na região decorriam de atividades ilegais relacionadas à mineração

O devassamento do nosso território começou motivado pela necessidade de se encontrar um caminho que ligasse o Rio de Janeiro às Minas Gerais e que fosse mais curto dos que até então eram conhecidos, em decorrência do ‘ciclo do café’ e o da ‘mineração de ouro’, no início do século XVIII. Nessa incessante busca de caminhos para o transporte de mercadorias, inclusive de início para fugir à Fiscalização, surgiu o ‘Atalho do Caminho Novo’, através de Piedade (porto situado na Baía de Guanabara) e Magé, que galgando a Serra dos Órgãos, por Sapucaia, via Canoas, atingia o sertão, caminho este abandonado pela subida por Bananal, Barreira, Garrafão e Soberbo, exatamente o nosso denominado ‘Caminho dos Escravos’ (Rahal, 1984, p. 26).

A narrativa de Rahal, contudo, encara esses momentos entre os séculos XVII e XVIII como a pré-história de Teresópolis. Então os negros, “nossos primitivos

povoadores” (Rahal: 1984, p. 24) são, ao lado dos nativos, parte de um tempo sem história, parte daquilo que criou as condições para que a civilização finalmente se instalasse e desse início ao tempo histórico para a cidade.

O consenso entre os memorialistas e historiadores ao redor de George March não contempla a ideia de que os colonizadores poderiam estar seguindo a trilha aberta por aqueles que fugiam da escravidão e do extermínio, porque, possivelmente os estavam perseguindo. É interessante imaginar que a ocupação do território poderia ter se dado sobrepondo-se às trilhas que essa gente abriu montanha acima.

O tal “caminho dos escravos” que Rahal destaca seria o caminho percorrido por George March para instalar sua fazenda no século XIX e onde, mais tarde, se pavimentou a estrada Rio-Teresópolis, parte da BR-116. O que Rahal não admite é que a estrada, o caminho e o Quilombo significam que a região não era, propriamente, um lugar de produção para abastecimento da colônia, mas refúgio para alguma liberdade possível para esses povos que resistiram à invasão colonizadora e, por que não dizer, ao capitalismo à brasileira que se consolidava por essas terras. Entretanto, nenhum dos autores que aqui são debatidos dirá nada além disso que Rahal apresentou. Em verdade, ele foi o único a ir tão longe na consideração da presença de negros e indígenas na região.

6 “UMA SÍNTESE CRONOLÓGICA”

A obra de João Oscar “Uma síntese cronológica”, produzida em 1991 a título de comemoração do centenário da cidade, é uma espécie de linha do tempo demarcando datas e acontecimentos que seriam relevantes para se entender a história do município.

O livro consiste em um apanhado de acontecimentos organizados cronologicamente e apresentados em forma de tópicos, em que cada um dos itens é uma data relevante. Além dos acontecimentos sublinhados, vez ou outra, José Oscar permite-se alguma observação que pretende ser bem humorada ou que sugere uma ligação entre o passado e o presente da cidade.

Este trabalho não é muito mais do que uma síntese das informações que as três obras supracitadas apresentaram, mas nela encontra-se uma referência documental mais antiga que as demais, indicando presença de povos indígenas anteriores à data estabelecida oficialmente como de fundação da fazenda March. Todavia, essa nomeação de datas e referências a documentos a maior parte das vezes não é acompanhada das

fontes de onde foram obtidas aquelas informações. Por vezes foi possível encontrar, cruzando as informações deste livro com as demais, as fontes a que Oscar se refere, o que permitiu, ao menos para os objetivos desse texto, utilizar a obra em questão como fonte de informações sobre o assunto em tela.

Sobre a presença indígena anterior a March, a obra registra: “1583 - Índios da tribo de Araribóia recebem ‘sesmaria de quatro léguas, do rio Macacu à serra dos Órgãos’” (Oscar, 1991, p. 16); logo depois assinala: “1767 - São traçadas, por ordem do vice-rei, Conde da Cunha, as Cartas Topográficas da Capitania do Rio de Janeiro, nas quais, na região da Serra dos Órgãos, há referência a ‘sertão ocupado por índios bravos’”. (Idem, p.19); faz ainda mais duas menções: uma diz que na data de “1797 - O topógrafo Manoel Vieira Leão traça a Carta Geográfica da Capitania do Rio de Janeiro, apontando, na serra, amplo espaço como sendo ‘sertão ocupado por várias nações de índios bravos’”. (Idem p. 20) e a outra de que em “1817 - Aires de Cazal, em sua Corografia Brasilica, refere-se à existência de restos de índios ‘Sacarus na serra dos Órgãos’, acentuando que seriam ‘remanescentes da nação goitacá’. Frisa ser o rio ‘Paquêquêra ramo do considerável rio Preto’” (Idem, p.21).

José Oscar teve acesso ao diário do inglês John Luckock, de onde tirou algumas observações sobre as condições da região no início do século XIX. Os relatos apresentados indicam que a vida colonial já se organizara morro acima antes da presença de March, com destaque para as fazendas e para os vários caminhos que rumavam a Minas Gerais.

O viajante inglês John Luccock assinala, em visita feita ao sopé da região serrana, que por trás da serra dos Órgãos ‘correm vários caminhos mal conhecidos que vão ter ao Paraíba, que dizem distar três dias de viagem, existindo na área, segundo seu relato, ‘propriedades de dez, vinte e até trinta milhas de comprimento’. Acentua, ainda, ao passar por Córrego Seco (Petrópolis), que ‘na direção leste - portanto, em terras da atual Teresópolis - as estradas eram ruínas e infestadas de índios’ (Oscar, 1991, p. 20).

O autor também informa que em 1819, “Pizarro e Araujo, nas ‘Memórias Históricas do Rio de Janeiro’, identifica a presença de índios Coroados por trás da serra, frisando serem ‘indígenas do sertão entre os rios Paraíba e Preto, além da serra dos Órgãos’” (Oscar, 1991, p. 20).

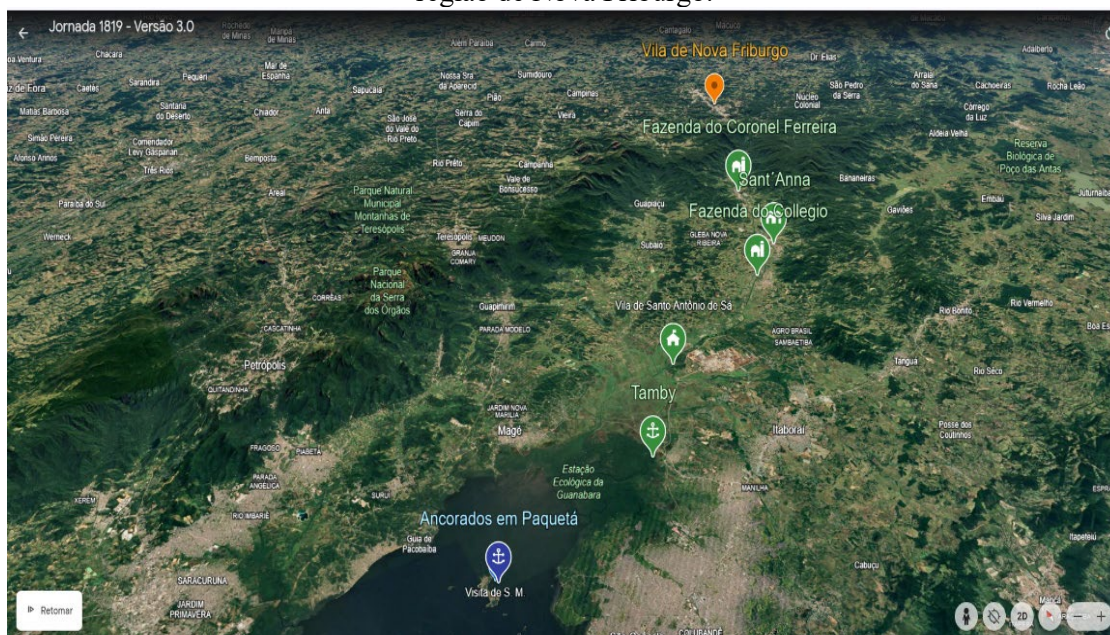
É nesse contexto que José Oscar destacou o arrendamento da “fazenda do

Paquequer” em 1818 por George March nascida da antiga sesmaria, como se disse acima - doada a Joaquim Clemente da Silva Couto. Ele chamou atenção para outro acontecimento em 1818, que, só na aparência, poderia ser tratado como coincidência em relação à chegada de George March a Teresópolis, a saber, a chegada de uma colônia de 300 suíços a Nova Friburgo.

A recuperação dos diários dos suíços que se instalaram em Nova Friburgo ajuda a compreender a posição e os interesses na região que será Teresópolis para o empreendimento colonial. A Fundação D. João VI associou a rota descrita nesses diários à ferramenta *google earth*, o que permite a visualização tridimensional da região e de seus caminhos. Parte dos suíços que estavam a caminho de Nova Friburgo deixaram a rota e se dirigem para leste, tomando residência em Teresópolis, tais como Albert Fischer, dono da fazenda Soledad, que deu origem ao atual bairro do Fischer e James de Luze, fundador da Fazenda Constância. (Oscar, 1991, p. 22).

A caminhada dos suíços em direção à serra foi ordem do Imperador que pretendia ocupar e desenvolver a região. Ou seja, a tomada do solo da região serrana fazia parte da estratégia colonial, ao que tudo indica, de ocupar as regiões que faziam parte da ligação entre Minas Gerais e o mar. A ida de George March para a serra, vista neste contexto, não apresentava nada de peculiar ou desbravador, mas consistia em mais um movimento entre outros, para ocupação da região.

Mapa 3 - Mapa 3D da rota percorrida pelos suíços em 1819 saindo do Rio de Janeiro até a região de Nova Friburgo.



Fonte: Fundação D. João VI, 2025

José Oscar, assim como os demais narradores da origem de Teresópolis, destacam o caráter empreendedor do luso-britânico. E parece ser o caso. George March, como muitos outros, foi atraído para a região em busca de oportunidades de negócios, seja oferecendo abrigo às tropas que vinham de minas ou produzindo na agricultura produtos que abasteciam a demanda da capital. O que chama a atenção na obra dos memorialistas e historiadores da cidade é a facilidade com que saltam de um tempo ao outro, ou seja, como partem da descrição do comportamento de um empresário entre outros, instalado na região, para determinar as origens das vocações econômicas da cidade, tal como se vê nas palavras de José Oscar:

Em 1830 March constrói uma série de pequenas casas ou bangalôs para serem alugados a ricas famílias européias radicadas no Rio de Janeiro, durante a chamada "estação calmosa", nome pelo qual se designava o período de verão. Descobre, assim, o potencial turístico da região serrana (Oscar, 1991, p. 23).

José Oscar estava, provavelmente, reproduzindo a interpretação de Ferrez para quem “coube, portanto, a George March a primazia da introdução entre nós, do hábito de se subir a serra na estação calmosa” (Ferrez, 1970, p. 43).

Além do veraneio, a capacidade empreendedora de March teria legado a Teresópolis sua vocação para a agricultura e forjado seu futuro enquanto cidade de abastecimento agrícola da capital. Diz Ferrez:

Ao redor da casa grande, ficavam os campos da lavoura branca, onde cultivou nossos legumes, assim como os europeus destacando-se: a couve-flor, alcachofras e ervilhas que viriam a ser as grandes plantações atuais de Teresópolis que abastecem o mercado do Rio de Janeiro. Plantou árvores frutíferas européias, tais como pereiras, macieiras, marmeleiros etc., que, aos poucos adaptaram-se ao clima da serra. Tanto as hortaliças, como frutas e batatas eram enviadas ‘duas vezes por semana, por uma tropa de três lotes (21 animais) para o pôrto de Piedade, onde eram embarcados para o Rio’ (Ferrez, 1970, p. 43).

Voltando à obra de Oscar, depreende-se que os suíços que se instalaram em Teresópolis percorreram o caminho antigo que atravessa o distrito de Canoas e retornaram na direção da capital, isto é, entraram pelos “fundos” da cidade e voltaram na direção de onde hoje é o centro da cidade. Enquanto assim faziam, o empreendimento de

George March abria picada do extremo mais próximo ao Rio de Janeiro em direção ao interior do município. A fazenda Paquequer acabou tocando as fronteiras das fazendas suíças e March adquiriu uma delas – a Constância⁷ – em 1838 (Oscar: 1991, p. 22).

A região que foi chamada até aqui de “fundos” da cidade tem como referência o atual centro do município, que também é o local onde teria começado o empreendimento de March e onde o mito de fundação da cidade tomou forma. Mas o que foi encontrado na literatura e nos documentos visitados permite afirmar, em oposição, que a ocupação europeia da cidade começou bem antes de March e no sentido inverso ao que se acredita. Ou seja, é bem provável que as incursões e ocupações que deram origem ao município tenham começado com viajantes que fizeram uma viagem circundando a Serra dos Órgãos saindo do Rio de Janeiro, ou que tenham se instalado no costado da serra vindo de Minas Gerais.

Enquanto essa ocupação acontecia, os povos nativos, possivelmente, ou já haviam deixado a região ou estavam no meio do processo diaspórico. José Oscar registrou uma passagem do diário de George Gardner ilustrativa sobre a questão:

Em 1841 Visitando March pela segunda vez, George Gardner promove, a 11 de abril, como paisagista Hockin e alguns escravos da fazenda, a primeira escalada da Pedra do Sino. Nessa visita, vê Gardner, no interior, o trabalho de abertura da estrada Magé-Sapuçaia, executado por Custódio Ferreira Leite, e encontra pequeno agrupamento indígena pouco acima de Serra do Capim, representado ‘por um índio que tem mulher e quatro filhos’ (Oscar, 1991, p. 24).

Esse encontro aconteceu no caminho que levava da Fazenda Paquequer a Minas, passando pela rota que seguia o rio Paquequer até desaguar no Rio Preto, em São José, tal como se vê no mapa 3 acima. Dessa maneira percebe-se que o empreendimento colonial domou o “sertão de índios bravos” e fez do “deserto inculto” de Alencar as cidades da região serrana do Rio de Janeiro.

No mais, é preciso dizer que o argumento da obra de José Oscar consiste exatamente na construção dessa linha cronológica que destaca a tal “pré-história” de Teresópolis, marcada pela presença dos tais “índios bravos”, passando pela fundação da fazenda March, até as visitas de famílias e autoridades ao município, se assemelhando à

⁷A fazenda Constância foi instalada no caminho que hoje liga Teresópolis a Friburgo, no bairro de Albuquerque, na rodovia RJ-130. A Fazenda não existe mais, mas sua sede estaria, nas distâncias atuais, a 68km de Friburgo e a aproximadamente 10km do centro de Teresópolis.

forma como Rahal reconstruiu a história do município: partindo de um passado desconhecido e mítico - a pré-história da cidade - e terminando na verdadeira história inaugurada pela conquista e colonização da região.

7 O PRESENTE DESSAS NARRATIVAS

Toda essa construção tem consequências peculiares. O Estado do Rio de Janeiro em 2010, por exemplo, através da ação dos seus parlamentares, estabeleceu uma política de turismo e fomento ao setor dividindo todo o estado por regiões, entre elas a região da Serra Verde Imperial⁸. O pressuposto da lei é a coincidência de elementos históricos, naturais, sociais e econômicos entre os diversos municípios daquela delimitação. O Projeto de Lei nº 1892/2012 complementa este e cria a semana da “Serra Verde Imperial” e a inclui entre as datas comemorativas do Estado⁹. Em sua justificativa se lê: “a presente proposição tem por objetivo homenagear a toda ‘Região Serra Verde Imperial’ e aos colonizadores e, descendentes, (..)” e prossegue:

[...] por isso, objetivando dar a todos os moradores, descendentes dos colonizadores sejam de nascimento ou coração, a primeira oportunidade de congregar em torno de nossa riquíssima Cultura, aqui no Estado do Rio de Janeiro, será uma semana de cunho cultural e promocional da Região.

O que dizer da frase “descendentes dos colonizadores, seja de nascimento ou coração”? O mais provável é que após a abolição muitas pessoas outrora escravizadas tenham permanecido forçosamente nas fazendas. A ligação com os colonizadores para essas gentes, certamente não é de coração. Por outro lado, é verdade que os poucos colonos que pousaram em Nova Friburgo e Petrópolis não se comparam à imensidão de gentes presentes anteriormente e das quais pouco se fala na região e mesmo assim é inegável que estas duas cidades possuem marcas sensíveis da colonização suíça e alemã, respectivamente. Mesmo que de forma polêmica, essas são presenças fortes que

⁸ Projeto de Lei nº 3166/2010 que estabelece as regiões para desenvolvimento turístico e cria a “Serra Verde Imperial”

⁹Disponível em

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/18c1dd68f96be3e7832566ec0018d833/2021e3b6ae0f7b2083257ad9004fb74b>. Acessado em: jul. 2018.

possibilitaram que se inventassem tradições, festas e patrimônios ligados a essa herança suíça e alemã. Inserir Teresópolis na trilha da colonização europeia, aproximando-a das vizinhas é que parece estranho. Os deputados supuseram a história não desmentida desde Ferrez e organizaram uma política pública a partir daí, incluindo Teresópolis no roteiro imperial.

Mais recentemente, em 2021, foi a vez da gestão municipal, comandada à época por Vinicius Claussen (PL), de endossar a “colonização inglesa” de Teresópolis, através do projeto “Terê Tão Bela”, que possuía como proposta que:

Teresópolis recupere sua referência inglesa e se aproprie da sua identidade por meio do resgate de sua história desde 1818, quando começou a ser povoada pelo inglês George March, grande incentivador da agricultura e da visitação da região para turismo e veraneio¹⁰.

A ideia de recuperar uma identidade inglesa, tendo como referência George March, parece ter mais a ver com o presente – com vistas ao futuro –, do que propriamente com fazer jus ao passado teresopolitano. Sua fazenda durou pouco mais de 30 anos, após sua morte e desmembramento de suas terras por parte dos seus filhos, além disso, estava localizada em áreas que hoje se conhecem como Alto, parte eminentemente turística da cidade, dessa forma, restringe-se às áreas centrais a história de um município que possui três distritos. Além de se ignorar a presença indígena e quilombola. Esses, por não terem legado vestígios, desaparecem da história oficial. Por outro lado, essa falta de resquício não foi impeditivo para resgatar uma arquitetura inglesa, conforme o projeto “Terê Tão Bela”.

Nesse sentido, a matéria publicada pelo site *Multiplix*¹¹ é representativa do esforço de se resgatar uma identidade pouco ou nada enraizada pelos teresopolitanos. No projeto em questão, passa-se a utilizar a arquitetura inglesa como padrão para os códigos de construção, tanto da prefeitura, quanto como sugestão para empresários. O estranhamento frente a essa proposta encontra-se, sobretudo, na falta de marcas arquitetônicas deixadas pela colonização inglesa na cidade. Na verdade, por falta de dessa presença apela-se para a plantação de grama.

¹⁰PREFEITURA DE TERESÓPOLIS, 2021.

¹¹PORTAL MULTIPLIX, 2021.

Não satisfeito, mandou vir sementes de grama especial, Bermuda-grass, formando por todos os vales da fazenda, bons pastos dos quais, ainda hoje, restam remanescentes como no campo de golfe. Conforme se pode provar pelas aquarelas inéditas, de autor anônimo e aqui reproduzidas, e por depoimentos de viajantes citados mais adiante, March desbastou e limpou a mata, deixando alguns exemplares da floresta e formando com esta grama magníficos pastos que davam impressão de lindos campos do sul da Inglaterra (Ferrez, 1970, p. 41).

Os interesses políticos e econômicos da gestão de Vinicius Claussen ajudam a explicar a motivação por trás desse resgate. Vincular, através de George March, a vocação Teresopolitana ao turismo e ao veraneio tende a beneficiar economicamente os empresários ligados ao setor turístico, como é o caso, inclusive, do próprio Claussen, dono de uma cervejaria e de um restaurante, localizado no bairro do Alto. Uma reunião¹² da prefeitura com o consulado Britânico, ocorrida em 2022, deixa claro quem pretende se beneficiar com essa proposta. Nela encontravam-se:

O Vereador Paulinho Nogueira, o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Teresópolis, Elcio Féo; o presidente da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Teresópolis, Filipe Coelho; o secretário e o tesoureiro do Sincomércio, Rodiney Turl e Pedro Turl, respectivamente; o vice-presidente do Teresópolis Convention, Pedro Alves; o promotor de eventos Azra El Akbar e a produtora de lúpulo, Teresa Yoshiko.

Um projeto feito por e para os empresários da cidade. A proposta mais representativa saída desse encontro foi o InglaSerra – Uma Viagem à Inglaterra na Serra Carioca.

Qualquer curioso que for à página da Prefeitura de Teresópolis, ou comparecer aos centros de informações turísticas da cidade, receberá inúmeros materiais indicando os pontos de interesse. Todos, sem exceção, destacam as belezas naturais e as construções nos caminhos que teriam sido abertos por George March. É como se a cidade devesse realmente aceitar que sua vocação, seu destino, é manter-se economicamente atrelada à capital fluminense na qualidade de exportadora de gêneros alimentícios¹³, aceitar de bom grado ser pouso para o veraneio e se orgulhar de seu potencial histórico na área turística,

¹²PREFEITURA DE TERESÓPOLIS, 2022.

¹³ Recentemente, Teresópolis deixou o posto de número um entre as cidades que contribuem para o PIB Rural do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em <https://www.tce.rj.gov.br/relatorios-lrf>. Acessado em julho de 2018.

supostamente inscrito por March na alma do município.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os autores analisados não se dedicaram a estudar mais a fundo a história dos negros e dos povos nativos da região. Tratam o que houve antes de George March como uma pré-história e fazem da fazenda do luso britânico o centro de irradiação da ocupação do município. Obras, como o livro de imagens de Rugendas¹⁴, tem imagens de povos indígenas vivendo na região de Friburgo e de negros tropeiros atravessando a montanha. Os diários dos viajantes amplamente citados por Ferrez e pelos demais contém experiências de encontros com indígenas na região em que hoje seria Sumidouro¹⁵, em Petrópolis, Magé, Guapimirim, e na região de Valença e Vassouras, ou seja, toda a região Serrana e do médio Paraíba. Por que também não se poderia dizer, mesmo sem registros diretos, que eles também habitavam o território que hoje é Teresópolis?

A escolha deliberada de Ferrez, que tanto influenciou os demais autores, demonstra que essa preocupação em sublinhar a atuação colonial em detrimento das outras histórias tem origens complexas. Uma das razões estaria ligada à concepção do que se compreende como a área de Teresópolis da qual partem os autores. Ferrez parece supor que o território teresopolitano é somente aquele circunscrito às propriedades de March e desconsidera o que ocorre nas fronteiras do município. Logo, o que não faz parte do centro urbano da cidade ficaria de fora de uma narrativa sobre a formação de Teresópolis e nenhum relato de contato com indígenas seria digno de nota porque não seriam terras teresopolitanas.

O território que seria a fazenda representa, contudo, uma parcela bem pequena do território atual do município, exatamente a parte chamada de urbana ou central. Dessa forma, seria como se as regiões chamadas de interior, onde se concentra a produção rural, de alguma forma estivessem de fora da história do município. Isso produz uma espécie de círculo, isto é, os autores encontram aquilo que eles mesmos pressupuseram inicialmente: uma Teresópolis colônia circunscrita às posses do luso britânico George March.

¹⁴Disponível em: <http://vinholivrosehistoria.blogspot.com/2015/01/rugendas-e-serra-dos-orgaos-viagem.html>. Acessado em julho de 2018.

¹⁵ Disponível em <http://sumidouro.chez.com/indios.htm>. Acessado em julho de 2018.

Saber porque ele negligencia a presença dos negros é outra questão incômoda. A necessidade de afirmar as virtudes do colonizador é muito forte na obra de Ferrez e talvez esse comprometimento tenha amenizado os relatos que poderiam levantar suspeitas sobre o fazendeiro inglês. Talvez porque acreditava em alguma forma de “democracia racial” já que cita Gilberto Freire em sua obra. Embora essas questões suscitem curiosidade, nenhuma delas incomoda mais do que saber o porquê dos leitores e revisores da história da cidade não terem enfrentado o assunto e se acomodado à narrativa de Ferrez como a fonte legítima da fundação do município.

Existe entre os autores teresopolitanos uma identificação com certo “amor a Teresópolis” do qual próprio Ferrez parece compartilhar. Esse sentimento parece criar um compromisso ideológico apologético com a cidade. Então, as fontes dignas de respeito são aquelas que enaltecem de alguma forma a história do município, encontrando no momento de seu nascimento as virtudes europeias. O que significa que a “pré-história” da cidade não deveria ser contada porque é imoral, é uma “pré-história” ainda sem a boa civilização.

O que se desenha com o desfile incessante de elogios aos visitantes e a March e a preocupada apresentação dos diários dos ingleses é a construção de um passado, de uma memória para as comunidades vindouras, marcadas por um compromisso com o colonizador em contraste com todas as forças negras e indígenas que foram derrotadas e pavimentaram sua chegada. O que se sente é um desejo estranho de ter um colonizador para chamar de seu, a exemplo de Petrópolis com os alemães e Nova Friburgo com os suíços. Essas narrativas pertencem a um esforço de construção de uma identidade local e tocam em outras possibilidades, silenciadas e invisíveis, de contar as próprias origens.

O que está em jogo nesta arriscada tarefa de rever algumas das fontes canônicas sobre o município, sob pena de nada enxergar de novidade, é a tentativa de lançar uma pouca luz que seja sobre aquelas figuras, seres humanos escravizados e nações inteiras dizimadas ao longo do processo de colonização. Algo como uma mensagem enviada desde o passado dizendo que ali outro mundo existia e outra vida era possível. Quem tem contado a história, tem obliterado a memória de gerações inteiras dizimadas e é por isso que, mesmo na morte, os inimigos continuam vencendo. Por isso esta conclusão acompanha Walter Benjamin (1984) quando este afirma que:

O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio

exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se os inimigos continuarem vencendo. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (Benjamin, 1984, p. 224).

Os muitos registros deixados pelos viajantes revelam algumas personagens. Primeiramente os negros e negras escravizadas. Muitas dessas passagens, mesmo que de forma opaca, descrevem como eram as senzalas, os hábitos alimentares, aspectos da socialização e da cultura dessas pessoas e claro, a forma do seu trabalho, seja cuidando da lavoura, da cozinha, guiando os colonizadores pela região ou remando as faluas¹⁶. Assumindo as dificuldades, deve ser possível remontar um pouco daquela história. A começar pela aproximação da história do “Quilombo da Serra”, também conhecido como “Quilombo de Maria Conga”, reconhecido pela Fundação Cultural Palmares. Ali há uma história de resistência, protagonizada pelo povo negro, tendo à frente uma mulher que ainda é desconhecida dos serranos. O mesmo esforço deve ser feito em relação às tropas que muitas vezes eram formadas por escravos comandados por um “comandante de tropa” e que movimentaram a economia e o desenvolvimento de muitas regiões. É muito provável que March tenha percebido a oportunidade de mercado aberta pelo movimento das tropas da região, oferecendo em sua fazenda abrigo e tratamento para os animais e para os tropeiros. Estes por sua vez são a ponta final da produção de café, açúcar e outras mercadorias em Minas. Eles são a presença desconcertante e necessária do trabalho que deu forma àquela região. O cotidiano do trabalho das tropas talvez indique mais do que se imagina sobre a cidade.

Os outros atores importantes são os indígenas. Se não foi possível encontrar nessas fontes teresopolitanas referências mais firmes, o mesmo não acontece com Nova Friburgo, Sumidouro, Petrópolis, Guapimirim, Magé, São José do Vale do Rio Preto, Carmo, Sapucaia. Todas essas cidades têm fronteiras secas com Teresópolis e registram presença de convivência com os povos originários. Não há chance de Teresópolis ter sido um espaço em branco para esses povos. Além disso, a guerra Luso-francesa em que se envolveram os Tamoios e Tupinambás e a consequente vitória lusitana com as catastróficas consequências para os indígenas resultou, de um lado, em um extermínio generalizado dos derrotados, e de outro na cessão de sesmarias aos Temiminós¹⁷ comandados por Araribóia. Estes teriam recebido sesmarias na região que mais tarde será

¹⁶ Meio de transporte utilizado para a travessia da Baía de Guanabara. Consiste em um barco de médio porte com duas velas e remos para os momentos sem vento.

¹⁷ Disponível em: https://pt.wikibooks.org/wiki/Hist%C3%B3ria_de_Niter%C3%B3polis/Funda%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: jul. de 2018.

Niterói, mas também em todo o fundo da Baía de Guanabara. Anos mais tarde, diversas sesmarias seriam distribuídas aos portugueses que quisessem se instalar na região. Não é difícil concluir que o avanço lusitano em direção à baixada e à Serra dos Órgãos teria empurrado os índios montanha acima.

As fontes que este trabalho consultou dão algumas pistas para reconstruir uma narrativa diferente para a origem do município. Os indícios de uma outra história estão lá e é preciso contar essa história. Essa é a motivação deste trabalho e tomara seja a motivação dos trabalhos vindouros que serão capazes de redimir a história de Teresópolis.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, J. **“O Guarani”**. São Paulo: editora Ática, 2005, 20 edição.
- ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. **“História e Direito: Sesmarias e Conflito de Terras entre Índios em Freguesias Extramuros do Rio de Janeiro (Século XVIII)”** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.
- BARREIRO, J. **“O botânico George Gardner e suas impressões sobre a cultura escrava no Brasil: Rio de Janeiro, 1810-1850”** História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.24, n.3, jul.-set. 2017, p.567-584.
- BENJAMIN, W. **“Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política”**. São Paulo: Brasiliense, 1987, 3 ed.
- BOTELHO, Janaína: **“Terra de índios brabos”** A Voz da Serra, 23 de janeiro de 2014. Disponível em <https://avozdaserra.com.br/colunas/historia-e-memoria/terra-de-indios-brabos>. Acesso em: jul. 2018.
- CIDADES MARAVILHOSAS. **“Serra Verde Imperial”**. s/data. Disponível em: <http://www.cidadesmaravilhosas.rj.gov.br/serraverdeimperialTeresopolis.asp>. Acesso em: jul. 2018.
- FÉO, Roberto. **“Raízes de Teresópolis: Novas Histórias”** Vol. II. Teresópolis: Editora Zem, 2016.
- FERREZ, G. **“Colonização de Teresópolis: à sombra do Dedo de Deus 1700-1900”**. Rio de Janeiro: Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n.24. 1970.
- FUMTRAM, 2025. Disponível em: <https://memoriadotransporte.org.br/>. Acesso em: maio 2025.
- FUNDAÇÃO D. João VI, 2025. Disponível em <https://www.djoaovi.com/jornada-1819>

Acesso em: maio 2025.

GOLLARTE et al.: **“Dimensões de uma jóia”**. Rio de Janeiro: editora Lyons Clube de Teresópolis, 1966.

GOOGLE MAPS, 2025. Disponível em:

<https://www.google.com/maps/dir/Serra+do+Capim>

GRAMSCI, A. **“Cadernos do Cárcere: introdução aos estudos de filosofia - a filosofia de Benedetto Croce”**. Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 1999, vol. 1.

ICMBIO, 2025. Disponível em:

<https://www.icmbio.gov.br/parnaserradosorgaos/atributos-naturais/50-hidrografia.html>.

Acesso em: maio de 2025.

KOINONIA. **“Relatório Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro”**.

Koinonia, 2021. Disponível em:

https://kn.org.br/wpcontent/uploads/2021/10/Relatorio_Quilombos-RJ-1.pdf

OSCAR, J. **“História de Teresópolis: síntese cronológica”**. Niterói: editora Cronos, 1991.

PEREIRA, Tainá: **“A fazenda March”** Proprietas, s/ data. Disponível em

http://patrimonios.proprietas.com.br/index.php/site/ver_patrimonio/56. Acesso em: jul. 2018.

PORTAL MULTIPLIX. **“Teresópolis quer resgatar história e legado da colonização inglesa da cidade”**, 16/12/2021. Disponível em:

<https://www.portalmultiplex.com/noticias/cultura/teresopolis-quer-resgatar-historia-e-legado-da-colonizacao-inglesa-da-cidade>. Acesso em: maio de 2025.

PREFEITURA DE MAGÉ. **“Primeiro quilombo da Baixada comemora 10 anos de certificação”**, 11/04/2017. Disponível em: <http://mage.rj.gov.br>. Acesso em: jul. 2018.

PREFEITURA DE TERESÓPOLIS. **“‘Terê tão Bela’: Prefeito Vinicius Claussen lança programa de resgate da identidade de Teresópolis nesta terça-feira, 23/11”**, 22/11/2021. Disponível em: <https://www.teresopolis.rj.gov.br/tere-tao-bela-prefeito-vinicius-claussen-lanca-programa-de-resgate-da-identidade-de-teresopolis-nesta-terca-feira-23-11/>. Acesso em: maio de 2025.

PREFEITURA DE TERESÓPOLIS. **“Prefeito Vinicius Claussen busca parceria do Consulado Britânico para alavancar projetos em Teresópolis”**, 26/08/2022.

Disponível em: <https://www.teresopolis.rj.gov.br/prefeito-vinicius-claussen-busca-parceria-do-consulado-britanico-para-alavancar-projetos-em-teresopolis/>. Acesso em: maio de 2025

RAHAL, O. **“Imagens de Teresópolis”**. Teresópolis: Editora Gráfica Vida Doméstica, 1984.

RIO DE JANEIRO. “**Estudos Socioeconômicos: municípios do Estado do Rio de Janeiro**” 2017. Rio de Janeiro: TCE, 2017. Disponível em: <https://www.tce.rj.gov.br/estudos-socioeconomicos1>. Acesso em: jul. 2018.

RIO DE JANEIRO. Projeto de lei nº 3166/2010. “**Dispõe sobre a regionalização do Turismo na Estado e dá outras providências.**” Rio de Janeiro: 2010.

SAID, Edward. “**Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**”. São Paulo: Cia das Letras, 3ª ed., 2007.

SANTOS, Marcos Antonio Granito dos. “**A Região do Ribeirão Sebastiana: um espaço social de vocação agrária em meados do século XIX (1850-1889)**”
Dissertação de Mestrado UERJ – 2024

SUMIDOURO ONLINE. “**Os índios de Sumidouro**”. S/data. Disponível em <http://sumidouro.chez.com/indios.htm>. Acessado em julho de 2018.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.

PERSPECTIVAS DE CRIAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE RENDA BÁSICA NO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO A ÓTICA DOS CARIOCAS

THE BASIC INCOME IN RIO DE JANEIRO, FROM THE PERSPECTIVE OF THE LOCALS

Jimmy Medeiros

 <https://orcid.org/0000-0002-8280-3338>

Correspondência: jimmy.medeiros@fgv.br

Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

José Antônio Perez Rojas Mariano de Azevedo

 <https://orcid.org/0000-0002-7736-1336>

Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Philippe Guedon

 <https://orcid.org/0000-0003-4221-3306>

Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Mario Luiz Soares Pinto Filho

 <https://orcid.org/0009-0001-4686-5240>

Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

DOI: 10.12957/cdf. 2025.90966

Recebido em: 4 abr. 2025 | **Aceito em:** 10 set. 2025

RESUMO

No Estado do Rio de Janeiro foram criadas nove políticas municipais de transferência de renda por meio de moedas sociais locais emitidas por bancos comunitários. Em 2024, a Câmara de vereadores da capital fluminense passou a debater a criação do programa ‘carioquinha’, política que segue o modelo dessas iniciativas do interior do estado. Aproveitando que nas outras cidades as experiências têm tido destaque, o presente artigo busca debater a percepção do cidadão carioca sobre esta modalidade de política pública. Para isso, o trabalho se vale de dados de um survey realizado com moradores da cidade do Rio de Janeiro para desenvolver uma análise a respeito da percepção dos cariocas sobre o projeto da política de renda básica municipal. Há mais apoio na implementação da política analisada pelos cariocas do que a sua rejeição e, além disso, a pesquisa identificou que quanto mais jovem é o entrevistado, maior é o apoio depositado à política. Este apoio é maior dentre os cariocas com inserção insegura no mercado de trabalho.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons BY 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.

Palavras-chave: Renda básica; proteção social; opinião pública; survey; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

In Rio de Janeiro, nine municipal income transfer policies were created through local social currencies issued by community banks. In 2024, the city council of the capital of Rio de Janeiro began to debate the creation of the ‘carioquinha’ program, a policy that follows the model of these initiatives in the interior of the state. If experiences have been highlighted in other cities, this article seeks to debate how Rio citizens perceive this public policy. To achieve this, the work uses a survey with residents of the city of Rio de Janeiro to develop a descriptive analysis of the perception of Rio de Janeiro residents about the municipal basic income policy project. There is more support for the implementation of the policy analyzed by cariocas than there is rejection of it and, in addition, the research identified that the younger you are, the greater the support.

Keywords: Basic income; social protection; public opinion; survey; Rio de Janeiro.

1 INTRODUÇÃO

A composição dos sistemas de proteção social muda ao longo do tempo e tende a ser definida pelas disputas políticas travadas, pela força e pela atuação dos movimentos sociais e das diferentes instituições da sociedade civil, assim como pelas composições político-eleitorais nos parlamentos nacionais. Isso é fundamental para explicar a configuração dos diferentes modelos de proteção social verificados nos países do mundo (Fleury, 1994).

Nos últimos anos, a agenda brasileira de mudança dos mecanismos que compõem o sistema de seguridade social afetou a Previdência Social, ora tensionando seu regime próprio, destinados aos servidores públicos efetivos, ora impondo limitações no regime geral, direcionado aos demais trabalhadores (Fagnani, 2017; Fagnani, 2011). O financiamento da saúde pública permanece abaixo do necessário, impedindo o Sistema Único de Saúde de ser oferecido de forma plena para toda a população, forçando parte dela a tentar encontrar maior segurança no sistema privado (Bahia, 2009).

Por outro lado, a Assistência Social tem sido uma área em expansão no sistema de seguridade social, uma vez que, desde a promulgação da Constituição de 1988, seus mecanismos têm sido constantemente ampliados (Lavinias, 2013).

Por exemplo, a aposentadoria rural e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) representaram inovações para o campo e permitiram oferecer maior segurança à população à margem do mercado de trabalho e ausente do sistema formal de proteção

social. O BPC, que transfere todo mês o valor de um salário-mínimo às pessoas com deficiência e idosos com 65 anos ou mais de idade que comprovem não possuir meios de se sustentar e estejam inscritos no Cadastro Único, se consolidou como um direito ao brasileiro.

Ao mesmo tempo, as políticas de transferência de renda não contributivas, focalizadas e com exigência de condicionalidades ganharam centralidade no sistema de proteção social com o Programa Bolsa Escola (2001 a 2003) e o Programa Bolsa Família (PBF) (2003 a 2021 e de 2023 em diante) (Teixeira, 2010). E, entre 2020 e 2021, funcionou no Brasil o Auxílio Emergencial¹, uma política nacional de transferência de renda à população tida como vulnerável. Ela foi criada durante a pandemia da Covid-19 para mitigar os efeitos econômicos daquele contexto², todavia, o benefício teve seu valor alterado durante o período de funcionamento da política e, mais grave, teve o fluxo de transferência interrompido por 3 meses, no início de 2021, gerando insegurança aos beneficiários em momento de grandes incertezas. todavia, o benefício teve seu valor alterado durante o período de funcionamento da política e, mais grave, teve o fluxo de transferência interrompido por 3 meses, no início de 2021, gerando insegurança aos beneficiários em momento de grandes incertezas.

Em âmbito municipal, essas iniciativas de transferência de renda também têm tido destaque. Nos anos 1990, os programas de garantia de renda mínima implementados, principalmente, no interior do estado de São Paulo se configuraram como inovações institucionais para o país e auxiliaram na construção do campo da Assistência Social (Draibe, Fonseca, Montali, 1998). Senna, Burlandy, Monnerat, Schottz e Magalhães (2007) apontam que essas experiências municipais dos anos 1990 tinham foco no combate à pobreza, na erradicação do trabalho infantil e na melhora do perfil da escolarização da população. Ao cabo, as experiências com os desenhos dessas políticas municipais foram úteis para consolidar o modelo do PBF implementado em 2003.

¹O “Auxílio Emergencial” transferiu 17 parcelas do benefício, porém o valor nem sempre foi igual (inicialmente foi de R\$600,00 e depois passou para R\$200,00), sendo que no início de 2021 a política ficou três meses sem transferir renda aos beneficiários. Fonte: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/em-novo-recorde-mais-de-21-6-milhoes-de-familias-recebem-o-auxilio-brasil-em-dezembro>.

²O Auxílio Emergencial não exigia contrapartidas aos beneficiários e ganhou destaque pelo valor do benefício transferido - alcançou o valor de R\$600,00 mensais - e pela cobertura alcançada: 34,4 milhões de famílias beneficiárias. Fonte: <https://g1.globo.com/economia/auxilio-emergencial/noticia/2021/11/19/auxilio-emergencial-calendario-do-beneficio-termina-com-liberacao-de-saques-da-ultima-parcela-nascidos-em-dezembro.ghtml>.

Na última década, novamente, é possível verificar a criação de novos mecanismos municipais de transferência de renda do campo da Assistência Social, todavia, recentemente, algumas destas políticas passaram a ser denominadas como política de Renda Básica de Cidadania (RBC), assim como na Lei nº10.835/2004³. Outra inovação apontada é o benefício ser transferido em moeda social local, emitida por bancos comunitários municipais. Esta inovação tem o objetivo de, por um lado, reduzir a pobreza do município e, por outro, incentivar o desenvolvimento econômico da cidade ao aquecer a demanda por produtos e serviços locais (Silva, Pereira, 2023).

Atualmente, existem nove políticas municipais com esta combinação de transferência de renda em moeda social local no estado do Rio de Janeiro. A primeira foi implementada em Maricá, em 2013, seguida por Niterói, Cabo Frio e Itaboraí, em 2021, Saquarema e Iguaba Grande, em 2022, e Campos dos Goytacazes, Macaé e Rio das Ostras, em 2024. Essas iniciativas têm despertado interesse tanto da imprensa, como mostrou Medeiros (2023), como da academia, com diversos autores buscando avaliar seus resultados, conforme Waltenberg e Katz (2023) e Gama (2023).

Ainda na mesma unidade federativa, as cidades de Porciúncula, Arraial do Cabo, Tanguá, Quissamã e Rio de Janeiro, a capital do estado, também debatem a implementação de políticas similares. Valendo-se desse contexto, o presente trabalho busca compreender as percepções dos cariocas sobre esta modalidade de política pública numa perspectiva para a sua cidade. Para isso, utiliza dados de uma pesquisa de opinião pública realizada pelo Instituto Rio 21. O intuito aqui é, não só contribuir acerca da reflexão da administração pública sobre pobreza e desigualdade, mas também quanto ao uso da opinião pública para debater sobre políticas públicas (Guerra; Sáez; Barroso, 2019).

O artigo está organizado em três seções, além desta introdução. A segunda seção aborda parte da produção acadêmica publicada em periódicos nacionais com uso de pesquisas de opinião pública junto aos cidadãos brasileiros. Em seguida, tratamos especificamente das percepções do carioca sobre a criação de uma política de renda básica (RB) na capital fluminense. Por fim, são tecidas algumas considerações finais sobre a análise desenvolvida.

³https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03///_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.835.htm.

2 OPINIÃO PÚBLICA DOS BRASILEIROS SOBRE PROTEÇÃO SOCIAL E MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Na literatura sobre o tema há trabalhos teóricos, outros baseados em simulações de custos e de possíveis impactos de mecanismos de transferência de renda e, mais recentemente, os que analisam resultados de experimentos municipais concretos.

Por exemplo, as publicações de Van Parijs (1994; 2014) e Suplicy (2003) tratam do arcabouço teórico a respeito da política pública em análise. Van Parijs (1994) define e retrata o “capitalismo de renda básica” como uma alternativa aos sistemas de proteção social em transformação no mundo com o fim do regime socialista, sendo uma opção tanto aos modelos de proteção residual, quanto aqueles sistemas que sofriam com as tensões neoliberais para oferecer cada vez menos serviços aos cidadãos. Em outra publicação, Van Parijs (2014) argumenta teoricamente a favor da renda básica de forma incondicional, defendendo que tal política, marcada pela ausência de condicionalidades, é baseada em uma concepção liberal de justiça igualitária e não discriminatória, ou seja, não deve distinguir os indivíduos por conta das suas escolhas e ações. Assim, argumenta que é direito de todos os cidadãos receber o benefício, “independentemente de sua posição, ocupação, estado civil e disposição e disponibilidade para o trabalho, é necessária para a construção de uma sociedade justa”.

Adicionalmente, Suplicy (2003) reúne argumentos filosóficos para a criação da Renda Básica, que seria sancionada no Brasil no ano seguinte da publicação acadêmica, além de abordar diferentes políticas concretas que foram colocadas em curso no país. Ademais, detalha os antecedentes políticos e o percurso programático no Brasil para a construção da Lei Federal nº 10.835/2004⁴, uma vez que “a instituição de uma Renda Básica Incondicional é um instrumento de política econômica que está entre os mecanismos que são consistentes com o objetivo de construir uma sociedade justa e organizada”.

Já Suplicy e Buarque (1997), Lavinias (2004) e Waltenberg e Katz (2023) tratam de opções concretas para viabilizar a renda básica. Por exemplo, Suplicy e Buarque (1997) analisam a criação do Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM) em Campinas (SP), na década de 1990 e que, futuramente, seria inspiração de tantas outras iniciativas concretas disseminadas em diversos outros municípios do estado

⁴Mais detalhes sobre a Lei nº 10.835/2004 podem ser encontradas em:
<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10835&ano=2004&ato=96fUTWq1UeRpWT825>.

paulista (Draibe, Fonseca, Montali, 1998). Essa experiência foi importante para a consolidação das políticas de transferência de renda no país em direção à renda básica.

Por outro lado, Lavinias (2004) reflete sobre aspectos da universalização de direitos e aborda a Lei Federal nº 10.835/2004, recém sancionada no Brasil. A autora aponta o forte impacto que a política tende a causar na redistribuição de renda e rebate as críticas neoliberais sobre as políticas universais, tidas como “forçosamente regressivas”. Por fim, defende a criação de um mecanismo de transição das políticas focalizadas para um sistema universal, priorizando, inicialmente, a população mais vulnerável da população: as crianças.

Essas análises contribuem com simulações e/ou reflexões teóricas sobre a renda básica. Nestes casos, a voz dos cidadãos brasileiros não é considerada diretamente no debate desenvolvido. E, considerando a importância de construir um campo reflexivo multidisciplinar e com diálogos amplos e sinérgicos, é importante dar voz aos cidadãos beneficiados e não beneficiados pelas políticas sociais, ou seja, trazer a população para dentro do debate programático.

Já Waltenberg e Katz (2023) organizam uma coletânea de trabalhos em que analisam a experiência concreta de renda básica em Maricá. Os trabalhos proporcionam olhares ao banco Mumbuca e sua moeda social, bem como a comunicação desempenhada pela Prefeitura municipal em seu portal da internet, por exemplo.

Por sua vez, Lavinias, Cobo, Waltenberg, Veiga e Mendes (2014), com base em um survey nacional, abordaram o que pensam os brasileiros sobre as características das políticas sociais, em particular, e do sistema de proteção social brasileiro, de forma mais ampla. Os autores identificaram que $\frac{2}{3}$ dos brasileiros acreditam que o Brasil deve ampliar o investimento público em saúde e educação, além de oferecer esses serviços gratuitamente para a população, portanto, fora do mercado privado.

Adicionalmente, a pesquisa abordada pelos autores aponta baixo apoio da população à “renda monetária de cidadania”, ou seja, ao mecanismo de política nacional universal de transferência de renda, similar aos parâmetros da Lei 10.835/2004. Para esta política, em particular, o questionário do survey abordou o tema em dois momentos com base na escala Lickert⁵. Assim, ao apresentar a afirmativa de que “toda a população deveria receber um benefício monetário do governo” obteve a discordância de 70% dos entrevistados com a afirmativa, ao passo que 19% concordaram com a ideia. Em um

⁵A escala de Lickert é um tipo de escala de resposta psicométrica usada habitualmente em questionários estruturados, sendo a escala mais usada em pesquisas de opinião no mundo.

segundo momento, ao questionar sobre o grau de concordância/discordância com a afirmativa “os benefícios monetários do governo devem ser destinados a toda a população”, obteve 54% de discordância dos entrevistados e 35% de concordância. Os dados evidenciam uma situação desfavorável para a modalidade universal de Renda Básica no país, no momento da pesquisa, ao passo que o estudo apontou grande apoio às políticas focalizadas, como o Programa Bolsa Família (Lavinás, Cobo, Waltenberg, Veiga; Mendes, 2014).

Em outra pesquisa, a partir dos dados de um survey nacional realizado pelo DataUNB, em 2008, Castro, Walter, Santana e Stephanou (2009) analisaram o que o brasileiro pensa sobre o Programa Bolsa Família. De início, os autores identificam que $\frac{3}{4}$ dos entrevistados apontaram que o PBF “traz mais coisas boas para o país do que ruins”. Além disso, os entrevistados “reconhecem o Programa e entendem que ele está sendo utilizado de forma adequada, mesmo considerando problemas em sua execução”. Os autores identificaram uma diferença significativa na opinião daqueles que conhecem algum beneficiário do PBF frente àqueles que não conhecem.

Adicionalmente, 83% dos entrevistados apontaram que o PBF “ajuda a manter as crianças na escola” e cerca de $\frac{3}{4}$ dos entrevistados acreditam que o PBF “ajuda a melhorar a educação das crianças”, “ajuda a combater o trabalho infantil” e “ajuda a melhorar a saúde das crianças”. Em menor medida, os entrevistados acreditam que a política de transferência de renda ajuda a “melhorar a saúde das gestantes” (64%) e “a combater a pobreza no Brasil” (65%). A pesquisa identificou ainda que 79% dos brasileiros acreditam que o PBF “faz as pessoas poderem comprar mais alimento” e esse percentual sobe para 82,5% dentre os que conhecem algum beneficiário e reduz para 72,5% dentre os que não conhecem nenhum.

Quase uma década depois, Múndin, Vidigal, Michelotti e Pinto (2019) se valem de outro survey nacional, encomendado pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, para compreender também a percepção dos brasileiros sobre o Programa Bolsa Família. Os autores apontam duas variáveis como relevantes para explicar a avaliação geral do PBF: avaliação da “administração petista” do governo federal e o grau de individualismo. Assim, “quanto melhor o juízo sobre o desempenho da ex-presidente, maior era o apoio ao programa e o reconhecimento dos seus impactos positivos”. Adicionalmente, os autores apontaram que “quanto maior o individualismo do entrevistado, menor apoio é dado ao programa e o reconhecimento dos seus impactos

positivos”, evidenciando que o sentimento de coletividade e cooperação tende a reforçar a valorização dos mecanismos de proteção social.

Além disso, os autores identificam que o apoio e as avaliações sobre o PBF “variam muito”. Em um questionamento direto aos entrevistados, os autores apontam que há maior adesão à uma avaliação positiva. Por exemplo, 62% concordavam que o PBF “melhorou a vida das pessoas pobres no Brasil”, enquanto 20% discordam da afirmativa. A pesquisa identificou que 55% dos entrevistados concordavam que o PBF “ajudou na redução da pobreza no Brasil” contra 28% que discordavam. Ainda quanto aos aspectos positivos, 50% dizem que o Bolsa Família “ajudou a reduzir a desigualdade no Brasil” frente 33% dos entrevistados que discordam da afirmativa.

Por outro lado, a pesquisa identificou que os entrevistados tinham algumas concepções negativas sobre o PBF. Por exemplo, 70% concordavam com a afirmativa de que “há pessoas que recebem o Bolsa Família, mas que não deveriam receber”, ao passo que 16% discordam da afirmativa. E 58% concordavam que “aqueles que recebem o Bolsa Família ficam dependentes do governo” frente a 24% que discordavam dela. Por fim, 50% dos entrevistados em 2012 diziam que o PBF “incentiva as pessoas a terem mais filhos para receber o benefício”, ao passo que 33% discordam dessa ideia. Todavia, essa percepção negativa já foi rejeitada por outros trabalhos focados a identificar resultados proporcionados pelo PBF, como o não estímulo aos beneficiários terem mais filhos ou deixar de trabalhar (Souza, Osório, Paiva, Soares, 2019).

Embora essas três concepções sejam presentes em críticas às políticas de transferência de renda, como o PBF, Vanderborght e Van Parijs (2006) argumentam contra essas concepções equivocadas ainda bastante presentes no imaginário brasileiro e que configuram barreiras para a ampliação das políticas de transferência de renda no país em direção à renda básica.

Embora tenham sido encontradas produções acadêmicas em revistas científicas nacionais com base na percepção do brasileiro mensuradas por surveys sobre o sistema de proteção social brasileiro e o PBF, não foram encontradas publicações em periódicos nacionais com esta abordagem metodológica que tratasse da política de renda básica no Brasil. Assim, nos valem de relatórios publicados por instituições da sociedade civil e reportagens de jornais que tornaram público dados de survey sobre a percepção dos cidadãos de São Paulo a respeito da política foco deste trabalho. Por fim, acionamos um artigo em inglês sobre a política de Maricá com base num survey.

Uma publicação relevante foi produzida pela instituição Rede Nossa São Paulo⁶ destinada para a capital do estado de São Paulo para os anos de 2018 e 2020. Em 2018, a Rede Nossa SP identificou que 55% dos paulistanos defendiam a criação de uma política de renda básica para toda a população da cidade e 30% eram contra. Já em 2020, em um ambiente de forte apoio à política por conta da necessidade de mitigar os efeitos da pandemia, o apoio à Renda Básica passou para 77% e a rejeição reduziu a 15%, apresentando um cenário mais positivo.

De interessante, essas ações, em conjunto com a atuação recente de Eduardo Suplicy na Câmara Municipal de São Paulo (2020-2022) e na Assembleia Legislativa de São Paulo (2022-2024) resultaram na criação da lei municipal nº 17.504/2020, para a criação de uma renda básica municipal, além da formação na ALESP da Frente Parlamentar⁷ pela implementação da Renda Básica de Cidadania, que atua para viabilizar a sua implementação.

A segunda pesquisa relevante sobre a temática é conduzida por docentes e pesquisadores da Universidade Federal Fluminense juntamente com o Jain Family Institute. A investigação da Renda Básica de Maricá é baseada em métodos mistos e combina entrevistas semiestruturadas com um survey domiciliar com beneficiários e não beneficiários da renda básica maricaense⁸. Os autores apontam “efeitos positivos sobre o bem-estar. A renda familiar, incluindo transferências, aumentou 9%; o consumo no nível per capita não mudou significativamente, mas a família como um todo experimentou um aumento de consumo de 5%” (Balakrishnan, Costa, Haushofer, Waltenberg, 2024).

Atualmente, o benefício da política maricaense é de 200 mumbucas, uma moeda social local com paridade ao Real brasileiro, por mês para cada beneficiário. O programa maricaense atende 42,5 mil residentes na cidade, cerca de 1/3 da população total do município. Essa conjunção do valor do benefício e do tamanho da cobertura gerou grande repercussão e atraiu a atenção de pesquisadores e da mídia nacional e internacional, além de governantes de outros municípios (Medeiros, 2023; Waltenberg, Katz, 2024).

A iniciativa, implementada no município de Maricá, no estado do Rio de Janeiro, teve início em 2013, chamada de Bolsa Mumbuca e com configuração e funcionamento

⁶A Rede Nossa São Paulo é uma instituição da sociedade civil que busca debater temas relevantes para a cidade de São Paulo, como desigualdade, meio ambiente, mobilidade urbana, infância e juventude, por exemplo. Mais informações no site <https://www.nossasaopaulo.org.br/>.

⁷Fonte: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?28/11/2023/pela-implementacao-da-renda-basica--frente-parlamentar-e-lancada-na-alesp>

⁸ Mais informações em <https://www.maricabasicincome.com/pt/sobre-a-pesquisa>

inspirados no Programa Bolsa Família (Medeiros, Pires, 2021), uma vez que o benefício era por família. Todavia, em 2015 e 2019, o programa passou por uma reformulação para se aproximar mais da configuração de política de renda básica de acordo com a Lei Federal nº 10.835/2004. Assim, modificou o critério de renda de seleção dos beneficiários que permitiu ampliar a cobertura da política maricaense e reajustou o valor do benefício de 110 para 130 mumbucas (Silva, Silva, Waltenberg, 2020). Além disso, o benefício passou a ser individual, sendo transferido de forma regular e sem a exigência de condicionalidades. Apesar disso, ainda não logrou êxito em ter cobertura universal, mas consegue beneficiar todos os indivíduos do município registrados no CadÚnico. A experiência maricaense é importante, uma vez que acabou sendo inspiração para o desenvolvimento de iniciativas parecidas em outras cidades do estado do Rio.

3 OLHARES CARIOCAS SOBRE A RENDA BÁSICA ATRAVÉS DA PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA

A ausência de dados nacionais e regionais sobre a percepção dos cidadãos a respeito da implementação da política de renda básica revela grande importância nos novos dados produzidos para a capital fluminense. Entre 11 e 13 de março de 2024, o instituto Rio21⁹ conduziu a 9ª edição do monitoramento¹⁰ da percepção de opinião pública dos moradores da cidade do Rio de Janeiro. O instituto Rio21 conduz, periodicamente, um survey on-line com a população carioca para monitorar a percepção da população sobre a cidade, avaliação dos governantes e temas conjunturais relevantes, como neste caso. O survey utilizado neste trabalho faz uso de questionário estruturado com duração do seu preenchimento de aproximadamente 6 minutos e uma amostra não probabilística. Na edição analisada, foram obtidas 2.303 respostas e feita, ao final, uma ponderação amostral posterior do sexo, idade em faixa e cor/raça para ajustar possíveis desequilíbrios na representatividade dos entrevistados.

⁹Instituto Rio21 é um instituto de opinião pública que tem como “missão de analisar o contexto atual de nossa cidade e, a partir deste cenário, auxiliar na construção de um futuro em que o carioca que vença os obstáculos, corrija os caminhos mal trilhados e faça justiça não somente à sua gloriosa história, mas principalmente ao enorme potencial do Rio de Janeiro, em diferentes segmentos”. Mais informações no site [www.https://rio21.org/](https://rio21.org/)

¹⁰A pesquisa foi conduzida por meio de um survey on-line entre os dias 11 e 13 de março e obteve 2.303 respostas. A amostra foi ponderada pelas características da população, tais como sexo, idade em faixa e cor/raça.

**ARTIGO | Perspectivas de Criação de uma Política de Renda Básica no Rio de Janeiro,
Segundo a Ótica dos Cariocas**

Tabela 1 – Perfil da amostra e da população pesquisada, segundo o IBGE

		Rio21	IBGE 2022
Sexo	Masculino	46%	46%
	Feminino	54%	54%
Cor ou raça	Branco	53%	45,4%
	Pardo	35%	38,7%
	Preto	12%	16%
	Índio	1%	0,1%
	Amarelo	0%	0,2%
Idade em faixa	16 a 24 anos	17%	14%
	25 a 29 anos	11%	9%
	30 a 39 anos	20%	18%
	40 a 49 anos	18%	18%
	50 a 59 anos	15%	15%
	60 anos ou mais	19%	25%

Fonte: IBGE.

Na 9ª edição do monitoramento, o Rio21 incluiu três novas questões que versavam sobre a temática da criação de uma política de Renda Básica na capital fluminense. Duas das novas perguntas eram similares às utilizadas pela Rede Nossa São Paulo¹¹, em 2018 e 2020, além de uma questão inédita. A presente seção vai adensar a percepção do carioca sobre a política de renda básica com base nesses dados e, sempre que possível, a análise será comparativa com os dados paulistanos, considerando as devidas diferenças temporais e distinções das dinâmicas municipais.

De início, a primeira pergunta da pesquisa dimensionou se os entrevistados eram a favor ou contra a criação de uma política municipal de renda básica. A capital fluminense possui uma política de transferência de renda, chamada Cartão Família Carioca, que objetiva reduzir os níveis de pobreza e, ao mesmo tempo, incrementar a vida escolar dos beneficiários (Oliveira; Neri, 2015), mas, agora retoma a possibilidade de criação de uma política de renda básica, já discutida e aprovada no legislativo municipal, em 2020, porém não implementada. Adicionalmente, com a possibilidade de criação do programa “Carioquinha”¹², o tema retorna à agenda pública e os dados da Rio21 possibilitam compreender como está o perfil da adesão e aversão à renda básica pelos cidadãos.

Cabe mencionar que ambos os mecanismos não são modalidades excludentes, ficando à cargo dos Poderes Executivo e Legislativo municipais o desenho do sistema de

¹¹Mais informações sobre a Rede Nossa São Paulo e as pesquisas publicadas pelo instituto podem ser obtidas em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/2020/12/17/77-das-paulistanas-e-paulistanos-sao-a-favor-de-renda-basica-para-toda-a-populacao/>

¹²Fonte: <https://diariodorio.com/carioquinha-camara-dos-vereadores-vota-proposta-da-1a-moeda-social-do-rio-nesta-quinta/>.

proteção social carioca, com os dois programas, com apenas um deles ou ainda com nenhum. Assim, em 2024, 47% dos cariocas apoiavam a criação de uma nova política de transferência de renda, nos moldes da Renda Básica como benefício em moeda social local. Por outro lado, menos de $\frac{1}{3}$ se colocaram contrários à criação da política, portanto, uma diferença de 18 pontos percentuais (figura 1).

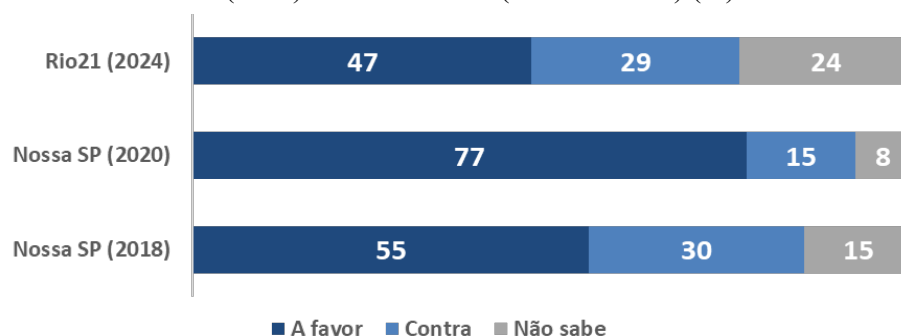
Apesar das ressalvas metodológicas, em uma perspectiva comparativa, na capital paulista essa proporção era de 55%, em 2018, e passou para 77%, em 2020, ou seja, uma adesão bem superior ao verificado na capital fluminense. Em 2020, particularmente, esse percentual mais elevado se deu por conta do contexto pandêmico e o elevado debate público e político em defesa da Renda Básica e das políticas de transferência de renda (Nettle; Johnson; Johnson; Saxe, 2021; Medeiros, 2023).

Mesmo com a limitação metodológica de estabelecer comparações de pesquisas com distintas amostras, questionários e contextos, o exercício da figura 1 é mais exploratória e busca aproveitar informações relevantes para o campo de apresentação mais sintética. Assim, ainda sobre a pesquisa da Rio21 e da Rede Nossa São Paulo, o percentual de “não sabe” é bem reduzido em São Paulo, em 2020. Isso se dá tanto pelo intenso debate sobre proteção social para mitigar os efeitos do isolamento social e da pandemia, quanto pela presença de um agente político relevante para o campo: Eduardo Suplicy (PT), ex-Senador da República, com mandato entre 1991 e 2015, atualmente é deputado estadual paulista e que sempre atuou pelo *advocacy* do tema. No Rio de Janeiro, por sua vez, não há um agente político com uma atuação política desse porte, assim como não existe um longo debate histórico na cidade pela criação da política, nem passamos por uma ampla discussão pública em favor da Renda Básica como em 2020 (Nettle; Johnson; Johnson; Saxe, 2021). Por outro lado, há uma onda fluminense de apoio à política em diversos municípios do estado (Medeiros, Diop, Araujo, Lopes, 2022).

No contexto carioca, em particular, os entrevistados residentes na região central da cidade apresentam maior apoio (62%), seguido pelos moradores da Zona Norte (52%). Já os residentes na Zona Oeste (38%) e Zona Sul (43%) têm os menores percentuais de apoio e, por outro lado, apresentam os maiores percentuais de rejeição à política, respectivamente iguais a 36% e 34%. A análise por estas 4 grandes regiões da cidade (Central, Sul, Oeste e Norte) considerou todo o conjunto de bairros do território (total de 160) presentes nas 33 Regiões Administrativas (RAs). Embora seja um agrupamento mais grosseiro, a análise pelas 4 regiões se dá mais por serem usualmente conhecidas fora da capital fluminense.

Um dado interessante é que homens e mulheres têm proporções iguais à média geral da amostra, presente na figura 1, portanto, não há diferença de gênero quanto ao apoio ou rejeição ao tema. Assim, conforme a presente pesquisa identificou, outros fatores é que são relevantes.

Figura 1 - Percepção de apoio ou aversão à criação de uma política de Renda Básica no Rio de Janeiro (2024) e em São Paulo (2018 e 2020¹³) (%)



Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo com dados da pesquisa Rio21 (2024).

Assim como as regiões da cidade, o perfil etário dos entrevistados configura uma característica que possibilita diferenciar o maior ou menor apoio à RB, afinal, quanto maior a faixa etária dos entrevistados, menor tende a ser o percentual de favoráveis à criação da política de renda básica na cidade. Isto, pois na faixa de 16 a 24 anos há 62% de favoráveis à RB e este percentual reduz, sistematicamente, conforme aumenta a faixa etária, alcançando 36% dos entrevistados com idade acima de 60 anos (figura 2).

Em um sentido contrário, o percentual de ser “contra” a RB cresce, assim que aumenta a faixa etária dos entrevistados. Parte de 10% na faixa de 16 a 24 anos, cresce para 33% naqueles com idade entre 40 e 49 anos e alcança 41% dentre os cariocas com 60 anos ou mais de idade (figura 2). Assim, é importante que instituições da sociedade civil organizada, como ONGs, políticos e outros, depositem maior atenção na população de maior idade para disseminar as informações relevantes sobre a política pública de modo a modificar este cenário mais pessimista deste grupo etário.

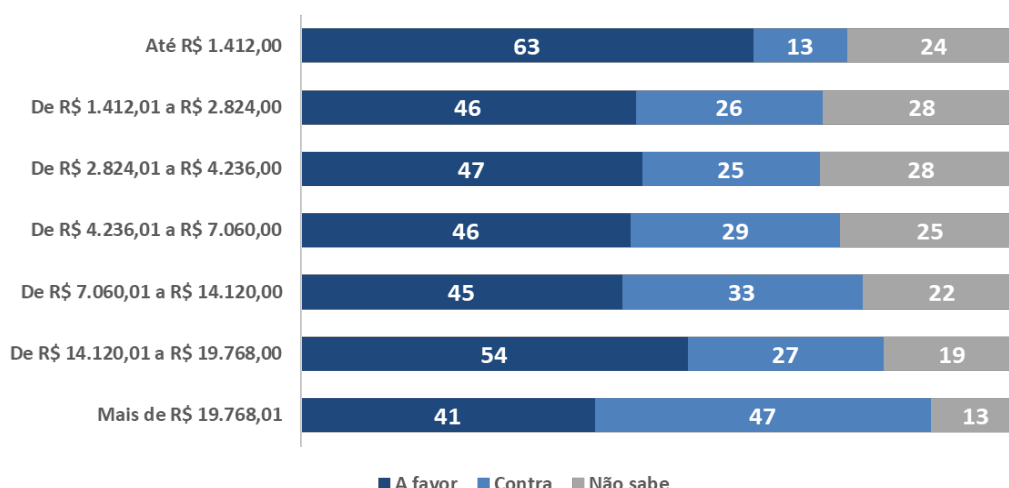
Importante destacar que até a faixa etária de 40 a 49 anos o percentual de “favorável” é sempre maior do que o percentual de “contrários” à criação da política de

¹³A pesquisa da Rede Nossa São Paulo foi realizada pelo Instituto Ibope e a pergunta utilizada foi: “Na Câmara Municipal de São Paulo, existe uma proposta de projeto de lei cujo objetivo é garantir uma renda básica para toda e qualquer pessoa residente no município de São Paulo, sem diferenciar a raça, sexo, idade, condição civil ou socioeconômica. Você é a favor ou contra esta proposta de garantir um benefício de transferência de renda básica para toda e qualquer pessoa residente na cidade de São Paulo?”

Renda Básica no Rio de Janeiro. Isso evidencia o maior apoio a esta modalidade de política social, exceto dentre os dois grupos de maior faixa etária (figura 2).

A renda mensal dos entrevistados é outra característica importante para compreender melhor o apoio ou a aversão à criação da política de Renda Básica no Rio de Janeiro. Por exemplo, quase $\frac{2}{3}$ dos entrevistados na menor faixa de renda (até R\$1.412,00) apoiam a criação da política, ao passo que no grupo de maior faixa de renda (mais de R\$19.768,01) esse percentual reduz para 41%, cerca de 22 pontos percentuais a menos. Já as faixas intermediárias têm proporções mais próximas entre si, variando entre 45% e 47% (figura 3). Importante destacar que o percentual de entrevistados que “não sabia” responder à pergunta é maior nas menores faixas de renda e ele reduz conforme aumenta a renda familiar.

Figura 3 - Apoio ou aversão à criação da política de Renda Básica no Rio de Janeiro, segundo a renda familiar mensal do entrevistado (%)



Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo com dados da pesquisa Rio21 (2024).

Considerando o percentual de respostas “contrárias” à criação da política pública, o maior percentual é, justamente na maior faixa de renda e, em sentido contrário, o menor percentual de oposição é na menor faixa de renda. Assim, quem mais tem necessidade financeira tende a apoiar mais a criação da política. As categorias intermediárias apresentam a relação linear, ou seja, quanto menor a faixa de renda, menor é o posicionamento contrário à renda básica (figura 3).

Outra perspectiva para refletir sobre o apoio ou rejeição à criação de política de renda básica na cidade do Rio de Janeiro é o perfil da ocupação profissional dos entrevistados. Esta característica, com as devidas ressalvas às amplas generalizações, contribui em resumir valores e visões de mundo dos entrevistados, considerando suas

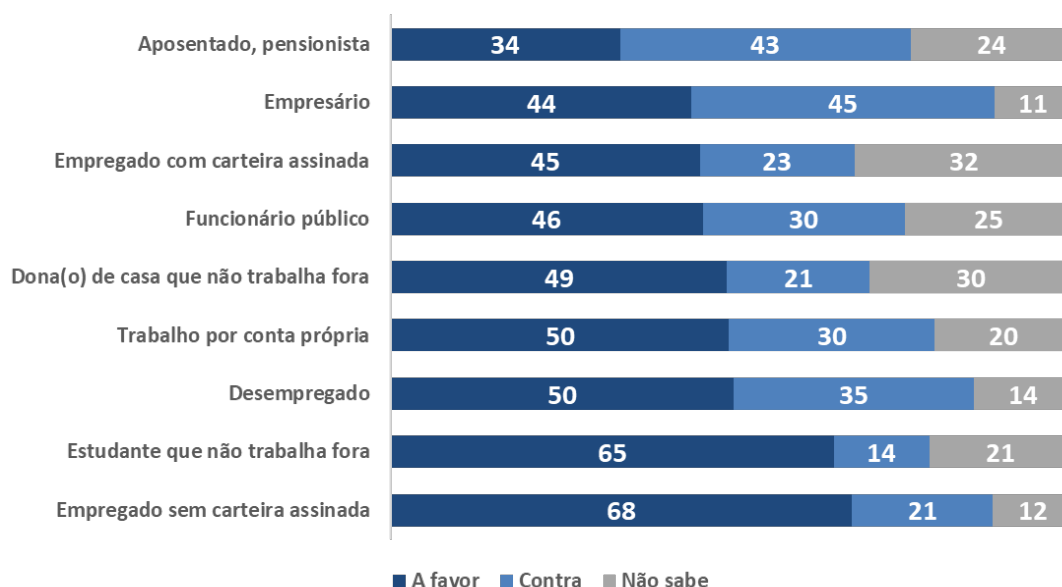
posições sociais na sociedade. É tido como uma abordagem complementar ao perfil de idade, escolaridade e renda, por exemplo.

De interessante, os perfis ocupacionais de maior segurança econômica têm os menores percentuais de apoio à criação da política. Afinal, “Aposentados e pensionistas” (34%), “Empresários” (44%), “Empregado formal” (45%) e “Funcionário público” (46%) são os perfis de menor percentual em apoio à criação da política de renda básica (figura 4).

Por outro lado, “Empregado sem carteira assinada” (68%) e “Estudante que não trabalha” (65%) têm os maiores percentuais de menções da categoria “favorável”. Enquanto o primeiro tende a ter uma situação precária no mercado de trabalho, o segundo perfil encara as incertezas do início da carreira profissional, portanto, justifica a demanda pela criação da política de renda básica para configurar uma maior segurança econômica.

Ainda de acordo com a figura 4, mais dois perfis têm menções favoráveis acima de 50% das respostas, como “Desempregado” e “Trabalho por conta própria” que, muitas das vezes, apresentam grande oscilação mensal da renda individual e, portanto, são perfis que tendem a demandar mais por um fluxo contínuo de renda mensal para ter uma maior estabilidade financeira.

Figura 4 - Apoio ou aversão à criação da política de Renda Básica no Rio de Janeiro, segundo a ocupação profissional do entrevistado (%)



Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo com dados da pesquisa Rio21 (2024).

Os dados da pesquisa permitem ainda compreender a percepção dos entrevistados sobre a criação da política municipal de renda básica frente à avaliação deles sobre a

gestão da Prefeitura, em geral, e, de forma particular, com base na avaliação do trabalho da prefeitura, em geral, e o trabalho da prefeitura, especificamente, na área da assistência social, área que pode ser responsável pela implementação da política pública municipal. Isso ainda é incerto, considerando a responsabilidade empenhada nas demais cidades do estado do Rio de Janeiro.

De início, conforme a figura 5, quanto melhor é a avaliação geral da gestão da Prefeitura, maior é o apoio à criação da política municipal de renda básica proposta pelo Poder Executivo. Por exemplo, 31% dos entrevistados que consideram a gestão da Prefeitura como “péssimo” são favoráveis à criação, ao passo que 37% daqueles que consideram o governo “ruim” também são favoráveis. Esse percentual sobe para 39% entre os “regulares” e, em um degrau bem acima, alcança 59% dentre os cariocas que avaliam a gestão da Prefeitura como “bom” e sobe, novamente, para 66% dentre os que avaliam como “ótimo”.

Com padrão muito similar ao anterior, conforme melhora a avaliação dos cariocas sobre a gestão da Prefeitura na área da assistência social aumenta o apoio à criação da política de renda básica na cidade. A avaliação acurada da assistência social é interessante, pois o olhar sobre esse serviço público dialoga com a valorização do campo e dos mecanismos oferecidos à população. Com isso, de acordo com a figura 6, 33% dos entrevistados que consideram a gestão da assistência social da Prefeitura como “péssimo” são favoráveis à criação e, um pouco acima, 39% daqueles que consideram a gestão da assistência social “ruim” também são favoráveis. Em um degrau mais alto, estão os entrevistados que consideram a assistência social “regular” (53%), “boa” (59%) e “ótima” (66%).

A comparação dos percentuais de “favoráveis” e “contrários” à criação da política de Renda Básica na cidade do Rio de Janeiro dá destaque ao apoio – categoria “a favor” – ser maior que a rejeição – categoria “contra” – dentre os entrevistados que avaliam a gestão da Prefeitura. Essa superioridade de “a favor” se dá também dentre os que avaliam a gestão da prefeitura como sendo “ótimo” (+50 pontos percentuais), “bom” (+43 pontos percentuais), “regular” (+9 pontos percentuais) e, ao contrário, a rejeição é maior dentre os entrevistados que dizem que a gestão da prefeitura é “ruim” (-5 pontos percentuais) e “péssimo” (-9 pontos percentuais) (figura 5). De modo parecido, a avaliação da gestão da assistência social da prefeitura – área específica de gestão de políticas de transferência de renda no Brasil – a proporção da categoria “a favor” é superior que a proporção da categoria “contra” e, especificamente o mesmo ocorre nas categorias “ótimo” (+49 pontos

ARTIGO | Perspectivas de Criação de uma Política de Renda Básica no Rio de Janeiro, Segundo a Ótica dos Cariocas

percentuais), “bom” (+44 pontos percentuais), “regular” (+29 pontos percentuais) e “ruim” (+5 pontos percentuais). A proporção de “contra” supera os favoráveis apenas dentre os que consideram a gestão da assistência social como “péssimo” (-15 pontos percentuais) (figura 6).

Figura 5 - Apoio ou aversão à criação da política de Renda Básica no Rio de Janeiro, segundo a avaliação da gestão da Prefeitura (%)

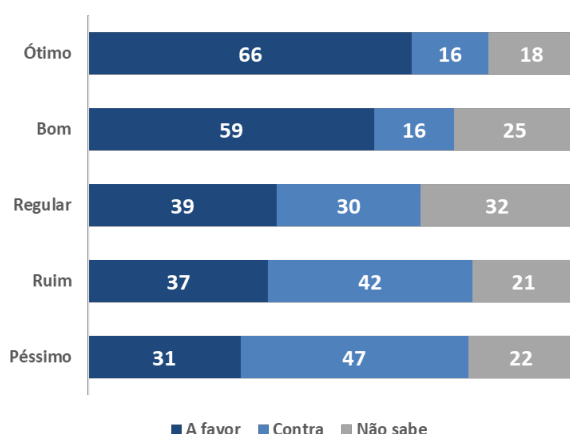
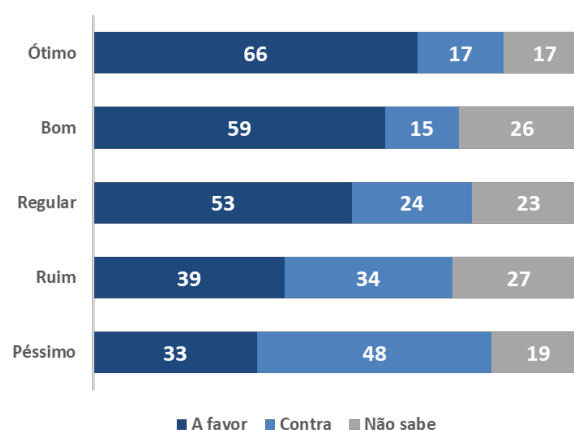


Figura 6 - Apoio ou aversão à criação da política de Renda Básica no Rio de Janeiro, segundo a avaliação da gestão da Assistência Social da Prefeitura (%)



Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo com dados da pesquisa Rio21 (2024).

Os dados, no entanto, não apontam a direção da relação entre as duas variáveis, se por avaliar bem o governo Lula e o governo Eduardo Paes, logo se diz mais favorável à criação da política. Ou, em sentido oposto, por ser mesmo favorável à implementação da política de renda básica - que está na agenda dos dois governos avaliados pela pesquisa - logo o entrevistado avalia mais positivamente os dois governantes. Para compreender isso, talvez, seja necessária uma outra investigação mais densa e com base no método qualitativo.

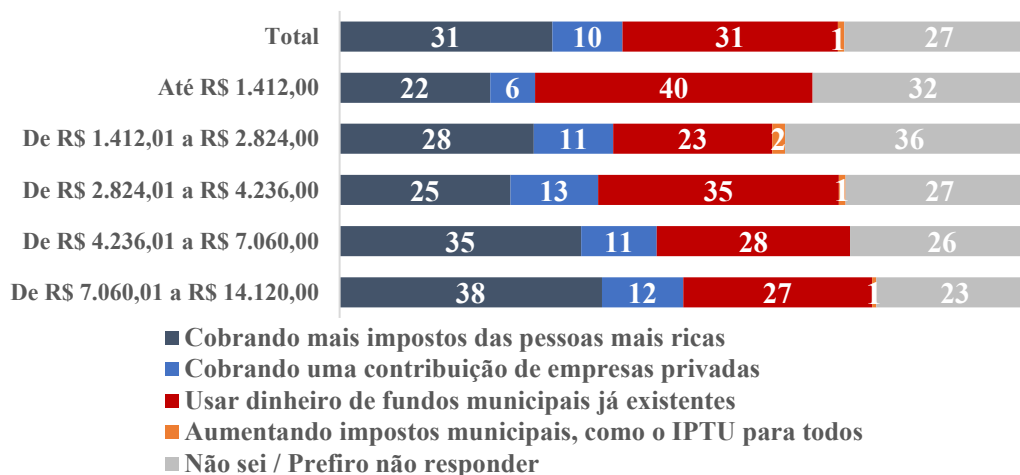
Adicionalmente, a pesquisa do Instituto Rio21 permitiu conhecer os apontamentos dos cariocas para o financiamento da política de Renda Básica na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com a figura 7, 31% dos entrevistados apontaram o “uso de dinheiros de fundos municipais já existentes”, por exemplo, pode ser possível o uso do Fundo Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro, fundo contábil-financeiro da prefeitura que provêm recursos para a execução das políticas da área no município. Esta escolha tende a não incidir diretamente no bolso do cidadão, uma vez que não há novas

cobranças diretas. Esta opção é mais apoiada pelos entrevistados de menor faixa de renda familiar do que se compararmos com os entrevistados de maior renda.

Ao mesmo tempo, outros 31% dos entrevistados indicaram “a cobrança de mais impostos das pessoas mais ricas”, um mecanismo tributário relevante para a redistribuição de renda na sociedade que em nível municipal pode ser operado através da cobrança progressiva de IPTU. O interesse por esta opção aumenta, assim que o entrevistado aumenta de renda, ou seja, os mais impactados apoiam mais este recurso que os menos afetados. Há ainda o aumento de mais impostos de empresas, conforme indicado por 12% dos entrevistados (figura 7).

É importante apontar que o município de Maricá possui recebimento elevado de recursos por meio de royalties de petróleo, ao passo que isso não é uma realidade da capital fluminense. Apesar dessas diferenças e dos custos necessários para manter o funcionamento de uma cidade grande com seus 6 milhões de habitantes e todos os desafios e complexidades existentes, a implementação de uma nova política municipal necessita de vontade política e esforço contábil-orçamentário.

Figura 7 – Fontes de financiamento indicadas pelos entrevistados para a política de renda básica para a cidade do Rio de Janeiro (%)



Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo com dados da pesquisa Rio21 (2024).

Por fim, a pesquisa do Rio21 também possibilitou mensurar o grau de conhecimento que o carioca tem a respeito da política de renda Básica de Cidadania de Maricá, a experiência concreta mais marcante desta modalidade de política pública no Brasil.

Considerando toda essa experiência, a política maricaense é razoavelmente conhecida pelos cariocas, sendo que Maricá está 59 quilômetros distante da capital

fluminense. Por exemplo, 58% dos entrevistados conhecem a política em alguma medida. E, em detalhe, 7% dos cariocas mencionaram que a conhecem “muito bem” e outros 12% que a conhecem “bem”, além de 40% dos entrevistados que mencionaram “já ter ouvido falar”, a categoria de menor nível de conhecimento. Por outro lado, 42% da amostra - a opção de resposta mais frequente - apontou não conhecer a política de Renda Básica de Cidadania de Maricá.

No município de Niterói (RJ), cidade vizinha à capital carioca, entre 2020 e 2021, foi implementada de forma emergencial e temporária uma política de Renda Básica voltada a mitigar os efeitos da pandemia. Com uma mudança de concepção, em 2022, após finalizar a anterior, foi implementada uma outra política, de forma definitiva pela prefeitura, com a alcunha de Bolsa Araribóia (Medeiros; Diop; Araujo; Lopes, 2022). Assim, a temática desta modalidade de política pública ronda o território carioca, mas talvez não tenha grande cobertura da mídia da capital a ponto de ser mais conhecida e demandada pela população.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os mecanismos de economia política para a consolidação da política de renda básica na cidade do Rio de Janeiro estão cada vez mais consolidados. Em 2020, a Câmara de vereadores da cidade aprovou uma política nomeada como “renda básica”, todavia, tinha uma configuração diferente do atual projeto “carioquinha”. Em uma vitória política dos vereadores frente ao então prefeito Marcelo Crivella, a lei municipal foi aprovada, mas vetada pelo então líder do Poder Executivo municipal. Todavia, seu veto foi derrubado, colocando o tema de vez na agenda pública. Apesar disso, a política nunca foi implementada.

A iniciativa em debate na Câmara de Vereadores, desde 2024, segue um modelo alinhado às demais iniciativas em curso no estado do Rio de Janeiro: transferência de renda por meio de moeda social digital local emitida por banco comunitário para estimular o consumo na cidade e reduzir a pobreza.

O modelo de política pública em curso nas cidades do interior, como Maricá, tem ganhado grande evidência da mídia, da academia e do meio político tanto no Brasil, quanto no exterior. Esse alinhamento carioca ao modelo que tem gerado resultados sociais e econômicos expressivos tende a gerar ainda mais visibilidade, por ser a cidade

do Rio de Janeiro, que naturalmente desperta maior atenção da mídia e da política por ter sido um distrito federal e uma cidade famosa no mundo. Isso tende a ser algo extremamente positivo para o campo da renda básica.

Pela ótica do carioca, a implementação de uma política de renda básica na capital fluminense é amplamente favorável. Afinal, 47% dos cariocas apoiam a criação da política na cidade, ao passo que 29% são contrários. Esse apoio é maior na região central da cidade (62% são favoráveis) e na Zona Norte (52% são favoráveis).

Adicionalmente, quanto mais jovem é o carioca, maior tende a ser o percentual de favoráveis, dado que 62% dos entrevistados com idade entre 16 e 24 anos são favoráveis e esse percentual reduz até 36% dentre os entrevistados com 60 anos ou mais.

A pesquisa do Rio21 possibilitou conhecer como os cariocas gostariam de financiar a política de Renda Básica na cidade do Rio de Janeiro. Assim, 31% dos entrevistados apontaram o “uso de dinheiros de fundos municipais já existentes”, sem pesar no bolso do cidadão, e na mesma medida, ou seja, outros 31% dos entrevistados apontaram “a cobrança de mais impostos das pessoas mais ricas”, que pode gerar maior impacto na redistribuição de renda na sociedade. As demais opções de resposta tiveram percentuais bem abaixo dessas duas opções.

A política maricaense é bem conhecida pelos cariocas, uma vez que 58% dos entrevistados mencionaram conhecer a política em alguma medida. De modo específico, quase 20% dos cariocas mencionaram que a conhecem “muito bem” ou “bem” e outros 40% dos entrevistados mencionaram que já “ouviu falar”. Em outra perspectiva, 42% dos entrevistados disseram não conhecer a política de Renda Básica de Cidadania de Maricá.

O *survey* utilizado para promover a discussão sobre a criação de uma política de renda básica na cidade do Rio de Janeiro é um *survey on-line*. Em geral, este tipo de abordagem metodológica costuma ter viés, dado que ele não alcança toda a população pesquisada, ou seja, não oferece chance de todos os cariocas de serem entrevistados. Apesar disso, há rigor na montagem da amostragem não probabilística de modo a garantir sua representatividade em variáveis tidas como relevantes para o estudo.

Além disso, o tema central do *survey* é a cidade do Rio de Janeiro e o monitoramento proposto pelo Rio21 e não debater sobre renda básica. Todavia, o espaço utilizado é importante para promover o tema e possibilita ser incluído no monitoramento do instituto a cada ano – ou período maior – de modo a permitir acompanhar a percepção da população a respeito do tema. Afinal, em 2025 foi realizado o 24º encontro da Basic

*Income Earth Network*¹⁴, em Niterói (RJ), portanto, o tema segue na agenda da região metropolitana do estado.

O esforço pela ampliação das experiências concretas de políticas no âmbito da assistência social é importante para o país e para a luta pela eliminação da pobreza e redução das desigualdades. Na ocasião da sanção da Lei Federal nº 10.835/2004, Celso Furtado enviou uma mensagem para o presidente Lula e destacou que "o Brasil, um dos últimos países a abolir o trabalho escravo, será referido como o primeiro que institui um sistema de solidariedade tão abrangente e, ademais, aprovado pelos representantes de seu povo". Todavia, a política pública universal nunca foi implementada, nacionalmente, prevalecendo políticas focalizadas, como o Bolsa Família. As experiências municipais no estado do Rio de Janeiro contribuem com a criação da política em âmbito nacional ao demonstrar resultados sociais e econômicos locais e, decisivamente, a experiência carioca tende a contribuir ainda mais com este percurso pela visibilidade que a cidade possui na mídia e na esfera política.

REFERÊNCIAS

BAHIA, L. **O sistema de saúde brasileiro entre normas e fatos: universalização mitigada e estratificação subsidiada**. Rio de Janeiro, Ciência & Saúde Coletiva, 14(3):753-762, 2009.

BALAKRISHNAN, S; COSTA, R; HAUSHOFER, J; WALTENBERG, F. **Welfare Effects of a Permanent Unconditional Cash Transfer Program: Evidence from Maricá, Brazil**. National Bureau of Economic Research, Working Paper 33089, 2024.

DRAIBE, S.; FONSECA, A. M.; MONTALI, L. **Programas de renda mínima para famílias carentes: levantamento das experiências e metodologia de avaliação**. Brasília, Texto para discussão do IPEA, 1998.

FAGNANI, E. **Seguridade social: a experiência brasileira e o debate internacional**. Análises e propostas, Friedrich Ebert Stiftung, n. 42, dez. 2011.

¹⁴<https://www.bien2025.com.br/>

FAGNANI, E. **O capital contra a cidadania**. Texto para Discussão (Campinas), v. 314, p. 1-20, 2017.

FLEURY, S. **Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994.

GAMA, A. **We take mumbucas. Charting the Complementary Currency That's Transforming a Brazilian City**. Jain Family Institute: research paper, June, 2023.

GUERRA, J. A.; SÁEZ, M. T.; BARROSO, E. **La opinión pública en la teoría de Administración Pública**. Gestión y Análisis de Políticas Públicas, [S. l.], n. 22, p. 6–23, 2019. DOI: 10.24965/gapp.i22.10653.

LAVINAS, L; COBO, B.; WALTENBERG, F.; VEIGA, A.; MÉNDEZ, Y. S. **Percepções sobre desigualdade e pobreza: o que pensam os brasileiros da política social**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2014.

LAVINAS, L. **21st Century Welfare**. New Left Review, 2013.

MEDEIROS, J. **Renda básica na mídia: uma síntese analítica da cobertura midiática brasileira entre 2017-2020**. LUGAR COMUM, v. 63, p. 34-61, 2023.

MEDEIROS, J., PIRES, Y. T. **Exemplo de Maricá: características e limitações de experiências de renda básica no Brasil** *In*: Estudos maricaense: o município de Maricá em debate / organização Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro (IDR), Maricá, RJ: Editora Instituto Darcy Ribeiro, 2021.

MIRANDA, G. L. **O ciclo de política como campo estratégico: o caso do benefício de prestação continuada**. Dados, v. 56, n. 2, p. 439–482, abr. 2013.

NETTLE, D.; JOHNSON, E.; JOHNSON, M.; SAXE, R. **Why has the COVID-19 pandemic increased support for Universal Basic Income?**. Humanities and Social Science Communications, 8, 79, 2021.

OLIVEIRA, R. G. B.; NERI, M. **Impactos de Incentivos Financeiros sobre o Desempenho Escolar: Evidências do Programa Cartão Família Carioca**. Ensaios Econômicos EPGE nº 772, 2015

TEIXEIRA, S. M. **Emancipação**, Ponta Grossa, 10(2): 535-549, 2010.

SOUZA, P. F. S; OSÓRIO, R. G.; PAIVA, L. H.; SOARES, S. **Os efeitos do programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos**. Texto para discussão 2499, Rio de Janeiro, agosto de 2019.

SUPLICY, E. M. **Renda Básica: A resposta está sendo soprada pelo vento**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 23, n. 2, p. 233–248, abr. 2003.

VAN PARIJS, P. **Capitalismo de renda básica**. Lua Nova, São Paulo, n. 2, 1994.

VAN PARIJS, P. **Por que os surfistas devem ser alimentados: o argumento liberal em defesa de uma renda básica incondicional.** Revista Brasileira de Ciência Política, n. 15, p. 229–269, set. 2014.

VANDERBORGHT, Y; VAN PARIJS, P. **Renda básica de cidadania: argumentos éticos e econômicos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

WALTENBERG, F; KATZ, P. **Renda básica e economia solidária: o exemplo de Maricá.** São Paulo: Editora Cortez, 2023.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.

IDENTIDADES CULTURAIS NA BAIXADA FLUMINENSE: REFERÊNCIAS PROFUNDAS DAS “RAÍZES QUE FICAM”*

CULTURAL IDENTITIES IN THE BAIXADA FLUMINENSE: DEEP REFERENCES TO "ROOTS THAT REMAIN"

Eliana Santos da Silva Laurentino

 <https://orcid.org/0000-0002-3742-1525>

Correspondência: laurentinoeliana@gmail.com

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

DOI: 10.12957/cdf.2025.94285

Recebido em: 22 set. 2025 | **Aceito em:** 18 nov. 2025

RESUMO

O presente trabalho analisa as potências de produção de memórias e histórias, por meio de registro e divulgação das referências identitárias no/do território a partir de Ponto de Memória. Em perspectiva de escala, foram realizadas entrevistas com alguns dos primeiros moradores de uma comunidade que se estabeleceu por meio de uma ocupação nos anos 1990, no segundo distrito do município de Duque de Caxias, em um morro que ficou, inicialmente, conhecido como "morro da farinha", e onde, atualmente, está localizado o ponto de memória "Varanda Cultural Abolição". A partir de um referencial teórico de Nêgo Bispo (2023), amplia-se o olhar para o processo de apagamento colonial que invisibiliza os símbolos e as significações dos modos de vida de um povo por outra cultura por meio de práticas de violência, com desdobramentos diversos ao longo do tempo. Isso foi identificado com a referência a nomenclatura "morro da farinha", carregado de estereótipos do nordeste brasileiro. A farinha de mandioca, também consumida pelos nordestinos, nem sempre é mobilizada de forma positivada ou mesmo em perspectiva histórica, como referência de uma raiz ainda mais profunda de identidade dos primeiros habitantes em terras pindoramas e com valor existencial. Assim, os documentos advindos de um ponto de memória foi um caminho fértil para busca das marcas e raízes históricas dos moradores, que vivendo em um território periférico como Baixada Fluminense, alimentam e carregam suas marcas ancestrais de sabedorias e práticas culturais, expressos na comida, nas rezas, nos sabores e saberes.

Palavras-chave: Ponto de memória; Baixada Fluminense; acervos comunitários; território e identidade.

*A pesquisa foi realizada sob o financiamento da Lei Federal Paulo Gustavo, edital categoria pesquisa, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Duque de Caxias. Destaca-se que o presente estudo é um desdobramento da pesquisa sobre a relação entre identidades e territórios realizada durante o meu doutorado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ -FFP, que contou com o financiamento da FAPERJ.



ABSTRACT

The present work analyzes the powers of producing memories and stories, through the registration and dissemination of identity references in/from the territory based on a Memory Point. From a perspective of scale, interviews were conducted with some of the first residents of a community that was established through an occupation in the 1990s, in the second district of the municipality of Duque de Caxias, on a hill that was initially known as "morro da farinha," and where the memory point "Varanda Cultural Abolição" is currently located. Building on a theoretical framework from Nêgo Bispo (2023), the focus expands to the colonial erasure process that makes invisible the symbols and meanings of a people's ways of life by another culture through practices of violence, with various repercussions over time. This was identified with the reference to the name "morro da farinha," laden with stereotypes of the Brazilian northeast. The cassava flour, also consumed by the people from the Northeast, is not always mobilized in a positive way or even in a historical perspective, as a reference to a deeper root of identity of the first inhabitants in the pindoramas lands and with existential value. Thus, the documents that come from a point of memory were a fertile path for the search of the marks and historical roots of the residents, who, living in a peripheral territory like Baixada Fluminense, nourish and carry their ancestral marks of wisdom and cultural practices, expressed in food, prayers, flavors, and knowledge.

Keywords: Memory point; Baixada Fluminense; community collections; territory and identity.

1 INTRODUÇÃO

"Meu quintal é maior que o mundo"

Manoel de Barros, 2015.

Considero que é preciso reconhecer que a Baixada Fluminense é uma invenção, ou seja, um amálgama de referências simbólicas que sugerem uma unidade territorial, mas que carregam a diversidade cultural que circunda os diferentes municípios que precisam e merecem ser historicizadas; considerando suas materialidades, seus percursos de chegadas e estabilização e suas múltiplas estratégias de existir no território. Percebe-se que o esforço da conexão ou da unidade é elaborado e reelaborado, especialmente, pelas produções de conhecimento histórico com destaque aos caminhos, sejam os rios, a estrada de ferro ou as rodovias, destacando seus múltiplos significados ao longo do tempo, a partir das perspectivas discursivas sobre suas importâncias e sentidos atribuídos ao longo do tempo no espaço. Assim, em uma perspectiva de alteridade, a invenção da Baixada Fluminense se constitui a partir do discurso de invisibilidade dessa potência histórica, marcada pelos caminhos e suas conexões que ocorreram em decorrência da

proximidade do Rio de Janeiro (Autora, 2021). Dessa forma, é preciso considerar que muitas são as possibilidades de afirmação da importância da Baixada Fluminense, seja no aspecto econômico, político e ou social. Contudo, almejo contribuir para uma leitura de um território que ficou marcado pelos caminhos, como um lugar de chegadas. Não quero falar das marcas dos que passaram, tal qual os tropeiros, ou mesmo discutir sobre os ilustres que chegaram e se estabeleceram. Desejo observar os “mais que anônimos”, os que no seu cotidiano vivem e alimentam formas de existir, na luta por moradia e nos diferentes quintais. Os que criaram raízes e os que alimentam raízes, que são tão profundas, que por vezes parecem que não existem diante das marcas de violência do apagamento colonial (Santos, 2023).

Assim, essa pesquisa faz parte de um esforço de compreender as potências e desafios de pontos de memórias na Baixada Fluminense. Inicialmente, estou considerando olhar o “Varanda Cultural Abolição”, que é reconhecido pelo Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM - como um Ponto de Memória das culturas afro-brasileiras. A partir dessa experiência percebi o fortalecimento de outras iniciativas e seus respectivos processos para a Certificação, espaços que merecem e devem ser investigados. O Programa Ponto de Memória foi criado em 2009 e propõe reconhecer e valorizar a memória social. Trata-se de uma iniciativa que dialoga com o chamado “Dever de Memória” e permite um certo acesso em editais e um fortalecimento identitário nas comunidades.

A partir do entendimento que a Baixada Fluminense carrega marcas de uma cultura histórica, que tem no registro sobre o passado direcionamentos para projetos políticos, tenho me preocupado com as muitas possibilidades de registros sobre e no território, desde a criação de acervos documentais, práticas de educação patrimonial, bem como as ações de investimento de memórias a partir de espaços que receberam a titulação de Ponto de Memória, especialmente, com a política de incentivo do IBRAM no ano de 2022.

Como moradora da Baixada Fluminense e membro do “Grupo de Pesquisa e Extensão Cultural A Cor da Baixada”, participei dos esforços do grupo em reconhecer iniciativas de memória e investimentos de práticas da museologia social na região. Desse modo, fui uma das idealizadoras da titulação do Ponto de Memória Varanda Cultural Abolição, conduzido pelo mestre Mairton, com quem sou casada e acompanho as atividades por longo período. Assim, o Varanda é um local que fica no nosso quintal e

que vem se configurando como referência para atividades culturais diversas e principalmente práticas de capoeira do Grupo Abolição.

Nessa perspectiva, a partir da criação do Ponto de Memória Varanda Cultural Abolição, mobilizei mais registros de memórias, por meio do levantamento de imagens, fotos, entrevistas e objetos sobre os primeiros moradores do espaço, bem como dos primeiros moradores da comunidade, conhecida como “morro da farinha”. Apesar do uso pejorativo da nomenclatura, vinculado às marcas de uma migração nordestina, observei que o morro foi se constituindo com outras referências identitárias, que apresentam a pluralidade das referências brasileiras, expressas entre os moradores. O próprio terreno do Ponto de Memória pertencia ao Sr. Sebastião e a dona Valeriana, mineiros de nascimento. Pessoas conhecidas, especialmente, porque rezavam e benziavam no local.

Desse modo, envolvida com as pesquisas sobre os usos do passado e os seus diferentes sentidos, e marcada pela experiência de pesquisas sobre a relação entre o território e identidade, por meio de memórias e história, considero que os pontos de memória podem ser boas referências para pesquisas. Além de identificar os processos de estabilização e socialização dos muitos “anônimos”, é possível perceber presenças na construção do território, seja por meio da constituição de acervos comunitários que contribuam para múltiplas narrativas sobre o passado ou mesmo para aplicabilidade de práticas educativas com perspectivas históricas e culturais do e no Local. Esse é o caso do Ponto de Memória Varanda Cultural Abolição.

2 PONTO DE MEMÓRIA: A POTÊNCIA DOS ACERVOS

O Varanda Cultural Abolição está localizado no terreno/quintal que pertencia ao Senhor Sebastião e a dona Valeriana. No espaço, além da casa do mestre e sua família, foi construído “O varanda” no quintal, como um espaço de encontros, partilhas e práticas culturais que teve seu início oficial sob a atmosfera de retorno às atividades presenciais no ano de 2020, ainda no contexto da pandemia. O mestre de capoeira destaca que durante o período de retorno do isolamento social, os representantes do coletivo indicaram que as crianças que residem próximo ao espaço, estavam sem qualquer possibilidade de desenvolvimento de atividades tanto educativas, esportivas quanto culturais. Além disso, o espaço está localizado em um território de muita ausência do poder público, sem oferta de atividades de lazer, principalmente para as crianças. Assim, naquele momento,

providenciaram, inicialmente, encontros para auxiliar nas atividades escolares remotas e treinos de capoeira, com auxílio de membros do grupo de capoeira Abolição.

Logo, indicaram que foi importante promover atividades mais contínuas. Assim, foram realizadas aulas de ritmo, rodas de conversa com memórias e histórias da diáspora africana, as oficinas de maculelê, entre outras atividades consideradas importantes para desenvolver um sentimento de coletividade e solidariedade nas crianças, por meio da potência das histórias ancestrais. O mestre destaca que a proposta era materializar um espaço com marcas da cultura afro-brasileira, que nesse caso, tem como seu principal foco a prática da capoeiragem, as tradições e contações de memórias. O representante do coletivo, mestre Mairton, participou das atividades da capoeira por mais de duas décadas. Morador dessa comunidade e filho dos primeiros moradores que chegaram logo após o período da ocupação, diz que sempre esteve envolvido e preocupado em promover treinos e rodas de capoeira para as crianças. Nesse sentido, para ele, o coletivo se fortalece com a motivação e o entusiasmo, que agrega ex-participantes, parceiros do bairro e companheiros de jornada, identificando as contribuições possíveis de cada um para a identificação, o reconhecimento e valorização tanto da capoeira, quanto da cultura afro-brasileira em geral. Essas características das ações desenvolvidas ao longo do tempo, foram apontadas para a certificação como Ponto de Memória.

Considerando que os pontos de memória recebem seu reconhecimento por meio da autodeclaração e o do apoio de outras instituições congêneres, por meio de cartas de reconhecimento de suas práticas, cabe destacar os objetivos do Ponto de Memórias, presentes no artigo 5º, com destaque aos três primeiros artigos:

I - Promover a valorização e difusão da memória local de grupos, povos e comunidades representativos da diversidade cultural brasileira;

II - Contribuir para o fortalecimento das tradições locais, da identidade e dos laços de pertencimento da comunidade;

III - promover ações educativas que proporcionem a valorização do patrimônio cultural e das memórias das comunidades (BRASIL, 2021).

Assim, se o reconhecimento do espaço como ponto de memória foi mobilizado por meio da valorização das atividades desenvolvidas pelo mestre Mairton por mais de duas décadas, com registros audiovisuais dos pais e crianças sobre o vínculo cultural com a capoeira, podemos dizer que a certificação despertou outros interesses. Como moradora

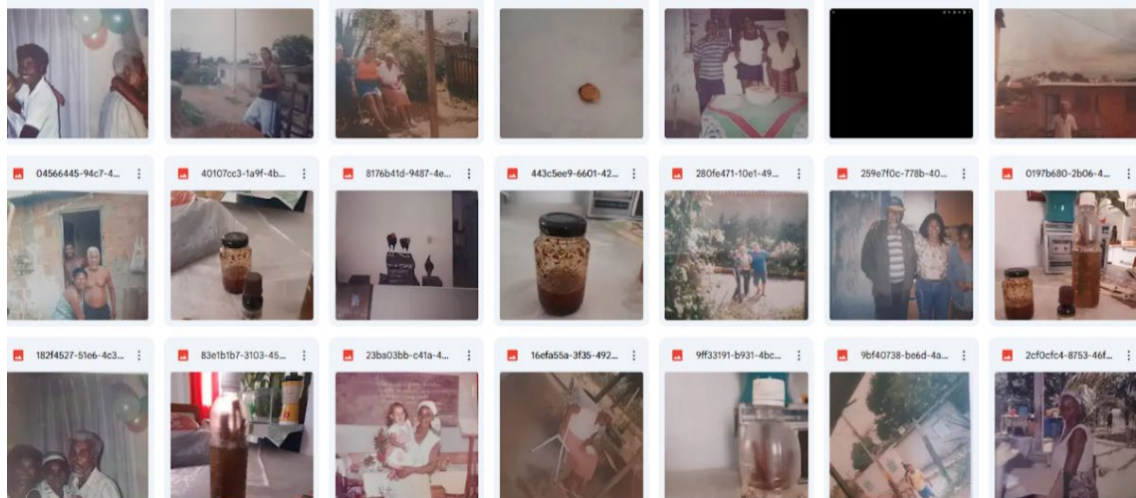
ARTIGO | Identidades Culturais na Baixada Fluminense: Referências Profundas das “Raízes Que Ficam”

e historiadora fiquei ainda mais seduzida na busca de informações sobre a comunidade, seguindo as trilhas da museologia social e registros históricos pautados nos valores coletivos. Assim, a partir da Lei Federal Paulo Gustavo, o edital categoria pesquisa, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Duque de Caxias, indiquei a pesquisa sobre seu Sebastião e dona Valeriana, os primeiros moradores do quintal do Varanda. Isso promoveu um desdobramento de dados, acervo, realização de memorial para comunidade e desdobramento para atividades de extensão.

Nesse sentido, compreendo que a proposta de certificação do IBRAM além de mobilizadora para o desenvolvimento de ações, “ações educativas” e das “memórias das comunidades” podem promover um investimento de acervos sobre suas trajetórias, visto, por exemplo, a demanda para editais e necessidade de portfólios, como “provas” de seus percursos. Acredito que os pontos de memórias devem ser estudados a partir dos seus desdobramentos de ações de memória e consequentemente de acervos e produções de suas referências materiais de existências.

Assim, destaco o levantamento realizado durante a pesquisa sobre os moradores do local, por meio de entrevistas e identificação de fragmentos de memórias apresentados pela filha de seu Sebastião e dona Valeriana, nascidos no início do século XX de Minas Gerais e que faleceram no início dos anos 2000. De acordo com a filha do casal, Celina Santos, dona Valeriana faleceu por questões de saúde e seu Sebastião de tristeza, após a partida da companheira. Celina nos apresentou muitas fotos dos pais, documentos e objetos que são marcas dessas trajetórias até o estabelecimento de moradia no chamado “morro da farinha.”

Imagem 1 – Documentos – Sr. Sebastião e dona Valeriana



Fonte: Acervo Varanda Cultural Abolição.

A conversa com a Celina e a recepção em sua casa, não mais no morro, foi marcada por muito afeto, com bolo de chocolate, empadão e uma conversa cheia de emoção. Celina esteve no início do ano de 2024 no evento Vem Varandear¹ para a inauguração da exposição “Memórias do Local”, em homenagem aos seus pais, seu Sebastião e dona Valeriana. Ela e seu irmão ficaram emocionados com o que viram. Infelizmente, Celina faleceu no final do ano de 2024. Ela também fica na memória do espaço e da construção de uma Duque de Caxias.

3 UM TERRITÓRIO DE CHEGADAS: SÍMBOLOS DE DUQUE DE CAXIAS

As abordagens dos caminhos realizadas pela primeira geração² As abordagens dos caminhos realizadas pela primeira geração de pesquisadores da Baixada Fluminense (Autora, 2021) enfatizaram os ciclos econômicos. Guilherme Peres (2000), em *Tropeiros e viajantes na Baixada Fluminense*, apresentou o tema que ele considera central em suas pesquisas, “os tropeiros”. Essa produção indica as leituras de ocupação econômico-administrativa da região, e também os olhares para a circularidade do espaço e o trânsito das pessoas. Acompanhando a leitura dos aspectos geográficos do território, Peres (2000) se interessa por aquele que não fica, apenas faz pouso no território, com maneiras de contribuir para o “desbravamento” e o desenvolvimento do local. A pesquisa de Peres (2000, p. 5, grifo nosso) seria “uma homenagem ao abnegado trabalho desses **heróis anônimos**, que através de seu pioneirismo, iam lançando pelos caminhos, sementes germinadoras de futuros povoados”.

Outras produções procuraram apresentar os que chegaram e ficaram nas sementes deixadas, os migrantes. Sobre o recorte de pesquisa que desejava, Tania Amaro de Almeida diz:

¹Foi o primeiro evento Vem varandear: Capoeira e diálogos culturais. Com oficina, lançamento de livros e abertura da exposição “memórias do local”.

²Os agentes que fundaram a Associação de Amigos do Instituto Histórico (ASAMIH) e estiveram ligados por uma “rede de confiabilidade” são considerados, neste estudo, como pertencentes a diferentes gerações, não no sentido etário, mas pelas vivências experienciadas por eles. Apontar para as gerações seria um esforço para identificar as relações entre os intelectuais, ciente que seria falso “identificar um grupo e supor sua homogeneidade interna utilizando-se um critério cronológico, que deriva de um tempo ‘exterior’ – um tempo social datado” (Gomes, 1996, p. 39). Assim, consideramos que os agentes não eram homogêneos: nem em oposição, e nem entre eles, e que suas pesquisas faziam parte de suas leituras de mundo, e que elas também sofreram impactos não apenas a partir do lugar social de produção, mas também das pressões do tempo.

ARTIGO | Identidades Culturais na Baixada Fluminense: Referências Profundas das
“Raízes Que Ficam”

Um olhar, mas sei lá, fluído, lúdico, que não tem aquela coisa da violência, da marginalidade, mas **é um lugar também de migrantes**, como Barboza coloca na obra dele, então assim os recortes dos trabalhos para pesquisa vieram assim, para eu mostrar a cidade, eu tinha que falar dessa cidade em transformação. [...] Das misturas de culturas, **do migrante que vem, tanto nordestino, mas tem gente que vem da Europa também, minha própria família**, meus pais são portugueses e chegaram aqui em 1958, então acho que meus projetos partiram daí do cotidiano, da necessidade e de um gosto meu (ENTREVISTA TANIA AMARO DE ALMEIDA, 06/02/2020, grifo nosso).

O cotidiano e o pertencimento também são apontados por outros agentes. Antônio Augusto Braz, quando perguntado sobre os motivos das escolhas dos seus temas de pesquisa, apresenta os fatores de vivências do cotidiano. Ele recupera a chegada dos pais em um lugar com muitas ausências, e como isso teria despertado seu interesse pelos processos de urbanização da cidade. No livro *De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade*, escrito com Tania Amaro de Almeida (2010), já na abertura da apresentação dos autores, eles registram:

Duque de Caxias **é uma cidade de migrantes**. De gerações migrantes que se sucederam desde as primeiras décadas do século XX. Na medida em que chegavam à região, esses homens e mulheres lutaram penosamente, durante décadas, em um esforço contínuo de construção de suas vidas, de seus projetos e de suas aspirações, construindo sua própria história e também a do nosso município (Almeida; Braz, 2010, p. 9, grifo nosso).

A temática do migrante e seu papel na cidade atravessa as obras, tanto que Rogério Torres (2012, p. 8), em seu livro *Caxias de antigamente* – e “antigamente”, para ele, “situa-se, mais ou menos entre os anos de 50 e 80”, – recuperava o olhar e os estranhamentos do autor, a partir de alguém que chega na cidade. O pai, “transferido dos Correios da Praça XV para a estação de rádio do DCT, que ficava no Núcleo Colonial de São Bento, bem em frente da velha fazenda dos padres beneditinos”, não é o único descolamento mencionado pelo autor. Ele também fala de seus avós maternos, que nasceram em Paraíba do Sul e que resolveram “vir para o Distrito Federal” (Torres, 2012, p. 15), embora ele desconheça seus motivos.

Torres (2012, p. 10) estabelece comparativos entre o local de seu nascimento, Engenho de Dentro, e os locais em que morou (Méier e Vaz Lobo) com a cidade que acabou de conhecer, e diz: “ali tudo era diferente”. Ele fala das condições de transporte,

do jogo do bicho e de como “poucas ruas eram calçadas, a iluminação pública ficava limitada ao centro e aos bairros da classe média”, e conclui que “estas foram, inicialmente, as minhas primeiras impressões sobre aquela cidade estranha que, a partir daí, passaria a ser minha também” (Torres, 2012, p. 13).

Seguindo a linha de abordar os “anônimos”, Souza (2014) detalhou a trajetória de outros agentes, como o esposo de Josefa Paulino, José Pureza. Ela conta que Pureza participou, em 1949, da formação da Comissão de Lavradores, que objetivava atender aos interesses dos camponeses das ameaças e ações dos grileiros (Souza, 2014).

O esforço em denunciar as ações indesejadas da população e reforçar a ideia de ordem era expresso nos jornais locais, como o *Luta Democrática*, de Tenório Cavalcanti, na década de 1950, e ganhou forte investimento depois do enquadramento da cidade como Área de Segurança Nacional. O jornal dizia, em 1954, que Xerém, localizado no Terceiro Distrito do município e onde estava situada a FNM, era um lugarejo no sentido mais bucólico. Na época, Xerém possuía 5.000 habitantes, dos quais 2.000 eram vinculados à FNM. Também possuía algumas indústrias de concreto, óleo, anilina, olarias, algumas fazendas e um pequeno comércio no entorno da Estrada de Ferro Rio D'Ouro. A iluminação elétrica se limitava à FNM e à represa João Pinto, e as casas e o comércio eram iluminados por lampião. Souza (2014, p. 192) registrou que, de acordo com o jornal, a população era ordeira, mas, apesar disso, “havia uma subdelegacia na FNM em que ‘operário e lavradores que divergiam da política do PSB eram espancados’”.

A atração de muitos lavradores para Xerém, nas décadas de 1940 e 1950, nas terras da FNM e em outras no entorno, estaria associada à abertura da Rodovia Rio-Petrópolis, que, após o término das obras, sem outras opções de moradia e trabalho, fez com muitos trabalhadores permanecessem no local. A proximidade de Duque de Caxias com o Distrito Federal, por meio da ferrovia, e a formação dos núcleos coloniais também atraíram muitos lavradores e sem-terra. Assim, os lavradores ocuparam terras cedidas por outros camponeses, terras vazias, de mata fechada ou arrendadas dos grileiros (Souza, 2014).

É importante lembrar que o município de Duque de Caxias se constituiu administrativamente desvinculado de Nova Iguaçu em 1943, quando o então 8º Distrito de Nova Iguaçu, sob a denominação de Caxias, teria adquirido autonomia. Atualmente, Duque de Caxias está dividida em quatro distritos: Duque de Caxias, Campos Elíseos, Imbariê e Xerém. Faz divisa com Miguel Pereira, Petrópolis, Nova Iguaçu, Belford Roxo, São João de Meriti, Magé e com o Rio de Janeiro. A historiografia sugere um certo

esvaziamento da região no pós abolição, seguida dos poucos recursos de habitação por conta das enchentes. No entanto, estudos como o de Bezerra (2012) sugerem a permanência de moradores, bem como indica o deslocamento de muitos outros tantos do interior do Estado, quanto de outras regiões do sudeste pode ser considerada uma área estratégica economicamente para o Estado, mesmo antes de sua emancipação, visto que, na década de 1940, sob o projeto de colonização e de desenvolvimento industrial do Estado Novo, recebeu a instalação da FNM (Souza, 2014).

Souza (2014) confere atenção ao processo de ocupação do território da Baixada Fluminense, em especial a Duque de Caxias, ao apresentar o jogo de interesses dos grupos dominantes locais e suas articulações com os núcleos centrais de poder. O impacto dos interesses de um chamado “poder central” é parte do processo de construção desse território. Além da FNM, o município recebeu, na década de 1960, a implementação da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC) e a primeira empresa petroquímica brasileira, a Fábrica de Borracha (FABOR), em 1962. Posteriormente, outras empresas se instalaram no entorno e compuseram o chamado polo petroquímico (Souza, 2014). Esses fatores também contribuíram para um crescimento populacional na região, que se mantém na atualidade, com a presença de outras empresas privadas. Além disso, o escoamento da produção é facilitado pelas principais rodovias que cortam o município, como: Rodovia Washington Luís, Rodovia Presidente Dutra, Linha Vermelha e Arco Metropolitano. A existência de muitas empresas na região impacta na arrecadação fiscal da cidade, e a REDUC fortalece sua posição estratégica para o Estado, o que confere à Duque de Caxias uma das melhores arrecadações de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Estado. Contudo, esses dados não reverberam na qualidade de vida na cidade.

Isso é expresso na atualidade com as condições de vida e existência dos moradores na cidade. A presente pesquisa sobre o morro conhecido por “morro da farinha” indicava a presença de moradores oriundos do nordeste brasileiro, por conta da nomenclatura do morro: “farinha”, carregado de preconceito, mas que na atualidade parece não ser mais enfatizada. Isso, talvez, se explique por uma maior ocupação nas últimas décadas de moradores oriundos de diferentes lugares do estado do Rio de Janeiro. Desse modo, destaco que o espaço que foi ocupado nas décadas de 1980 e 1990 e recebe nas últimas décadas mais e mais moradores, viveu e vive o processo de falta de investimentos públicos para moradia, sem planejamento, e precisa das práticas de autoconstrução que impactam no seu desenvolvimento e lutas políticas, como ocorreu em muitos outros lugares da Baixada Fluminense. Marcas de ocupação da região com cicatrizes de muitas

lutas de sobrevivência e falta de ações do poder público, na longa duração. No entanto, considero que as práticas que alimentam as redes e as sobrevivências no local são reflexo das experiências e das formas de existir que antecedem as chegadas e contam muito mais do valor que atravessa todo o Brasil, como o alimento da mandioca e a sua disseminação pelos povos originários.

Dessa forma, destaca-se algumas memórias e histórias de alguns “Anônimos” da Baixada Fluminense, que não estiveram ligados aos movimentos sociais, ou mesmo que reconheçam suas ações como parte de uma construção identitária ou mesmo parte das ações para permanências ou mudanças no cotidiano. Assim, partir do quintal, que hoje não é só da minha família, mas também é partilhado com a comunidade, indica o potencial de registro de muitas histórias e memórias que alimentam o território.

3.1 As raízes mais profundas das “raízes que ficam”: referências indígenas e africanas na Baixada Fluminense

Seu José Analício é um senhor alagoano que chegou ao Rio de Janeiro na Década de 1970, pela primeira vez, e depois de idas e vindas se estabeleceu em Duque de Caxias em 1990. Ele relata que foi durante uma enchente, na década de 1990 no Bairro São Bento, segundo distrito de Duque de Caxias, o momento que o fez se deslocar para o morro. Esse relato da enchente é compartilhado por outras entrevistadas, pessoas indicadas pelo seu José como uma das primeiras moradoras do local, como Celina Santos e Maria Severina.

Tanto Celina Santos, quanto Maria Severina se recordam com pesar dos momentos de angústias que viveram naquele período com a enchente. Com a situação, eles e outras famílias ficaram desabrigados por um longo período, e foram alojados em igreja e escolas próximas, como o Ciep 201 Aarão Steinbruch localizado próximo ao bairro. Cada entrevistado detalha um pouco de suas percepções e vivências. Seu José, pedreiro e muito conhecido no local, esteve diretamente envolvido com a criação da igreja católica que se estabeleceu no morro, a comunidade que carrega o nome de um missionário africano São Daniel Comboni. Assim, sua entrevista que foi realizada na própria igreja, talvez, estivesse carregada de impressões sobre a importância de falar da intervenção da igreja para mediar a situação das famílias desabrigadas, que ele contabiliza em torno de 16 em situações mais precárias. Ele conta do padre que disse que era para

eles se organizarem, porque tinha um pedaço de terra no morro e que a igreja iria ofertar alguns materiais de obra.

A fala desse senhor é carregada de gratidão pela intervenção do padre, bem como de sua alegria em ter contribuído para a construção da comunidade atual. Espaço que, inclusive, serviu como salão de eventos para a comunidade, bem como para a prática de capoeira, no salão principal, durante um certo período. Fato que provocou desconforto em alguns membros devido a relação e exposição dos objetos sagrados. A questão maior é que o olhar desse senhor sobre o lugar é muito acolhedor, e, na atualidade, metade de seus filhos permanecem morando no morro, que ele completa: “tem as raízes que ficam”. Paradoxalmente, ou não, os outros filhos foram morar no bairro São Bento, mas para seu José, nenhum outro lugar lhe interessa, exceto para alguma outra região do nordeste.

O desejo de regressar ao nordeste, mas para outra região, também é expresso no registro de Maria Severina. Ela diz que não gostaria de sair do morro, mesmo com a saída de sua filha, que se casou e foi morar no bairro São Bento. Para ela, paraibana, se tivesse condições financeiras, talvez, fosse morar na Bahia. Trabalhando como cuidadora, ela disse que acompanhou as crianças que cuidava, juntamente com a família deles, em uma viagem para Bahia e achou tudo muito lindo, desse modo, seria um lugar desejado. Maria Severina ressalta a dificuldade que foi chegar no morro, na época mãe solteira, com duas crianças pequenas, em um lugar que não conhecia nada. A filha, em idade escolar, teve que esperar quase dois anos para conseguir vaga na escola mais próxima. A água era fornecida por moradores e precisava ser carregada em baldes. A situação era bem precária, mas as memórias da enchente, as dificuldades de viver em abrigos são marcadas pela intervenção da igreja, mas também pela ação de lideranças políticas locais. Ela menciona o papel de um conhecido vereador local no processo de acompanhamento no momento que ficou abrigada no Ciep, bem como sua indicação de ocupação do espaço no morro. As dificuldades de moradias e sobrevivências no território, com mediação de lideranças que ganharam projeção política, parece algo recorrente na Baixada Fluminense, como nos apresenta o trabalho de Linderval Monteiro, (2008), sobre a figura do prefeito Joca em Belford Roxo, durante o processo de emancipação política do município.

As demandas do local e a dificuldade de moradias sem planejamento na cidade revelam as muitas ausências sofridas pelos moradores da Baixada Fluminense, que revelam os usos políticos de determinados agentes, ao passo que possibilitam o reconhecimento das muitas práticas e saberes desses agentes para a vivência e

sobrevivência. Entre as maiores dificuldades apresentadas, estava a falta de água. Cada um carrega a memória de um morador mais antigo que possuía poço e partilhava com os demais. Mirian Bastos é uma dessas moradoras mais antigas, que ajudou com água muitos que chegaram. Ela foi indicada pela Maria Severina para ser entrevista, por seu uma morada que já estava no local antes da sua chegada.

Mirian Bastos é paraense, chegou em Duque de Caxias, para o bairro Pantanal, ainda menina, junto de sua família. O pai militar, veio transferido para trabalhar. Ela conta que não tem vínculo nenhum com o local de nascimento e que fez sua vida em Duque de Caxias. Casou-se e foi morar no bairro Gramacho e em seguida o marido conseguiu o terreno onde mora atualmente, também no morro. Afirmo que quando chegou existia a casa do português, o que os outros entrevistados chamam de casarão. O chamado casarão, era assim denominado, porque destoava das casas mais simples construídas, já que possuía mais de um cômodo e uma frente com fachada de azulejos. Isso, possivelmente, quando comparado às casas realizadas às pressas para a moradia urgente, e de apenas um cômodo.

Esses relatos de deslocamentos em busca de melhor condição de vida, indicam uma certa resistência do conhecido discurso dos moradores em regressarem para "suas terras" de origem. Muito se fala do desejo de muitos migrantes em retornar, especialmente, para o nordeste. No entanto, muitas histórias são marcadas pelas desigualdades econômicas e situações de crise, bem como o impacto e o desejo de manutenção na região que alimenta a chave do progresso. Isso gera inúmeros apagamentos das histórias e vivências dessas pessoas, com silenciamentos de suas regiões e especificidades locais, bem como a própria construção identitária de cada local, sob a marca das ancestralidades desses territórios.

O que se pode considerar, é que mesmo que não seja dito, reconhecido ou valorizado, as marcas de cada local são transportadas com cada corpo. E essas pessoas, por mais que suas histórias e memórias não sejam evidenciadas, elas são vividas no cotidiano e existem no tempo e no espaço.

Duque de Caxias é um município de muitas chegadas. Celina Santos Ribeiro, uma das primeiras moradoras, mulher negra, também é vítima das consequências da enchente da década de 1990. Ela revela a dificuldade que foi receber o material doado pela igreja, mas não conseguir, sozinha, fazer a casa. Cuidava dos três filhos pequenos e com isso, só conseguiu vir morar bem depois no morro. Sua instalação, de forma bem básica, sem energia elétrica suficiente, somente com um ponto de luz, a casa sem piso, apenas no

barro, foi a base para receber alguns de seus irmãos e mandar buscar os pais, Seu Sebastião e dona Valeriana, que moravam na época no Espírito Santo. De família mineira, de Teófilo Ottoni, Celina é um exemplo das migrações no Sudeste, das famílias no pós abolição, que em busca de condições de vida, acabaram chegando em Duque de Caxias. Seus pais, se instalaram em sua casa até ter condição de comprar um pedaço de terreno próximo para construir sua casa³. Esses moradores trouxeram seus saberes para ajudar na localidade. Celina conta que na casa de seu pai, todo dia tinha quatro ou cinco pessoas para ele rezar, e que sua mãe também rezava, mas apenas de quebranto. Com um quintal carregado de ervas, ele produziu muitas garrafadas e indicava chás diversos. Essa sabedoria e prática também é recorrente entre outros moradores, que vieram de outras regiões do Brasil. Isso revela que Duque de Caxias é um lugar de muitas chegadas, e que tem “as raízes que ficam”, bem como as confluências que são realizadas nas trocas e diante das necessidades e demandas do local. Seja na partilha da água, no cuidado das crianças menores ou nas rezas.

Os chamados “nordestinos”, sejam eles: paraibanos, alagoanos, baianos, cearenses, pernambucanos, entre tantos, são muito diversos e, bem como são muitos os que precisaram se deslocar de suas regiões, sejam eles mineiros, capixabas, entre outras. Talvez, por isso a Baixada Fluminense também seja invenção. Um amálgama de tantos e em espaços tão diversos, como são seus municípios. Assim, pouco tem se observado sobre o que significam essas marcas de solidariedade e sociabilidade no território, especialmente, para os chamados “anônimos”.

Sabemos que o debate de uma imagem sobre uma Caxias exclusivamente nordestina não é novo na historiografia (Bezerra, 2012; Laurentino, Bezerra, 2022), bem como os olhares sobre os hibridismos dessas relações revelam muito sobre a região (Pinto, 2019). Contudo, considero que é preciso falar sobre a diversidade cultural e social no território, que não contempla o debate sobre o lugar que os nordestinos, a partir de uma “invenção de nordeste” (Albuquerque Júnior, 2011), pode ocupar na perspectiva de um discurso no Sudeste e no território da Baixada Fluminense. Além disso, pouco se debate sobre as muitas hierarquias que são impostas entre os diferentes estados do nordeste e que não revelam as dimensões de distintas referências culturais de cada estado, bem como suas marcas particulares mais indígenas e/ou africanas, que se cruzam com as

³Os terrenos loteados passaram a ser vendidos, tanto pelos moradores que receberam e não foram morar, quanto pelos demais moradores da região.

**ARTIGO | Identidades Culturais na Baixada Fluminense: Referências Profundas das
“Raízes Que Ficam”**

experiências de famílias negras na região e que faz gerar dicotomias e não um olhar sobre a complexidade das relações que mais têm práticas em comum do que de diferentes.

Em Duque de Caxias é possível identificar que a invenção da Baixada Fluminense (Autora, 2021) também ignora o fato de um Brasil que vive a neurose brasileira, como nos alerta Lélia Gonzalez, e que isso tem provocado no Local um certo silenciamento das múltiplas pertencas que o corpo nordestino ocupa em regiões periféricas no sudeste: o ser de um determinado Estado do nordeste e o ter suas referências ancestrais indígenas e africanas tão vívidas em determinados Estados. Essas vivências e saberes são transportados com o processo de imigração, mas nem sempre valorados, e ficam, por vezes, invisibilizados em terras “estrangeiras”. Para alguns, são marcas que precisam ser apagadas, como forma de inserção e mecanismo de evitar os preconceitos, como os títulos “da farinha”.

Na obra *Baixada Negra* (2022), as pesquisas revelam a marca de um território atravessado pela diáspora africana, e trabalhos como o Souza (2014) sobre os povos tupinambás na região sugerem a necessidade de aprofundamentos de estudos sobre a heranças indígenas no território. Bezerra (2024) em trabalho recente destaca que existe um espírito das periferias, que são heranças de valores e práticas ancestrais que marcam as redes de cuidado, partilhas e vivências no território. Assim, em diálogo com essa perspectiva, que existem marcas dessa ancestralidade no local, espero destacar que a presença nordestina ou o discurso de uma Duque de Caxias nordestina merece mais investimentos de pesquisas futuras sobre as heranças das práticas culturais que atravessam cada Estado de origem, bem como das referências ancestrais que esses Estados mobilizaram a esses corpos nordestinos em seus processos de desterritorialização e territorialização. Destaco, também, que Duque de Caxias recebeu muitos imigrantes de outros Estados do sudeste, como Minas Gerais e Espírito Santo, como já estudado sobre as temáticas do pós abolição (Bezerra). Desse modo, as pessoas continuam vivendo e agindo conforme suas marcas ancestrais, e assim acredito que a própria chegada de muitos nordestinos e nortistas, e de pessoas dos demais estados do sudeste, especialmente a partir das décadas de 1950 em Duque de Caxias, revelam os múltiplos apagamentos identitários, que podem ser observados em uma perspectiva de escalas.

Imagem 1- Seu Sebastião e Dona Valeriana



Fonte: Acervo pessoal Celina Santos

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em contar um pouco das histórias e memórias dos moradores desse local, partindo do meu quintal e desses senhores que o habitaram parecia algo distante da expectativa acadêmica que aprendi e mais ainda da proposta de ensino de história. Apesar de ter realizado inúmeros cursos sobre a região, ter me interessado desde o princípio de minha formação universitária pela história do local, esse local não era tão próximo para pesquisa, com pessoas tão ordinárias e com conteúdos tão elementares. Falávamos das “grandes ações” de pessoas que se “destacaram” na luta pelo coletivo ou algo nesse sentido. Que bom que na atualidade é possível abordar as múltiplas historicidades e cada vez mais partilhar falar dos “ilustres anônimos”. Espero que os pontos de memória sejam caminhos para identificar nossas raízes mais profundas.

Nessa perspectiva, identifiquei que o quintal ocupado pelo Varanda está em um local que tinha como referência a nomenclatura “morro da farinha”, conectado diretamente aos estereótipos do nordeste brasileiro. No entanto, a tal farinha, tão consumida pelos nordestinos, nem sempre é mobilizada pelo seu valor ancestral, ou seja, por meio da relação à mandioca, ou macaxeira ou aipim, ou seja, referência de uma raiz ainda mais profunda de identidade, muito mais antiga, associada aos primeiros habitantes em terras pindoramas, com valor existencial. Assim, ao nos limitarmos a um olhar apenas

ARTIGO | Identidades Culturais na Baixada Fluminense: Referências Profundas das “Raízes Que Ficam”

centrado nas relações humanas de referências de estereótipos, com marcas coloniais de dominação e discursos de civilidade, deixamos de olhar outros agentes (Santos, 2023).

Os primeiros moradores do morro da farinha, chegaram e estabeleceram suas moradias com valor ao solo, expressos em suas plantações de aipim; nas muitas árvores frutíferas, nas ervas, que auxiliam em muitos chás e garrafadas, entre tantas interações com a natureza. Tais percepções e articulações se sucederam com o levantamento dos depoimentos e a identificação de uma presença de moradores de diferentes regiões do Brasil, não apenas do Nordeste.

A partir das práticas de reza, com uso das ervas e saberes ancestrais de seu Sebastião e dona Valeriana, somada as poucas plantações de mandioca que ainda persistem na região, bem como as memórias dos moradores sobre o desejo de continuar no local e a presença de seus filhos que também coabitam o espaço, identifiquei os vestígios de trajetórias marcadas por deslocamentos que carregam suas referências identitárias. Isso é expresso na fala de um morador ao se referir a permanência dele e de alguns de seus filhos no local, diz: “tem as raízes que ficam”. Essas raízes não são apenas as pessoas, mas das manutenções de práticas das culturas afro e indígenas no local, sejam as religiosas ou a própria capoeira, bem como dos cultivos e das permanências das raízes de existências. Acredito que tudo isso sugere a potência dos pontos de memória na Baixada Fluminense para muitas identificações e valorização das memórias do local que constituem a identidade brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tania Amaro de. **Entrevista concedida à AUTORA**. Duque de Caxias, 6 fev. 2020.

ANALÍCIO, José. **Entrevista concedida à AUTORA**. Duque de Caxias, 2023.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M de. **A invenção do Nordeste e outra artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 376p.

BARROS, Manoel de. **Meu quintal é maior do que o mundo**: antologia. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015. 138p.

BASTOS, Mirian. **Entrevista concedida à AUTORA**. Duque de Caxias, 2023

BEZERRA, N. R. **Escravidão, farinha e comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro, século XIX**. 1. ed. Duque de Caxias-RJ: Clio-INEPAC, 2011. 176p.

ARTIGO | Identidades Culturais na Baixada Fluminense: Referências Profundas das “Raízes Que Ficam”

BEZERRA, N. R. **A cor da Baixada**: escravidão, liberdade e pós-abolição no Recôncavo da Guanabara. 1. ed. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2012. 200p.

BEZERRA, N. R.; LAURENTINO, E. José Lustosa e a memória da cidade: a escrita como patrimônio. Duque de Caxias, 1958. **Pilares da História**, v. 18, p. 15-22, out. 2019.

BEZERRA, N.R. **O espírito das Periferias**: Ancestralidades Indígenas e Africanas na Baixada Fluminense. Editora Esteio, Duque de Caxias, RJ, 2024.

BRASIL, **Portaria IBRAM nº 579**, de 29 de julho de 2021.

BRAZ, A. A.; ALMEIDA, T. M. da S. A. **De Merity a Duque de Caxias**: encontro com a História da Cidade. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2010. 128p.

BRAZ, Antonio Augusto. **Entrevista concedida à AUTORA**. Duque de Caxias, 22 jan. 2020.

GOMES, A. de C. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. 220p.

LAURENTINO, ELIANA. S. S; BEZERRA, N. R. (Org.). **Baixada Negra**: escritas, identidades e práticas educativas em diáspora. 1. ed. Duque de Caxias: Esteio, 2022. 324p.

LAURENTINO, E. S. S. **História local, patrimônio e culturas afro-brasileiras em Duque de Caxias (2000-2014)**. 2016. 220f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2016.

LAURENTINO, Eliana Santos da Silva. **Tensões e conciliações**: a escrita da história local e o Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias (1971-2008). 2021. 250f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021.

MONTEIRO, L. A. Andando pelo vale da sombra da morte: a trajetória política de Joca, primeiro prefeito de Belford Roxo. **Revista Universidade Rural**. Série Ciências Humanas, v. 29, p. 55-71, 2008.

PERES, G. **Tropeiros e viajantes na Baixada Fluminense – ensaio**. Duque de Caxias, Shaovan Gráfica Ltda., 2000. 77p.

PINTO, Rodrigo Sampaio. Vozes nordestinas: A História oral como foram de análise das identidades nordestinas em Duque de Caxias. **Revista Pilares da História**. Duque de Caxias, 2019. p. 46-56.

SANTOS, Celina. **Entrevista concedida à AUTORA**. Duque de Caxias, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SEVERINA, Maria. **Entrevista concedida à AUTORA**. Duque de Caxias, 2023.

SIMÕES, M. R. **A cidade estilhaçada**. Reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. Mesquita: Entorno, 2006.

SOUZA, M. S. de. **Escavando o passado da cidade**: História Política da Cidade de Duque de Caxias. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2014. 228p.

TORRES, R. **Caxias de antigamente**. Duque de Caxias: Edição do Autor, 2012. 310p.

VIZOLLI, I.; SANTOS, R.M.G.; MACHADO, R. F. Saberes quilombolas: um estudo no processo de produção da farinha de mandioca. **Bolema: Boletim de Educação Matemática** [online], v. 26, n. 42b, 2012.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.

O RECÔNCAVO DA GUANABARA E A BAIXADA FLUMINENSE: ALGUMAS CARTOGRAFIAS CULTURAIS

THE RECÔNCAVO DA GUANABARA AND THE BAIXADA FLUMINENSE: SOME CULTURAL CARTOGRAPHIES

João Guerreiro

 <https://orcid.org/0000-0003-1788-4132>

Correspondência: joao.mendes@ifrrj.edu.br

Instituto Federal do Rio de Janeiro, Nilópolis, Brasil.

DOI: 10.12957/cdf.2025.94666

Recebido em: 13 out. 2025 | **Aceito em:** 18 nov. 2025

RESUMO

A ênfase midiática sobre a Baixada Fluminense (RJ) como um local de miséria e violência fortalece o olhar do senso comum sobre as vulnerabilidades intrínsecas às áreas periféricas. Diferente dos discursos da imprensa sobre e em nome dos moradores da região, o artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa com grupos e coletivos culturais a partir da autorrepresentação dos grupos. Tendo como metodologia a conversa e a narrativa, as fazedoras e fazedores culturais da região apresentam sua percepção acerca do espaço onde vivem, do fazer cultural que o caracteriza, das suas experimentações de mundo, dos locais de memória e resistência, além dos silenciamentos que a Baixada Fluminense enfrenta. Com base nessas informações, foi observado de que forma as ações culturais existentes nessa região periférica contribuem para a transformação do local e dos indivíduos que nele residem, apresentando-os as novas possibilidades que se abrem a partir da criatividade, da ação e da reflexão.

Palavras-chave: Ação cultural; Baixada Fluminense; movimentos culturais coletivos.

ABSTRACT

The media's emphasis on Baixada Fluminense (RJ) as a place of poverty and violence reinforces the conventional wisdom regarding the intrinsic vulnerabilities of peripheral areas. Unlike press discourses about and on behalf of the region's residents, this article presents partial results of a survey of cultural groups and collectives based on their self-representation. Using conversation and narrative as a methodology, the region's cultural makers present their perceptions of the space where they live, the cultural practices that characterize it, their experiences of the world, the places of memory and resistance, and the silencing that Baixada Fluminense faces. Based on this information, it was observed how the cultural activities existing in this peripheral region contribute to the transformation of the place and the individuals who reside there, introducing them to the new possibilities that open up through creativity, action, and reflection.

Keywords: Cultural action; Baixada Fluminense; collective cultural movements.



1 INTRODUÇÃO

Em novembro de 2013, durante um seminário realizado no Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), no campus Nilópolis (RJ), um dos palestrantes convidado foi Heraldo HB, um dos fundadores do Cineclube Mate com Angu, que está localizado no município de Duque de Caxias (RJ). Em sua fala, ele disse que se a Baixada Fluminense continuasse a ser chamada de Recôncavo da Guanabara, tudo seria diferente. Heraldo estava se referindo ao fato do Recôncavo da Bahia ter o seu território e produção cultural a ele relacionado, sendo positivado tanto na mídia corporativa, como nas políticas públicas de cultura territorializadas a partir da implantação de uma política regional designada de “Territórios de Identidade¹”, em 2007.

Nesse momento do seminário, um dos autores desse artigo estava começando pesquisar sobre as ações culturais na/da Baixada Fluminense. Nos deparamos, portanto, com uma provocação para entender essa baixada para além da Baixada Fluminense. Se o território se apresentava como uma região que reúne 13 municípios², os termos como periferia, região metropolitana, região subjacente à capital ou mesmo o tal Recôncavo da Guanabara nos levavam para uma Baixada Fluminense imaginada e polissêmica assim como a cultura forjada nas suas entranhas.

Heraldo HB queria dizer que nomear um território é dar sentido. Depois de tantos anos de massacre midiático, como já enfatizado por Enne (2002), era quase uma utopia de um retorno a um quase bucólico passado entre a Serra do Mar e a Baía de Guanabara. Uma brincadeira, mas uma boa utopia em tempos tão distópicos.

Sem negar os demais territórios que hoje integrariam esse Recôncavo da Guanabara³, o que ele estava apontando era para o caudaloso rio cultural formando esse território que hoje alimenta e é alimentado entrecortando os espaços hoje denominado Baixada Fluminense.

Nielsen Bezerra (2013), outro pesquisador inspirador da Baixada Fluminense, nos mostrou, entretanto, que na virada do século XIX para o século XX, essa região também

¹Para mais informações ver, Rubim (2014).

²Segundo o IBGE, a Baixada Fluminense é composta pelos seguintes municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.

³Segundo Lucia Helena Silva (2013), o Recôncavo da Guanabara era formado pelas freguesias de Nossa Senhora do Pilar, Nossa Senhora de Piedade de Iguassu, Nossa Senhora da Piedade de Magé, Nossa Senhora de Marapicu, Nossa Senhora de Guia de Pacobaíba, Nossa Senhora do Amparo de Maricá, São João Batista de Meriti, São João Batista de Itaboraí, São João Batista de Niterói, São Gonçalo de Guaxindiba, São Francisco Xavier de Itaguaí, São Nicolau de Surui, Santo Antonio de Jacutinga e Santo Antonio de Sá.

nomeada como Sertão Próximo era o lugar ideal para se manter os negros ex-escravizados, sem trabalho, sem políticas de integração na sociedade e sem as primeiras cotas estabelecidas no Brasil que foram as de distribuição de terras e sementes oferecidas a quem quisesse vir trabalhar no nosso país, desde que fossem brancos e europeus⁴.

Esse Sertão Próximo, rural, foi alimentado de pequenas agriculturas familiares formadas inicialmente por quilombolas, filhos de escravizados nascidos após a Lei do Ventre Livre e ex-escravizados vindo do interior do Rio de Janeiro, principalmente, da região do Vale do Paraíba, mas também, de Minas Gerais e do Espírito Santo (Bezerra, 2013). E por ser um sertão próximo, era um sertão sujeito às trocas com a capital, diferente do sertão imaginado no nordeste do país.

Cabe lembrar que temos um personagem que torna esse sertão mais próximo da capital: o transporte sobre trilhos. O trem, que surge no século XIX, vai passar a ter diversas estações cortando a Baixada Fluminense, já no início do século posterior. Da crise da laranja aos assentamentos populares temos o trem como a locomotiva da mudança: do rural e agrícola, para as cidades-dormitório e da mão-de-obra que abastece a capital do estado e do país.

Desde seu surgimento, o trem torna poroso o território da baixada: as trocas culturais são realizadas no ritmo da capital que se quer cosmopolita. Mas, essa é a mesma capital que continua se apartando da sua origem escravagista: os negros que vão dar cor e corpo à Baixada Fluminense continuam sendo não benquistos na capital. Uma capital que se fez negra, mas que quer a todo custo se torna branca e europeia.

Assim, existe no decorrer dos anos, a construção de uma narrativa que iria começar a designar a região da Baixada Fluminense como um espaço onde habita toda forma de mazela: violenta, sem saneamento, com escassez de água, com excesso de enchentes e, uma região sem cultura. Mas, é neste mesmo território que tivemos a primeira escola de ensino integral do país.

Como nos explica Herald HB (2013) sobre a origem do nome do cineclube do qual é um dos fundadores, Mate com Angu, foi inspirado em Armanda Álvaro Alberto. Mulher que lutou pela emancipação feminina, a favor da igualdade racial e para educação para todos fundou a Escola Proletária de Meriti, depois Escola Regional de Meriti.

Uma escola de tempo integral, em Duque de Caxias, então ainda um distrito de Nova Iguaçu e com nome de Escola Proletária? O ano era de 1921 e para conseguir

⁴Para ver a discussão sobre as primeiras cotas brasileiras que foram para os imigrantes europeus, ver Golin (2014).

alimento para as refeições da(o)s aluna(o)s, a educadora Armanda ia de comércio em comércio solicitar doações. O que mais recebia era o angu e o mate para aplacar a sede. Daí o nome. Ao relatar a inspiração do “Mate com Angu”, HB nos traz uma das diversas narrativas sobre esse território que tem tanta potência, mas que também tem problemas, como diversos territórios desse nosso vasto país. Mas, positivar o território, buscar brechas para uma produção cultural para além das ausências, vai além da resistência cultural: é uma forma de sobrevivência. Não é uma opção, é um alimento, um oxigênio. E são muitos artistas, coletivos, instituições que atuam nesse território.

Para termos um exemplo, uma pesquisa realizada pelo Programa Brasil Próximo (2015), uma parceria entre o Governo Federal do Brasil, com as regiões italianas da Úmbria, Marche, Toscana, Emilia Romagna e Ligúria, trouxe em seu relatório final um levantamento contendo informações de 331 grupos culturais mapeados nos 13 municípios da Baixada Fluminense. Apesar da dinâmica relacionada ao surgimento e luta pela manutenção de coletivos e grupos culturais trazer momentos de alta e de baixa, o número é eloquente. Um território apresentado apenas como de falta, se apresenta com tanta potência.

Porém, se por um lado, a mídia corporativa traz informações contraditórias e percepções diferentes do que acontece no território cultural da Baixada, sabemos também que estas visões provocam descontentamentos principalmente nos jovens, o que associado a outros problemas sociais diminui a esperança por tempos melhores. Porém, é fato também que são esses mesmos jovens que vêm ressignificando o produzir cultural colocando suas ações na linha de frente pela desconstrução do atual cenário de violência local e estigma.

Ao falar de estigma, sempre fortificado pela mídia corporativa, pensamos no que Goffman (1988) disse sobre um conceito mais amplo, para além das marcas ou deformações corporais. Ele está apontando para características não obrigatoriamente visuais ou físicas, “que não coadunam expectativas sociais sobre um determinado indivíduo ou grupo social” (p. 12-13). As formas normatizadas pelas sociedades constroem padrões canônicos de constituição social. Um ideal de forma de viver e, assim, um ideal cultural. Se a produção cultural é diversificada nesse território periférico à capital do Rio de Janeiro, a padronização do modo de vida e mesmo de como devem ser os equipamentos onde se pode consumir cultura entra em conflito com a realidade. É desse conflito com um determinado modelo canônico vai gerar um olhar “estigmatizado”

sobre esse território. Daí os discursos de preconceito ou mesmo menorizando as produções culturais desse território se ancoram nessa produção de sentido.

2 PRODUÇÃO CULTURAL NA/COM/DA BAIXADA FLUMINENSE: UM RECORTE

Essa seção é um olhar sobre o campo cultural da Baixada Fluminense a partir do registro de muitos encontros e do conhecimento adquirido/produzido em rede a partir dessas conversas. É, também, narrativa, pois é um olhar de um pesquisador que ouviu diversos fazedores e fazedoras culturais da Baixada Fluminense entre 2013 e 2025 e que, na busca da autorrepresentação desses, tenta evitar ou pelo menos minimizar a incapacidade de apreender tudo o que acontece no processo de produção de conhecimento.

Como já apresentado, em novembro de 2023 tivemos o primeiro encontro com os fazedores culturais da Baixada Fluminense, durante o citado seminário do Dia Nacional da Cultura. Em seguida, em janeiro de 2014, junto com duas alunas da graduação iniciamos um laboratório de pesquisa, onde realizávamos os primeiros debates sobre como poderíamos, ao mesmo tempo, identificar os movimentos coletivos existentes naquele momento na Baixada Fluminense e garantir a autorrepresentação dos grupos na pesquisa. Até o momento da escrita deste artigo, realizamos rodas de conversa com 32 grupos e/ou coletivos culturais da Baixada Fluminense⁵. Optamos, então, por buscarmos as narrativas de sujeitos desses movimentos culturais.

A opção por iniciar o projeto a partir de rodas de conversas com participantes desses grupos passava pelo reconhecimento de que existe uma multiplicidade de autorrepresentação coletiva a partir de práticas cotidianas.

E, conforme nos apresentaram Gonçalves e Head (2009), a imagem etnográfica passa a ser entendida a partir da possibilidade que cada um tem na criação de suas próprias

⁵Os 32 grupos que compõem a pesquisa por ordem alfabética dos municípios: Afoxé Raízes Africanas, Associação de Capoeira Palmares, Centro Cultural Donana (Belford Roxo); Baile Black Soul, Capa Comics, Movimento Of Favela (MOF), Cineclube Mate com Angu (Dq. de Caxias); Associação Cultural Kilombarte (Guapimirim); Expresso Break, Raio de Luar (Itaguaí); Roda Cultural Engenheiro Pedreira (RCEP), Grupo Código (Japeri); Ponto de Cultura Zé Mussum, Pacobaíba (Magé); Centro Cultural Oscar Romero, Folia 7 Estrelas do Oriente (Mesquita); Bloco Esse não deixa furo, CIAFRO, Coletivo Casa2Fundos, Coletivo Surgiu na Hora (Nilópolis); Cineclube Buraco do Getúlio, Instituto Enraizados, Pirão Discos, Roque Pense (Nova Iguaçu); Companhia Faces (Paracambi); Batidas e Rimas, Queimados Encena (Queimados); Banda Confronto, Cinema de Guerrilha, Circo Social Benjamin de Oliveira, Folia Estrela do Oriente (São João de Meriti); Espaço Cultural Casarão (Seropédica).

significações, sem ser reconhecido meramente pela submissão direta em relação às forças sociais.

Utilizo esse exemplo das imagens para salientar que a nossa ação não buscou captar, meramente um significado e uma única representação das ações culturais que foram acompanhadas, mas de buscar compreender as suas formas de experimentação do mundo, os seus desvios, as suas burlas e as suas contradições a partir da produção de suas próprias narrativas.

Promover a imagem de autorrepresentação em uma pesquisa acadêmica permite também um tensionamento das relações entre pesquisador e pesquisado, subvertendo a ideia de que o primeiro produz conhecimento a partir da prática do outro.

As representações são produzidas através de um ‘jogo de espelhos’ em que as ‘imagens sobre si’ se produzem através dos outros em um processo, eminentemente, relacional, fazendo com que as imagens de si afetem e sejam afetadas pelas imagens dos outros sobre si (Gonçalves, Head, op. cit., p. 20).

A produção de conhecimento junto com os movimentos culturais coletivos da Baixada Fluminense se deu a partir de algumas preocupações. Em nossas conversas sempre vinham narrativas sobre as visões de o que é e como é a produção cultural na Baixada Fluminense; como lidar com a escassez de recursos para o campo cultural e abundância de estereótipos sobre um território que ora é visto como periférico à capital que tudo suga e ora é visto como um território multicêntrico nas dinâmicas intraurbanas da sua própria região.

É isso que pretendo apresentar nessas páginas que se seguem: algum dos diálogos travados com os praticantes culturais que produzem suas táticas e que vivenciam, no cotidiano, as opressões produzidas por um poder hegemônico, mas, que, porém, não é homogêneo. Ao dialogar com os cotidianos desses praticantes, suas visões sobre o que vem acontecendo nas suas histórias e nas suas vidas, me aproximo de alguns movimentos⁶ dos *Estudos do Cotidianos* descritos por Andrade; Caldas e Alves (2019) e de premissas apresentadas por Michel de Certeau (1994) no seu livro “Invenção do Cotidiano”. Junto a esses movimentos, utilizo a conversa como metodologia defendendo que esta é uma tática que nos permite um processo de produção de conhecimento em rede e que ajuda a evitar o que Inês Oliveira (2007) chamou de “cegueira epistemológica”. Partindo de

⁶Para um aprofundamento nos Estudos do Cotidiano e seus movimentos, ver as autoras citadas.

questões levantadas por Boaventura de Souza Santos (2003) sobre as dificuldades que temos em conseguir compreender a diversidade cultural, concordo com Oliveira quando ela nos diz que a nossa visão sobre o outro muitas vezes é parcial. E assim também em relação ao que nos é estranho. Segundo Oliveira,

Não detemos, portanto, os meios para compreender e poder, a partir daí, crer e ver/ler/ouvir determinadas classificações, determinadas formas de compreender o mundo, determinadas formas de organização social, determinados valores morais, entre tantas outras coisas que nos causam espanto e nos imobilizam a capacidade de raciocinar “friadamente” (Oliveira, 2007, p. 54).

A partir dessa noção de cegueira epistemológica, Oliveira (2007) defende que uma forma do pesquisador minimizar a sua “cegueira” é compartilhar do processo de produção do conhecimento como algo coletivo, em rede, onde o que um não consegue ver pode ser visto por outro que, por sua vez, por conta da sua “cegueira” poderá ver/entender/compreender a partir do outro.

Retornando à pesquisa, esta vem sendo realizada desde 2013. É uma pesquisa que não tem previsão de acabar, pois se alimenta da dinâmica do território. Mas, para além dessa infinitude de movimento, podemos perceber que a autoafirmação está muito presente nos discursos sobre as origens dos grupos e apresenta-se como outro aspecto relevante no enfrentamento diário contra as opressões.

Quando conversamos com o Heraldo HB sobre a origem do Cine Clube Mate com Angu, ele desabafa:

"Sou nascido e criado em [Duque de] Caxias. Já passei várias situações ao longo da vida. Quando eu estava na faculdade descobri um cara que também morava aqui em Caxias e fui falar com ele. Disse que era vizinho e tal. O cara começou a me evitar. Parecia que tinha descoberto um segredo mortal, uma chaga. Todo o trabalho nosso é em cima disso: tirar esse estigma. Até porque se você olhar pra tudo o que se produz aqui você notará que o ouro está na Baixada Fluminense. A formação cultural do povo daqui vem de uma história de resistência. Avanços diante dos objetivos" (Entrevista ao autor, 2014).

Autoafirmação como antídoto ao estigma da periferização de uma pseudoprodução de vida sem corpo.

Outra questão que surgiu nas rodas de conversa foi que a ausência de uma indústria cultural na Baixada Fluminense, impactou a forma de produzir no território. O

que já foi chamado de uma estética da ausência por Ranciere (2005) foi apresentado nas conversas como uma ausência de uma produção convencional que acaba/acabou provocando uma nova forma de produzir como a que a gente conhece hoje. A hipótese é que se a estrutura utilizada para as produções da indústria cultural estivesse disponível para as produções da Baixada Fluminense, a produção seria outra. Percebe-se em diversas falas uma cobrança pelas condições materiais de produção e não que a falta dessas condições nos levasse a uma produção cultural inferior. Essa cobrança fica mais transparente nas conversas a partir das políticas públicas emergenciais de cultura. Diversos fazedores e fazedoras aponto para um marco zero de política cultural que permitiu a visualização do que já existe no território Baixada: uma produção cultural diversa, potente e em rede.

Se nas rodas de conversas pré-pandemia se sobressaía o tema ausência e a busca constante em ressignificar o território e eliminar estigma, essa ausência era vista como fundamental para que se entender a reapropriação do espaço Baixada Fluminense por uma fração da juventude que entende a interseção entre as desigualdades e as opressões e se articula também digitalmente. A vida cotidiana na Baixada Fluminense, que uma parte da juventude começa a positivar e se denominar “BXD”, vai fazer parte das produções culturais.

Em grupos de teatro, como Código, um dos grupos culturais do município de Japeri, para além dos discursos, há uma ênfase na elaboração de seus roteiros que geralmente vem associados às temáticas do território do município onde fica a sede do grupo (Japeri/RJ), mas também ao cotidiano de um município que também é periférico mesmo dentro da Baixada Fluminense.

No que concerne às inspirações que resultaram na formação dos grupos, é recorrente o discurso da desconstrução do olhar estigmatizante sobre os municípios da Baixada, que gera preconceitos no cerne de um debate sobre a violência na área e que não é negada, tanto é que é combatida. Na conversa com membros da ONG CIAFRO (Centro de Integração da Cultura Afrobrasileira) de Nilópolis (RJ), a narrativa é de que a Baixada deixou de ser exportadora e, a partir da chegada das ditas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas vésperas dos Jogos Olímpicos de 2016, é que fizeram com que uma quantidade grande de vendedores de drogas ilegais migrasse para essa área e geraram aumento nos índices de violências da região.

Como bastante enfatizado pelo coordenador da Casa de Cultura Donana localizado em Belford Roxo (RJ), município que já foi considerado o mais violento do

Brasil, fica claro que enquanto um problema social sim, a violência existe na Baixada Fluminense, assim como no restante do Brasil e do mundo, enquanto única e restrita à Baixada não, a violência não é única desse território e nem nasceu lá.

No entanto, é perceptível que os produtores e produtoras culturais sabem que essa visão difundida, vem provocando descontentamentos nos jovens, o que associado a outros problemas sociais diminui a esperança por tempos melhores. Fato esse que é verificado na maioria dos projetos pesquisados que colocam suas ações na linha de frente pela desconstrução do atual cenário de violência local, e entendem suas ações como importantes caminhos alternativos para uma transformação social.

Portanto, as produções culturais com as quais tivemos contato até o momento enfatizam possuir uma identidade territorial que lhes atribui um papel de cultura de resistência. Isso nos remete a Homi Bhabha quando ele diz:

Nesse sentido salutar, toda uma gama de teorias críticas contemporâneas sugere que é com aqueles que sofreram o sentenciamento da história – subjugação, dominação, diáspora, deslocamento – que aprendemos nossas lições mais duradouras de vida e pensamento. Há mesmo uma convicção crescente de que a experiência afetiva da marginalidade social – como ela emerge em formas culturais não-canônicas – transforma nossas estratégias críticas. Ela nos força a encarar o conceito de cultura exteriormente aos *objets d'art* ou para além da canonização da 'ideia' de estética, a lidar com a cultura como produção irregular e incompleta de sentido e valor, frequentemente composta de demandas e práticas incomensuráveis, produzidas no ato da sobrevivência social. A cultura se adianta para criar uma textualidade simbólica, para dar ao cotidiano alienante uma aura de individualidade, uma promessa de prazer. A transmissão de culturas de sobrevivência não ocorre no organizado *musée imaginaire* das culturas nacionais com seus apelos pela continuidade de um 'passado' autêntico e um 'presente' vivo – seja essa escala de valor preservada nas tradições 'nacionais' organicistas do romantismo ou dentro das proporções mais universais do classicismo (Bhabha, 1998, p. 240-241).

Na mesma linha, comungamos com Facina (2013), quando a autora afirma que pensar a produção cultural, nas favelas e por todos os povos que foram subjugados pelo colonialismo é pensar em que contexto as representações culturais são produzidas. Acredito podermos estender essa análise à produção cultural feita a partir da Baixada Fluminense.

Retornando às rodas de conversas, vale ressaltar que nas duas Folias de Reis pesquisadas até o momento, o início dos grupos/ações está atrelado a forma de repasse muito comum nesse tipo específico de cultura, a oralidade e os ensinamentos dos mais

antigos ao longo dos tempos. Porém, as dificuldades de ampliar a transmissão de conhecimento surge como um interdito geracional. Aqui é outro estigma que surge: o atraso, a desconexão com as redes digitais e uma negação à tradição.

A Capa Comics, coletivo de quadrinistas da Baixada acredita no potencial desde a criação do coletivo. Eles afirmam que apesar de ser um lugar que não tem muita visibilidade ou oportunidade, quando da criação do coletivo, em 2013, também era um espaço grande de criatividade e um terreno ainda inexplorado.

O empoderamento, a formação de cidadãos mais críticos e conscientes e a constituição de uma cultura para e pelo ativismo político social estão na fala sobre a origem de grupos como o: Grupo Surgiu na Hora (Nilópolis), Circo Social Benjamin de Oliveira (São João de Meriti), Cinema de Guerrilha (São João de Meriti), CineClube Mate com Angu (Dq. de Caxias), Buraco do Getulio (Dq. de Caxias), Festival Roque Pense (BXD), Casa de Cultura Donana (Berford Roxo), Grupo de Capoeira Palmares (Belford Roxo) e Código (Japeri).

Duas ações, CIAFRO e Afoxé Raízes Africanas (Belford Roxo), apontam que um dos objetivos principais é a disseminação das culturas de matriz africanas, das questões raciais e de gênero que inclusive, vem sendo muito atacadas por conta do avanço quantitativo de intolerância religiosa que vem assolando, nos últimos anos, a Baixada Fluminense.

Dessa forma, fazer cultura na Baixada também condiz com uma luta árdua em prol da valorização de uma identidade própria e de fomento às práticas artísticas e culturais que ousam somar-se num enfrentamento constante para apagar a visão difundida erroneamente, de uma Baixada carente de cultura e sem potencial artístico, resumidas a "cidades dormitórios", e "área sem lei".

Desde inícios espontâneos à projetos pensados dentro de um processo coletivo, as ações se consolidam como iniciativas que partiram de inquietudes, e com vista a atender principalmente o público da Baixada Fluminense, que rotineiramente precisavam se deslocar para o município do Rio de Janeiro para ter acesso a um direito que deveria ser garantido pelo poder público, assim como já é constitucionalmente.

No que diz respeito à formação profissional formal ou informal, os problemas apontados parecem subsistir. Na roda de conversa com os participantes do Grupo Surgiu na Hora (Nilópolis), ficou explícito como é difícil encontrar espaços de formação para as artes na Baixada. E que se não fosse a parceria com outros grupos e o fortalecimento das

redes, seria muito mais difícil profissionalizar e melhorar a própria atuação no campo cultural.

Importantes iniciativas ocorreram na primeira década deste século, como a EncontrArte Teatro de Nova Iguaçu (2002), o surgimento do primeiro curso superior em Produção Cultural, em Nilópolis (2003) e a Escola Livre de Cinema de Nova Iguaçu (2006), assim como a Escola Popular de Arte da UFRRJ (Nova Iguaçu) e a Escola Livre de Artes do Gomeia Galpão Criativo (Dq. de Caxias), entre outros espaços de formação. Porém, ainda é muito pouco frente a uma população de cerca de 3,7 milhões de habitantes.

Quanto a promoção e fruição, todos os grupos falam das dificuldades em divulgar suas ações e seus projetos, recorrendo em sua maioria às redes sociais, como principal ferramenta de promoção de suas ações. Com orçamentos sempre abaixo das necessidades, as redes digitais permitem que os grupos mantenham sua autonomia na propagação de suas próprias ideias, que por vezes são contra-hegemônica. Se antes da pandemia, alguns grupos apresentavam em suas narrativas dificuldades em absorver as técnicas do mundo digital, durante e no pós-pandemia esse problema foi forçosamente superado. Surgiu, então, outra preocupação: como disponibilizar e acessar conteúdos digitais dada a desigualdade de acesso às redes digitais? Essas preocupações surgiram mais durante a pandemia. Nos últimos 3 anos, com a possibilidade das produções culturais acontecerem presencialmente, a preocupação arrefeceu.

Outro desafio que foi apontando nas rodas de conversas e que achamos poder ser possível extrapolar para outros grupos e coletivos culturais está associado às questões como legalização/formalização e constituição de sedes. Se, por um lado, a necessidade de formalização foi flexibilizada para acessar recursos da Lei Emergencial Aldir Blanc, os editais posteriores passaram a exigir a proponentia de Pessoas Jurídicas para valores maiores. Já a constituição de sede parece estar relacionada ao próprio perfil dos coletivos culturais da Baixada Fluminense. Apesar de muitos realizarem suas ações em espaços públicos e quintais, necessitam de local para guardar materiais, promoverem oficinas e mesmo ensaiar. E, cabe salientar, que a utilização do espaço público se faz necessário mais pela pouca ou nenhuma outra opção de equipamentos públicos em alguns municípios da região ou pelo fato da inexistência de equipamento cultural estadual público na Baixada Fluminense. A título de comparação, a capital, Rio de Janeiro, possui 55 equipamentos culturais estaduais públicos. Assim, coube e cabe aos grupos e coletivos culturais resolverem essa falta de política cultural no território a despeito da atual política de editais.

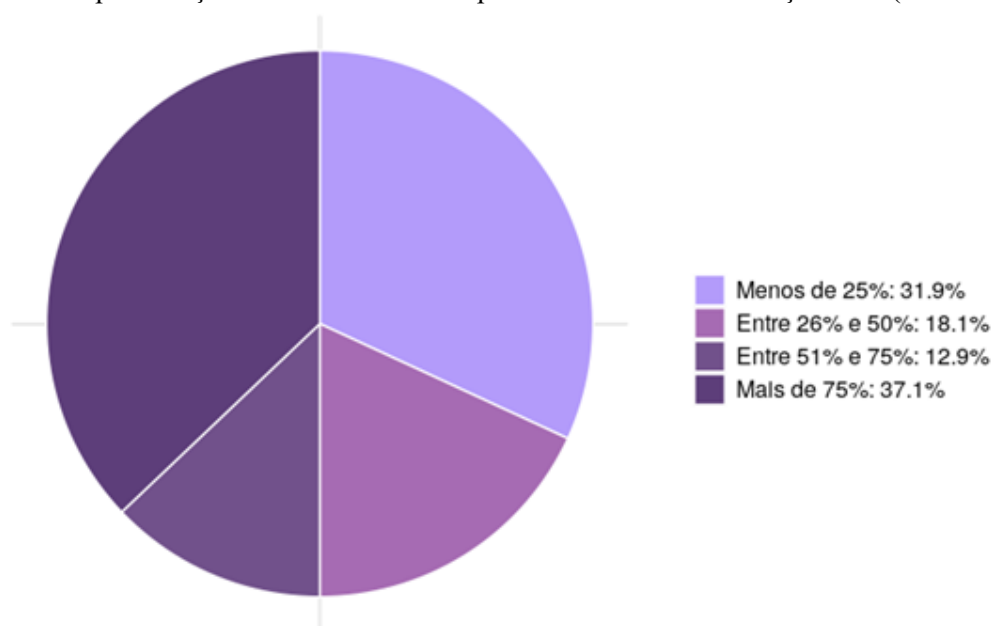
Ainda diante de todas as dificuldades, não há falas de desmotivação. Ao contrário, os produtores culturais da Baixada Fluminense estão em estado de alerta constante frente aos embates necessários rotineiros e vem se preocupando em melhorar suas ações tanto física quanto a qualidade das atividades propostas, ainda que esse fator esteja relacionado também ao tempo disponível, pois a maior parte dos produtores não se mantêm dos seus projetos.

Esses dados foram corroborados pela pesquisa realizada pelo Observatório Baixada Cultural (OBaC/RJ), em 2021. Segundo a pesquisa, em relação à participação da renda proveniente da atividade cultural na sua renda total entre os participantes moradores da Baixada Fluminense, foi obtido que:

para 50,0% dos indivíduos da Baixada Fluminense a atividade cultural representa menos ou até a metade de sua remuneração, enquanto o restante provém de outras fontes. Na pesquisa de âmbito nacional este número é de 34,5%, mostrando que a renda advinda do campo da cultura é mais representativa na sua remuneração total do que para os respondentes da Baixada (OBaC, 2021, p. 32).

Segundo os autores, “apenas 37,1% dos respondentes da Baixada Fluminense a atividade cultural representa mais de três quartos de sua renda total”. Ao nível nacional, para mais da metade dos respondentes (52,0%) a cultural é responsável por 75,0% ou mais da sua renda.

Figura 1 – Representação da atividade no campo da cultura na remuneração total (indivíduos)



Fonte: OBaC, 2021.

Mas esse cenário mudou nos últimos anos. E podemos começar a expressar essa mudança a partir da Lei Aldir Blanc.

Com relação ao papel de uma política pública de cultura na Baixada Fluminense, cabe fazermos uma ressalva e chamar a atenção. Antes da pandemia do Covid-19, todos os grupos culturais até então visitados apontavam para um problema crucial, que seria a ausência do poder público na consolidação de políticas públicas específicas para a área, na contribuição com a infraestrutura necessária e em uma participação mais efetiva. Neste ponto, cabe lembrarmos o que nos diz Calabre (2005):

Por política pública cultural estamos considerando o planejamento e a execução de um conjunto ordenado e coerente de preceitos e objetivos que orientam linhas de ações públicas mais imediatas no campo da cultura. Nesse caso, especificamente, não estamos trabalhando com questões ligadas à participação de outros atores políticos que não sejam os da esfera estatal (*s/p*).

Mas tivemos algumas vozes dissonantes. Em conversas com representantes do bloco “Esse não deixa furo”, uma das ações pesquisadas em Nilópolis/RJ, o coordenador falou que a manutenção financeira do bloco de carnaval independia do poder público, e estava muito mais associada aos pequenos e microempreendedores locais e das iniciativas de captação de recurso coletivas e internas no grupo: rifas e venda de camisas.

Algumas ações já receberam algum tipo de premiação ou financiamento por edital público, como o Festival Roque Pense, o Centro Cultural Donana, o Instituto Enraizados (Nova Iguaçu) e o cineclube Mate com Angu. Porém, para a maioria dos grupos e coletivos culturais visitados, a relação com o setor público não era favorável ao incentivo das culturais. Em algumas falas, o descaso por parte das secretarias locais ocasionou situações constrangedoras, por exemplo, no modo em que as ações eram tratadas antes e depois das eleições:

“O descaso é total com a Baixada Fluminense inteira. Eu tive 18 reuniões com um secretário de cultura de um município da Baixada. Foram 18 reuniões, de 3 ou 4 horas, pra tentar fazer uma gibiteca na cidade. Reuniões com sorrisos, tapinha nas costas e nada aconteceu. Já recebemos propostas indecorosas. Teve um prefeito que, quando viu o trabalho da Capa Comics, a primeira coisa que fez foi abraçar a gente, tirar uma foto e dizer “Olha, a gente tem 5 milhões pra vocês conseguirem através de um edital, mas vocês tem alguém com doutorado pra representar a Capa Comics?”. Entre os quadrinistas, nem o Mauricio de Souza, nem o Ziraldo tem doutorado. Quadrinistas

muitas vezes não tem nem faculdade (Capa Comics, roda de conversa em 2015).

Em se tratando de cultura inconformada ou de resistência, as duas Folias de Reis pesquisadas até o momento enfatizam que nunca esteve tão difícil colocar suas folias na rua, e que há é uma necessidade urgente de valorização desse tipo denominado de cultura popular e tradicional, principalmente tendo em vista uma possível extinção destas manifestações culturais.

Com a pandemia de 2020, o cenário devastador com cerca de 700 mil mortes conviveu paralelamente com o lançamento de duas leis emergências: a Lei Aldir Blanc (2020) e a Lei Paulo Gustavo (2002) – porém, regulamentada apenas em 2023.

3 LEIS EMERGENCIAIS DE APOIO À CULTURA NA BXD – LAB E LPG

O cenário das políticas culturais na Baixada Fluminense vai se modificar a partir de 2020. Com a regulamentação inicialmente da Lei Aldir Blanc (LAB) e, posteriormente da Lei Paulo Gustavo (LPG) um significativo aumento de volume de recurso direcionado exclusivamente para o campo cultural chega à Baixada Fluminense.

Quadro 1 – Execução da LAB nos municípios da Baixada Fluminense, na capital e no total dos municípios do estado do Rio de Janeiro em 2020/2021

Lei Aldir Blanc 2021 – Relatório de Execução Financeira – 31/12/2021				
LOCAL	REPASSE TOTAL	SALDO CONTA 2021	% EM CONTA 2021	% EXECUTADO 2021
Belford Roxo	3.105.581,00	236.000,00	7,6%	92,4%
Duque de Caxias	5.438.926,00	15.000,00	0,3%	99,7%
Guapimirim	424.844,00	1.000,00	0,3%	99,7%
Itaguaí	889.266,00	6.000,00	0,7%	99,3%
Japeri	713.539,00	26.000,00	3,6%	96,4%
Magé	1.587.842,00	220.000,00	13,9%	86,1%
Mesquita	1.194.081,00	9.000,00	0,8%	99,2%
Nilópolis	1.116.331,00	91.000,00	8,2%	91,8%
Nova Iguaçu	4.876.740,00	54.000,00	1,1%	98,9%
Paracambi	377.680,00	92,00	0,0%	100,0%
Queimados	1.039.659,00	8.000,00	0,8%	99,2%
São João de Meriti	2.885.732,00	3.000,00	0,1%	99,9%
Seropédica	570.915,00	46.000,00	8,0%	92,0%
Baixada Fluminense	24.221.136,00	715.092,00	3,0%	97,0%
Rio de Janeiro	39.392.683,00	44.200,00	0,1%	99,9%
Municípios Estado RJ	106.930.296,00	2.601.817,00	2,4%	97,6%

Fonte: Guerreiro, Borja, Reis Filho (2022).

De um cenário de guerra cultural, onde o campo da cultura junto com a educação tinha sido escolhido como inimigo do governo federal, e onde nem a política de balcão estava favorecendo os fazedores e fazedoras culturais da Baixada Fluminense, passamos para um cenário de editais públicos como uma política cultural de descentralização de recursos para o território. No segundo semestre de 2020, cerca de R\$ 24 milhões de reais são disponibilizados via chamada pública para as produções culturais da Baixada Fluminense. Após a prorrogação para utilização dos recursos em 2021, apenas 3% não foram utilizados. A título de comparação, a média nacional de utilização da LAB foi de 75%.

Se, por um lado, as gestões municipais tiveram que se adaptar a esse novo cenário, aprendendo a elaborar editais públicos para o campo cultural, realizar fiscalização de execução de projetos culturais e analisar as prestações de contas, as fazedoras e fazedores culturais da BXD tiveram que aprender imediatamente a trocar de plataforma – sair do presencial e ir para o virtual para realizar seus projetos culturais, aprender a elaborar propostas culturais, portfólios e prestar contas dos projetos.

A produção cultural que vinha sendo bombardeada pela guerra cultural, agora tinha recurso que podia ser acessado via edital. Se a política de edital pública não é a melhor forma de democratizar o recurso para toda(o)s fazedora(e)s culturais, não podemos esquecer que antes da pandemia, tais recursos eram inexistentes. Se hoje o debate é para avançarmos para outras modalidades de financiamento à cultura – premiação, renda cultural universal etc. – até há 5 anos não havia histórico de qualquer política cultural de financiamento à cultura na BXD, pois, no setor cultural da região, os investimentos geralmente aconteciam com a destinação de verbas para parques equipamentos públicos e eventos promovidos pelos governantes, deixando os artistas e demais agentes culturais sem o suporte e reconhecimento necessários. A honrosa exceção até então era o edital de fomento direto de 2008, da então Secretaria de Cultura e Turismo de Nova Iguaçu em parceria com o Ministério da Cultura. Na época foram destinados mais de R\$3 milhões para contemplar até 140 projetos, ficando marcado como o edital dos “Pontinhos de Cultura”⁷.

O reflorescer das produções culturais no território da Baixada Fluminense trouxe consigo novas perspectivas de se “viver de cultura”, mas, ao mesmo tempo, os grupos e coletivos culturais se viram na incerteza sobre o futuro.

⁷Mais informações sobre o projeto Escola Viva/Bairro-Escola, ver: <http://jovemreporter.blogspot.com/2008/05/vanguarda-cultural.html>.

Novas articulações no Congresso Nacional permitiram uma nova lei emergencial utilizando os recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA). Batizada como Lei Paulo Gustavo (LPG), a lei destinou cerca de 75% de recursos para o setor audiovisual e 25% para as demais linguagens artísticas.

Quadro 2 – Lei Paulo Gustavo: editais e valores investidos por município da BXD

Lei Paulo Gustavo na BXD – Editais						
MUNICÍPIO	EDITAIS PUBLICADOS EM 2023	VALORES UTILIZADOS	EDITAIS PUBLICADOS EM 2024	VALORES UTILIZADOS	TOTAL DE EDITAIS	TOTAL INVESTIDO
Belford Roxo	2	R\$ 3.800.294,89	2	R\$ 198.126,95	4	R\$ 3.998.421,84
Duque de Caxias	5	R\$ 6.335.919,68	–	–	5	R\$ 6.335.919,68
Guapimirim	3	R\$ 2.287.481,91	–	–	3	R\$ 2.287.481,91
Itaguaí	2	R\$ 1.104.863,33	2	R\$ 248.000,00	4	R\$ 1.352.863,33
Japeri	3	R\$ 847.408,41	2	R\$ 129.079,91	5	R\$ 976.488,32
Magé	3	R\$ 1.839.203,15	3	R\$ 605.282,85	6	R\$ 2.444.486,00
Mesquita	3	R\$ 1.457.537,22	–	–	3	R\$ 1.457.537,22
Nilópolis	2	R\$ 1.291.726,23	–	–	2	R\$ 1.291.726,23
Nova Iguaçu	8	R\$ 5.298.936,00	1	R\$ 750.000,00	9	R\$ 6.048.936,00
Paracambi	–	–	4	R\$ 501.238,06	4	R\$ 501.238,06
Queimados	2	R\$ 1.045.186,30	3	R\$ 972.625,82	5	R\$ 2.017.812,12
São João de Meriú	2	R\$ 3.510.385,87	2	R\$ 468.343,49	4	R\$ 3.978.729,36
Seropédica	2	R\$ 704.442,49	–	–	2	R\$ 704.442,49
Total	37	R\$ 29.523.385,48	19	R\$ 3.872.697,08	56	R\$ 33.396.082,56

Fontes: Guerreiro, Leite, Lima (2025).

Como pode ser visto no quadro 2, o valor total destinado pela LPG para a Baixada Fluminense é R\$ 9 milhões a mais do que o da LAB. Em entrevista com secretário de cultura de Nova Iguaçu e de Mesquita, pudemos observar que foi detectado pelas equipes das secretarias um aprendizado por parte da(o)s fazedora(e)s culturais, tanto na elaboração das propostas culturais, como na execução dos projetos. Isso, segundo os entrevistados, foi mais nítido em relação aos projetos relacionados à multilinguagens (todas com exceção do audiovisual), dada a experiência da LAB.

Retornando às conversas com alguns dos grupos e coletivos culturais, pudemos observar que o momento é de confiança sobre o curto e médio-prazo, principalmente após a regulamentação da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), em 2025, que torna a utilização do Fundo Nacional de Cultura através de editais públicos, uma ação perene.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação às perguntas colocadas como foco de análise para este trabalho, é

possível verificar que os descontentamentos citados pelos fazedores de cultura na Baixada Fluminense foram impulsionadores de projetos que visam uma cultura pela paz, para uma formação crítica e identitária, e que tornam a Baixada um local de desigualdade social visível, porém, não carente de cultura como muito vem sendo dito.

O relevante estigma que ainda permeiam estes municípios, e são recorrentes nas falas, fazem o produtor cultural enxergar que essa visão é preocupante. Contudo, também em suas narrativas aparecem expressões como: nada se muda se não se for a luta. Então, o estímulo de provocar mudanças por meio do fazer artístico, não unicamente pelo entretenimento, mas com vista a debater as desigualdades contribuindo com uma formação mais protagonista por parte da população passa a ser um viés norteador das ações até agora pesquisadas.

Descentralizar as políticas públicas de cultura no estado do Rio de Janeiro, conforme foi possível a partir das leis emergenciais e agora com a PNAB, parece ser a forma de começar a diminuir o fosso entre a produção cultural realizada a partir da Baixada Fluminense e a área central ou nobre da capital. Porém, ainda é um desafio que, ainda que nos últimos anos tenha tido avanços em se tratando de políticas públicas brasileiras, ainda são tímidos em direção à Baixada Fluminense.

A Baixada Fluminense não é homogênea e suas redes são complexas. Uma das características principais verificada nos objetivos dos grupos/ações culturais da Baixada estão relacionados ao propósito de combate a violência, de ocupação (tempo de lazer) dos jovens e de democratização do acesso à cultura e de oportunização de fruição dos bens culturais. Contudo, é importante ressaltar que isso não deve substituir o Estado no seu dever de garantir que a diversidade cultural seja valorizada em todos os seus aspectos, sem privilégios e com vista a garantir que espaços de formação artística, e outros equipamentos culturais sejam disseminados na região.

A dimensão simbólica, cidadã e econômica das práticas culturais na Baixada tem caracterizado uma região plural, que possui dificuldades, que não são peculiares da região, mas assumem certas visibilidades pelo estado que está inserida. Porém, já apresenta avanços significativos na condução quanto a resolução de seus desafios cotidianos, com características muito próximas da economia da cultura que precisa ser mais fomentada, para que os projetos passem a ter mais autonomia diante, é claro, de seus objetivos, da ação do Estado, e de modo a garantir que haja continuidade e melhorias em seus projetos, com vista a um financiamento próprio, também.

Essas novas estruturas de financiamento, as possibilidades de sustentabilidade

articulada às ações da Economia Solidária e a busca por ampliação da participação da juventude nas ações culturais são desafios que até o momento as rodas de conversas não puderam responder. E, são desafios que ainda serão abordados no desdobramento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Nielsen. Escravidão, liberdade e pós abolição no Sertão Próximo do Rio de Janeiro. **Revista Outros Tempos**, vol. 10, n.15, 2013, p. 207-224.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: um histórico. Anais do **I ENECULT (Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura)**. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

CERTEAU, M.A. **Invenção do cotidiano I: as artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994

ENNE, Ana Lúcia Silva. “**Lugar, meu amigo, é minha Baixada**”: Memória, representações sociais e identidades. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002 (Tese do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional).

FACINA, Adriana. **Sobreviver e sonhar**: reflexões sobre a cultura no Complexo do Alemão. Disponível em: http://oicult.blogspot.com.br/2013/10/sobreviver-e-sonhar-reflexoes-sobre_21.html?m=1. Acesso em 15 de setembro de 2025.

FERREIRA, Flávia. Vanguarda cultural: Nova Iguaçu é a primeira cidade do Rio de Janeiro a lançar edital para Pontinhos e Fundo Municipal de Cultura. **Blog Jovem Reporte**. Disponível em: <https://jovemreporter.blogspot.com/>. Acesso em: 05 set. 2025.

GOFFMAN, Erving. **Estigma - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Ed. LTC. 1988.

GOLIN, Tau. **Os cotistas desagradecidos**. Portal Geledés, 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/os-cotistas-desagradecidos/>. Acesso em: 06 out. 2025.

GONÇALVES, Marco Antonio; HEAD, Scott (Org.). **Devires imagéticos**: a etnografia, o outro e suas imagens. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. 308 p.

GUERREIRO, João; BORJA, Bruno; BARBOSA FILHO, Utanaan. Dois anos de pandemia na cultura da Baixada Fluminense (RJ): Lei Aldir Blanc nos municípios da região em 2020 e 2021. In: **XVIII ENECULT (Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura)**. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022, s/p.

GUERREIRO, João; LEITE, Stephanie; LIMA, Bruno. Retomada, reconstrução e resistência: a Lei Paulo Gustavo na Baixada Fluminense. In: **Anais XIV Seminário**

Internacional de Políticas Culturais. Fundação Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2025, sp.

HERALDO, HB. **O cerol fininho da Baixada:** histórias do cineclube Mate com Angu. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2013.

OBSERVATÓRIO Baixada Cultural (OBaC). **Pesquisa impactos da Covid-19 na economia criativa da Baixada Fluminense:** IFRJ/UFRRJ [Recurso eletrônico] / Coords. João Guerreiro, Bruno Borja [s.l.]: Observatório Baixada Cultural, 2021, 58 p.

OLIVEIRA, Inês. Aprendendo nos/dos/com os cotidianos a ver/ler/ouvir/sentir o mundo. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 98, p. 47-72, jan./abr. 2007

PROXIMO, Brasil. **Mapeamento de Grupos Criativos da Baixada Fluminense.** 2015. Disponível em: <https://arthurwilliam.com.br/blog/mapeamento-cultural-dos-grupos-criativos-da-baixada-fluminense/>. Acesso em: 23 set. 2023.

RANCIÈRE, Jacques. **A Partilha do sensível:** estética/ política. Exo Experimental. 2005.

RUBIM, Antônio Albino Canelas (org.). **Políticas culturais na Bahia contemporânea.** Salvador, EDUFBA, 2014. 251 p.

SANTOS, B.S. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. *In:* SANTOS, B.S. (Org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 427-462.

SILVA, Lucia H. De Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense: leitura de um território pela História. *In:* **Recôncavo: Revista de História da UNIABEU**, Vol. 3 N.º 5 jul. dez. 2013, p. 47-63.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.

A CENA AUDIOVISUAL BXD: DESLOCAMENTOS IMBÓLICOS E CRIAÇÃO DE NOVOS SENTIDOS DE TERRITÓRIO

THE BXD AUDIOVISUAL SCENE: SYMBOLIC DISPLACEMENTS AND THE CREATION OF NEW SENSE OF TERRITORY

Adriana Carneiro de Souza^A

 <https://orcid.org/0000-0002-2447-3684>

Correspondência: ascarneiro@ufrj.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Beatriz Akemi Takeiti^B

 <https://orcid.org/0009-0003-2847-0787>

Correspondência: biatakeiti@medicina.ufrj.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

DOI: 10.12957/cdf.2025.94278

Recebido em: 22 set. 2025 | **Aceito em:** 18 nov. 2025

RESUMO

Este artigo debate a representação única de noção de “periferia” e investiga o impacto da prática coletiva na produção de subjetividades junto a sujeitos que atuam em cineclubes na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter cartográfico, selecionou os coletivos artísticos Mate com Angu e Buraco do Getúlio. A partir da realização de entrevistas biográficas, foram empreendidas análises de conteúdo (Bardin, 2011), a partir do qual analisamos os deslocamentos semânticos dos sentidos de periferia presentes nos discursos dos interlocutores. As diferenças na formação histórica nos municípios da Baixada Fluminense geraram cenários múltiplos desde territórios extremamente periferizados, passando por elites econômicas locais até vastas reservas naturais. Apesar desta diversidade, do ponto de vista da representação midiática, vemos a preponderância de narrativas operadores de estigmatização sobre este território e seus sujeitos. Nesta pesquisa, entretanto, os interlocutores parecem ilustrar os deslocamentos semânticos dos sentidos de periferia a partir da experiência coletiva em seu território, vendo-se enquanto sujeitos ao centro de uma produção simbólica e não à margem.

Palavras-chave: Baixada Fluminense; cineclubes; território; periferia; produção de subjetividades.

^AMestre e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS/UFRJ. Especialista em Linguagens Artísticas, Cultura e Educação pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ. Bacharel em Estudos de Mídia pela Universidade Federal Fluminense - UFF.

^BMestre e Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP. Professora da Faculdade de Medicina e do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS, ambos na UFRJ.

ABSTRACT

This article discusses the creation of a singular representation of the "periphery" and investigates the impact of collective practice on the production of subjectivities among individuals involved in film clubs in the Baixada Fluminense region of Rio de Janeiro. The research, which takes a qualitative and cartographic approach, selected artistic collectives that operate as film clubs, particularly Mate com Angu and Buraco do Getúlio. Through biographical interviews, content analyses were conducted (Bardin, 2011), through which we analyzed the semantic shifts in the meanings of "periphery" present in the participants' discourses. The historical differences in the formation of the municipalities of Baixada Fluminense have led to a range of scenarios, from extremely marginalized areas to local economic elites and vast natural reserves. Despite this diversity, media representations often perpetuate stigmatizing narratives about this region and its people. However, in this research, the participants seem to illustrate the semantic shifts in the meanings of "periphery" through their collective experiences in their territory, seeing themselves as central to symbolic production rather than marginalized.

Keywords: Baixada Fluminense; film clubs; territory; periphery, production of subjectivities.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a atividade cineclubista se apresenta como um movimento cultural organizado com forte presença em diferentes épocas. Muitos aspectos relevantes deste movimento cultural podem ser analisados profundamente à luz dos estudos sociais. A função desempenhada pelos cineclubes na formação de uma geração de jovens nos anos 50 e 60, as potencialidades da relação entre o cineclubismo e a educação, a formação de público para o cinema e força de sua expressão contra-hegemônica e, por que não, contra-coloniais, são questões relevantes que já vem sendo aprofundadas em diversos estudos sobre o tema.

Este artigo, entretanto, busca compreender como tal prática se inscreve na constituição de sentidos de território para os sujeitos que performam práticas cineclubistas na Baixada Fluminense, reposicionando o estigma de “periferia” sobre um território social e historicamente tensionado. Importa-nos problematizar a gênese de seu estigma de “periferia” a partir de constituição histórica, extensiva exploração, sua relação de dependência com a capital e ainda o uso político deste território que ocasionou o que chamaremos de “produção da periferização”. Assim, retomaremos a constituição do território da Baixada Fluminense a partir das heranças coloniais e seus efeitos para problematizar o cenário sobre o qual se produzem os cineclubes. A partir do mapeamento

atual da prática de cineclubes no território, com a breve apresentação do contexto de surgimento dessas iniciativas, debateremos, a partir de entrevistas, o reposicionamento do sentido de periferia experienciado pelos sujeitos que performam os cineclubes Cineclubes Mate com Angu, fundado em 2002 no município de Duque de Caxias e o Cineclubes Buraco do Getúlio, fundado em 2006 na cidade de Nova Iguaçu, presentes na Baixada Fluminense.

Os cineclubes são atividades públicas e abertas. Ao fornecer uma programação alternativa em relação as salas de cinemas comerciais, promover a disseminação do cinema e estimular o encontro, os cineclubes na Baixada Fluminense colocaram-se como um lugar onde as narrativas audiovisuais extrapolaram seu sentido de representação simbólica.

2 TERRITÓRIO, HISTÓRIA E PRODUÇÃO DA PERIFERIZAÇÃO

A Baixada Fluminense como a conhecemos hoje é fruto de um processo sócio-histórico de exploração para a produção de riqueza durante todo o período colonial. Originariamente terra do povo Jacutinga, o território pantanoso foi tomado pela Coroa e dividido em freguesias entregues a marqueses, barões e comendadores que encontraram no trabalho escravo uma rentável forma de exploração para a produção de açúcar e aguardente. Sendo uma região pantanosa e composta por mangues, pouco do território era fértil e produtivo foi destinado à agricultura comercial. O território passa desde então a se desenvolver em relação aos eixos de produção e escoamento para a capital carioca.

Em uma genealogia da violência na Baixada, José Cláudio Souza Alves (2020) nos apresenta a formação histórica do território, a qual segundo o autor, se desenvolveu a partir de um modelo baseado na agricultura e na passagem. A posição estratégica da Baixada Fluminense, entre a capital e as planícies, que caracterizou a riqueza da região nos séculos XVII e XVIII, foi ao mesmo tempo um dos fatores responsáveis pela sua derrocada econômica, a partir da segunda metade do século XIX.

Entre 1600 e 1800, a Baixada Fluminense possui portos próprios em função do escoamento da produção de cana de açúcar e já possuía pequenos povoados. O território estava localizado em uma posição estratégica entre a sede da monarquia, o ouro em Minas Gerais e o café em São Paulo. Este dado veio a influenciar drasticamente o destino da Baixada Fluminense que, após o declínio do Ciclo da Cana, se torna território de

passagem para a circulação do ouro por via terrestre. De acordo Alves (2010), esta não será a primeira vez que o poder do capital determina a fisionomia da região. Como veremos à frente, novos caminhos foram construídos por articulação de proprietários e comerciantes em uma via de mão dupla entre proporcionar agrado ao império e incluir suas próprias fazendas nas rotas de comércio terrestre. Com o passar do tempo, esta articulação se estende à criação de subnúcleos de poder político com objetivo de determinar indicações para diferentes esferas, como por exemplo na organização das Câmaras e distribuição de novos títulos de nobreza. De acordo com Alves, “estabelecia-se as raízes de um coronelismo poderoso, capaz de se renovar e se perpetuar ao longo da história da Baixada” (Alves, 2010, p.88).

Ainda que este território tenha servido estrategicamente para os interesses econômicos em função da produção e a circulação de riquezas entre séculos XVI e XVIII, o território foi paulatinamente excluído das políticas de desenvolvimento urbano enquanto seu sentido produtivo era esvaziado.

Em 1854 é inaugurada a primeira estrada de ferro do Brasil, construída com os esforços do Barão de Mauá para ligar seu próprio porto a outras fazendas. Este é o estopim para novos ambiciosos empreendimentos ferroviários que visavam ligar o porto da cidade do Rio de Janeiro diretamente à produção cafeeira nos planaltos mineiros e paulistas, desta vez subsidiados pelo Imperador. É construída então a Estrada de Ferro D. Pedro II (Central do Brasil). As ferrovias reduziam o tempo de deslocamento, entretanto, excluía de suas rotas as vilas e portos criados a partir da exportação de cana de açúcar e da circulação terrestre do ouro. O Rio de Janeiro crescia e se modernizava com as ferrovias, não necessitando mais dos portos da Baixada Fluminense. A chegada da estrada de ferro transformou completamente o cenário dos ciclos anteriores.

Após a abolição da escravatura e o fim do Império, as elites locais vinculadas à produção agrária de cana e café e/ou atravessamento desses produtos ficam economicamente abaladas. Esse declínio se dá em função de um conservadorismo político-econômico que somente concebia lucratividade a partir da escravização de pessoas negras e asiáticas, uma vez que os homens livres que atuavam como meeiros não haviam por que trocar a agricultura para fornecer trabalho assalariado. Assim, os proprietários das fazendas deixam o território colocando à venda seus terrenos fracionados ou abandonando-os como latifúndios improdutivos. Os terrenos fracionados passam a pertencer a pequenos comerciantes, barraqueiros e atravessadores e também

passam a ser ocupados por homens livres que, nas décadas seguintes, lutarão em movimentos camponeses pela posse de terras improdutivas.

Se de um lado, o território se torna estratégico com o estabelecimento de caminhos e estradas¹ que reduzem drasticamente o tempo de descolamento entre o interior mineiro, a planície paulista e a capital, no final do século XVII e início do século XVIII, por outro lado, o torna absolutamente dependente da capital e da evolução político-econômica do sistema de transportes. Neste sentido, o marco foi a construção da Estrada de Ferro do Brasil em 1854. Ao ligar diretamente os planaltos mineiro e paulista ao Porto Mauá conforme os interesses do império, este empreendimento dá início a um processo de exclusão do Porto Estrela, as vilas e negócios locais da rota político econômica então vigente.

Entretanto, não foi apenas esta a crise que levou a Baixada Fluminense à “idade do pântano”. Havia na Baixada também um forte movimento contra abolicionista, que compreendia a crise econômica como fruto da abolição e da necessidade do cumprimento obrigatório das leis de emancipação. Apesar dos projetos progressistas propostos por alguns setores no Congresso Agrícola de 1878 que propunham reformas nos modelos agrícolas para que pudessem abandonar as práticas manuais, obsoletas e predatórias utilizadas neste momento, havia ainda uma classe de senhores “agarrados às relações escravistas”, detentores de um “conservadorismo vesgo”, que à beira do abismo, preferiu assistir à própria derrocada política e econômica que abandonar um modelo de produção agrícola desumano e predatório (Alves, 2020, p. 99). Se forma um novo ciclo, último e derradeiro suspiro no sonho do desenvolvimento agrário, que por não prover o desenvolvimento urbano e sanitário, levou à morte milhares de homens, mulheres e crianças por cólera e malária. Entre 1880 e 1940, o sonho que já nasce decadente de ser a “Califórnia Brasileira” explorou a terra e a população para agricultura de laranja até que a “praga do mediterrâneo” chegasse. Alves nos diz que o resultado de trezentos anos de exploração é a exaustão da terra e uma população formada por trabalhadores rurais pessoas escravizadas que não detinham nenhuma propriedade e que eram, portanto, espremidos entre os latifúndios, o pântano e as plantações (Alves, 2020). É a partir da fase agrícola da fruticultura que se iniciam as principais mudanças que derivam no rápido

¹Alves (2020) aponta, como exemplo, o Caminho Novo, ou Caminho do Pilar, construído por Garcia Rodrigues Paes, o Caminho de Inhomirim construído por Bernardo Soares de Proença e Caminho do Tinguá, por Pedro Dias Paes Leme e a estrada do Comércio, construída pela Junta Real do Comércio. Todos estes caminhos eram colocados à serviço da Coroa que, em troca, explorava exclusivamente o caminho e até mesmo a doação de sesmarias.

fracionamento de terras e em um processo de valorização dos terrenos. A maior expressão produtiva da citricultura se encontrava em Maxambomba,² como era então chamado o território que hoje pertence ao município de Nova Iguaçu. Esta fração do território sofre uma intensa modernização neste período, com a construção de casas, ruas e estradas, bem como a criação de infraestrutura urbana, como por exemplo canalização para água e esgoto, iluminação pública, praças e até hospitais. Tal processo de modernização e urbanização resultaria da necessidade de sustentação à emergente elite produtora e detentora dos laranjais, seu a comércio e indústria (Alves, 2020, p. 103).

A fase do “sonho laranja” trouxe ainda alguma prosperidade econômica para a região, neste momento em decadência. De acordo com Alves (2020), trabalhadores assalariados atuavam não somente nos pomares, mas principalmente no transporte e nos serviços secundários, tais como tratamento, acondicionamento e produção de caixas. Embora houvesse esforços políticos e investimentos para a modernização e urbanização na região que hoje pertence em maior parte ao município de Nova Iguaçu, o mesmo não se passava no restante da Baixada Fluminense. Nos demais territórios, a concentração de terras para “latifúndios e reserva especulativa” (2020, p. 104) mantinha os trabalhadores rurais vinculados às terras pela sua própria produção e moradia, sem qualquer direito ou controle sobre as atividades econômicas. Assim, no início da II Guerra Mundial, quando morre o “último suspiro agrário” da Baixada Fluminense, o fracionamento das terras, ou seja, o loteamento, se torna o principal caminho a ser seguido. Os territórios que hoje conhecemos como os municípios de Nilópolis, São João de Meriti e uma parte do Município de Duque de Caxias foram os primeiros a experienciar o loteamento como forma de transformação urbana que respondia não somente as necessidades da população ali residente, mas também aos interesses políticos de uma capital em construção.

No início do século XX, a Baixada serviu para “aliviar” a pressão demográfica da cidade do Rio de Janeiro, que sofria com as remoções da gestão do prefeito Pereira Passos. A população de Meriti, como o território era chamado até os desmembramentos da década de 1940, explodiu quase 300% entre 1920 e 1940. A velocidade deste crescimento populacional provocou o fracionamento e loteamento de propriedades rurais para habitação. A partir dos anos 30, o território atravessou uma intensa e desordenada experiência de urbanização (Alves, 2020).

²Futuro município de Nova Iguaçu

Em 1941, 58% da população de trabalhadores rurais, em sua maioria tinham algum grau de parentesco com os donos da propriedade, que encontraram no êxodo rural a saída para a falta de condições e o desinteresse dos proprietários em promover melhorias e investimentos que poderiam salvar as lavouras das inundações e o solo da degradação causado pelo uso ostensivo do solo, o desmatamento e as queimadas. Um século antes, em 1840, 62% da população de todo território correspondia à população escravizada (Alves, 2020, p. 85). Vê-se então, que o trágico destino de “faixa periférica” da capital carioca foi historicamente construído. Mas mesmo uma história construída em função do capital é feita por pessoas. Não os heróis, os comendadores, os barões, coronéis e os deputados. A história da Baixada Fluminense é feita por homens e mulheres escravizados da África e da Ásia, quilombolas, homens livres que se apossaram de propriedades improdutivas para subsistência, imigrantes nordestinos e pessoas removidas dos morros e favelas ao custo da urbanização da cidade do Rio de Janeiro.

3 BAIXADA, BF, BXD: DO SONHO COLONIAL AO ESTIGMA DE PERIFERIA

Figura 1 - Mapa da Baixada Fluminense



Fonte: Mapeamento dos Grupos Criativos na Baixada Fluminense. Projeto Brasil Próxima Estação Baixada: Pontos de Partida. 2015.

Marlúcia Santos, Ana Lucia Enne e André Santos Rocha (2020) travaram importantes considerações acerca das narrativas que modificaram a representação deste território ao longo da história. Seja através dos primeiros esforços memorialistas de tom ufanista e heróico de um passado colonial, seja através de estudos ancorados em dados e metodologias sobre a exploração econômica e a ocupação humana que denunciaram uma

realidade de extrema vulnerabilidade e pobreza, incomodando o poder público e as elites locais (Santos, 2014). Ou ainda, como veremos, uma representação midiática do fim dos anos 1980, que explora a pobreza, a violência e a morte até o limite da humanidade, mas que, a partir dos anos 1990, retoma um lugar de esperança com o direcionamento de investimentos públicos e privados para a transformação e modernização deste território (Enne, 2013).

Segundo Santos (2014), os pioneiros dados acerca do território são “memórias e relatos de viajantes que descrevem a geografia, a organização administrativa e religiosa das freguesias e o cotidiano encontrado” (Santos, 2014, p. 21). Segundo a pesquisadora, é na obra *Memória da Fundação de Iguaçu* que se encontra a primeira sistematização acerca de “uma historiografia” realizada pelo memorialista iguaçuano José Maia Forte, publicada junto a Polyanthéa Comemorativa do Primeiro Centenário do Município de Nova Iguaçu³. As publicações centravam a perspectiva histórica em memórias da fundação da Vila Iguaçu, descrições de caminhos do ouro das estradas, imagens comparativas que demonstravam a evolução dos distritos, inaugurações e ainda no registro e exaltação os interventores federais da era Vargas e outras figuras públicas da elite local, personificados como líderes de um movimento de progresso fruto de um glorioso passado colonial (p. 22, 2014). Tal perspectiva persiste nas obras dos memorialistas que, ainda nas décadas seguintes, elaboram “uma História para São João de Meriti e Duque de Caxias”.

Concomitante aos esforços dos Guardiões da Memória de Nova Iguaçu⁴ que buscavam a constituição de arquivos históricos a partir do colecionamento de documentos históricos e publicações, a partir de 1950 iremos encontrar, pesquisas lideradas por geógrafos ligados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tais pesquisas davam à utilização de metodologias de pesquisa e de apresentação de dados, centrando-se em análises que consideravam as condições ambientais, as bases econômicas, o processo de transição rural-urbano pelo qual o território passou e ainda sua incorporação à sua incorporação como cédula urbana da metrópole, que caracterizam o processo de periferização da baixada. Segundo Santos (2014), a contribuição dos geógrafos, entretanto, era vista como uma leitura “de fora”, externa ao território. Embora a publicação da obra o memorialista Waldick Pereira tenha tentado estabelecer diálogo com

³O município de Nova Iguaçu foi fundado em 1933.

⁴Grupo notadamente representado por Rui Afrânio Peixoto, Waldick Pereira e Ney Alberto. Ver Santos, 2014.

a produção científica com a publicação de “Cana, Café e Laranja”, em 1977, as pesquisas acadêmicas não faziam sucesso entre os memorialistas. De acordo com a autora, tal perspectiva não estaria alinhada aos interesses de exaltação da Baixada Fluminense e dos honoráveis nomes da política local. Nota-se então que se trata de um início de uma disputa acerca da representação do território da Baixada Fluminense.

Nas décadas de 1970 e 1980, o que se viu foi o aumento da produção de novos estudos, pesquisas e levantamentos de dados no ambiente acadêmico, que tiveram impacto, inclusive na criação de planos diretores das cidades. Mas para além da contribuição desses estudos na transversalização das análises sobre o território, estes ainda traziam outro importante impacto: o de compreender a Baixada Fluminense como uma região composta de vários municípios cuja história não poderia ser compreendida isoladamente e tampouco desassociada de sua relação com a produção da metrópole carioca (Santos, 2014).

Ainda de acordo com Santos (2014), durante os anos 1980 e 1990, as pesquisas sobre a Baixada Fluminense ganharam expressão em diferentes instituições. Em 1990, professores e alunos da extinta Faculdade de Educação de Duque de Caxias – FEUDUC criaram a Associação de Professores e Pesquisadores de História da Baixada Fluminense - APPH-Clio e o Centro de Memória e Documentação da História da Baixada Fluminense fortalecendo um trabalho de pesquisa e memória que torna possível um olhar múltiplo e profundo que se debruça sobre causas específicas, ampliando e aprofundando o conhecimento que se tinha até então: os movimentos sociais, a luta rural e a mobilização camponesa, as disputas políticas e a violência local, a formação de grupos de extermínio o escravismo e a resistência Quilombola, atuação da Igreja Católica e a trajetória de sujeitos ganham espaço e trazem novos dados. Uma representação múltipla da Baixada Fluminense se tornou possível: não apenas a Baixada Histórica, rural, agrária, colonial e heróica e tampouco somente espaço de intensas disputas políticas, miséria e fome. O território passou a ser compreendida de maneira complexa, com a emergência de discussões que problematizam os aspectos que a constituíram no seio de uma lógica de periferia.

Trata-se também de um período no qual tem-se início uma série de investimentos de revitalização e integração da Baixada Fluminense à capital carioca, após décadas de abandono. A inauguração da Linha Vermelha, finalmente concluída em 1994, a construção dos shoppings centers e o anúncio de investimentos públicos e privados na região (Enne, 2013). Este período coincide com a realização do seminário “Baixada

Fluminense: Povo, Cultura e Poder”, que realizado em 1995 pelo Observatório de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da UFRJ, apresentou o “Mapa da exclusão Social da Baixada Fluminense”. É partir da década de 1990 que se iniciam políticas de revitalização do território, após duas décadas de denúncias da imprensa, das organizações sociais e das instituições de pesquisa que expunham a dolorosa constatação de uma das maiores escolas eleitorais do estado do Rio de Janeiro era, na verdade, um território terrivelmente periferizado e abandonado pelo poder público - “cidades dormitório” que serviam não somente como local de desova, com cemitérios clandestinos nos quais se ocultavam os dados gritantes de homicídios⁵, mas também ovo da serpente da formação dos grupos de extermínio que até hoje nos assolam.

Para a pesquisadora Marlucia Souza Santos (2014), historiadora e autora de *Escavando o Passado da Cidade: História Política da Cidade de Duque de Caxias*, o processo histórico de formação deste território tem em sua gênese a dicotômica presença dos interesses de grupos dominantes locais que estavam subordinados aos núcleos centrais de poder e detinham o controle do aparelho burocrático e, ao mesmo tempo, a ocupação popular composta pelos lavradores pela terra e a população que lá permaneceu ao êxodo da classe média e que compunham os movimentos sociais (Santos, 2014, p. 19):

É o retrato de uma periferia, mas não uma periferia qualquer, mas de uma periferia do principal porto de escoamento de ouro do planalto mineiro do século XVIII, do centro político do Império e da república até os anos 60 (Santos, 2014, p. 18).

Apesar de se tratar de uma análise centrada na formação histórica da cidade de Duque de Caxias, a reflexão desta autora pode ser estendida à formação do território da Baixada Fluminense, ainda que em diferentes temporalidades e níveis. Santos considera que analisar este território implica em “problematizar as condições de sua construção” e considerar a relação dualista entre o moderno e o arcaico e mapear as forças e relações e grupos que disputaram e disputam o poder local (Santos, 2014, p. 20).

⁵Segundo Alves, ao final da década de 1970, a ocultação de cadáveres pode inclusive ter causado impacto na suposta redução da mortalidade no território, uma vez que não havia modos de se fazer a localização, identificação da vítima, de sua causa mortis, fazendo desta forma com que o crime não entrasse para cômputo de homicídios locais. (Alves, 2020, p.193).

4 CINEMA E RESISTÊNCIA NO RECÔNCAVO DA GUANABARA

A produção cultural na Baixada Fluminense vem sendo mapeada e debatida através de estudos e projetos vinculados às instituições de ensino superior localizadas no território. Podemos encontrar, por exemplo, nas pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós graduação em Cultura e Periferias Urbanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/FEBF, localizada em Duque de Caxias, alguns estudos que já dimensionam a produção cultural no território, como por exemplo o artigo “Táticas do cinema de guerrilha da Baixada para transitar entre o Popular e o artístico” da Profa. Dra. Liliane Leroux e a pesquisa "De dia formiga, de noite na farra: articulações de uma Baixada Cultural", de Leonardo Onofre. Além disso, podemos mencionar o NuVISU – Núcleo de Estudos Visuais em Periferias Urbanas voltado para a pesquisa, desenvolvimento e produção de material audiovisual e multimídia da FEBF. O Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ, campus Nilópolis, possui um importante papel no monitoramento da produção artística na Baixada Fluminense nas esferas simbólica, política e econômica. Não menos importante, encontramos o Observatório Baixada Cultural (OBaC), criado em 2020, através de uma parceria entre o IFRJ, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ e pesquisadores independentes que atuam sobre o território da Baixada Fluminense.

Com base nos dados que encontramos hoje, não é difícil constatar que Baixada Fluminense fervilha cinema. Seja sob a forma de um cinema de resistência, cinema de guerrilha, seja sob a forma de criação de espaços de formação e exibição, são fartas as informações encontradas acerca das experiências audiovisuais produzidas no território. Não apenas na forma cineclubista, mas também a produção audiovisual. Em 2016, produtores e realizadores fluminenses publicaram o Manifesto Baixada Filma⁶, no qual reivindicam a criação urgente de políticas públicas que dessem conta da intensidade e da pluralidade da produção audiovisual do território. O manifesto assinado por agentes culturais e cineastas locais denuncia a urgência do reconhecimento deste território como um importante polo de produção audiovisual no estado do Rio de Janeiro. São exemplos desta história, a criação da Escola Livre de Cinema em Nova Iguaçu, o Festival Iguaçine em suas diferentes edições, o Edital LabCurta⁷, a criação da Escola de Cinema do grupo

⁶O manifesto pode ser encontrado no site <http://baixadafilma.com.br>

⁷O LabCurta foi um edital realizado através de realizado da produtora Memory Audiovisual, com o patrocínio da Light através da Lei do ICMS de Incentivo à Cultura, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa - SESeC RJ entre os anos 2019 e 2020.

EncontrArte, a intensa produção de filmes do coletivo Mate Com Angu e finalmente, a recente criação do curso de Licenciatura Plena em Cinema e Audiovisual, fruto da luta histórica das professoras da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (Febf) em Duque de Caxias. Como última e mais recente expressão, mencionamos ainda o lançamento do longa metragem “Amuleto” de Igor Barradas que revisita a produção do filme “O Amuleto de Ogum” de Nelson Pereira dos Santos de 1974. O longa representa a justamente a tese que defendemos aqui: a baixada fluminense é cenário, mas não apenas – produz cinema como ato político contra todas as probabilidades.

Os cineclubes são diversos na região. De acordo com Souza (2025), em 2025, foram encontrados cineclubes em atividade em nove dos treze municípios que compõe a Baixada Fluminense:

1. Belford Roxo

Cineclube Donana fundado em 2009 com ajuda de voluntários moradores da região. Em seu primeiro ano de funcionamento realizou cerca de 200 exhibições gratuitas para o público adulto e infantil com o Cineclubinho Donana.

Cineclube Velho Brejo criado em decorrência da ausência de salas de cinema na cidade. Foi fundado por membros do BaixadaCine junto a professores do IFRJ, em 2018 e tem como sede o Instituto de Cinema e Artes BaixadaCine. O nome “Velho Brejo” remete a antiga fazenda que deu origem à cidade.

2. Nilópolis

Cineclube Ankito fundado em 2006, dedica-se a promover sessões seguidas de debates com abordagem multidisciplinar na sede do Instituto Federal do Rio de Janeiro – Campus Nilópolis e segue ativo, reunindo estudantes, professores, técnicos do IFRJ e a comunidade ao redor. Ao longo de quase duas décadas, o cineclube já realizou cerca de 100 sessões.

Cineclube Raízes Nilopolitanas nasce como símbolo de transformação, resistência e futuro. Inspirado pela paisagem real da Baixada Fluminense, conecta a arte ao cotidiano e à cultura de Nilópolis. É idealizado e produzido pela produtora independente Malice Produções Culturais.

3. Queimados

O **Cine Marapicu** é um cineclube fundado em 2007, com o objetivo de suprir a ausência de salas de cinema na região e democratizar o acesso cinema. Idealizado pelo ator e produtor cultural Leandro Santanna, o projeto busca oferecer à comunidade local uma programação cinematográfica diversificada e gratuita, na sede do Espaço Cultural Queimados Encena.

4. Nova Iguaçu

Cineclube Xuxu Com Xis, fundado em 2012, surgiu como um espaço de aprendizado sobre cinema, produção e exibição, compartilhando experiências com a comunidade. O nome é uma homenagem à rua onde está localizada a sede do cineclube – conhecida como “Rua do Xuxu”. A primeira exibição ao ar livre aconteceu em Queimados, em uma praça pública, e desde então o grupo tem promovido exibições em Nova Iguaçu, Belford Roxo, Nilópolis, Duque de Caxias, São Gonçalo, Paracambi e outras localidades. Os filmes exibidos são de realizadores independentes, com representatividade de narrativas negras, femininas e periféricas.

Cineclube Facção Feminista é um coletivo formado por mulheres da Baixada Fluminense fundado 2016 por Sassá de Souza, Bia Pimenta, Nicole Peixoto e Ana Paula Peixoto, durante o Laboratório de cultura antissexista do coletivo Roque Pense. O cineclube é apresentado como uma rede de colaboração criativa independente e horizontal, com a intenção de exibir filmes de temática feminina (preferencialmente dirigidos por mulheres), ser espaço de formação feminista e estímulo de produção de conteúdo por mulheres.

Cineclube Buraco Do Getúlio foi fundado em julho de 2006 como uma intervenção urbana multimídia conectando cinema, poesia, performance, música e exposições. Desde então, o “Buraco” se articula através da exibição de curtas-metragens e da abertura de espaço para intervenções artísticas: as sessões são organizadas de maneira semelhante ao pré-cinema, em que a experiência cinematográfica é fragmentada e atravessada por diferentes intertextos e linguagens. Desde 2017, é realizado na Praça dos Direitos Humanos. Até o ano de 2022, o cineclube Buraco do Getúlio já havia realizado 207 sessões.

5. São João de Meriti

Cinema de Guerrilha da Baixada foi criado em 2011. As sessões aconteciam no bar do Caramujo, em São João de Meriti. Por estar localizado na beira da rua, contava com diferentes perfis de espectadores, como trabalhadores, que davam uma pausa na volta para casa e assistiam um pouco do que estava sendo exibido.

Gericine - Cinema Ao Ar Livre que promove exhibições cinematográficas gratuitas ao ar livre no Parque Natural do Gericinó. No primeiro ciclo de exhibições, a curadoria recebeu mais de 300 filmes inscritos para exhibição, dos quais foram selecionados 12 curtas-metragens que melhor representassem a diversidade do audiovisual contemporâneo brasileiro.

6. Duque de Caxias

Cineclube Mate Com Angu nasceu em 2002 na Baixada Fluminense a partir do desejo de provocar a produção/exibição de imagens e suas reverberações na realidade e no modo de vida da região. O grupo atua em três frentes distintas e interligadas no terreno do Audiovisual: exhibição, produção e formação. As sessões tiveram início no Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias e passaram a ser realizadas na Sociedade Musical Lira de Ouro, até a fundação do espaço Gomeia Galpão Criativo em 2015. O nome do cineclube é uma homenagem à Professora Armanda Álvaro Alberto que fundou, em 1921, a Escola Proletária de Meriti – hoje Escola Municipal Dr. Álvaro Alberto. A escola, que também foi chamada de Escola Regional, tinha orientação progressista. A expressão “mate com angu”, que foi durante anos uma conotação pejorativa, ganhou novo significado com as sessões regulares gratuitas promovidas pelo grupo.

Cineclube Imbariê nos Trilhos fundado em 2017, o cineclube é fruto da iniciativa de estudantes de cinema, artistas e movimentos sociais locais. O grupo se organizou para ocupar a Casa Brasil e a Biblioteca Pública de Imbariê, equipamentos culturais negligenciados na região, com o objetivo de manter esses espaços em pleno funcionamento e democratizar o acesso ao cinema, proporcionando entretenimento e promovendo debates sobre questões relevantes para a comunidade até 2024, o cineclube já havia alcançado um público total de cerca de 800 pessoas.

7. Guapimirim

Cineclube Sandro Lopes localizado na Difusão Cultural Kilombarte tem como finalidade oferecer sessões de cinema gratuitas compreendidas em ciclos organizados em temas relativos a assuntos como meio ambiente, saúde e desenvolvimento socioeconômico em periferias; racismo religioso e intolerância religiosa; juventude periférica.

8. Japeri

O **Cine Belém** busca democratizar o acesso ao cinema e incentivar a reflexão crítica por meio de exibições gratuitas e debates. Fundado em 2008, o projeto realiza suas sessões no Espaço Sociocultural Grupo Código, promovendo uma programação diversificada que inclui filmes nacionais e internacionais, documentários, animações e produções independentes. Após anos de paralisação, o cineclube foi reinaugurado em 13 de julho de 2024.

9. Seropédica

CineCasulo, criado em 2008 como ação da Pró-reitoria de Extensão – Proext – da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, voltado para estudantes da universidade e comunidade local. As atividades acontecem no auditório Gustavo Dutra semanalmente e conta com sessões específicas de documentário e sessões infantis.

5 OS CINECLUBISMO E REPRESENTAÇÃO (CONTRA) HEGEMÔNICA DA BAIXADA FLUMINENSE

A discussão sobre uma representação hegemônica da Baixada Fluminense traz complexidades. Em sua análise sobre a representação midiática do território, Enne (2003) identifica em primeiro lugar, a polifonia da definição do termo Baixada Fluminense em termos geográficos. Como demonstramos antes, em dado momento, os municípios da Baixada Fluminense passam a se desenvolverem de maneira independente, cada qual carregando suas próprias características históricas e socioeconômicas. Isso fica manifesto

inclusive no que se refere aos investimentos na citricultura, ou ainda, na urbanização de determinados territórios, a partir dos anos 1940, em função dos mercados ali estabelecidos e do escoamento da produção. Assim, a polifonia a que Enne (2013) se refere nos ajuda a pensar as “várias Baixadas” com cenários múltiplos que compreendem desde territórios extremamente periféricos, passando por elites econômicas locais e, ainda, por reservas naturais, como por exemplo, a Reserva Biológica do Tinguá, em Nova Iguaçu e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, de Guapimirim. Para Enne (2013):

[...] há um nítido processo polissêmico na produção da categoria “Baixada Fluminense”, ou seja, há uma produção múltipla de sentidos para uma mesma unidade (ou diversas) verbal ou não-verbal. Partindo do pressuposto de que todo discurso é uma construção social, em que os sujeitos, a partir de enunciados que lhes são anteriores e posteriores, vão produzir significados para as palavras e imagens, podemos entender que estas sempre são resultado de uma produção social de sentidos (Enne, 2013, p. 12.).

De acordo com Enne (2013), no que se refere à representação do território na imprensa durante as décadas de 1970 e 1980, “o volume de referências negativas sobre a Baixada é quantitativa e qualitativamente maior do que as referências positivas” (p. 15). Este cenário é alterado a partir dos anos 1990, quando a pesquisadora encontra um aparente esforço de realocação da imagem do território. O que a autora observa é um “deslocamento dos sentidos de Baixada Fluminense” (p. 24). Em termos cronológicos, esse esforço midiático coincide também com um contexto de ressignificação epistemológica do conceito de periferia.

Para Tiaraju (2020), é a partir da década de 1990, que o conceito de periferia é ressignificado. Até esta década, as categorias de representação destes sujeitos e territórios os delimitava como “territórios populares”, nos quais viviam a “classe trabalhadora”, “sujeitos populares” ou mesmo “o povo”, nomenclaturas que originariam ao termo “movimentos populares”, utilizado para abarcar as organizações constituídas em prol da justiça social para as pessoas pobres. A mudança tem início a partir da apropriação do termo pelo próprio território e seus moradores, tendo como marco sua apropriação através da produção artística oriunda destes territórios. Até este momento, o termo periferia era considerado estigmatizante, o que podemos observar também na fala do interlocutor:

Eu lembro que as minhas primas, minha mãe, não diziam que moravam em Caxias. Eu via o meu pai, os adultos falarem que moravam a caminho de Petrópolis. As pessoas não falavam Caxias, né? Eu me lembro de uma vez, eu tava na *Mesbla*, ali na Rua do Passeio. E eu falei que eu era de Caxias e a mulher falou “ah, lá é muito feio, né?” E isso nunca me atingiu, nunca... Eu sempre brincava com isso. Eu enchia a boca. Porque eu já era de outra geração. Já não era a Caxias do grupo de extermínio, não era Caxias da ditadura, do prefeito biônico. Era a Caxias da democratização, dos direitos, como potência cultural. Eu já via Caxias de outra maneira, era uma visão de afeto mesmo. Eu sempre tive um afeto muito grande pela cidade. BARRADAS, Igor: depoimento [jul. 2021].

É uma observação que veio de fora assim. Uma coisa que, se você for perceber, virou um estigma. Uma caixinha, né? Então isso me incomodava. Eu não me via daquele jeito. A gente não se via. A gente realmente se via mesmo no centro. Isso não veio de ninguém da periferia. Isso veio de fora. Eu acho que é isso que me incomodava: era o cara chegar aqui em Caxias e falar, “pô, o Mate é tão bom que nem parece Caxias”. BARRADAS, Igor: depoimento [jul. 2021].

Nos anos 1990, com a implementação de políticas neoliberais, o aumento do desemprego e enfraquecimento da categoria “trabalhador”, os territórios periféricos sofreram intensas modificações. Na Baixada Fluminense, observamos um processo de “revitalização”, com o investimento em urbanização e infraestrutura, após décadas de abandono e de uma agressiva utilização política do território durante os anos de ditadura. Durante a década de 1980, vimos a intensificação das denúncias jornalísticas e a consolidação de organismos comprometidos com a pesquisa e a produção de políticas públicas, que passaram a sistematizar e promover pesquisas sobre causas específicas que ocasionaram a periferação do território. É possível compreender a partir da narrativa do interlocutor Igor Barradas, de maneira empírica, como tais deslocamentos se traduzem na experiência social dos sujeitos que vivem nestes territórios:

Eu me lembro de uma vez que a gente foi num debate no Canal Futura. Era um programa de debate ao vivo sobre “cinema de periferia”. E aí eles colocaram três especialistas no centro da roda. E botaram a gente num estúdio anexo, bem pequenininho, os dois cineastas de periferia, que éramos eu e mais um rapaz do TV Morrinho. [...] eu chamei atenção pro fato de a gente estar aqui e os antropólogos, os especialistas estarem no nosso lugar. De uma maneira fofa, mas eu chamei atenção pra isso. Eles nunca mais fizeram isso. A mulher falou que isso teve um impacto lá dentro e as pessoas ficaram muito sem graça. Nesse debate, eu fui contra essa separação de periferia. Eu falei “pô não, eu não faço de periferia, não. Eu não considero que eu faço cinema de periferia. Eu faço cinema pro mundo.” Barradas, Igor: depoimento [jul. 2021].

De acordo com Tiaraju (2020), a partir do início dos 1990, uma nova alcunha para o termo periferia é forjada, motivadas pelas transformações econômicas e sociais, pelo abandono do sentido do termo pela academia, que passa a relativizar seu poder explicativo, pela apropriação de uma "estética da periferia" pela indústria cultural, mas principalmente pela ressignificação do termo pelo próprio território. De acordo com o autor, é através do rap, que se manifesta então a visibilização das experiências cotidianas pela voz daqueles que de fato as experienciam e "a tentativa de estabelecer uma narrativa própria sem a necessidade de mediadores" (2020, p.22). O termo periferia passa a ser compreendido para além do sentido geográfico, mas incorpora também um novo contexto de potência:

E a gente começou a sacar, brincando, esse lance de ter um Cineclube em Duque de Caxias era um impacto muito grande. Quando eu falava, as pessoas quase caíam pra trás assim. Ainda mais que eu comecei a trabalhar com a galera que era antropóloga, socióloga de esquerda, universidade. Então eu comecei a sacar que dizer que ser de Caxias era uma onda e não um problema. Barradas, Igor: depoimento [jul. 2021].

Tais depoimentos parecem ilustrar os deslocamentos semânticos e epistemológicos dos sentidos de periferia ao longo das décadas, ao passo que denota como a formação dos sujeitos de distintas gerações pode incorporar de maneira quase antagônica estigmas de discursos sociais vigentes. Vendo-se enquanto sujeita periférica, a interlocutora Luana Pinheiro denota não apenas uma relação de pertencimento, mas também um posicionamento político a partir de sua experiência social, sua profissão e seu território:

Eu converso muito com outras produtoras sobre esse conceito de produtor cultural como a gente conhece hoje. É um conceito muito novo, né? Porque antes a gente tinha ou grandes produtores culturais ou artistas que se produziam. Então, eu acho que a partir ali, de meados dos anos 2000, do governo Lula, Gilberto Gil Enfim, que nasce essa figura do produtor cultural de ações independentes, periféricos, e que se entendem nesse lugar, nessa função. Pinheiro, Luana: depoimento [out. 2021].

Como vimos, a partir dos anos 2000, novas políticas públicas para o setor cultural promovidas pelo Ministério da Cultura do Governo Federal (MinC) impulsionaram a

reestruturação do setor cinematográfico e possibilitaram a descentralização e capilarização das atividades cineclubistas no país. Os setores e organizações culturais, como os cineclubes, passam a reivindicar seu espaço nas políticas de incentivo. Programas como Ponto de Cultura e o Cine Mais Cultura, bem como novas políticas de fomento à produção cultural foram determinantes para a expansão da atividade cultural e para o fortalecimento de grupos e coletivos artísticos locais:

[...]A gente traz o Juca, o Ministro [da Cultura] na Lira de ouro. Isso foi uma coisa muito importante pra sociedade civil de Caxias, da Baixada. Um drible assim sensacional. O Prefeito ficou desconcertado, ficou todo mundo desconcertado com a presença do Ministro aqui. E qual era a nossa bandeira quando a gente traz o Ministro aqui? Que o orçamento seja territorializado. Porque a gente sacava que não adiantava a gente disputar o dinheiro da capital. A gente começou a sentir que a gente estava numa outra lógica. Barradas, Igor: depoimento [jul. 2021].

Como em um sistema de retroalimentação, esta política pública de estímulo à formação de público para o audiovisual incentivou atividades de exibição em periferias urbanas e rurais, que, por sua vez, deixam legado nos territórios nos quais atuam e atuavam.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em “Ação e a Busca da Felicidade”, Hannah Arendt trata de um “incidente” que nos ajuda a pensar esta conclusão. Ao realizar uma entrevista realizada com colega, antigo revolucionário radical, sobre a revolução de 1930, ela o pergunta sobre como ele via seu passado, como se reconhecia nas convicções prévias que o levaram à revolução. Pressupondo na resposta questões ideológicas mais profundas, a compaixão pelo outro ou a própria passionalidade dessas convicções, a autora se surpreendeu. Ao invés de um argumento objetivo, o interlocutor lhe contou a seguinte história: uma vez um jogador inveterado foi em viagem a uma cidade totalmente desconhecida. Ao chegar, foi imediatamente à uma casa de jogos. Na casa de jogos, antes que começasse a jogar, um morador da cidade o advertiu de que aquela roleta estava viciada e assim ele provavelmente perderia. Mas para sua surpresa, o jogador estrangeiro respondeu: “*mas não há nenhuma outra roleta na cidade!*”. Segundo Arendt:

A moral da história é clara: naqueles dias, insinuou meu conhecido, se você tivesse a vontade de fazer algo, não havia outro lugar para ir; você não ia lá pelo bem da sociedade como um todo, mas por seu próprio bem; e mesmo que seus motivos fossem outros, talvez mais nobres [...], poderia acontecer que, uma vez lá, você descobrisse que não havia mais aquela ‘ épaisseur ’ triste entre você e o mundo da realidade’ -, e que ao tentar salvar seu país, você salvaria, antes de tudo, a si mesmo (Arendt, 2018, p.124).

O que vimos na pesquisa é que não há saída única. Os sujeitos percebem seus impactos e atuações em distintas esferas. Não é possível saber a razão pela qual a cena audiovisual neste território é tão intensa, porque cinema em especial mobiliza os agentes culturais e o território. O que é possível dizer, a partir dos dados que temos até então, é que a criação produzida no âmbito de tais coletivos se expande até o impacto objetivo, materializada no legado em seus territórios, e subjetivo, manifestada naqueles que ali compartilharam as experiências. Se por um lado, para uns é possível se ver como “produtor periférico”, para a noção de periferia deve ser questionada: “periferia de onde? Aqui é meu centro.”

Fica latente, através dos depoimentos de nossos interlocutores, a potência da atividade cineclubista enquanto espaço de criação e formação. É no encontro entre sujeitos que é possível coletivizar desejos e colocar o fazer-conhecer no mundo. O professor, revolucionário e filósofo Paulo Freire, ao teorizar a dialogicidade como ferramenta para a prática da liberdade nos ensina que pronunciar o mundo é valer-se das palavras para denunciá-lo e, através do diálogo, modificá-lo. É pronunciando o mundo que ganhamos significação enquanto sujeitos nele (Freire, 2020).

Na Baixada Fluminense o audiovisual pulsa como uma linguagem artística que, a partir de seus sujeitos, tem o poder de anunciar novas representações de território. O “cinema da BF” confronta a imagem de uma periferia gigantesca, árida e perigosa, constituída através de um direito à fala historicamente ligado às classes que dominam a comunicação midiática - um dos principais instrumentos para a manutenção de discursos que apagam a dimensão histórica e coletiva das problemáticas sociais. Local de encontro e de trocas, os cineclubes são espaços coletivos nos quais os participantes se tornam sujeitos de denúncia e criação de novos sentidos de seus territórios.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. C. A. **Dos Barões ao Extermínio**: uma história da violência na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2020.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70; 2011.
- BEZERRA, Heraldo. **O Cerol fininho da Baixada** – Histórias do Cineclubes Mate com Angu. Coleção Tramas Urbanas, 2013.
- D'ANDREA, T. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos estudos CEBRAP**. 2020, v. 39, n. 1, pp. 19-36. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/whJqBpqmD6Zx6BY54mMjqXQ/?lang=pt>. Acesso em: 09 ago. 2025.
- ENNE, A. L. e GOMES, M. “É tudo nosso”: disputas culturais em torno da construção da legitimidade discursiva como capital social e espacial das periferias do Rio de Janeiro. In: PASSOS, P.; DANTAS, A.; MELLO, M. (org.). **Política cultural com as periferias**: práticas e indagações de uma problemática contemporânea. Rio de Janeiro, IFRJ, 2013.
- ENNE, A. L. A “redescoberta” da Baixada Fluminense: Reflexões sobre as construções narrativas midiáticas e as concepções acerca de um território físico e simbólico. **pragMATIZES - Revista Latino Americana de Estudos em Cultura**, Ano 3, número 4, p.6-27, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10356>. Acesso em: 09 ago. 2025.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: Cartografias do Desejo. Petrópolis: Vozes, 1999.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LEFÉBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início, fev.2006.
- SOUZA, A. **Cineclubismo Fluminense**: 95 anos de História. Rio de Janeiro: Editora Insônia, 2025.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.

“MAIS DO QUE BOTAR UM FILME PRA RODAR”: UM OLHAR ETNOGRÁFICO SOBRE UMA NOITE DE CINECLUBE EM CAXIAS

“MORE THAN SHOWING A MOVIE”: AN ETHNOGRAPHIC LOOK AT A FILM CLUB NIGHT IN CAXIAS

Renata da Silva Melo

 <https://orcid.org/0000-0001-5698-1379>

Correspondência: renata.demelod@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

DOI: 10.12957/cdf.2025.94660

Recebido em: 13 out. 2025 | **Aceito em:** 25 nov. 2025

RESUMO

Este artigo apresenta um relato etnográfico de uma sessão de cineclube em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro. A região, descrita como periférica em diversas representações, possui uma intensa cena cineclubista desde a primeira década dos anos 2000, impulsionada por um conjunto de mudanças nos rumos políticos e sociais do Brasil. Desde então, seus produtores audiovisuais vêm possibilitando a circulação de uma grande variedade de obras audiovisuais que geralmente estão fora do circuito comercial de cinema e discutem temas como gênero, raça e cidade. O objetivo é refletir sobre as formas de exibição dessa cena, pensando como ela articula diferentes linguagens e intervenções artísticas (teatro, poesia, música, entre outras). Busca-se analisar como integrantes desse movimento refletem sobre outras cenas culturais e territorialidades, transformando-as em matéria-prima para suas produções e exibições em cineclubes. O trabalho procura evidenciar os vínculos que o audiovisual pode promover, ao convidar o público a elaborações coletivas que se manifestam em formas celebratórias de fazer e assistir conteúdos audiovisuais. Argumenta-se que para compreensão desse processo é preciso deixar-se afetar pelo que é descrito como “mágico” nos cineclubes, dedicando atenção não apenas aos filmes, mas principalmente às relações construídas a partir deles.

Palavras-chave: Cinema; cineclubismo; audiovisual; periferia.

ABSTRACT

This article presents an ethnographic account of a film club session in Duque de Caxias, in the Baixada Fluminense, Rio de Janeiro. The region, described as peripheral in various representations, has had an intense film club scene since the first decade of the 2000s, driven by a series of changes in the political and social direction of Brazil. Since then, yours audiovisual producers have made it possible to circulate a wide variety of audiovisual works that are generally outside the commercial movie circuit and discuss themes such as gender, race and the city. The aim is to reflect on the ways in which this



ARTIGO | Mais do Que Botar um Filme pra Rodar: Um Olhar Etnográfico Sobre uma Noite de Cineclube em Caxias

scene is exhibited, thinking about how it articulates different languages and artistic interventions (theater, poetry, music, among others). It seeks to analyze how members of this movement reflect on other cultural scenes and territorialities, transforming them into raw material for their productions and screenings in film clubs. The work seeks to highlight the links that audiovisuals can promote, by inviting the public to collective elaborations that manifest themselves in celebratory forms of making and watching audiovisual content. It argues that in order to understand this process, it is necessary to allow oneself to be affected by what is described as “magical” in film clubs, paying attention not only to the films, but especially to the relationships built around them.

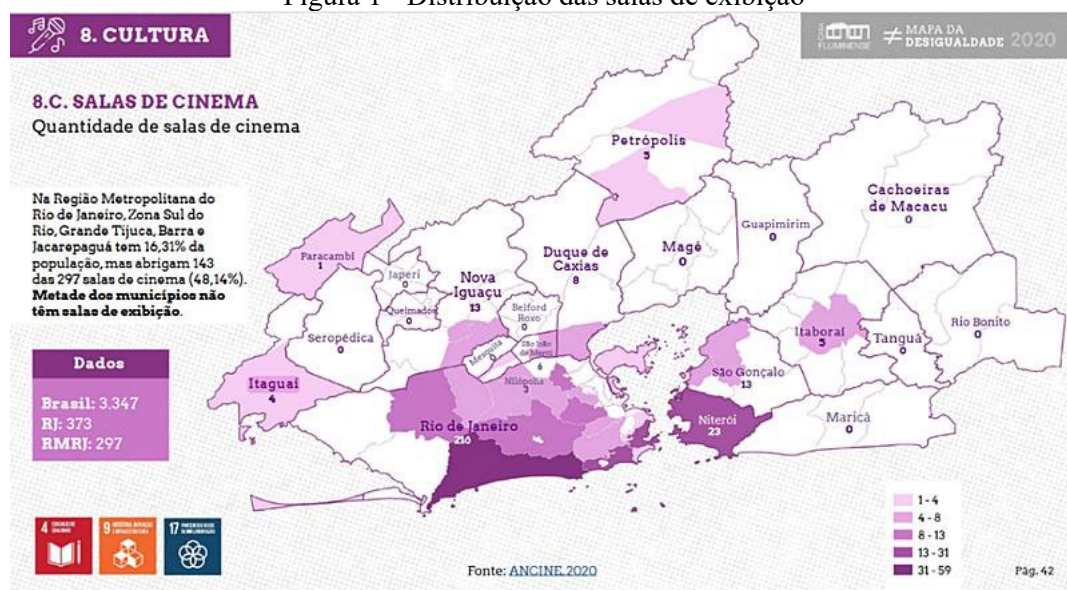
Keywords: Cinema; film clubs; audiovisual; periphery.

1 INTRODUÇÃO

Na virada do século XXI, o Rio de Janeiro foi um importante palco da cena de exibição de cinema e audiovisual chamados “independentes”. Dezenas de espaços alternativos se multiplicaram, tais como cineclubes, mostras e festivais, impulsionando uma “expansão do audiovisual para as periferias”, em um contexto de barateamento dos equipamentos digitais (Carvalho, 2022, p. 112.).

A distribuição das salas de exibição na Região Metropolitana do Rio de Janeiro não acompanhou esse processo de popularização, no entanto. Dados do Mapa da Desigualdade (2020), da Casa Fluminense, revelaram que metade dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro não possuem salas de cinema, enquanto os bairros cariocas concentram 216 salas:

Figura 1 - Distribuição das salas de exibição



Fonte: Ancine, 2020.

Se olharmos com atenção para esse mapa, vemos que os 13 municípios da Baixada Fluminense estão entre os mais afetados pela distribuição desigual das salas de exibição, são eles: Japeri, Queimados, Mesquita, Belford Roxo, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti, Magé, Itaguaí, Seropédica, Paracambi e Guapimirim. Segundo o Anuário Estatístico do audiovisual (Ancine, 2023.), Belford Roxo é a maior cidade do Brasil sem sala de cinema.

Essa realidade contrasta com uma cena de produção e difusão audiovisual bastante ativa na Baixada Fluminense. Desde os anos 1980, experiências como a TV Maxambomba e TV Olho incentivavam moradores a produzirem vídeos sobre suas histórias e a exibi-los em praças públicas. Esse histórico fez da Baixada um terreno fértil para o surgimento de diversos coletivos audiovisuais no despontar do século XXI, impulsionados por um conjunto de mudanças nos rumos políticos e sociais do Brasil, tais como a expansão do acesso ao ensino superior e um aumento do investimento por parte do Estado em políticas públicas na área da cultura, especialmente na primeira década dos anos 2000.

O crescimento do poder de consumo de populações mais pobres nesse período, devido à relativa estabilização econômica do país naquele momento, facilitou a aquisição de produtos e dispositivos eletrônicos e de comunicação, popularizando seu acesso. Essa abertura de campos de possibilidades (Velho, 2003.) para pessoas vindas de estratos sociais mais baixos contribuiu para a ampliação de públicos e de artistas envolvidos com a produção cultural em regiões precarizadas.

Essas mudanças seguem reverberando na Baixada Fluminense, onde diversos coletivos audiovisuais surgidos nos anos 2000 continuam em atividade, hoje organizados em torno de um movimento comum: o Baixada Filma, que reúne “mais de 150 cineastas e 45 coletivos/produtoras da região” (Baixada Filma, 2023.)¹. Na minha pesquisa de doutorado, me detive na experiência dos cineclubes que fazem parte dessa rede, considerando a existência de 10 deles, como informado no site *Tela BXD*, do Baixada Filma.

Movidos pela insatisfação com o que é oferecido pela rede comercial, esses cineclubes propõem novas formas de exibição e apreciação do cinema a partir da

¹Nascido em 2018, o Baixada Filma é um movimento que organiza mobilizações para reivindicação de políticas públicas na área da cultura e do audiovisual. Trata-se também de uma rede que articula contatos e troca de informações entre seus integrantes, como oportunidades profissionais, divulgação de editais e atividades conjuntas.

realização de eventos que mesclam diferentes linguagens e intervenções artísticas (teatro, poesia, música, entre outras). Possibilitam, assim, a circulação de obras que, sem a mediação cineclubista, ficariam restritas a um circuito de mostras e festivais específicos (Butruce, 2003). Neste artigo, busco apresentar a efervescência cultural da cena audiovisual da Baixada a partir do relato etnográfico de uma sessão do Mate com Angu, cineclube nascido em 2002, em Duque de Caxias.

2 NO RASTRO DE UM INSTANTE

Em algum dia do ano 2000, Igor disse para HB: “cara, eu vou fazer um filme sobre o Jardim Primavera”. Imaginar o amigo fazendo um filme sobre um bairro de Caxias, o mesmo onde viveram a adolescência, deixou HB chapado. Essa descrição e a frase do amigo estão nas primeiras páginas de *O Cerol fininho da Baixada: histórias do cineclube Mate com Angu* (HB, 2013). O cineclube anunciado no título do livro foi fundado oficialmente dois anos depois por Igor e HB. Antes, no entanto, já começavam a se estabelecer as características de exibição das sessões do Mate com Angu².

Batizado de *Progresso Primavera*, o primeiro filme de Igor ficou pronto em 2001, feito sem financiamento, com a ajuda de amigos e familiares. Havia uma promessa de apoio da Prefeitura de Caxias, que nunca foi concretizada. Com 32 minutos de duração, o documentário discute a ideia de progresso a partir de entrevistas com moradores sobre dois temas: meio ambiente e cultura. Nas palavras de HB, “surge através da câmera um bairro muito peculiar, bucólico e artístico que tanto amávamos. Como um caleidoscópio” (HB, 2013, p. 32).

A estreia aconteceu no sobrado de um amigo, em telões alugados com ajuda de conhecidos. HB trabalhou com afinco na divulgação do filme no *Baixada On*, site idealizado por ele. Foi reservado um dia inteiro de atrações, com exposições, performances, comidas e shows, dando o tom multicultural das sessões de cineclube na

²O nome do cineclube é uma homenagem à Armanda Álvaro Alberto. Presa diversas vezes como agitadora pelo governo de Getúlio Vargas, ela foi uma professora que lutou em defesa da educação pública, conhecida por disseminar o método educacional montessoriano. Um de seus principais locais de atuação foi a Escola Regional de Meriti, atualmente Escola Municipal Dr. Álvaro Alberto, onde trabalhou desde a sua fundação, em 1921, quando a instituição se chamava Escola Proletária de Meriti. Graças à Armanda, a escola foi a primeira da América Latina a ter horário integral e a servir merenda. No cardápio predominava o mate e o angu, que eram as principais doações dos comerciantes locais. A combinação rendeu um apelido: a escola ficou conhecida popularmente como Mate com Angu, o que inicialmente tinha uma conotação negativa, mas depois foi incorporado como expressão de orgulho por muitos que estudaram lá.

Baixada, que não se limitam à exibição de filmes, embora esse seja seu ponto auge, como percebeu HB naquela estreia:

Na hora da exibição, houve aquele instante mágico que tanto nos faz sentir vivos, que nos faz entender que uma exibição é mais, muito mais do que simplesmente ligar equipamentos e botar um filme pra rodar. Lembro que na hora que o velho Collares surge na tela falando do também pintor Rodolfo Arltdt, que morava no bairro, uma salva de palmas espontânea e calorosa fez o coração de geral rebentar em lágrimas de confusa alegria. Aconteceu algo ali. Algo que nos fez entender que era isso que nossos corações e mentes clamavam, nossos e de várias pessoas que estavam pela Baixada sentindo a mesma vibração. Era preciso uma ação nossa, na nossa área e do nosso jeito. Aquele dia foi um pré- Mate (HB, 2013, p. 32).

Essa exibição, precursora do que viria a se desenrolar nas duas últimas décadas na cena audiovisual da Baixada, é lembrada por ter provocado um sentimento compartilhado de emoção, revelador do sentido de realização daquele evento. “Uma exibição é mais, muito mais do que simplesmente ligar equipamentos e botar um filme pra rodar,” diz HB. O que levou a essa constatação foi o reconhecimento de um *instante mágico*, algo que aconteceu ali, uma *vibração* experimentada por pessoas que ansiavam por “uma ação nossa, na nossa área e do nosso jeito”. Persegui esse instante nas minhas observações, o “algo a mais” de que fala HB. O que veremos a seguir é o relato etnográfico de uma sessão reveladora de que, 18 anos depois do lançamento de *Progresso Primavera*, a magia da vibração coletiva segue produzindo confusas alegrias.

3 “UMA NOITE PARA RENOVAR A ALMA”

Era uma quarta-feira, 11 de dezembro de 2019. Eu e mais de 400 pessoas tínhamos manifestado interesse no evento de *Facebook* do Mate com Angu que trazia a programação daquela noite no Gomeia Galpão Criativo, no centro de Duque de Caxias. Eu já tinha ido em outras atividades por ali, conhecia os organizadores da sessão e parte do público.

Cheguei por volta de 19h, um pouco antes do horário marcado para início da sessão. O espaço se preparava para receber o público. O clima era de festa. Uma *playlist* reproduzia canções de artistas brasileiros, Caetano Veloso, Metá Metá, Gal Costa.

Pessoas circulavam entre a parte interna e externa, algumas na organização, montando equipamentos, levando e trazendo coisas, recebendo quem chegava, outras tomando cerveja e conversando enquanto aguardavam.

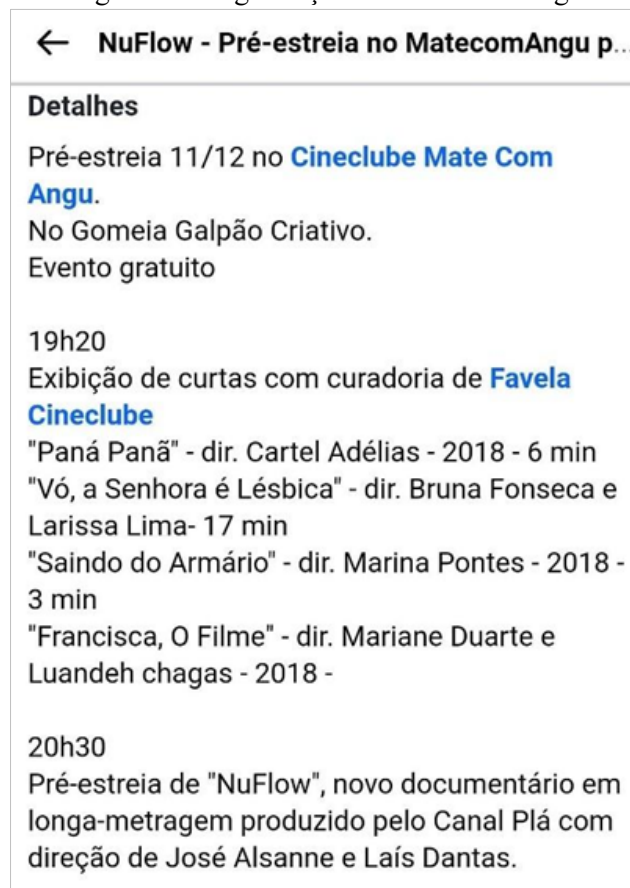
O público foi chegando: jovens, em sua maioria, com cabelos coloridos, *dreads*, *black power*, bonés. Vestiam jeans, camisetas com arco-íris, símbolos dos coletivos dos quais faziam parte ou frases emblemáticas estampadas: “a periferia grita”. Em contraste com a movimentação pré-exibição, chamou a minha atenção um grupo destacado dos demais, pessoas esperando calmamente, sentadas nas cadeiras de plástico posicionadas em frente ao telão, olhando seus celulares ou crianças ao redor. Mais tarde, entendi que essa era a família da diretora de um dos filmes. Quando todos se sentaram, pude calcular a presença de pouco mais de 50 pessoas naquele espaço. Mas não era ainda hora da exibição. Um *ataque poético* se aproximava.

Valentine circulava pelo espaço de forma vigorosa, todos os olhos se voltaram para ela. Declamando uma poesia autoral, ela encarava o público, que parecia preso ao encadeamento de suas palavras ritmadas e gesticuladas com precisão, ditas com ímpeto e rapidez. Poeta negra e trans de Duque de Caxias, Valentine fazia parte do *Slam* das Minas RJ, movimento conhecido por apresentações poéticas que envolvem performances teatrais.

Imersa na apresentação, escapei os olhos para o caderno de notas por uns instantes para registrar as seguintes frases: “Eles vêm nos pesquisar, ataque poético! Valentine aqui pros pesquisadores que vêm sugar o nosso sangue, mas nunca vão entender o que tá escrito em nossa pele.” Seguiram-se palmas e reações eufóricas. A fala de Valentine não parecia ter ninguém como alvo específico. Aquele era um evento voltado para o público local e parceiros do cineclube. Não nos conhecíamos e não sei se ela sabia da minha pesquisa, mas tendo a achar que não. De modo mais amplo, a poesia tratava de sua experiência como mulher trans e periférica.

Na sequência, foram exibidos quatro curtas e um longa, como informado na programação divulgada pelo Mate com Angu e seus parceiros:

Figura 2 - Programação do Mate com Angu



← **NuFlow - Pré-estreia no MatecomAngu p...**

Detalhes

Pré-estreia 11/12 no **Cineclube Mate Com Angu**.
No Gomeia Galpão Criativo.
Evento gratuito

19h20
Exibição de curtas com curadoria de **Favela Cineclube**
"Paná Panã" - dir. Cartel Adélias - 2018 - 6 min
"Vó, a Senhora é Lésbica" - dir. Bruna Fonseca e Larissa Lima- 17 min
"Saindo do Armário" - dir. Marina Pontes - 2018 - 3 min
"Francisca, O Filme" - dir. Mariane Duarte e Luandeh chagas - 2018 -

20h30
Pré-estreia de "NuFlow", novo documentário em longa-metragem produzido pelo Canal Plá com direção de José Alsanne e Laís Dantas.

Fonte: Gomeia Galpão Criativo, 2019.

Favela Cineclube foi convidado pelo Mate com Angu para curadoria dos curtas que abriram a sessão. Como descrito em sua página no Facebook, o grupo nasceu no Morro da Providência, no Rio de Janeiro, e desde 2016 vem exibindo filmes “que carregam valores do gueto e a ressignificação do povo preto e pobre das Favelas e periferias do mundo todo”. Fizeram jus a essa apresentação os filmes escolhidos. Paná panã trata de marcas do racismo e machismo a partir de depoimentos, representações da cidade e o candomblé como espaço de transformação. O segundo curta, Vó, a senhora é lésbica, debate homossexualidade em uma família negra. Sair do armário também debate gênero e relações familiares, mas sem imagens, detendo-se no áudio e na transcrição de uma difícil conversa entre mãe e filha. O último curta, Francisca, o filme, provoca reflexões sobre o lugar da mulher negra ao recontar a história de Chica da Silva, escravizada no Brasil do século 18.

Os curtas-metragens nacionais e independentes são desde o início da história do Mate uma “aposta assumida” (HB, 2013, p. 63), o que, dado o fato de o coletivo ser um precursor do cineclubismo na Baixada, influenciou a programação de outros grupos da

região. A atração principal daquela noite, no entanto, foi um filme de 65 minutos que deu nome e imagem aos cartazes de divulgação: *NuFlow*: batalhas de rima e slams RJ (ver figura 3).

Figura 3 – Cartaz do filme *NuFlow*: batalhas de rima e slams RJ no Facebook do Favela Cineclube



Fonte: Favela Cineclube, 2019.

O evento foi anunciado como uma pré-estreia, o que, em geral, é uma precaução para que o filme possa vir a concorrer a prêmios voltados para obras inéditas. Mas *NuFlow* contrariou essa que é quase uma regra, sendo disponibilizado integralmente no YouTube alguns dias depois do evento, em 20 de dezembro de 2019. Essa data consta como dia de sua estreia oficial, na descrição do filme, que até a conclusão deste artigo tinha mais de três mil visualizações. A internet foi um dos principais meios de divulgação do documentário.

Um longa é uma produção muito celebrada pelos coletivos. Esse tipo de realização demanda mais tempo e investimento em comparação com o curta-metragem, que é o formato mais utilizado nas produções autorais da Baixada. Em sua abertura, *NuFlow* informa que teve patrocínio da Secretaria de Cultura do Rio de Janeiro, tendo sido selecionado por um edital do Programa Territórios Culturais- Favela Criativa.

Quem assina a direção do filme são dois jovens da Baixada: José Alsanne e Laís Dantas. Ambos fazem parte do Canal Plá, uma produtora idealizada por Alsanne em 2015, que “[...] nasceu com o desejo de produzir memória audiovisual sobre os coletivos, iniciativas, pessoas e instituições que promovem ações socioculturais nas áreas de periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, como informado em seu canal do YouTube. O filme foi anunciado e muito festejado como o primeiro longa da produtora. A escolha por lançá-lo no Mate com Angu é reflexo de uma relação próxima com o cineclube. Laís contou sobre esse vínculo em uma entrevista para o Fórum Grita Baixada, em 2023:

[...] tenho 28 anos, sou cria da Baixada Fluminense. Minha trajetória de audiovisual vem muito do meu início da faculdade. Eu estudei na Unigranrio, fiz publicidade e propaganda lá. E nessa onda de desbravar a Baixada fui levada pra conhecer o Cineclube Mate com Angu, em Duque de Caxias, através do meu professor, Arthur William; sou muito grata a ele. Na época eu trabalhava na TV da faculdade. Primeiro como voluntária, depois virei estagiária. E ao conhecer o Mate, conheci o Heraldo HB e a galera toda. E fiquei encantada com o que acontecia. Então, eu falava pra minha mãe que ficava até tarde pra fazer um trabalho da faculdade, mas eu ia pro Mate para aprender mais. E aí eu mergulhei no conceito de cinema de guerrilha, dessa coisa de “uma câmera na mão e uma ideia na cabeça”. Eu comecei a ver possibilidades ali no meu território, que eu achava até então que não era possível. Sou muito grata ao Mate e ao meu território... por me mostrar possibilidades de criar e de desbravar o audiovisual (Dantas, 2023).

Laís descreve a si mesma como *cria* da Baixada Fluminense. Essa compreensão não se dá apenas pelo fato de ela ter nascido lá. Conforme avançamos em seu depoimento, vemos que houve uma construção da relação dela com o *seu* território, onde ela *começou a ver possibilidades* à medida que passou a frequentar espaços como o Mate com Angu, do qual também foi aluna. A partir de suas oficinas e sessões, o cineclube se tornou um lugar de formação contínua para Laís, onde pôde *aprender mais*, para além da universidade. Ela nomeia esse processo como *um desbravar* estimulado pelo conceito de cinema de guerrilha, definido pela famosa frase do cineasta Glauber Rocha: “uma câmera na mão e uma ideia na cabeça”. Esse desbravamento se expande para espaços fora da Baixada, como revela o filme dirigido por ela e exibido naquela noite.

Em *NuFlow* somos guiados pela atriz Adrielle Vieira, que percorre lugares da Baixada, Niterói, Complexo do Alemão, Zona Norte e Zona Sul do Rio de Janeiro para

apresentar *slams* de poesia e rodas de rima dessas regiões. *Slam* é uma expressão originária dos Estados Unidos para denominar a reunião e performance de poetas no formato de microfone aberto. O ataque poético de Valentine antes da exibição foi uma mostra de como funciona esse tipo de manifestação.

O filme evidencia que o *slam* e as rodas de rima têm em comum a oralidade, as apresentações performáticas e a interação com a plateia. Ambos envolvem competições em que o público escolhe os vencedores. Cada um tem suas especificidades, mas não é nosso objetivo explorá-las aqui. O que nos interessa é pensar como integrantes da cena audiovisual da Baixada refletem sobre cenas culturais e territorialidades, transformando-as em tema para suas produções e exibições em cineclubes.

Em *NuFlow* estamos diante de fenômenos fundamentalmente urbanos, o que se evidencia na paisagem capturada pelo filme e suas cenas de movimentação nas ruas pelas quais a protagonista caminha de um ponto a outro, entre passarelas, trens, muros pichados, praças coloridas, onde se vê intensa circulação de pessoas. A estética é marcada por cores fortes presentes na cenografia e na indumentária, principalmente amarelo, laranja e azul.

O enquadramento das imagens e a edição do filme enfatiza a “vida nervosa” (Simmel, 2005) das grandes cidades a partir de simultaneidades, cenas sobrepostas, falas e movimentos repetidos, acelerados, como um curto-circuito. É como se a cidade e os movimentos culturais apresentados se fundissem, interpenetrando-se. A trilha sonora contribui para essa ambientação, trazendo principalmente o hip hop, com músicas da protagonista Adrielle e do rapper Marcão Baixada, cujo nome já é em si revelador da relação com o território descrita e valorizada pela diretora do filme. Um dos primeiros raps tocados no longa é uma releitura de um famoso funk: “Baixada cruel, os sinistros são de Bel” (em referência a Belford Roxo). A trilha é composta também por cantigas de candomblé de domínio público, evidenciando a valorização de tradições relacionadas à cultura negra.

Para gravação do filme, Adrielle circulou pelos seguintes eventos: Rap Free Jazz (Parque Fluminense, Caxias), Roda Cultural Conexão Favela & Arte (Niterói), Roda de Santo Elias (Mesquita), Roda QDN Austin (Nova Iguaçu), *Slam* Laje (Complexo do Alemão), *Slam Marginow* (Madureira) e *Slam* das Minas (Largo do Machado). As filmagens se deram, portanto, principalmente na Baixada, mas também nas Zonas Sul e Norte do Rio e em favelas de Niterói e do Complexo do Alemão. A costura entre essas regiões apresentada na tela revela o olhar de um circuito sobre outro: o audiovisual olhando para o rap e a poesia.

Para descrever a diversidade dos lugares registrados pelo filme, recorre-se geralmente a expressões como metrópole, Região Metropolitana ou Grande Rio. Mas há também descrições como estas do Canal Plá: “Nosso novo longa documentário se passa em rodas de rima e *slams*. A atriz Adrielle Vieira será a sua companhia nessa jornada pelos subúrbios do Rio, Niterói e Baixada Fluminense”(Canal Plá, 2019). Nesse caso, em que a ênfase está nos subúrbios, é omitida a zona sul, que no Rio de Janeiro é uma região associada a um estilo de vida praiano e a símbolos como cosmopolitismo, modernidade e sofisticação (O'Donnell, 2013), contrastando com imaginários e estigmas comumente relacionados às ideias de subúrbio e periferia (Guimarães; Davies, 2018).

Essa movimentação é reveladora de circuitos (Magnani, 2014). Caracterizados pela circulação e sem depender da contiguidade entre espaços geográficos, eles conectam pessoas com interesses comuns e, ao fazer isso, revelam complexidades dos lugares e a necessidade de encará-los de forma relacional. Como o filme traz um evento ocorrido na Zona Sul, essa questão fica ainda mais complexa. A região é frequentemente descrita por meus interlocutores de pesquisa como lugar das elites e dos privilegiados. Em *NuFlow*, no entanto, ela surge como a praça onde meninas negras se reúnem para declamar poesia, o que foi comentado por uma das entrevistadas para o filme, a MC Dall Farra, que disse: “a galera se apropriou legal ali do Largo do Machado. Vieram pessoas de todos os lugares. Então não era só a galera da Zona Sul, era a galera de todos os lugares, então eu me senti em casa”.

Em outra cena do filme, a região também é citada, mas dessa vez forma crítica, num rap sobre racismo: “É a sangue frio/Você até conhece a realidade lá da Unirio, que é Zona Sul, que eu não me acanho/ Pretinho lá do black nego olha e passa estranho [...] Nem me conhece aqui direito/ Já viu, olhou, preto? Suspeito”. Aqui temos o contraste entre fontes de saber. De um lado, a Unirio, uma universidade pública na Zona Sul do Rio, de outro, a experiência de ser negro na cidade.

O nome do documentário é uma referência ao flow, que vem do inglês, fluir, e diz respeito à forma como o rapper encaixa suas rimas na parte instrumental que dá base para o improviso, o beat. Estar nu flow é estar encaixado, fluindo com o ritmo e o seu entorno. Embalada por esse movimento, Adrielle, que também é rapper, participa das rodas que visita não só como observadora e narradora, mas também apresentando seus versos. A partir de conversas com artistas de cada lugar, ela reflete sobre racismo e gênero. No começo do filme, ela conta como esse processo foi importante para ela:

[Adrielle Vieira]: Então, ter gravado de outubro de 2017 até fevereiro/março de 2018, muita coisa mudou de lá pra cá. Porque, pra mim, quando a gente começou a gravar em outubro, tinha muita coisa guardada, mas muita coisa... como eu posso falar? Não mágoa, mas uma necessidade de falar. Mas como eu não tinha muito esse espaço, ficava tudo guardado e isso acabou me fazendo mal. E por conta do racismo também ser um lance que afeta o psicológico, o nosso corpo também, então a gente guardar tudo isso, a gente ter pouco espaço de fala... Eu poder colocar isso pra fora foi muito bom, e poemas de dor, que eu tinha muitos poemas de dor há um ano atrás, então eu acabei falando muitos poemas de dor, mas isso serviu pra um alívio também pra mim mesma (Nuflow [...], 2019, 4 min 40 s).

Adrielle é uma mulher negra, como é possível deduzir do seu depoimento. Ela é também da Baixada, de Austin, Nova Iguaçu. O tempo de realização do filme marca um arco de transformação pessoal dela, que começou as gravações com muitos *poemas de dor* guardados e encontrou alívio ao poder expressá-los nas rodas de rima que frequentou. O envolvimento com um projeto audiovisual representou uma mudança na trajetória de Adrielle, provocando elaborações subjetivas. É a partir dessa experiência que ela percebe e descreve a passagem do tempo. Foram cerca de seis meses de gravação e mais de um ano e meio para finalização do documentário. As últimas edições do filme foram feitas pouco antes da pré-estreia. Enquanto era preparada a projeção e alguém trazia o arquivo do documentário, HB dizia ao microfone, como se narrasse um parto: “Aqui é com emoção! Filme chegando literalmente agora, filme sendo trazido nas mãos, literalmente”.

Anunciada como “uma noite para renovar a alma” (Cineclube Mate com Angu, 2019), a sessão foi embalada por emoções e expectativas desde sua divulgação. Na tarde daquele dia, quem entrasse nas redes sociais do cineclube leria: “Hoje vamos ter cinema produzido na Baixada estreando no Cineclube Mate Com Angu. Nada nos deixa mais feliz” (Cineclube Mate com Angu, 2019). No dia seguinte, foi publicado um pequeno vídeo dos diretores, cineclubistas e parte do público comemorando o lançamento, batendo palmas, brindando e sorrindo. A legenda dizia:

A estreia de "NuFlow" ontem no Mate deu uma energia avassaladora. Casa cheia, lágrimas e a metrópole do Rio lindamente na tela. Sintam um pouquinho da energia captada nesse retrato em movimento, já no finalzinho de tudo. Zeramos. Renovamos as energias. Viva o cinema brasileiro (Cineclube Mate com Angu, 2019).

De fato, foi uma sessão emocionante. Nas exhibições, eu costumava olhar ao meu redor no apagar das luzes, entendendo que aquela etnografia não era sobre filmes apenas, mas sobre as relações provocadas por eles. Nesse momento se captam olhos atentos ou dispersos, pequenos gestos, um abraço, um encostar de mãos, um comentário com quem está do lado, semblantes comovidos ou confusos.

Naquela noite, a plateia parecia tomada pela eletricidade das rimas, ruas e cores das cenas, o público mergulhado na tela, num diálogo interno inescrutável, mas que de algum modo transbordava. Assim como nas rodas de rap, a partilha e as trocas proporcionadas por um lugar comum são o que dão sentido à existência do cineclube. Isso ficou evidente quando, ao final da exibição do filme, seus realizadores se levantaram, dirigindo-se ao público.

Adrielle e os diretores agradeceram calorosamente à plateia, que, em resposta, aplaudia. Foi quando entendi que os familiares das realizadoras eram aquelas pessoas que desde cedo estavam sentadas aguardando a sessão. Laís agradeceu o apoio da namorada, da família, dos amigos e do cineclube. Descreveu HB e Igor como *padrinhos*. Por fim, contou uma história:

Minha mãe não entendia por que eu ficava direto no computador. Um dia filmei ela e coloquei na internet. No dia seguinte, minha mãe me acordou com um “bom dia, minha cineasta” (gargalhadas dela e do público). É isso, cara. A gente precisa se ver na tela, a gente precisa se ver (informação verbal, presenciada durante sessão do Mate com Angu, 2019).

A cena se inverteu e dessa vez era a mãe quem filmava enquanto a filha falava. A gravação foi interrompida para um abraço. A parábola de Laís sintetizou a emoção provocada pelo filme entre os presentes: ver artistas da Baixada na tela era uma forma de ver a si mesmo. HB chorava, dizendo para a pessoa do seu lado: “minha aluna, cara, minha aluna”. Ao redor de mim, lágrimas corriam. Tive certeza, então, que aquele era o tal instante mágico e que apenas a observação não seria suficiente para alcançá-lo. Era preciso me deixar afetar (Favret-Saada, 2005), não só naquele momento, mas também depois, quando as cadeiras foram afastadas para os cantos e o espaço se tornou uma pista de dança, embalando o que desde o início era uma festa.

4 PARA QUE OS DEUSES DO CINEMA POSSAM BAIXAR

Outros elementos compõem o clima de celebração de uma sessão de cineclube. A comida, por exemplo, é coisa importante. Em eventos especiais, como o Festival Mate com Angu de Cinema, é comum haver distribuição de pipoca. Na comemoração dos 20 anos do cineclube foram ofertadas porções de angu gratuitamente para todos os presentes. Em atividades cotidianas, são vendidos bolos e salgados a baixo preço, além da cerveja, uma constante. O ato de ofertar, comer, beber, assistir vídeos e dançar juntos é parte de uma ritualização que busca criar um ambiente propício para que “os deuses do cinema” possam baixar, como descrito por HB (2013, p. 225). “Filmes mágicos” e outras “atrações místicas” compõem uma “macumba metafísica”, como descrito no cartaz de divulgação da Sessão Pajé, que tem como subtítulo uma frase do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (2007): “o chocalho do xamã é um acelerador de partículas” (ver figura 4).

Figura 4 – Cartaz de divulgação de sessão do Mate com Angu



Fonte: Mate com Angu, 2013.

Foi entrando em contato com eventos que escapam à comunicação verbal e intencional, ao estudar feitiçaria no Bocage francês, que a antropóloga Jeanne Favret

Saada (2005) concluiu que há situações de pesquisa que precisam ser experimentadas em sua intensidade afetiva e não somente observadas:

Quando se está em um tal lugar, é-se bombardeado por intensidades específicas (chamemo-las de afetos), que geralmente não são significáveis. Esse lugar e as intensidades que lhe são ligadas têm então que ser experimentados: é a única maneira de aproximá-los (Favret-Saada, 2005, p. 159).

A postura defendida pela autora privilegia situações involuntárias e discursos espontâneos, expandindo as possibilidades de interação e descrição a partir da pesquisa etnográfica. “É urgente reabilitar a velha sensibilidade” (Favret-Saada, 2005, p. 155), diz ela. Não se trata de ter a pretensão de alcançar os afetos do outro, como se fosse possível colocar-se em “seu lugar”, mas de mobilizar nosso “próprio estoque de imagens” (Favret-Saada, 2005, p. 159).

Os cineclubes são espaços onde esse tipo de expressão da ordem do incontrolável se manifesta, fazendo com que as sessões sejam descritas como mágicas. Por isso, analisá-las exige atenção e uma relação com o tempo diferente daquela demandada por um filme apenas. Um vídeo pode ser revisto, pausado, assistido em diferentes ambientes e dispositivos. Trata-se de um produto editado, acabado. Uma sessão, não.

Parte do meu trabalho de campo incluiu rever filmes em diferentes sessões. Houve um curta, por exemplo, o “Joãosinho da Goméia: o rei do candomblé”, que assisti três vezes: a primeira em um evento no Instituto Moreira Salles, a segunda em um lançamento no Centro Afro Carioca de Cinema e a terceira na quadra da Grande Rio em Caxias, antes do ensaio da escola de samba que naquele ano, em 2020, homenageava o personagem retratado no filme.

Cada evento teve suas especificidades, afetadas pelas localidades de cada exibição. O primeiro foi na zona Sul, o segundo no centro do Rio de Janeiro e o último na Baixada. Esse recorrido deixou claro pra mim que uma sessão é, em si, um evento único, irreproduzível, mesmo quando o filme exibido já foi visto. O mesmo vale para um festival ou mostra de filmes.

Atenta a isso e sabendo que não seria possível trazer os detalhes de todas as sessões que acompanhei, escolhi descrever a noite de exibição de *NuFlow* por entender que ela condensa uma série de questões relevantes para compreensão do movimento cineclubista. Nela, estão presentes aspectos com os quais me deparei também em outras

sessões, em trabalho de campo realizado entre 2018 e 2024. Foi possível visualizar num único evento três frentes fundamentais da cena audiovisual da Baixada: produção, formação e exibição. Trata-se, afinal, da estreia de um filme produzido por moradores da Baixada que já foram alunos do Mate com Angu, evidenciando como esses três eixos não existem de modo isolado, mas de forma interdependente.

Fica evidente também a importância dos encontros, da partilha de emoções com amigos e familiares e das interseções com outras cenas culturais, como as da música e da poesia. Vale chamar a atenção para o clima festivo das sessões, que como sintetizou Adriana Facina (2014, p. 200), em análise sobre o Mate com Angu, retira do horizonte do cineclubismo “qualquer vestígio de pedantismo intelectual e frieza de modos que por vezes assolam os circuitos culturais alternativos.” Trata-se de algo “dionisíaco”, nos termos de HB:

A gente até cunhou uma expressão, a gente usou várias vezes, que é: cineclubismo dionisíaco. Porque tinha uma coisa mesmo de catarse total. A galera vinha sabendo que ali era um local que a gente vai extravasar mesmo. E é curioso que na tradição cineclubista o papel do debate pós sessão é um lugar muito especial. A gente fez muita sessão com debate mais caretão, mas a gente julgava que o nosso tipo de debate era um pouco diferente. A gente trazia os realizadores, sempre fizemos questão de trazer a galera, e os caras mergulhavam junto com a sessão, com a festa pós filme, e aí o público interagia com o diretor, com o fotógrafo na hora ali, com os atores. Então o filme ficava vivo durante o que rolava depois, as festas, as exposições. Então pra muita gente que fazia um filme e só exibia no circuito de cinema, no circuito classe média, vinha pra cá e pô: eu gosto de passar o filme no Mate porque quando acaba a gente tá com a galera, vaia no meio do filme, aplaude, abraça, discute mesmo o filme com a pessoa ali no quente, né? (entrevista concedida a Carvalho, 2022, p. 91).

Segundo Carvalho (2022), esse caráter celebratório de experimentação de linguagens e práticas “[...] representa impacto e força contundentes no sentido de desestabilizar as formas de fazer e assistir cinema estabelecidas, abrindo possibilidades de renovação” (Carvalho, 2022, p. 14). Estar com a galera, vaia no meio do filme, aplaudir, abraçar, discutir “no quente” seriam formas de “trazer o cinema pro corpo”, na visão de Igor:

Tem uma conjunção de fatores que permitiram ele (o Mate com Angu) ser tão agregador né? Das pessoas verem no Mate esse lugar de liberdade. Acho que era um lugar de... O HB tem falado essa palavra, mas é isso, se pegar o dionisiaco, o que ele significa, o que ele simboliza. Que linguagem é a linguagem dionisiaca, né? É trazer o cinema, que é uma coisa tão intelectual pro corpo. Que é ver o filme, o cara tá aqui em silêncio, tenso. Aí de repente vem um outro filme que enche o cara de esperança. Aí de repente acende as luzes, começa uma música foda. Aí vem uma cerveja gelada. Esse ambiente que tem a ver com esse território aqui, que é a coisa do terreiro da Lira de Ouro também, criava um ambiente, uma atmosfera. Que o brasileiro sabe fazer, e o Rio de Janeiro sabe fazer muito bem. Essa atmosfera de alta qualidade de relações humanas se apresentava aqui. Então as pessoas vinham porque era uma delícia vir pra cá e ficar aqui (entrevista concedida a Carvalho, 2022, p. 92).

É interessante notar que ao mesmo tempo que há uma demarcação do “território aqui”, a Baixada, há também uma sinalização desse lugar como parte de algo maior: o Brasil, o Rio de Janeiro, que sabem criar uma “atmosfera de alta qualidade de relações humanas”, na visão de Igor. A conversão do cinema de coisa intelectual para uma dimensão corporal é marcada por um conjunto de sensações descritas sinesteticamente em escalada: o cara em silêncio, tenso, um filme que traz esperança, de repente as luzes, agora acessas, começa uma música foda, a cerveja gelada chega culminante, pronto: está feito o ambiente, dionisiaco, terreiro. “Vir pra cá e ficar aqui” têm gosto e sabor: uma “delícia”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos de tanta facilidade de acesso às mais diversas produções audiovisuais por meios digitais e plataformas de streaming, o que leva alguém a sair de casa para ver um filme hoje em dia? Ainda faria sentido investir em espaços de exibição cinematográfica? Quando olhamos para a cena audiovisual da Baixada, fica evidente que sim. O que está em jogo, afinal, são os vínculos que o audiovisual pode promover, convidando o público a elaborações coletivas que se manifestam em formas celebratórias de fazer e assistir conteúdos audiovisuais, trazendo o cinema, “que é uma coisa tão intelectual”, pro corpo, como propõe Igor Barradas.

Os cineclubes são ambientes inclusivos não só para exibição de filmes autorais, mas para vários tipos de manifestação ecoados a partir de uma dinâmica de microfone e palco abertos. Essas expressões extrapolam a linguagem audiovisual e articulam diversas

cenas artísticas (musicais, teatrais, literárias).

A sessão apresentada no relato etnográfico é representativa da importância das redes e dos circuitos nos quais estão entrelaçados os cineclubes e de como a territorialidade costura essas relações. A pré-estreia de *NuFlow* permite pensar a Baixada como lugar de onde a diretora do longa é “cria”, local cantado nas trilhas sonoras do filme (como no funk Baixada cruel) e incorporado ao nome de artistas (do MC Baixada, por exemplo) listados nos créditos e agradecimentos. Ser da periferia nesse contexto é algo que provoca imenso orgulho.

Para apresentar o circuito de rap e poesia na sessão daquela noite foi preciso ligar pontos entre a favela, a Baixada, o subúrbio carioca e a Zona Sul, redesenhando simbolicamente o mapa da cidade, revelando vínculos onde muitas vezes só se enxerga caos e solidão. O relato etnográfico da sessão nos permite perceber essas conexões, revelando uma cidade mais complexa do que aquela representada por olhares “de longe e de fora”, como problematiza Magnani. A partir da etnografia, “em vez da anomia, isolamento ou fragmentação”, tão comuns em análises sobre a dinâmica urbana, “o que se vê são regularidades, arranjos coletivos, oportunidades e espaços de trocas e encontros” (Magnani, 2012, p. 251). Esse plano só se manifesta, contudo, a um olhar que se posiciona “de perto e de dentro”, como propõe o autor.

Como disse Livia De Tommasi (2013, p. 16), “no lugar de esperar que produtores culturais do ‘centro’ valorizassem e colocassem no mercado suas produções, os artistas periféricos viraram produtores de si mesmos”. Eles criam seus próprios espaços e critérios de exibição. Esse processo é indissociável de uma relativização da própria ideia de centro (Aderaldo, 2017), colocando em xeque a exclusividade das áreas centrais e da zona Sul do Rio de Janeiro como únicas detentoras de uma vida urbana pulsante e criativa. Outras centralidades são criadas e a partir delas questiona-se: quem está autorizado a definir qual arte é merecedora ou não de reconhecimento e por quê?

Vimos no relato etnográfico que os cineclubes são marcados pelo que é descrito por seus organizadores como “instante mágico”, um clímax, o ponto auge de uma sessão. Para alcançá-lo é preciso trabalho e entrega. Ao persegui-lo, desvenda-se toda uma trama que engendra os circuitos audiovisuais. Para me aproximar de alguma compreensão possível do que é descrito como a *magia* do cineclube, precisei me deixar afetar, a exemplo de Favret-Saada (2005). Do contrário, me passariam despercebidos o choro compartilhado, o olhar da mãe para filha cineasta, o comentário comovido de HB sobre a jovem que um dia foi sua aluna e tantas outras cenas que fazem de uma sessão

cineclubista um ambiente *mágico*. São sutilezas como essas que explicam a busca por uma experiência compartilhada do cinema.

REFERÊNCIAS

ADERALDO, Guillermo. **Reinventando a cidade**: uma etnografia das lutas simbólicas entre coletivos culturais vídeo-ativistas nas “periferias” de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2017.

ANCINE. **Anuário Estatístico do Audiovisual Brasileiro 2023**. Rio de Janeiro: Ancine, 2023.

BAIXADA FILMA. **Nós do Baixada Filma tivemos destaque no jornal Extra!** Baixada Fluminense, 16 jul. 2023. Instagram: baixadafilma. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CuxTOnUJW2_/?api=1&hl=zh-cn&img_index=1. Acesso em: 5 jul. 2024.

BRASIL PRÓXIMO. **Mapeamento dos grupos criativos da Baixada Fluminense**: relatório final. Rio de Janeiro: Brasil Próximo, 2015.

BUTRUCE, Débora. **Cineclubismo no Brasil: esboço de uma história**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 117-124, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/140/140>. Acesso em: 27 jul. 2024.

CANAL PLÁ. **O "NufLOW" já está no ar!!!** Nova Iguaçu, 20 dez. 2019.

CARVALHO, Thiago Nogueira. **Cinema é celebração**: a cena de exibição de cinema e audiovisual independentes do Rio de Janeiro na virada dos anos 2000. 2022. Dissertação (Mestrado em Mídias Criativas) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/30/teses/934924.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2024.

CASA FLUMINENSE. **Mapa da desigualdade**: região metropolitana do Rio de Janeiro: 2020. Rio de Janeiro: Casa Fluminense, 2020.

CASA FLUMINENSE. **Mapa da desigualdade**: região metropolitana do Rio de Janeiro: 2023. Rio de Janeiro: Casa Fluminense, 2023.

CINECLUBE MATE COM ANGU. **Sintam a energia do último Mate <3**. Duque de Caxias, 12 dez. 2019.

DANTAS, Laís. “Que seja natural pessoas como eu ganhando visibilidade”. [Entrevista cedida a] Fabio Leon. In: **Fórum Grita Baixada**. Nova Iguaçu, 1 ago. 2023. Disponível

em: <https://www.forumgritabaixada.org.br/entrevista-do-mes-lais-dantas>. Acesso em: 23 jul. 2024.

DE TOMMASI, Livia. **Culturas de periferia: entre o mercado, os dispositivos de gestão e o agir político**. Política & Sociedade, Florianópolis, v. 12, n. 23, p. 11-34, jan./abr. 2013.

FACINA, Adriana. Comida boa e farta. **Recôncavo: Revista de História da UNIABEU**, Belford Roxo, v. 4, n. 6, p. 197-200, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/reconcavo/issue/view/59>. Acesso em: 20 jul. 2025.

FAVRET-SAADA, Jeanne. **“Ser afetado”**, de Jeanne Favret-Saada. Cadernos de Campo, São Paulo, n. 13, p. 155-161, 2055.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio; DAVIES, Frank Andrew. **Alegorias e deslocamentos do "subúrbio carioca" nos estudos das ciências sociais (1970-2010)**. Sociologia & Antropologia, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 457-482, 2018.

HB, Heraldo. **O cerol fininho da Baixada**: histórias do cineclube Mate com Angu. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2013.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Da periferia ao centro**: trajetórias de pesquisa em antropologia urbana. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. O Circuito: proposta de delimitação da categoria, **Ponto Urbe**, São Paulo, n. 15, p. 1-13, 2014.

NUFLOW: **batalhas de rima e slams RJ**. Produção: José Alsanne. Direção de José Alsanne e Laís Dantas. Rio de Janeiro: Canal Plá, 2019. 1 vídeo (65 min 36 s). Publicado pelo Canal Plá. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M5vFJ6qossU&t=505s>. Acesso em: 11 jul. 2024.

O'DONNELL, Julia. **A invenção de Copacabana**: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940). Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

SIMMEL, Georg. **As grandes cidades e a vida do espírito** (1903). Mana, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 577-591, 2005.

VELHO, Gilberto. **Trajetória individual e campo de possibilidades**. In: VELHO, Gilberto. Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 31-48.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.

CINEMA DE PEDREIRO

MASON'S CINEMA

Cíntia de Aguiar Lima

 <https://orcid.org/0009-0006-3212-3963>

Correspondência: cintialimacinema@gmail.com

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

DOI: 10.12957/cdf.2025.93927

Recebido em: 1 set. 2025 | **Aceito em:** 25 nov. 2025

RESUMO

Essa pesquisa foi elaborada para falar sobre o cinema feito na periferia pelo coletivo BaixadaCine, da Baixada Fluminense, mais especificamente, em Belford Roxo. Cidade com população estimada em 510.906 pessoas e com 78.985 km² de território segundo IBGE, é a maior cidade do Brasil e não tem nenhuma sala de cinema. E para falar sobre esse tema trabalho conceitos como identidade, memória, território, interseccionalidade e feminismo negro. O coletivo é composto de maioria preta e LGBTQIA+, residentes na região da Baixada Fluminense que movimentam a cena cinematográfica local, seja produzindo filmes ou seja ensinando através das oficinas ministradas e distribuindo através do cineclube. É visível a importância de um coletivo como o BaixadaCine numa cidade periférica como Belford Roxo, uma equipe diversa em funções, territórios e condições sociais, com conhecimento de território, com metodologia própria, com produtos cinematográficos originais e muita experiência com baixos orçamentos, isso é bem característico do cinema independente feito pelo coletivo. Essa pesquisa também mostra como a luta da periferia para sobreviver ao caos urbano é feita através de olhos, principalmente, olhos negros e femininos.

Palavras-chave: Baixadacine; território; cinema de periferia; Belford Roxo.

ABSTRACT

This research was elaborate to talk about the cinema made in the periphery by the collective BaixadaCine, from Baixada Fluminense, more specifically, in Belford Roxo. City with an estimated population of 510,906 people and with 78,985 km² of territory according to IBGE, it is the largest city in Brazil and does not have a movie theater. And to talk about this topic, I work on concepts such as identity, memory, territory, intersectionality and black feminism. The collective is composed of 10 people, mostly black and LGBTQIA+, residents of the Baixada Fluminense region who move the local film scene, whether producing films or teaching through the workshops given and distributed through our film club. The importance of a collective like BaixadaCine in a peripheral city like Belford Roxo is visible, a team diverse in functions, territories and social conditions, with knowledge of the territory, with its own methodology, with original cinematographic products and a lot of experience with budgets, this is very



characteristic of independent cinema made by the collective. This research also shows how the struggle of the periphery to survive the urban chaos is done through eyes, mainly black and female eyes.

Keywords: Baixadacine; territory; periphery cinema; Belford Roxo.

1 INTRODUÇÃO

"A escrita é o exercício de perder o medo de se deixar ir." Mia Couto

O coletivo¹ BaixadaCine surgiu com a produção do primeiro curta-metragem, “Cor Viciada”, produzido no final de 2016 e lançado no dia 13 de janeiro de 2017, data oficial de nascimento do curta e do coletivo. O filme fala sobre o vício e a falta de expectativa sobre o amanhã, é um curta experimental rodado todo com câmera de celular. Surgiu do sonho de dois amigos, Sandro Garcia e Cassiano Sant’Anna. O resultado final não foi o que Sandro esperava, mas o Cassiano insistiu em lançar depois de todo o trabalho. Hoje, Sandro entende e concorda que o filme é aceitável por ser um curta iniciante, experimental e com um total de zero equipamentos ou capital. Sandro usou a cor preta e branca para maquiar a qualidade da imagem, essa limitação o fez pensar no que a cor teria a ver com o roteiro e teve. No final do curta, as coisas ganham cores e isso é parte da narrativa. A limitação foi o que motivou a ideia e isso é bem comum nas produções do coletivo. O filme foi feito por duas pessoas só, Sandro assinou o Roteiro, Direção e ainda atuou. Cassiano assinou a Direção e fez a narração. Foi uma experiência necessária que fez Sandro chegar a uma conclusão: “Cinema não se faz sozinho”.

É importante entender o que é um coletivo e porque não chamamos o BaixadaCine de produtora simplesmente. Os chamados coletivos são organizações que têm como objetivo o fomento cultural atuando também na esfera social. Apresentações artísticas, espetáculos e oficinas práticas - gratuitas ou a preços populares - são algumas das atividades desenvolvidas por esses grupos que surgem em todo País. Se for pensar nesse contexto poderia também ser uma produtora de audiovisual, mas o sentido de coletivo engloba mais que conjunto de pessoas, é um espaço de troca linear sem hierarquias e funções definidas. Os integrantes passeiam em diversas funções e fazem de tudo visando a finalidade que é o filme pronto ou a oficina ministrada.

¹Os coletivos indicam um conjunto de seres da mesma espécie. Podem ser específicos, indeterminados ou numéricos. Os coletivos podem se referir a um conjunto de pessoas, animais, plantas ou objetos.

2 REDE DE AFETOS DA BAIXADA

De onde viemos...

Antes do surgimento do BaixadaCine houve ações que contribuíram para o surgimento do coletivo, cineclubes como o Buraco do Getúlio, em Nova Iguaçu, e o Mate com Angu, em Duque de Caxias, serviram de inspiração para o Cineclube Velho Brejo, produzido pelo BaixadaCine que passou por vários locais de Belford Roxo como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFRJ, Campus Belford Roxo, o bar da Diana (que foi o primeiro bar que abriu as portas para o nosso coletivo e nosso cineclube), o Centro Cultural Donana (Centro cultural coordenado por Dida Nascimento que é um multiartista de Belford Roxo, esse espaço existe em homenagem a Dona Ana, mãe de Dida e alfabetizadora que abriu seu quintal para ensinar as crianças da comunidade) e o bar Lord Of The Beer (Bar em São Vicente, na cidade do amor, que recebe nossos eventos de braços abertos). Cabe ressaltar que foi através de um evento do Mate Com Angu que o BaixadaCine produziu o seu primeiro filme, o “Cor Viciada”, em um festival de curtas de até um minuto.

O nome BaixadaCine (ou BCINE) foi ideia do Sandro Garcia. Ele queria que o coletivo tivesse Baixada no nome de alguma maneira, ou pelo menos a letra “B”, em referência a Belford Roxo. BCINE foi uma escolha unânime, a letra “B” significava ambas as coisas, tanto “Belford Roxo Cine” quanto “Baixada Cine”. O BCINE era Belford Roxo Cine, depois virou BaixadaCine e, futuramente, quem sabe, BrasilCine.

A missão do coletivo é produzir e democratizar o acesso à linguagem cinematográfica para populações periféricas, é um grupo que tem como visão ser um pólo de produção e formação de cinema e audiovisual referencial na Baixada Fluminense. Os valores presentes são linguagem autêntica, pertencimento, impacto social, diversidade e celebração ao cinema. O cinema feito pelo BaixadaCine é um cinema de periferia, um cinema construído, um cinema de pedreiro. Cinema de pedreiro foi um termo criado por Lincoln Péricles, cineasta paulistano de Capão Redondo, que escreveu um manifesto sobre o que seria esse cinema em 27 de agosto de 2014.

Um cinema pedreiro significa revoltar-se de corpo inteiro contra uma opressão clara, opressão estética-política, opressão ideológica. Um cinema pedreiro virá de uma formação pública em cinema de risco, ou das ruas, não das escolas de cinema e seus esquemas, que formam robôs cineastas para ganhar editais ou trabalhar dirigindo publicidade e vídeo

institucional (além de suas vertentes que passam nas telas grandes) (Péricles, Lincoln, 2014) ².

Nosso coletivo é múltiplo, temos pessoas muito diferentes, mas que se ligam pelo amor ao cinema, pela questão racial e LGBTQIA+, somos de maioria negra e LGBTQIA+. Se formos pensar pela questão da interseccionalidade, podemos pensar em disputas de poder. Os conceitos acadêmicos surgem das lutas sociais e do ativismo. Segundo Patrícia Hill Collins (2019), a interseccionalidade pode ser vista como uma forma de investigação crítica e de práxis. Não dá para separar os conceitos raça, classe e gênero dentro do coletivo e das nossas produções.

Nós, Por Nós, Pra Nós e os manifestos para um cinema popular, esse é lema do cinema de pedreiro do BaixadaCine. Um cinema que parte de vivências reais e tenta dar sentido ao que é vivido através de imagens. O cinema de pedreiro do BaixadaCine tem sua base na ideia de cinema pedreiro criada por Lincoln Péricles. Apesar de não ser exatamente o mesmo conceito, houve uma inspiração. O cinema pensado por Lincoln é algo feito como em construção de tijolos mesmo, feito um a um, a própria construção e para nós do BaixadaCine, nós usamos esse conceito como se nós fossemos esses construtores desses tijolos. O nosso cinema é cinema de pedreiro, nós somos os fazedores dessa estética periférica.

3 CINEMA DE PERIFERIA

O cinema de periferia é feito a partir da diversidade corpos, por isso é feito através de conceitos como interseccionalidade, que é o estudo da intersecção de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação. A ideia é pensar esse cinema de maneira inclusiva e coletiva. Segundo Sandro Garcia, fundador do coletivo, o cinema foi privado, não apenas privatizado, foi tratado como um produto, o cinema foi totalmente descaracterizado como algo ligado a cultura e educação.

Filmes feitos com celular, filmes feitos por pessoas pretas, filmes feitos por moradores de periferia, filmes feitos por pessoas LGBTQs, festival de filmes de pessoas pretas, festival de filmes de pessoas periféricas,

²Por um Cinema de Pedreiro, Lincoln Péricles. Disponível em: <https://zagaiaemrevista.com.br/article/por-um-cinema-pedreiro/>.

cineclube de mulheres, cineclube projetado em muros, sessão de cinema em bar, cinema como corpo, cinema como vivência, cinema de denúncia, cinema de identidade, cinema experimental, cinema de garagem, cinema de periferia, cinema de quebrada, cinema marginal, cinema de pedreiro, cinema música, cinema feito em qualquer lugar imaginável, cinema na casa do caralho. Cinema. Finalmente deixando de lado sua pseudo origem industrial e comercial, o cinema deixou de ser produto e passou a ser priorizado como arte (Garcia, Sandro, 2022).

O nosso cinema, apesar de chamarmos de cinema de periferia, ele está num entre-lugar, não é só cinema de periferia, assim como também não é só cinema negro. Ele é muitas coisas e isso fica claro olhando nossa filmografia. Temos filmes que falam sobre maternidade e parto humanizado, o documentário “Da Casinha para a Vida” e também temos filmes que falam sobre música, sobre um compositor de São Gonçalo, o documentário “Altay Veloso - Alabê de mim mesmo”. O que fazemos é o cinema baixadense. O que fazemos vem de uma estética da Baixada, uma linguagem que tem inspiração nos fazedores da Baixada. BaixadaCine existe porque antes vieram outros. Nosso cinema é ligado ao território em que estamos inseridos.

O termo periferia vem dos debates econômicos e sociais ocorridos nos idos das décadas de 1950 e 1960 que faziam uma distinção entre países da periferia do capitalismo com as economias centrais, tinha um cunho negativo, na periferia era o que faltava, era a ausência. O termo periferia foi perdendo o estigma negativo com o passar do tempo e ganhando novos significados com a atuação dos atores sociais que movimentam a economia local, isso começou a mudar quando a periferia conceitua a periferia e toma para si o termo ressignificando a narrativa. A periferia é periferia em qualquer lugar, ela tem uma estética parecida, mas não única, por exemplo, a Baixada Fluminense é repleta de quintais como vocês podem perceber no documentário feito junto com essa dissertação, do qual falo melhor no último capítulo, várias entrevistas foram feitas nos quintais. Quando pensamos em algumas favelas esse processo é diferente e esses diálogos entre pares se dão nas calçadas. Na Baixada temos uma vivência poética através da semelhança dos quintais, é a poética do cotidiano.

A periferia se faz no coletivo, as experiências coletivas e o poder da arte ajudam a termos outra imagem da região. A poesia, a literatura, a música e o cinema levam os sujeitos a produzir e compartilhar suas narrativas sobre si mesmos e sobre seus espaços. O movimento cultural foi o mais importante difusor de uma consciência periférica, ao

criar pertencimento e identificação com o território a partir da arte. A prática social dos coletivos também experimentaram novas formas para o fazer político, tendo como

uma de suas principais potências o fazer artístico periférico dentro do seu próprio território. A epistemologia periférica se constitui por meio de uma vivência que produz identificação com os sujeitos da pesquisa, oriundos da mesma classe social e com identidades compartilhadas. Essa epistemologia periférica se estrutura também a partir de uma vivência dentro desse território vasto da Baixada Fluminense, sendo produzida por sujeitos periféricos que se locomovem pelas cidades e vivenciam a periferia.

4 BAIXADA FLUMINENSE E A IDENTIDADE DE UM GRUPO

A Baixada Fluminense, território da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, tem aproximadamente 4 milhões de habitantes e é composta por 13 cidades (Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica), quase 23% da população do Estado do Rio de Janeiro. É um espaço que tem suas belezas e suas mazelas, uma área que consegue ressignificar as coisas faltantes através da arte e da cultura, é um povo rico em diversidade, memória e identidade. É notório que a formação da identidade cultural de um território está relacionada aos espaços que se vive e é a partir desses espaços periféricos que se faz arte, é onde as discussões e os percursos de construção identitária se consolidam. A intenção é falar sobre o cinema feito na periferia, feito na Baixada Fluminense, mais, especificamente, em Belford Roxo, cidade com população estimada em 510.906 pessoas e com 78.985 km² de território segundo IBGE, é a maior cidade do Brasil que não tem nenhuma sala de cinema.

Quando pensamos num processo cultural dentro de um território, primeiro precisamos entender território como algo além dos estudos geográficos, a cultura é quase sempre associada ao lugar, a identidade cultural de um lugar se efetiva não pela certeza de sua localização territorial, mas por suas manifestações artísticas, costumes e tradições, mesmo que sejam parecidas com as representações de outros territórios, já que o importante é o reconhecimento das representações culturais pertencentes ao local. Assim, segundo Bourdieu (1998), as definições são alcançadas pelas relações que se estabelecem no campo social e não pelas propriedades consideradas em si mesmas, a posição no espaço social determina as suas disposições (*habitus*), que produzem

escolhas e esse espaço social é constituído por agentes ou grupos pertencentes a um determinado território.

É notório que a formação da identidade cultural de um território está relacionada aos espaços que se vive. Então, para introduzir a discussão e o percurso de construção identitária dessa pesquisa, é necessário mostrar o panorama do audiovisual da cidade de Belford Roxo, pelo recorte das relações sociais na ocupação territorial. As identidades culturais se apresentam de formas variáveis, múltiplas e são decididas pelos indivíduos, que transitam livremente por um mundo cada vez mais sem fronteiras claramente definidas.

A identidade de um grupo é o lugar que se assume dentro de um determinado contexto. Uma primeira questão que surge nas discussões sobre cinema é a questão da identidade, como esses processos audiovisuais são reconhecidos e se reconhecem, pois existe em qualquer sociedade ou cultura uma variedade enorme de identidades, há as identidades individuais e as identidades sociais ou coletivas e é nessa que vamos adentrar, pois não tem como pensar em um processo audiovisual sem ser de maneira coletiva (Hall, 2013). Segundo, McLuhan (1969), o meio é a mensagem. Pensar em um filme, não é pensá-lo como o meio que se faz necessário, mas sim como a mensagem que ele carrega que o torna imprescindível.

A identidade é um processo de reconhecimento, que conferem sentido a determinado grupo. Essa sociedade constrói e mantém a sua identidade através do seu passado histórico e simbólico, e essa identidade se reproduz e se fixa através da memória, que é um fenômeno social construído e reproduzido ao longo do tempo. A memória dessa comunidade tem caráter coletivo porque está na base da construção identitária e há um sentimento de pertencimento identitário que garante uma coesão histórica de uma sociedade. Ela pode ser entendida como narrativas de acontecimentos marcantes que legitimam e reforçam a identidade de um grupo. A memória seria uma reconstrução e uma representação do passado elaborado no presente. A identidade não é uma questão do que, mas de quem e pensar também como sentido das nossas andanças pelas cidades.

Maurice Halbwachs contribuiu definitivamente com as Ciências Sociais ao propor o conceito de memória coletiva e ao definir os quadros sociais que compõem esta memória. Para o autor, não existe memória puramente individual, posto que todo indivíduo está interagindo e sofrendo a ação da sociedade, através de suas diversas agências e instituições sociais (Enne, 2002, p. 129).

O estudo da memória social não é trabalho sobre passado nem reprodução desse

passado no presente. O trabalho sobre a memória social é uma produção de atos que nos fazem ter consciência da experiência que foi acumulada para nos mobilizar no presente. A memória social são os traços do passado que permanecem vivos na vida social dos grupos. São esses traços do passado que nos fazem agir. O conceito de *habitus* utilizado por Bourdieu (1998), possibilita a justaposição entre indivíduo e sociedade, se estrutura por meio dos processos de socialização, considerando-se, desse modo, o espaço social e as práticas individuais. Memória é um jogo forte entre presença e ausência.

Territorialidade é a nossa relação com o território e com o meio. Todo território é disputado nas territorialidades. Territorialidade como sendo a relação que a gente estabelece enquanto ser social com o território, bem mais que algo só dado, inato ou físico. É um processo social em que sujeitos concretos em suas lutas diárias mais diversas atribuem sentido a essas espacialidades. Não tratar o território como algo natural, algo dado, algo fechado em si mesmo, e sim como um processo que envolve relações de poder. Entender território como um signo a ser significado.

Território simbólico é a forma afetiva de lidar com aquele espaço, se apropriar da experiência do que foi vivido, é um território vivo como sujeito habitado. Buscamos território a partir dos sujeitos e das narrativas porque território também é corpo e nossos corpos precisam subverter as normas e pensar nossos corpos sem essas normas. Nossos corpos podem ser entendidos como imagem a partir do advento do audiovisual.

5 O FEMINISMO E A IDENTIDADE NEGRA NO CINEMA

"Eu não sou uma contadora de história, eu sou uma vivência da história." Adélia Sampaio

Quando fazemos um apanhado sobre a realidade das mulheres negras no país, entendemos o porquê temos que ter esse protagonismo vindo das nossas mãos negras. Depois de muitos anos sendo coadjuvante nas histórias escritas por mãos brancas, resolvemos pegar com muita maestria essa caneta e tomar esse espaço como produtoras de conhecimentos sobre nossas narrativas. Foi assim que Adélia Sampaio resolveu dirigir seus filmes na contramão do racismo estrutural presente no audiovisual brasileiro. Apesar de em 1931 termos o registro do primeiro filme dirigido por uma mulher, Cléo de Verberena em *O Mistério do Dominó Preto*, somente em 1984 tivemos um longa dirigido

por uma mulher negra, Adélia Sampaio em *Amor Maldito*. Adélia que só recentemente tem ganhado o merecido reconhecimento pela sua trajetória como cineasta, produtora e como mulher negra que conseguiu driblar os limites de ascensão social que são impostos àqueles que são pobres. No caso de Adélia, as dificuldades foram maiores, pois ela não era apenas pobre, mas também mulher e negra. E só 36 anos depois surgiu mais um longa dirigido por uma mulher negra em circuito comercial, foi em 2020 que lançou *Um dia com Jerusa* de Viviane Ferreira, e com ele Viviane se tornou a segunda mulher negra a dirigir individualmente um longa de ficção no Brasil. Viviane é diretora, roteirista e produtora audiovisual. Nós somos muitas mulheres negras no cinema, surgiram muitas de nós nas últimas duas décadas, dentre elas: Janaína Oliveira Refem, diretora e roteirista de Duque de Caxias, atuou no Festival de Cinema Negro Zózimo Bulbul e hoje integra a equipe da APAN (Associação de Profissionais do Audiovisual Negro)³; Luciana Bezerra, roteirista, diretora e atriz, cria e diretora do Grupo Nós do Morro no Vidigal, foi codiretora do filme *5x Favela* produzido por Cacá Diegues, onde dirigiu o episódio *Acende a luz*, dirigiu também os longas "A festa do Léo" e "7 cortes de cabelo no Congo". É autora do livro "Meu destino era o Nós do Morro" da editora Aeroplano; Camila de Moraes, diretora e jornalista, gaúcha e residente de Salvador há mais de uma década. Idealizadora e curadora do Festival Cinema Negro em Ação. É diretora do curta-metragem *Mãe Solo*. Somos muitas e diversas em nossos trabalhos. São muitas mulheres negras que me inspiram a seguir, não conseguiria citar todas aqui, mas somos muitas em vários cantos de país.

O texto e a imagem vem do trabalho similar à tecelagem, entrelaçando várias partes menores para obter um todo interligado. Assim, pode-se falar que a textura ou tessitura do texto e da imagem surge das redes de relações que garantem sua coesão e sua unidade. Escrever nossas histórias é uma forma de construir as nossas narrativas, usando nossa linguagem como ferramenta para tecer nossas próprias memórias.

Em "Um teto todo seu", Virginia Woolf faz uma reflexão sobre as condições sociais da mulher e a sua influência na produção literária feminina. A escritora nos mostra em que medida a posição que a mulher ocupa na sociedade acarreta dificuldades para a expressão livre de seu pensamento, para que essa expressão seja transformada em uma escrita sem sujeição e para que essa escrita seja considerada algo relevante. Virginia Wolf

³ APAN é o Quilombo do Audiovisual e do Cinema Negros, combater o racismo estrutural e referenciar possibilidades de construção coletiva, dentre pessoas negras, nas políticas públicas e no mundo do trabalho. Disponível em: <https://apan.com.br>.

já dizia que o primeiro passo para uma mulher escrever era matar o anjo do lar. Woolf usa a simbologia do anjo da casa em dois textos: um teto todo seu e no livro "profissões para mulheres e outros artigos feministas" que foi resultado de uma palestra que ela deu para trabalhadoras numa fábrica.

Enquanto escrevo, eu me torno a narradora e a escritora da minha própria realidade, a autora e a autoridade da minha própria história. Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminou (Kilomba, 2019, p. 28).

Enquanto escrevemos e dirigimos nossas histórias, narramos as nossas histórias, as histórias das nossas famílias e amigos, do nosso território e marcamos nossa existência.

Para conceituar um Cinema Negro no feminino é necessário definir critérios que nos permitam reconhecer e identificar características específicas de combate ao racismo, ao machismo e à homofobia, ao mesmo tempo em que essas obras cinematográficas atuam no sentido de promover a diversidade e a identidade negra, e, ainda, nos possibilitam enquadrar diferentes estilos naquilo que se convencionou chamar de gênero cinematográfico (Penha-Souza, Edileuza, 2020, p. 79).

O BaixadaCine surgiu dessa necessidade e não nos vemos incluídos nas grandes produções, nos chamados cinema de indústria, de não vemos nossas pautas dentro desse cenário.

6 DIREITO À CIDADE

As relações sociais se realizam na qualidade de relações espaciais. A reflexão sobre a prática socioespacial sobre a cidade diz respeito ao modo pelo qual se realiza a vida na cidade, enquanto formas de apropriação do espaço como elemento constitutivo da realização da existência urbana. Assim, o espaço urbano apresenta um sentido profundo, pois se revela condição, meio e produto da ação humana ao longo do tempo.

A cidade enquanto construção humana é um produto histórico-social. É impossível pensar a cidade separada da sociedade e do momento histórico analisado. É um fio condutor para a apreensão das contradições nas espacialidades e temporalidades

inerentes à dinâmica interna do espaço urbano.

O espaço da cidade é pensado nessa pesquisa como uma ferramenta analítica, como um lugar capaz de ter diversas camadas de sentido sobre o funcionamento das inter-relações entre os atores sociais que vivenciam essa cidade. Aqui, eu olho as trajetórias das vidas das agora nove pessoas que integram o coletivo e a pesquisa. E como as relações nos fazem entender o poder, as hierarquias sociais, raciais, de gênero e classe dentro do território da Baixada Fluminense. Essas relações de poder dentro do cinema evidenciam processos de construção de subjetividades e mostram a invisibilidade de como a periferia é vista dentro do cotidiano da indústria cinematográfica.

Vivenciar a cidade é uma vivência coletiva de indivíduos que se apoderam dos caminhos sociais e arquitetônicos de uma cidade para transformá-los em um imenso emaranhado de expressões e de suas realidades. Esse tipo de vivência faz da cidade um lugar de personagem de apoio simbólico, concebidos por meio das mais diversas linguagens artísticas.

A construção de uma sociedade igualitária se baseia na igualdade de raça, gênero e sexualidade. Ela tem que estar pautada pelos direitos humanos e pela diminuição da desigualdade socioeconômica. E usamos nossa oratória através da imagem, do cinema para construir uma perspectiva decolonial a partir de nossas vivências e memórias dentro do nosso território.

Pensar dispositivos de empoderamento é algo interessante (Berth, 2019) porque usamos o cinema com o objetivo de ter visibilidade e provocar discussões acerca da atuação do poder de indivíduos outrora silenciados. O poder está ligado a performance enquanto mulher negra atuante no cinema e o empoderamento seria um processo de validação e visibilidade desses corpos não hegemônicos que hoje figuram e reconstroem esse cinema padrão branco e heteronormativo feito por homens, configurando um novo processo comunicativo de construção das linguagens (Hooks, 2019), pensando num novo olhar sobre o cinema e numa nova forma de se fazer ouvida. Podemos pensar como essa disputa por espaço e novos valores transformam o meu trabalho e de Beatriz em um dispositivo de empoderamento.

Entendendo a questão da hegemonia branca e masculina no cinema, conseguimos refletir sobre as condições de vida e de trabalho dessas mulheres que atuam no cinema e em que contexto estão inseridas, encontrando brechas para trabalhar e sobreviver, e construindo novos caminhos através do nosso cinema de periferia fugindo de uma hierarquia social que nos prejudica intencionalmente. Aquilombar-se é o ato de assumir

uma posição de resistência contra-hegemônica a partir de um corpo político.

Para pensar sobre a interseccionalidade no cinema brasileiro, é importante examinar como os diretores abordam a diversidade de gênero, etnia, classe, orientação sexual e outras formas de discriminação na tela. Ao assistir a filmes brasileiros, observe as representações subjacentes, formas de linguagem e como os diretores abordam a interseccionalidade. Além disso, você também pode ler críticas de filmes e artigos acadêmicos sobre o assunto para obter uma compreensão mais profunda da interseccionalidade no cinema brasileiro.

Interseccionalidade é a percepção da interligação das diversas formas de desigualdade que afetam as vidas de mulheres e demais grupos marginalizados. Dentro dos estudos de cinema, a interseccionalidade focaliza a maneira como o feminismo negro e outras formas de resistência afetam a representação de mulheres negras nas telas. Esta abordagem também leva em consideração como as representações de mulheres negras se relacionam com outras formas de discriminação como racismo, sexismo, classe, orientação sexual e outras formas de opressão. Ao abordar estas intersecções, os estudos de cinema podem trazer à tona narrativas e representações que destaquem a luta contra as desigualdades de mulheres negras e outros grupos marginalizados. E o feminismo negro no cinema brasileiro é um tema crescente de discussão entre cineastas e críticos de cinema. A intersecção de raça e gênero dentro de um contexto brasileiro oferece uma visão das lutas cotidianas das mulheres negras no Brasil.

Angela Davis (2016) mostra a necessidade da não hierarquização das opressões, ou seja, o quanto é necessário considerar a intersecção de raça, classe e gênero para possibilitar um novo modelo de sociedade, ela destaca a importância de refletir sobre de que maneira as opressões se combinam e se entrecruzam. E as mulheres negras têm um papel fundamental nisso porque é o grupo mais atingido dentro dessa cadeia capitalista, então fomos obrigadas as nossas opressões e as dos outros grupos. Mulheres negras têm o corpo à disposição de lutas.

7 MEU DESTINO ERA O BAIXADACINE

Vi essa frase acima no título do livro *Meu destino era o Nós do Morro* da Luciana Bezerra, livro que ela conta sua trajetória de vida, desde a infância, suas vivências com o teatro e com o cinema, e fiquei pensando muito nisso sobre minha vida antes e depois do

BaixadaCine, como já disse anteriormente eu comecei tarde no audiovisual, já com mais de 30 anos, em 2019. E essa experiência mudou muito minhas expectativas de vida e de trabalho. Entendi que é importante falarmos de nós como parte integrante, contribuinte da formação política, histórica e social da Baixada Fluminense e não como somente vítimas da formação desse território. A ideia é não fazer nada sobre nós sem nós.

Minha ligação com a Baixada veio tarde, foi na vida adulta que consegui me sentir ligada a esse território. A cidade que me viu nascer, crescer, onde comemorei meus aniversários e minhas aprovações nos vestibulares, chão onde nasceu minha filha e me tornei produtora cultural, espaço esse onde vive minha família e pretendo criar meu neto que está vindo por aí. É nessa cidade que entendi quem sou e aprendi a entender de onde vim e porque estou aqui. O BaixadaCine é um projeto de vida.

E ser artista, ser cineasta na Baixada não é tarefa fácil, eu entrei nessa loucura mudando de carreira depois dos 30 anos e muitas vezes me questioneei sobre estar no caminho certo. Vivi muito tempo pensando que o que eu faço não é importante, que fiz escolhas ruins, mas quando olho onde o coletivo já chegou em apenas 6 anos, isso me motiva a continuar. E olhar também em quem me transformei a partir desse projeto.

Artista pra quê?" Logo depois do desabafo, sempre encontro o porquê: Para não calar nunca, para mudar o rumo das coisas, para contestar, para discutir, para alertar, para transformar, para acalmar minha inquietude, para sentir-me viva a cada dia. Essa é minha pulsão como artista (Bezerra, 2010).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa mostrou como a luta da periferia para sobreviver ao caos urbano é feita através de olhos, principalmente, olhos negros. Eu uso palavras e uma narrativa íntima para dar o tom do que é vivenciar a Baixada Fluminense. Eu descrevo meu território a partir do meu olhar de cineasta negra baixadense e os olhos dos meus me ajudaram a construir esse texto e moldaram também quem sou hoje. Nossa história é contada de dentro para fora e isso é insurgência, é rebeldia no mais belo sentido da palavra.

A nossa existência, os nossos processos mostrados através das nossas trajetórias enquanto grupo mostram um pouco da nossa construção de memória, das nossas

narrativas e de todo o processo que é de se fazer cinema neste território popular. O cinema é político e deve incomodar pelo conteúdo e no nosso caso incomoda os corpos pretos, periféricos e LGBTQIA+ que fazem esse cinema acontecer. Não há como fazer uma revolução preta no cinema sem buscar uma nova forma de fazer cinema e é por isso que buscamos tratar nossas temáticas e mostrar nosso território dentro das nossas produções. Eu não escolhi essa arte, o cinema que me escolheu. E a partir dessa escolha eu entendi que a minha busca por quem eu era estava se tornando algo mais palpável. Eu sou a pessoa que é compromissada com meu trabalho, minha família, meus amigos, com a construção de um mundo melhor, eu sou focada no que eu quero ser e sentir.

Não sei bem a quem se destina essa pesquisa e a quem pode interessar isso futuramente, mas escrevi tudo isso com amor, dedicação de quem tem paixão por um território, por um projeto e ama todas essas memórias e essas vivências proporcionadas pelas cidades por onde caminho e sigo caminhando. Todo esse percurso foi muito especial, doloroso algumas vezes porque escrever sendo mãe atípica não é das tarefas mais fáceis.

Nossas histórias podem e são usadas para humanizar, empoderar e incluir os nossos. O que hoje entendemos por memória já foi um momento presente, que sobreviveu ao tempo e se transformou em lembrança. A imagem é parte responsável desse processo, é uma linguagem visual que é um meio de construção do olhar sobre o mundo. Imagens nos grudam na construção de memórias e nos ajudam a mantê-las vivas, através da observação e dos registros imagéticos. Falar das de ontem, para fortalecer as de hoje e traçar caminhos para as de amanhã, ecoando nossas vozes.

Por meio de uma poética própria, o cinema constrói, em suas múltiplas vertentes, as sintaxes e sínteses de mensagens capazes de penetrar as estruturas sociais e culturais, transformando-as. A Baixada Fluminense é o que me faz enxergar, me formar enquanto ser humano. Pulsa em minhas veias e marca a minha pele. Difícil me entender ser pensante sem antes entender meu território subjugado. São 4 milhões de pessoas. Sou só mais uma. Vivendo a periferia e a transformando no centro através das imagens construídas por mim e pelos meus.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Luciana. **Meu destino era o Nós do Morro**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2010.

- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo**: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero. Geledes. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 22 mar. 2025.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- COSTA, Antônio. **Compreender o cinema**. São Paulo: Globo, 2003.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ENNE, Ana Lúcia. **Lugar, meu amigo, é minha Baixada: memória, representações sociais e identidades**, Tese (Doutorado em Antropologia Social) –PPGAS/Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2002.
- FERRAZ, Cláudio Benito O. **Entre-Lugar**: Apresentação, Dourados, MS, ano 1, n. 1, p. 15-31, 1º semestre de 2010.
- FOUCAULT, MICHEL. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GARCIA, Sandro. **Cinema à moda Bangu - A urgência do fazer sem pensar nas condições contrárias impostas do como e porquê**. Trajeto Errático, n. 3, p. 58-61, jun. 2022. Disponível em: <https://desaber.com.br/trajetoerratico>. Acesso em: 10 jul. 2022.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- HANCIAU, Núbia J. Entre-Lugar. In: FIGUEIREDO, Eunice (Org.). **Conceitos de Literatura e Cultura**. Juiz de Fora-MG: Editora UFJF; Niterói-RJ: EdUFF, 2005.
- HARTMAN, Saidiya. **Vidas Rebeldes, Belos Experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encenqueiras e queers radicais**. São Paulo: Fósforo, 2022.
- HOOKS, bell. **Pertencimento: Uma cultura do lugar**. São Paulo: Elefante, 2022.
- HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. São Paulo: Elefante, 2020.
- HOOKS, bell. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática**. São Paulo: Elefante, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra** - Éditions La Découverte, Paris, 2013, 2015 n-1 edições, 2018.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1969.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (1. ed. 1945).

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. (Org.): Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

OLIVEIRA, Clarissa Cé de. **As trajetórias de Adélia Sampaio na história do cinema brasileiro**. Trabalho de conclusão de curso de Jornalismo. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

OLIVEIRA, Janaina. **Por um cinema negro e feminino. Mulheres atrás das câmeras, as cineastas brasileiras de 1930 a 2018**. São Paulo, Estação Liberdade Ltda, 2019.

PASSOS, Pâmella. *et al.* Pesquisadora ou militante? Análises do pesquisar (sobre)implicação. **Mnemosine**, v.9, n.1, p. 212-223. 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41550/28819>

PÉRICLES, Lincoln. Por um cinema de pedreiro. **Zagaia em Revista**. 2014. Disponível em: <https://zagaiaemrevista.com.br/article/por-um-cinema-pedreiro/>. Acesso em: 23 jul. 2022.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *In*: **Estudos Históricos**, 5 (10). Rio de Janeiro. 1992. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941>. Acesso em: 23 jul. 2025.

RIBEIRO, Ana Paula Alves. Múltiplas Cidades: Representações do Rio de Janeiro no cinema e em outras mídias. **Recine: Revista do Festival Internacional de Cinema de Arquivo**, v. I, p. 124-137, 2013.

RODRIGUES, Chris. **O cinema e a produção**. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2002.

RODRIGUES, Donizete. Patrimônio cultural, memória social e identidade: uma abordagem antropológica. Macapá. **Letras escreve**, v.7, n.4, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/letrasescreve>. Acesso em: 15 jul. 2022.

RODRIGUES, J. C. **O negro brasileiro e o cinema**. 4. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

SOUZA, Adriana Carneiro de. **Afetos revolucionários: microbiografias de uma revolução periférica.** – 1. ed. -- Rio de Janeiro: Ed. da Autora, 2021.

SOUZA, Edileuza Penha de; FERREIRA, Ceíça. **Formas de visibilidade e (Re) Existência no cinema de Mulheres Negras**, São paulo. **Feminino e Plural**, p. 175-186. 2017.

XAVIER, Ismail. **O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência.** São Paulo: Paz e Terra, 2005.

Link do canal do Youtube

<https://www.youtube.com/BaixadaCine>

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.

A ARTE QUE BROTA DA MARGEM: AS PRODUÇÕES DOS ARTISTAS BXD E “DA BF” - ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE

ART THAT SPRINGS FROM THE MARGINS: THE PRODUCTIONS OF BXD AND 'BF' ARTISTS - STRATEGIES OF RESISTANCE AND IDENTITY CONSTRUCTION

Lilian Angélica da Silva Souza

 <https://orcid.org/0000-0002-2743-9107>

Correspondência: l.souza@ess.ufrj.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Letícia Silva de Abreu Lilian

 <https://orcid.org/0009-0004-2441-300X>

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

DOI: 10.12957/cdf.2025.94615

Recebido em: 10 out. 2025 | **Aceito em:** 25 nov. 2025

RESUMO

O presente artigo apresenta uma análise das produções culturais na Baixada Fluminense (BF), a partir de uma abordagem decolonial, considerando as implicações oriundas do estigma em torno do território. O objetivo consiste em evidenciar os impasses para a realização de produções artísticas periféricas na região. A hipótese é a de que a marginalização do território da Baixada Fluminense é o instrumento da colonialidade para a deslegitimação dos seus moradores como produtores de cultura. Trata-se de uma análise qualitativa, baseada na metodologia de revisão bibliográfica, a partir de um referencial teórico fundamentado na perspectiva da teoria decolonial, além de um levantamento quantitativo referente às produções artísticas, equipamentos e grupos culturais no território. Como resultados, identificamos categorias culturais que se destacam no trabalho que visa transformação social coletiva e comunitária, fomentados por um “espírito das periferias”, unindo os propósitos de uma agenda decolonial com as iniciativas culturais da BF.

Palavras-chave: Baixada fluminense; decolonialidade; produção cultural; artistas periféricos; Ediélio Mendonça.

ABSTRACT

This article presents an analysis of cultural productions in the Baixada Fluminense (BF) region through a decolonial lens, taking into account the implications arising from the stigma surrounding the territory. The aim is to highlight the challenges faced in carrying out peripheral artistic productions in the area. The central hypothesis is that the



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons BY 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.

marginalization of Baixada Fluminense serves as a tool of coloniality to delegitimize its residents as cultural producers. This is a qualitative analysis based on a literature review methodology, grounded in a theoretical framework informed by decolonial theory, along with a quantitative survey of artistic productions, cultural facilities, and groups within the territory. As a result, we identify cultural categories that stand out in work aimed at collective and community-based social transformation, driven by a “spirit of the peripheries,” aligning the goals of a decolonial agenda with the cultural initiatives of BF.

Keywords: Baixada fluminense; decoloniality cultural production; peripheral artists; Ediélio Mendonça.

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo parte do pressuposto de que o trabalho criativo no território subalternizado, como a Baixada Fluminense, reflete epistemologias e produz um conhecimento tecnológico interseccional¹, de abrangência pluriversal² e com potencial de transformação societária e reconhecimento identitário dos sujeitos. Utiliza o referencial teórico baseado na decolonialidade³ e na descolonialidade⁴, dedicando-se à pesquisa em produção de vida que abrange a diversidade e se contrapõe à colonialidade moderna⁵. Além disso, está atrelado à cultura e à produção artística como possibilidade de construção de futuro dos indivíduos segregados, estigmatizados e na “zona do não ser” (Fanon, 1968).

A metodologia se fundamenta na revisão bibliográfica de autores que sustentam estas categorias elencadas, como Maldonado-torres (2018), Santos (2023), Bezerra (2024) e Gonzalez (2010). Envolve também, estudos teóricos sobre a arte e a produção

¹A interseccionalidade é uma ferramenta de análise, para a compreensão das relações de poder e os determinantes sociais, mapeando os atravessamentos das desigualdades no cotidiano em diferentes níveis, sem unificar as vulnerabilidades sociais, e diagnosticando as particularidades dos impactos (Collins, 2020).

²O pluriversalismo é uma concepção construída por Grosfoguel (2008) a partir da crítica do conceito “universal”, que é advindo de um universalismo abstrato, construído pela modernidade ocidental que parte de uma visão particular de humanidade para enxergar o todo, em perspectiva global. Logo, a ampliação do conceito, além da crítica, contempla o universalismo concreto, gerando o pluriversalismo, que abrange diversos projetos políticos/éticos/epistêmicos de um mundo pluriversal, em contraposição ao universal.

³A decolonialidade é compreendida em uma perspectiva ampliada, comprometida com um projeto acadêmico-político, que detém a “capacidade de esclarecer e sistematizar o que está em jogo, elucidando historicamente a colonialidade do poder, do ser e do saber e nos ajudando a pensar em estratégias para transformar a realidade” (Bernardino-Costa, Maldonado-Torres, Grosfoguel, 2018, p. 9).

⁴O termo descolonialidade está atrelado à concepção de liberdade. Geralmente está presente quando o tema se refere a uma população historicamente colonizada que promove o movimento de independência da nação. Pode, ainda, ser utilizada não como um ato que foi realizado, mas um projeto inacabado (Rufino, 2021)

⁵A colonialidade moderna é uma categoria utilizada para se referir às formas de dominação atuais que preservam a continuidade da lógica de poder colonial, incluindo o avanço tecnológico na manutenção da estrutura do sistema-mundo capitalista moderno/colonial (Maldonado-Torres, 2018; Grosfoguel, 2008).

de cultura como uma necessidade humana, a partir da perspectiva de Fischer (1983), evidenciando a sua dimensão pedagógica e abordando experiências empíricas mapeadas pela Baixada Fluminense.

Dessa forma, a primeira parte do artigo apresenta o debate conceitual sobre a relevância e a potencialidade da cultura e da arte, principalmente, abordando a periferia. Destaca, ainda, como a viabilidade e a visibilidade de seus efeitos são essenciais para uma sociabilidade mais equitativa, diversa e que ofereça “Bem-viver⁶” para todos.

Em seguida, será abordado o território da Baixada Fluminense, a categoria “espírito das periferias” e o mapeamento de coletivos culturais na região. A última parte é encerrada com a história sobre o início do teatro da Baixada, por meio da trajetória de Ediélio Mendonça. Concluímos tecendo considerações sobre as potencialidades artísticas do território, que devem ser fomentadas para a construção de um futuro com menos desigualdade e opressão social, desmistificando a estética e a valorização cultural cerceada pela colonialidade do poder (Quijano, 2005).

2 A ARTE COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

O saber, o ser e o poder dialogam diretamente com o pensar, a arte e o ativismo. A agenda decolonial prevê essas áreas como principais na atuação revolucionária, sem se deter a uma limitação, mas com a definição de um ponto de partida (Maldonado-Torres, 2018). O processo de humanização está atrelado às potencialidades sociais e comunitárias das relações em sociedade, incompatíveis com a lógica capitalista de fetichização produtiva, princípios tayloristas e fordistas de trabalho, que invadem a vida como um todo.

A arte é um instrumento, e como intermédio de uma ação instrumental, pode ser utilizada para determinados fins ideológicos, compreendidos por uma força social, sendo uma espécie de arma. Detém um caráter místico e coletivo, essencialmente encontrado na dualidade de suas potências, abrangendo a vulnerabilidade e a elevação da habilidade humana, a fraqueza e a força (Fischer, 1983).

⁶O Bem Viver é uma categoria conceituada por Krenak (2020): “O Bem Viver pode ser a difícil experiência de manter um equilíbrio entre o que nós podemos obter da vida, da natureza, e o que nós podemos devolver. É um equilíbrio, um balanço muito sensível e não é alguma coisa que a gente acessa por uma decisão pessoa” (p. 8-9).

Outra concepção da função da arte, abrangendo a totalidade humana, é dar possibilidade aos anseios humanos de incorporar outras sensações, experiências, conhecimentos que ele ainda não viveu, tornando assim um “homem total”, parte de um todo. Sendo a arte uma ferramenta utilizada pelos humanos, “toda arte é condicionada pelo seu tempo e representa a humanidade em consonância com as ideias e aspirações, as necessidades e as esperanças de uma situação histórica particular” (*ibidem*, p.17).

Fischer (*ibidem*) defende que a arte é uma necessidade humana básica, presente em todas as formas de sociabilidade cultural. Ademais, a construção do conceito também prevê a possibilidade de reflexão e de projeção de outras óticas futuristas da realidade, mas que se choca com o modo de produção capitalista, na tentativa de transformar a arte em mercadoria.

Numa sociedade diferenciada, a arte se desenvolveu fora da magia precisamente em decorrência da diferenciação e como resultado da alienação a que conduziu essa diferenciação. Numa sociedade dividida em classes, as classes procuram recrutar a arte - a poderosa voz da coletividade - a serviço de seus propósitos particulares [...] Fora do côro da coletividade desenvolveu-se o *corifeu*. Os hinos sagrados tornaram-se hinos de louvor aos dirigentes. O totem do clã se subdividiu nos deuses da aristocracia (*idem*, p. 50).

Dessa maneira, ocorre o deslocamento da arte como porta voz do povo, para ser porta voz da burguesia para o povo. No entanto, essa estratégia hegemônica assume uma pseudo posse: em tentativas frustradas de usurpar toda arte, não corresponde com o seu ideal de sociabilidade. A essência de sua função prevalece, refletindo os elementos sócio-históricos. A arte retrata na sociedade de classes a histeria que a humanidade se encontra em desarmonia com o mundo exterior. “Numa sociedade em decadência, a arte, para ser verdadeira, precisa refletir também a decadência. Mas, a menos que ela queira ser infiel à sua função social, a arte precisa mostrar o mundo como passível de ser mudado. E ajudar a mudá-lo” (*ibidem*, p. 58).

A arte também é um dos meios utilizados pelos indivíduos que são alvo de opressão para se expressar e serem ouvidos pela própria comunidade e resistirem ao domínio hegemônico. Temos como fundamentação teórica dessa lógica de resistência o movimento protagonizado pela Educação Popular. Freire (1987) aborda uma técnica de alfabetização, baseada nos elementos culturais de determinada população, inseridos em um movimento coletivo dialógico, com o objetivo de ampliar a leitura do mundo, junto à

elevação da consciência crítica, porque "Dizer a palavra, em um sentido verdadeiro, é o direito de expressar-se e expressar o mundo, de criar e recriar, de decidir, de optar" (*ibidem*, p. 64).

Ao analisar os elementos históricos e especificidades do contexto brasileiro, Gonzalez (2010) descreve o racismo na América Latina como “racismo por negação”, por ser exercido de forma a negar as contribuições africanas na cultura, na tentativa de recalcar as expressões de uma Améfrica Ladina⁷. Por consequência, a alienação é mais eficaz, conforme dissipa a identidade do negro e solapa o viés da luta coletiva, a ponto dos indivíduos não se reconhecerem como iguais. Todos originados da América Ladina são ladino-amefricanos, por manifestarem contribuições africanas no falar, na cultura, nas expressões artísticas, na culinária e no sistema de crenças.

Em consonância, as concepções de “folclore” e “cultura popular” que foram adotadas para minimizar as influências culturais ameríndias e amefricanas na formação da sociedade brasileira, explora os níveis que o racismo à brasileira tem para deslegitimar a negritude do país. No entanto, a produção de arte e de cultura é uma possibilidade humana de “ser mais” (Freire, 1987), na práxis emancipadora que torna o indivíduo capaz de se compreender como sujeito transformador do mundo e não objeto (Fischer, 1983; Nascimento, 2017; Freire, 1987), refém de um destino designado pela desigualdade da modernidade/colonialidade ocidental.

A arte negra para a comunidade, além de materializar denúncias contra a desumanização afligida, é permeada pela influência da ciclicidade, da confluência, de elementos estéticos e simbólico, transpassados pela oralidade e a ancestralidade. A circularidade está sempre presente, seja na forma do encontro coletivo, na organização em roda, seja na compreensão infinita das coisas e transformações que estão em uma constante ciclicidade.

Por exemplo, o mundo e a história são compreendidos em estado constante de transformação e mudança, não existe um projeto acabado de mundo ou de salvação. Há ciclos de vida orgânica, a morte não representa o fim, mas um novo ciclo. Os ancestrais se mantêm vivos na vivência de seus descendentes. A matéria se une ao solo, fazendo parte da natureza de outra forma. A confluência parte de uma admiração da correnteza dos rios e suas interseções, tornando-os cada vez mais potentes, ao passo que se unem, sem deixar de ser o mesmo.

⁷Améfrica Ladina é uma expressão de González (2010) para intitular a latinidade de forma devida, pela inexistência da letra “t”, troca-se pelo “d”.

Um rio não interrompe a fluência das águas de outro rio no encontro, pelo contrário. Assim, é vista a semelhança e comparação que a confluência humana pode promover em consequência. Todos os humanos dependem um dos outros para viver, pois são seres sociais de natureza. Cada confluência em vida humana, potencializa nossa existência, mesmo que não seja eterna, todo contato nos marca e como a natureza, nos torna potentes e nos expande devido as relações. A organicidade do conhecimento parte do saber que alinha a vida humana como parte da natureza. Por isso, “A nossa terra não nos pertencia, nós é que pertencíamos à terra” (Santos, 2023, p. 9).

Dessa maneira, muitas expressões artísticas como o samba, a capoeira, esculturas em madeira, o jongo, as escritas utilizando a metodologia da *escrevivência*⁸ etc, foram e são utilizadas como ferramentas de emancipação da opressão e do trauma colonial (Kilomba, 2019). Assim,

Mantendo nossa razão-lógica específica a salvo da alienação, nossa integridade criativa, manifesta em arte negra, produz o exorcismo da brancura, reduzindo progressivamente seus efeitos de séculos de negação, perversão e distorção de nossos valores de forma e essência. A arte dos povos negros na diáspora objetifica o mundo que os rodeia, fornecendo-lhes uma imagem crítica desse mundo. E assim essa arte preenche uma necessidade de total relevância: a de criticamente historicizar as estruturas de dominação, violência e opressão, características da civilização ocidental-capitalista. Nossa arte negra é aquela comprometida na luta pela humanização da existência humana (Nascimento, 2017, p. 180).

Na sétima tese sobre a decolonialidade e a colonialidade, Maldonado-Torres (2018), reafirma o compromisso que a ação decolonial deve ter em manter o seu corpo aberto. Isso significa que a prática implica em estar de frente com as feridas, conscientemente ou não coloniais, evitar o silenciamento do corpo e o isolamento, enxergando onde está afetado. Mas, não quer dizer estar exposto a qualquer ataque, mas ter autonomia do que se deixar abalar.

O corpo aberto escolhe a flecha que irá acertá-lo. Dentre esse tópico, há destaque para a potencialidade da produção artística negra no processo de abrir o corpo. A arte é uma possibilidade de olhar para dentro de si e se reconhecer como sujeito transformador

⁸Conceição Evaristo é a autora conhecida por apresentar a *escrevivência* como um método de escrita que reconhece o lugar de fala da escritora e legitima as experiências, como uma fonte de conhecimento.

do mundo. Assim, importa compreender a emergência de transformar uma estrutura social exploratória e acumuladora, incompatível com o Bem-viver.

3 BAIXADA FLUMINENSE: ENTRE O IMAGÉTICO MARGINAL E O “ESPÍRITO DAS PERIFERIAS”

Território é uma categoria que deve ser analisada ultrapassando a lógica de caracterização geográfica, mas também como ferramenta de dominação. A abordagem implica na compreensão da categoria por meio da inseparabilidade da materialidade e a natureza, consistindo na historicidade das ações humanas no local. O território é vivo e está vivendo, pode ser móvel ou fixo, acarreta ações históricas passadas e atuais no presente, para uma leitura total de sua significância (Santos; Silveira, 2006).

O Brasil é um território que cresceu de forma desigual e combinada (*ibidem*). Algumas regiões tiveram um desenvolvimento industrial mais ampliado do que outras, implicando em investimentos públicos variáveis em estruturas, instituições e serviços. Isso reflete a desigualdade entre regiões centrais, que aglomeram mais oportunidades de trabalho, enquanto as áreas rurais e periféricas, reúnem uma grande parcela da população em estado de miserabilidade.

Dentro de suas regiões existem subdivisões que abrangem desigualdades de forma macro e micro. A Baixada Fluminense é um território do Estado do Rio de Janeiro com aproximadamente 2,2 milhões de pessoas (SEBRAE, 2022). Nela, o município mais populoso é o de Duque de Caxias, com o total de 808.161 pessoas (IBGE, 2022), sendo 69% da população declarada preta e parda, 8,8% alcançaram a conclusão do ensino superior, enquanto 30,4% não tem instrução ou tem o ensino fundamental incompleto.

A população ocupante é estereotipada como periculosa e marginalizada, principalmente por estar localizado distante do centro da cidade do Rio de Janeiro. Parte das cidades são conhecidas como cidades-dormitórios, devido aos desafios enfrentados por seus habitantes, como a pouca oferta de condições de sobrevivência, referindo-se à distribuição desigual e insuficiente das oportunidades de empregos e equipamentos urbanos; falta de acesso a serviços básicos - como aqueles de atenção à saúde - e à educação básica e superior; crescente demanda por habitações; transporte público insuficiente e de alto custo; degradação do meio ambiente e o esgotamento dos recursos naturais; insegurança pública, entre outros, que colocas em risco os seus moradores.

O estigma⁹ foi definido pelos gregos em referência à marcas corporais que foram usadas para reproduzir conotações pejorativas a determinados grupos por motivos religiosos, culturais e outros. Com o surgimento da sociedade de classes, o estigma passou a ser utilizado para designar evidências ou características que podem ser consideradas para desvalorizar alguém, assemelhando a um defeito, fraqueza ou desvantagem (Goffman, 1981). Dessa forma, o estigma sobre a marginalização do território acarreta situações que causam sentimentos de sofrimento, devido a rejeição e preconceito sofridos. “Alguns depoimentos explicitaram, com perversa acidez, situações em que a percepção da discriminação sofrida – por local de moradia, ‘por ser da Baixada’ – produziu distorções na imagem sobre si e suas potencialidades.” (IBASE, 2015, p.32).

Os jovens entrevistados para o mapeamento dos grupos criativos do território, realizado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), falam sobre o processo de produção cultural que contém afeto e valorização comunitária. O enfoque da pesquisa na geração mais jovem gerou críticas, por serem vistos como seres em fase de desenvolvimento. Fanon (1968) conceitua a “zona do não ser”, onde o colonizador aprisiona o colonizado. Comparando a teoria com a realidade da juventude da periferia, há uma expectativa na concepção de um “ser alguém”, que é triplamente negada.

Primeiro, pelo território, que representa o improdutivo e o escasso. Segundo, pelo racismo, que impossibilita a reprodução das epistemologias ancestrais da negritude e do seu próprio corpo material. Terceiro, por uma questão temporal e geracional, que não é reconhecida como uma fase relevante para a construção da vida como um todo.

A mídia se apropria dos instrumentos de manutenção da imagem marginal do município. HB (2013) menciona o histórico bullying midiático que estigmatiza o município de Duque de Caxias, como uma zona de perigo. Essa marca do território é reforçada por figuras violentas em contos sobre a “terra da pistolagem”, dissipadas por programas de rádio e pela comunidade. O autor caracteriza esse movimento como a folclorização da cidade, que já foi até privada do direito ao voto.

⁹“O termo estigma [...] será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso” (Goffman, 1981, p. 6).

Caxias é uma cidade extremamente rica e promissora, mas que foi historicamente massacrada pela política aliada ao banditismo, pela depredação da Mata Atlântica, por crimes ambientais, como as retificações de rios, pelo abandono do Estado, pela exploração da miséria, pelas doenças ligadas à pobreza, pela grilagem de terras, pelos grupos de extermínio, pela especulação imobiliária, pela sombra exercida pela cidade do Rio e pela ação pesada da ditadura militar, resultando numa cidade escrota, para dizer o mínimo. E tem uma das maiores concentrações de renda do país: dos mais de mil municípios do Brasil, Caxias há décadas está entre os vinte maiores orçamentos, e, no entanto, a qualidade de vida é péssima (HB, 2013, p. 25- 26).

Os jornais impressos, digitais ou televisionados, são meios de comunicação coordenados pela mesma classe dominante gestada pelos colonizadores. Neste contexto, as instituições operam visando garantir a manutenção social, divulgando informações com a perspectiva da narração do colonizador. Nesse sentido, o telejornal, por meio de seus agentes protagonizam um discurso agressivo nas matérias diárias relacionadas a crimes, em geral no território, como uma zona infértil de ações positivas e potencialidades transformadoras em relação área educacional e cultural.

O ódio plantado por este discurso alimenta a revolta entre os iguais, fazendo-os concluir que o “outro” representa as dificuldades de ascensão social e econômica que eles possuem. Assim, os conflitos dos indivíduos da mesma classe social, favorecem a permanência da opressão (Freire, 1987). A intenção da comunicação social ser utilizada como instrumento de manutenção social é aperfeiçoar os detalhes do controle subjetivo, direcionando o julgamento do espectador a uma conclusão acrítica.

Portanto, esse é o cenário ideal para uma cortina de fumaça que afaste ou reduza as possibilidades de um debate qualificado sobre a inexistência, insuficiência ou baixa qualidade de serviços públicos na região. Somado a isso, uma agenda em torno das possibilidades de criação ou implementação de projetos legislativos, campanhas e iniciativas públicas, com o objetivo de assegurar condições adequadas de manutenção da vida para a população.

Dada a relevância de descolonizar a história, Bezerra (2024) aborda o “espírito das periferias”, moldado pelo espírito da floresta. Segundo ele, trata-se da força da ancestralidade, os antepassados que viveram na terra, lutaram e defenderam suas formas de existir, produzindo a dimensão da comunidade em relação ao domínio colonial e hegemônico. A categoria transcende sua dimensão simbólica religiosa, pois sua existência não depende do cultivo da ancestralidade, ela se manifesta e sustenta a vida independentemente desse vínculo.

A Baixada Fluminense é um território carregado da ancestralidade de imigrantes, sambaquieiros, tupinambás e africanos. Foi primeiramente ocupada pelos povos bantos, compostos pelos benguelas, angolanos, congos, monjolos e tantas outras identidades de africanos que chegaram no Brasil. Esses ancestrais mantiveram outra relação com a natureza, aprenderam a restitui-la e a viver com a terra, perante as tentativas estatais de genocídio e extermínio da sua comunidade. “Para mim, a ancestralidade é a única forma de viver possível nas periferias...” (*ibidem*, p.17). Sendo uma herança das pessoas que se manifestam/movimentam pela natureza, se objetiva pelo que nasce e brota na terra.

O povo das conchas, conhecidos como sambaquieiros, tem sua existência datada de aproximadamente 10 mil anos atrás. Ao redor da Baía de Guanabara, há vestígios desses povos de 7 mil anos (*ibidem*).

Os sambaquis são montes de conchas também conhecidos como concheiros. [...] Em geral, localizam-se em territórios próximos do mar ou grande rios espalhados por todo o litoral brasileiro. A sua estrutura é formada por conchas, moluscos e plantas rasteiras. Alguns são montes de conchas, outros são sambaquis de encostas, isto é, as conchas e moluscos foram depositados em uma encosta ou barranco que serviam como referência e que ainda hoje sustentam as memórias e as histórias que foram soterradas pela colonialidade (*ibidem*, p. 29).

Tendo como base a ausência de traumas e fraturas nas escavações de sítios arqueológicos, Bezerra (2024) define uma característica dos sambaquis, que é a paz, afirmando que a imagem de um território violento e marginalizado foi trazido com a dominação colonial. Os tupinambás são povos que estiveram presente em Duque de Caxias e Magé; presença que pode ser registrada em nomes mantidos na região, como Piabetá, Magé, Iguaçu, Sarapuí. Outra herança ancestral marcante é a cultura agrícola da mandioca, além da pesca, confecção de material artesanal, entre outros.

A trajetória dos africanos no Brasil se entrelaça à ancestralidade indígena no trabalho, executado em meio à agricultura. A maioria desses povos estavam empregados em roça de mandioca. Bezerra (*ibidem*) aborda também Santos (2023) para conceituar a roça, que tem grande valor em relação à sociabilidade e a dimensão pedagógica comunitária, realizando uma troca do ser com outro ser ou entre o ser e a natureza: “A diáspora também foi tecnologia” (p. 46).

Com isso, a autora destaca a ressignificação das epistemologias dos territórios africanos, transportada pelos seus povos em solo brasileiro, possibilitando a adaptação de

técnicas e métodos. Essa característica é componente do “espírito das periferias” que “[...] se confronta diariamente com a modernidade e a necropolítica através da partilha e da solidariedade daquilo que se tem de mais valioso, podendo ser o alimento, o teto, um lugar na fila ou apenas conhecimento e informação” (*ibidem*, p. 52).

A junção de etnias nos povos bantos, como povos centro-africanos, era compreendida para além da imposição do cativeiro. Representava uma confluência, uma ampliação do próprio ser devido o encontro com o outro, caracterizados como princípios filosóficos dos caboclos¹⁰. Logo, a troca e partilha entre as comunidades indígenas significa a aquisição de outras potencialidades comunitárias, compondo o sagrado popular; esse que se mantém preservado na periferia e nos sertões brasileiros (*ibidem*).

Uma semelhança entre esses povos mapeados por Bezerra (2024) é que há vestígios de deslocamento desses povos, em relação ao interior do Brasil e do continente sul-americano, além de práticas de atividades de navegação. Logo, não estavam isolados de outras etnias e culturas, mantém não só a conexão com a natureza, mas a possibilidade de dialogar e partilhar com outras comunidades, o que compõe ações incompreensíveis à lógica de dominação colonial com a sua forma de extorsão compreendida na formação social brasileira.

A terra cria o laço, forma conexão eterna entre tudo que nasce e todo ser que é criado ao redor de sua amplitude, surgindo a categoria corpo-território (*ibidem*). Assim, a escassez não se torna uma limitação do espaço, por meio da confluência entre a ancestralidade, a terra e as pessoas. A vida surge porque esse movimento existe junto à fluidez e os ciclos da natureza.

A modernidade cita as condições para sua reprodução que é a produção de escassez, a fabricação do esquecimento de povos e sua dizimação, promovendo um não lugar para o colonizado vivo e o esquecimento para os já vividos. O “espírito das periferias” é remodelação do espírito das florestas na sobrevivência dentro do espaço urbano, que Fanon (1968) vai definir como a zona do colonizado. Dentro desse espaço que habita o ser, também há o que chamamos de território e nele há disputas políticas para o condicionamento da vida dos povos ou pela sua sobrevivência.

¹⁰Caboclos são a junção da etnia africana e indígena. “Uma das palavras utilizadas para designar o caboclo em tupi é *caa-boc*, que significa ‘aquele ou aquilo que vem da floresta’. Assim, não é muito difícil pensar que a luta contra a dominação colonial conectou os povos das florestas americanas e africanas [...]” (Bezerra, 2024, p. 53).

Em meio ao conflito, o “espírito das periferias” é o suporte para a sobrevivência dos colonizados, o corpo dançante entre as lutas e as festas, que carrega a experiência de seus ancestrais. E para lutar tem que ter vida, e para ter vida tem que fazer sentido existir; só há sentido se há prazer em estar. Na modernidade, não há prazer sem a posse; a posse, como fator de humanidade e hierarquia, aniquila a vida coletiva.

4 A PRODUÇÃO DE VIDA NA MARGEM

O movimento de transformação do território da Baixada Fluminense, em prol da produção de vida, se deu pela criação de associações de moradores e o surgimento de federações na região, criando variadas instituições culturais, como casas e centros, a partir de 1980 (IBASE, 2015). O desassossego dos moradores diante da “cultura da Baixada” que estava sendo vendida, os impulsiona à tentativa de movimentar uma cultura em favor da vida, explorando as potencialidades territoriais acima da violência.

Houve impasses, à época, como a ausência de transporte, principalmente à noite, de recursos financeiros, instabilidade na implementação de políticas públicas de cultura, somadas às questões subjetivas decorrentes do preconceito. Assim, começaram a surgir os primeiros produtores culturais do território.

Associados a outros grupos com forte tradição na luta contra a ditadura um fluxo de referências aproxima o município do Rio de Janeiro (Centro) e os municípios da Baixada: “[...] fomos influenciados por uma pós-ditadura em que a gente sentia vontade de se colocar e falar. Por grupos como Asdrúbal trouxe o Trombone, como o Dia a Dia, do João Siqueira, com o Almir Haddad, que chegou no Rio de Janeiro com o grupo Tá na Rua”. Outros, ao rememorarem essa fase da vida, demonstraram possuir uma percepção menos saudosa. Nos relatos, misturam-se alegrias, frustrações e reversos entre as expectativas construídas e a realidade plenamente vivida: “[...] a atividade cultural nasceu como uma efervescência da necessidade de me comunicar. Acabei me aproximando dos grupos culturais naquele momento, depois ficou complicado. [...] Isso me deu uma cansada, hoje estou afastado”, disse um deles (*ibidem*, p.34).

Dos entrevistados para a pesquisa do IBASE (2015), 61,74% (71) não conta com nenhum auxílio ou suporte financeiro, 80% (92) diz não possuir geração de renda nas atividades realizadas, 58,77% (67) afirma que se mantém por ações pontuais ou doações,

como bingos, rifas, cachês, premiações, editais federais, estaduais, municipais ou de iniciativas privadas etc. Como estratégia de resistência e permanência, 80% dos depoentes relatam a existência de parceria com outros grupos, formando uma rede de suporte. Além disso, a rede possibilita uma mobilização coletiva com outros grupos na integração de 60% das atividades desenvolvidas. A mobilização da comunidade aparece para 43,9% deles, de forma frequente.

Outro modo de organização dos grupos visando a sua continuidade é os integrantes serem responsáveis por várias funções, como produção, criação, articulação, mobilização, escrita e construção dos projetos, inscrição para editais e captação de recursos. A manutenção dos grupos é fundamental para a qualidade de trabalho que pode proporcionar aos funcionários, benefícios e qualificações. Dentre os integrantes, a presença dos jovens é marcante. Por um lado, há uma construção de projeto de carreira no âmbito da cultura, inteirando-se sobre cursos superiores e especializações em artes, produção cultural e até mesmo a possibilidade de intercâmbio na área.

A construção do futuro profissional desses jovens está intrinsecamente ligada às críticas e reflexões do cenário cultural, ao compreender a ausência de subsídios, somada à falta de reconhecimento do trabalho artístico dos grupos locais. Fomentam suas ações como agentes políticos, a fim de alimentar o debate sobre dignidade, cidadania e o direito à cultura. Com isso, pressionam o poder público para a elaboração de novas oportunidades.

Entre as principais dificuldades para a manutenção ou execução das ações e produções culturais, as questões financeiras alcançaram 90,27% (102) dos grupos. Em seguida, 69,91% (79) citaram a infraestrutura e 46,36% (49) comentaram sobre a mobilidade como desafio (IBASE, 2015). Sobre a produção cultural do território, no período posterior à pandemia de Covid-19, houve a formulação da pesquisa Impactos da Covid-19 na Economia Criativa da Baixada Fluminense (Guerreiro; Borja; Barbosa Filho, 2021) constatando que 87,1% das/dos trabalhadoras/es da cultura da Baixada Fluminense que responderam à pesquisa não possuíam vínculo empregatício formal antes desta crise sanitária.

Em relação à situação emergencial de vulnerabilidade desses trabalhadores do território, em comparação à capital do Estado do Rio de Janeiro, o IPPUR (2022) evidencia ações governamentais que compõem o projeto de desmonte ao setor da cultura antes mesmo do período pandêmico, promovido pelo Estado desde meados da década de 2010, por medidas neoliberais. Segundo dados do IBGE (2019),

ARTIGO | A Arte Que Brota da Margem: As Produções dos Artistas BXD e “da BF” - Estratégias de Resistência e Construção de Identidade

A participação da despesa com cultura na conta final do governo federal foi de 0,07%. Ou seja, em termos de ajuste fiscal, o impacto é ínfimo; sua função é outra: política e ideológica, desmobilizando e desmantelando o setor e todas as lutas travadas nas múltiplas esferas, abrindo espaço à gestão via iniciativa privada (s.p), (IBGE, 2019).

A pandemia foi responsável pela acentuação do cenário de escassez e vulnerabilidade da classe trabalhadora. Para os artistas, os meios de trabalho presencial, como espetáculos de artes cênicas, cinemas, shows, exposições, saraus de poesia etc., foram proibidos após a segunda semana de março de 2020, particularmente no estado do Rio de Janeiro (Brasil, 2020).

As medidas estatais resultaram na criação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei 14.017/2020). Mesmo diante da criação de estratégias para responder às demandas dos profissionais da área que tiveram suas fontes de renda afetadas, os artistas da Baixada Fluminense sofreram em relação ao direcionamento dos recursos voltados apenas para a Zona Norte e Zona Oeste do Rio de Janeiro, além de questões burocráticas para tornar determinados espaços em pontos de cultura (Guerreiro; Borja; Barbosa Filho, 2021).

A Baixada Fluminense é um território rico de diversidade e produções culturais potentes, a exemplo de produções como HB (2023), contando a trajetória da criação do Cineclube Mate com Angu, baseada em uma perspectiva de pedagogia emancipadora e transformação imagética da marginalização de Duque de Caxias.

A pesquisa do IBASE (2015) listou o total de 331 iniciativas culturais, das quais 115 são formadas por jovens moradores dos 13 municípios que formam a Baixada. Os grupos desenvolvem trabalhos artísticos que vão da dança ao circo, passando por música, carnaval, teatro, literatura, entre outras linguagens. Entre eles, 69,91% responderam que a falta de espaços para apresentação dificulta o trabalho e 90,27% apontou as dificuldades financeira.

Mesmo com a falta de espaço e dinheiro, os grupos ocupam as ruas como estratégia de realização de ações e de visibilidade. Para além da estrutura, há poucos equipamentos culturais, atualmente existem 34 bibliotecas, três museus, 11 teatros e oito centros culturais em toda a Baixada Fluminense. Os profissionais do setor público municipal da área cultural não detêm especialização na área para gestão dos incentivos fiscais e fundo público, verificado em reuniões do conselho de cultura. O que move, muitas vezes, as ações são motivações partidárias (*ibidem*).

A consulta aos sites oficiais revelou acentuada assimetria entre as informações divulgadas oficialmente pelos órgãos de cultura dos municípios e as atividades divulgadas pelos grupos nas redes sociais. [...] Aparentemente, considerando-se as matérias divulgadas nos endereços eletrônicos, poucas incluem artistas e grupos locais nas programações, colaborando diretamente para espaços de consumo e geração de rendas locais. No contato direto com os grupos, observou-se que as expectativas de reconhecimento local, em geral, não são atendidas, restando-lhes a sensação de serem segregados dos grandes eventos de seus municípios (ibidem, p.39).

5 VOCÊ É NETO(A) DE EDIÉLIO MENDONÇA?

O Galpão Gomeia Criativo (Centro de Duque de Caxias, onde está localizada a Escola Livre de Artes da Baixada Fluminense), deu início às atividades festivas do dia de São Cosme e Damião, realizando a aula de abertura da Escola Livre de Artes da Baixada Fluminense (ELA da BF), no dia 27 de setembro de 2025. A gestora do ponto de cultura, iniciou a apresentação, afirmando que a sala de cinema que foi construída no espaço, foi recentemente inaugurada com o nome de “Sala Ediélio Mendonça”. No dia anterior, o espaço havia recebido a apresentação do espetáculo “De repente 27”, realizado pela Cia de Arte Popular, em comemoração há mais de 27 anos de trabalho artístico.

Fundada em 1997 no município de Duque de Caxias, a Cia de Arte Popular guia sua inquietação no contínuo aprimoramento da pesquisa cênica baseada na expressividade popular, colocando essa cultura na roda, na rua, na praça, no palco, no dia-a-dia. Ao longo dos anos, com seus 16 espetáculos montados e dezenas de prêmios em festivais de teatro pelo país, tornou-se referência primordial nas Artes Cênicas produzidas a partir da Baixada Fluminense. A Cia de Arte Popular faz parte da Rede Baixada em Cena, ganhadora do Prêmio Shell/2016 na Categoria Inovação em Teatro (Programa da peça teatral “De repente 27”, 2025).

O espetáculo está em circulação pela Baixada Fluminense, incluindo o Instituto Cultural Cerne, Teatro Firjan SESI Caxias, e pelo Centro do RJ, como o Teatro Léa Garcia. Composta por artistas de grande trajetória no território. A temática gira em torno justamente desses anos de atuação, destacando histórias marcantes de dificuldades, resistência e estratégias, em meio aos desincentivos culturais.

Entre as cenas, é mencionado o pedagogo, historiador da arte, ator, dramaturgo, figurinista, diretor e professor de teatro, Ediélio Mendonça, como ponto de partida para

contar a história do teatro em Duque de Caxias, já que a partir dele, surgiram aproximadamente 11 companhias de teatro com seus ex-alunos, dentre elas: Sol a Sol; Grupo Teatro de Abertura Lúdica (TAL); Cenas Delirantes; Arteatro; Centro de Pesquisas Teatrais (CPT); Tudo Sob Controle.

Ediélcio Mendonça nasceu em 1948 e atualmente está aposentado. Sua biografia está registrada em sites institucionais, em um documentário, uma entrevista no Youtube, menções em alguns noticiários e em declarações de seus ex-alunos sobre sua influência e seus feitos mobilizadores para a cultura da Baixada Fluminense. Foi criado recentemente um perfil em uma rede social¹¹ para organizar um arquivo de suas memórias. Na Baixada, há um grande déficit de registros e preservação de memória dos ancestrais que trabalharam para a construção do cenário artístico que conhecemos.

A entrevista no *Youtube* tem o título “*Live – Ediélcio Mendonça - A história viva do Teatro Caxiense*”, realizada em 26 de dezembro de 2020, pela Cia da Capital Companhia Teatral¹². Nessa entrevista, o intitulado “grande mestre”, demonstra humor e carisma, mesmo expondo o seu descontentamento com o período pandêmico, à época, ocorrendo eventos exclusivamente online. Também cita um de seus apelidos favoritos, dado por Heraldo HB: inoxidável. O mestre inoxidável cita que apoia a execução de peças teatrais por meio de *lives*, mas que não assistiria nenhuma, por representar tamanha tristeza pelo teatro se tratar de uma ação essencialmente viva e presencial.

Em 2025, a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Duque de Caxias (SMCT/DC) apresenta um Edital de Fomento à Cultura com o nome em homenagem a Ediélcio Mendonça. Integrado ao grupo TAL, ele conquistou em 1978 o prêmio Molière, concedido pela *Air France*. No entanto, o grupo não foi receber o prêmio. Após ser questionado em *live* (Cia da Capital Companhia Teatral, 2020) sobre a ausência, o diretor relata brevemente que o evento de premiação da *Air France* era realizado no Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

Ocorre que, em 1978, o Teatro Municipal do Rio de Janeiro estava em obras. Dessa maneira, o evento foi realocado para São Paulo e só poderia estar presente um integrante do grupo, sendo que o grupo era formado por cerca de 13 pessoas. Além disso, havia a exigência de vestimenta de gala. Assim, tornou-se impossível para o grupo ir ao evento, já que todos passavam dificuldades financeiras, inclusive para pagar passagem do transporte público para ida aos ensaios e apresentações. Há de se pontuar que, após

¹¹Instagram: @edieliomendonca.

¹²Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=q1Z-eJmnoQY&t=2575s>.

1978, o teatro da Baixada só foi receber outro prêmio de relevância teatral reconhecido nacionalmente, em 2017 - o Prêmio Shell de inovação, com a Rede Baixada em Cena¹³.

Foi realizado um curta-metragem sobre a história de Ediélio, em 2024, com financiamento da Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar nº 195/2022), através da SMCT/DC, intitulado de “Ediélio Mendonça, uma vida dedicada ao palco”, por Marcio Leandro. O curta-metragem apresenta situações vividas pelo diretor, incluindo o preconceito devido à sua qualificação como educador e o arcabouço de conhecimento artístico, teórico e técnico, oriundo do seu território de moradia (Duque de Caxias).

Durante o espetáculo “De repente 27” houve uma brincadeira, comparando os ex-alunos do diretor, como filhos de Ediélio Mendonça, assim como os atuais alunos de seus ex-alunos como netos dele. Assim, se descobre uma neta de Ediélio, quando se identifica o início da trajetória no teatro com diretores que foram alunos dele. É impactante perceber como a confluência é uma recorrência fundamental para o espírito das periferias movimentar, mesmo que sem, necessariamente, compreendermos a olhos nus como ela opera. Ediélio Mendonça foi um fomentador de inúmeras histórias de artistas que acreditaram no processo de produção cultural e que puderam fazer com que outra geração também acredite, além de absorver novas ferramentas que foram construídas anteriormente.

A geração de Ediélio é conhecida como “da BF”. A nova geração fomentada pela “galera da BF” se reconhece como “BXD” e ambas mantêm admiração e respeito mútuos, ao perceber que realizam um movimento complexo e difícil; que a criatividade mantém um caráter de sobrevivência, mas que não se limita à escassez, mas faz partilha. A partilha existe ao passo que as gerações compreendem as suas relevâncias no cenário cultural do território marginalizado e estigmatizado, no qual o seu propósito é promover vida, onde disseram ser um local de terra seca. Para além disso, representam a continuidade do movimento espiralar, prevalecendo a força da ancestralidade e, consequentemente, do “espírito das periferias”.

¹³A Rede Baixada em Cena foi criada em 2008. Inicialmente, surge como o festival “Baixada Encena” para fomentar os espetáculos dos grupos da região, contrapondo-se a outros projetos, cujo intuito era integrar grupos de fora. Reúne o total de 20 grupos teatrais (Braga, 2021).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arte tratada no segundo tópico é fundamentada como uma necessidade humana, qualifica a potencialidade os sujeitos, promovendo autonomia para escreverem a própria história. A valorização da cultura negra é um movimento fomentado pela agenda decolonial para promover a produção de vida dos sujeitos marginalizados. A correlação entre a agenda de luta decolonial e a produção artística se dá no propósito atrelado a construção de um mundo que abranja uma existência pluriversal.

No segundo tópico, a Baixada Fluminense é apresentada de acordo com seus índices demográficos. Estigmatizada e rechaçada geopoliticamente, ao ser caracterizada como detentora de cidades-dormitórios e “terra da pistolagem”. A sua marginalização impacta nas formas de vida e produz o preconceito, que tem como alvo os seus habitantes, já que o território é percebido como categoria fundante do ser social.

Dessa maneira, a categoria é transformada em uma zona periculosa e improdutiva, logo, os indivíduos que pertencem àquele espaço detêm uma dificuldade na construção de sua identidade. Tratando sobre suas potencialidades, a margem dos rios e do litoral se encontra as evidências de vida dos sambaquis e a reconceituação da zona da margem, através de sua descolonização, nos possibilitando encontrar caminhos possíveis que foram traçados pelos nossos ancestrais, por meio do espírito das periferias.

Quando tratamos sobre os produtores de cultura locais, observamos trabalhadores invisibilizados pelo poder público, mas não pela ancestralidade e pela comunidade. Edielio Mendonça é o exemplo de fomentador e produtor cultural da história da Baixada Fluminense. Todas as conquistas históricas territoriais e culturais em prol de centros culturais, leis de fomento e incentivo são resultados de atividades exclusivamente coletivas e que impactam a produção de artistas ativos de longa trajetória e iniciantes. Assim, a BF caminha para a construção de um novo cenário imagético social e de uma reconhecida potencialidade cultural e artística, extremamente tecnológica que parte da escassez, mas não se limita a ela.

REFERÊNCIAS

BERNARDINO-COSTA, J; MALDONADO-TORRES, N; GROSOFOGUEL, R. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

BEZERRA, N. R. **Espírito das periferias: ancestralidades indígenas e africanas na Baixada Fluminense**/ Bezerra, N. R. - Duque de Caxias, RJ: Estreio Editora, 2024.

BRAGA, J. Baixada em cena: modos de produção em rede e os impactos sobre a criação estética. *In*: ANDRADE, C. de; GUENZBURGER, G; PENONI, I. (Org.). **Cenas cariocas: modos, políticas e poéticas teatrais contemporâneas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020**. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 jun. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14017.htm. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. **Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022**. Dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 jul. 2022. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/2022/leicomplementar-195-8-julho-2022-792962-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

COLLINS, P. H. **Interseccionalidade**. Tradução: SOUZA, Rane. 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2020.

IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Mapeamento dos grupos criativos da Baixada Fluminense: relatório final**. Rio de Janeiro: IBASE, 2015. Disponível em: ptdocz.com/doc/1513168. Acesso em: 28 ago. 2025.

FANON, F. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FISCHER, E. **A necessidade da arte**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. LTC. 4ª ed. 1981.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. RIOS, Flávia.; LIMA, Marcia (Org.) 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GROSOFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento fronteiro e colonialidade global. **Revista**

Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 91, p. 115–147, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/697>. Acesso em: 23 jul. 2025.

GUERREIRO, J; BORJA, B; BARBOSA FILHO, U. R. Renda emergencial da cultura na Baixada Fluminense: do impacto da pandemia à Lei Aldir Blanc. *In: Anais do XVII Encontro de estudos multidisciplinares em cultura (ENECULT)*, Salvador, 2021, p. 1-15. Disponível em: <https://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-568/132412.pdf>. Acesso em: 30 Set. 2025.

HB, H. **O cerol fininho da Baixada**. Histórias do cineclube Mate Com Angu/ Heraldo HB - Rio de Janeiro: Aeroplano, 2013. Disponível em: https://matecomangu.org/cerolfininho/wp-content/uploads/O-Cerol-Fininho-daBaixada_Heraldo-HB.pdf Acesso em: 20 maio. 2023.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: Duque de Caxias (RJ)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/duque-de-caxias.html>. Acesso em: 10 out. 2025.

IPPUR. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Dois anos de pandemia no setor cultural da Baixada Fluminense. **Boletim IPPUR** n° 61, de 02 de junho de 2022. Disponível em: <https://ippur.com.br/dois-anos-de-pandemia-no-setor-cultural-da-baixada-fluminense/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação** – Episódios de racismo cotidiano. 1ª. ed. – Rio de Janeiro: Cabogó, 2019.

KRENAK, A. **Caminhos para a Cultura do Bem Viver**. Organizador: Bruno Maia. Sl: Cultura do Bem Viver, 2020.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In: BERNARDINO-COSTA, J; MALDONADO-TORRES, N;*

GROSOFOGUEL, R (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 1ª reimpr. da 2ª. ed. – São Paulo: Perspectiva, 2017.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). Buenos Aires, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4386378/mod_folder/content/0/Quijano%20Colonialidade%20do%20poder.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 10 ago. 2025.

RUFINO, L. **Vence-demanda: educação e descolonização**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Antônio Bispo do. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023.

SEBRAE. **Datampe – Baixada Fluminense I**. 2022. Disponível em: <https://datampe.sebrae.com.br/profile/geo/rj-baixada-fluminensei?selector159id=geo0137>. Acesso em: 29 jul. 2025.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.

ZÉ MATUTO MATUTOU MATUTOU: A BAIXADA DE DRAMAS E DE MÚSICAS NACIONAIS PELA TRADIÇÃO DO FORRÓ PÉ DE SERRA

ZÉ MATUTO MATUTOU MATUTOU: A LOWLAND OF DRAMAS AND NATIONAL MUSIC THROUGH THE TRADITION OF FORRÓ PÉ DE SERRA

Dalton Rodrigues Franco*

 <https://orcid.org/0000-0003-3073-9060>

Correspondência: daltonfranco@gmail.com

Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

DOI: 10.12957/cdf.2025.94634

Recebido em: 12 out. 2025 | **Aceito em:** 25 nov. 2025

RESUMO

O artigo procura mostrar uma parcela da memória da passagem cultural de João Silva e de Gordurinha pela baixada e a sua contribuição ao debate nacional sobre a migração e o tratamento racializado dado ao migrante. Algumas canções e os seus regimes de imagens ajudam a marcar certa nostalgia e o desejo de intervir no tratamento nada acolhedor dado ao recém-chegado ao grande centro urbano. A partir do debate rural-urbano, analisa-se a tensa relação de recepção e repulsa do nordestino da qual emerge um certo racismo recreativo. Apesar de regras constitucionais protetivas, o migrante recebe uma paisagem inóspita na capital. Os dois compositores elaboram uma cultura de vida e denunciam as graves violações de direitos individuais.

Palavras-chave: Baixada; forró; racismo; cultura.

ABSTRACT

This article seeks to share a glimpse into João Silva and Gordurinha's cultural journey through the Baixada region and their contribution to the national debate on migration and the racialized treatment of migrants. Some songs and their imagery help evoke a certain nostalgia and a desire to intervene in the unwelcoming treatment of newcomers to the large urban center. Based on the rural-urban debate, the article analyzes the tense relationship between reception and rejection of Northeasterners, from which a certain recreational racism emerges. Despite protective constitutional rules, migrants find themselves in an inhospitable landscape in the capital. The two composers develop a culture of life and denounce the serious violations of individual rights.

Keywords: Baixada; forró; racism; culture.

* Prof. Aux. VI da UNESA, Historiador, Economista, Mestre e Doutor em Ciência Política.



1 INTRODUÇÃO

O artigo tem por tema a presença pouco observada de alguns importantes intérpretes da música popular forrozeira brasileira na baixada fluminense e no debate político nacional. Estes personagens encontraram abrigo nas cidades da região e foram capazes de conectar-se com o forte mercado fonográfico nacional entre 1950 e 1980. O trabalho tem o objetivo de descrever as composições de Gordurinha, morador de Belford Roxo, e de João Silva, Duque de Caxias, como representantes dos debates tensos entre centro-periferia e campo-cidade no espaço público nacional.

O texto procura responder o que há de cultura da baixada e na baixada em suas obras de forró pé de serra. Se foram residentes da região, os compositores estariam obrigados a fabular um modo de vida e um regime imagético do pé de serra fluminense em suas canções? A hipótese que anima este trabalho é a de que a região afetiva e ontológica, para além da geográfica, que hoje se desdobra em renovada autoestima e cultura próprias, se revela por camadas, através de gerações de intérpretes de suas expressões artísticas.

Por conseguinte, a transformação do ambiente não se dá de uma única vez e por um módico par de personagens. Seria demasiado exigir desses dois artistas um código necessário de endereçamento postal como referência estética de suas obras por algumas razões: a sua a) obediência ao mercado fonográfico e aos seus padrões temáticos; b) a falta de limites às artes, a sua irredutibilidade ao contexto imediato; c) a universalidade de certos afetos musicalizados; o fato de que d) a cultura possui multiplicidade de relações e determinações; e) a baixada como objeto ôntico e político não existia.

O ente mental “baixada fluminense” é recente ao esforço profissional que “pensa” a sua natureza social. Ainda que a sua trajetória histórica seja idosa e a arqueológica ainda mais, o esforço intelectual de interpretá-lo é relativamente jovem. A generosa oferta acadêmica de denúncias de cultura local é tardia e proprietária de algumas poucas décadas. O sopé de serra fluminense é igual ao sopé de serra de Luiz Gonzaga, um lugar aos pés de uma corda de morros, contudo com tempos e manuseio do tempo em graus diferentes de pertencimento e identificação culturais. João Silva, fora do seu disco gravado, considera que Caxias é um “porto seguro” e Gordurinha, dentro de seu disco gravado, a lê como um local habitado por funerais em torno da palavra “Tenório”. Assim temos uma projeção de antagonismos dentro das imagens mais acionadas para descrever a região, isto pela perspectiva do recém-chegado ao ente. Francis Wolf, no livro “Dizer o

Mundo”, chamaria isso de formato dialógico: falar ao mesmo tempo do mesmo objeto. Os dois pés têm tempos culturais diferentes (1999).

As músicas de Gordurinha e de João Silva servem de meio para descrever o ambiente dialógico dos modos de ver alguns eventos políticos como o antagonismo urbano-rural e as grandes questões de identidade nacional-regional.

A segunda parte do trabalho, que foi nomeada como “Pedi para o sol se esconder um tiquinho”, canção que denota sofrimento e simplicidade extrema, mostra a visão insulada da capital sobre o interior e a visão intelectualizada da Igreja Católica aplicada a região. A terceira parte, nomeada como “Chiclete se mistura com banana”, 1950 a 1970, descreve a abertura de Gordurinha aos grandes temas nacionais para além da receita imagética habitual do gênero forró. A quarta parte, nomeada “Zé Matuto foi a praia”, 1970 a 2000, dedicada a João Silva, mostra um forte compromisso do artista com uma cultura de valorização da vida como a de Gordurinha, mas traduzida em estilos visuais mais suaves. As décadas são imprecisas, as canções e os artistas excedem um pouco ao contexto em função de suas múltiplas regravações. A última parte apresenta uma breve consideração que atualiza a linguagem ao presente e responde a questão principal do texto.

2 “PEDI PARA O SOL SE ESCONDER UM TIQUINHO”: A BAIXADA COMO A MARGEM DE TODOS OS DRAMAS

A baixada fluminense ainda não foi recebida com o devido tempo pela aventura da atividade acadêmica. Esse tratamento avaro não faz dela uma desprezada desacompanhada. O país parece ter mais acontecimentos do que braços que os registrem com o devido cuidado afetivo e intelectual. Braudel (1978) fala da vitória da obscuridade sobre a delicadeza de acontecimentos que apontamos com as ciências, como é o caso da instalação de uma periferia dentro de outra, da baixada¹ depois do subúrbio da capital. Subúrbio do subúrbio, subúrbio distante, área rural-urbana, dormitópolis, cidades baixas, área perigosa, repositório da marginalidade, terra de ninguém, consolo de párias, incubadora de doenças, recôncavo, fertilizadora de patologias, seja lá como a definamos, sabemos com ela e com certeza quase solar que “a obscuridade permanece vitoriosa”

¹Grafarei o substantivo “Baixada Fluminense” e “Baixada” para observar o caráter geográfico e o de administração pública. Por outro lado, quando empregar o vocábulo minúsculo, “baixada” ou “baixada fluminense”, farei referência ao arranjo histórico, social e cultural de seus habitantes.

(Braudel, p. 23). Em categorias lineares dentro dos esquemas preconceituosos de relevância poderíamos dizer *i.* capital, *ii.* subúrbio e *iii.* quase-interior. Nesta ordem de importância, saber da terceira força parece bem menos interessante do que saber da primeira e da segunda. Afinal, por que saber da favela depois da favela? Há alguma coisa depois do subúrbio que não seja o mundo rural?

Carlos Lessa (2001) escreveu sobre a trajetória de dramas, os encantos e as frustrações do que podemos chamar de Rio de autoestima elevada, “Rio antiga sede nacional” e finalmente um Rio decaído. Vera Batista descreveu à farta os seus medos (2003). Murilo de Carvalho, lugar comum, anotou a cara dos bestializados (2013). A cidade escrita pelo primeiro é um rio de quase todos os brasis. Nela somos encantados pela sua paisagem muito bem descrita, muito formosa, problemática, frustrada, mas acima de tudo desejada pela nação. Carvalho (2013) tratou das escaramuças e das sutilezas das formas institucionais do país em contraste com as pessoas ordinárias que desciam do trem na Central do Brasil e não viam mais do que um murmúrio e uma movimentação indecifrável de nome posteriormente conhecido como república. Atrás deste famoso suburbano, fosse bestializado, bilontra ou tribofe, poderia haver um coadjuvante, um morador da baixada, pois o início dos ramais que cortam as cidades é contíguo ao fim do Império (Lessa, 2001). Este marginal depois da margem, um indivíduo cético, estaria provavelmente de cabeça baixa para não atrapalhar o ato de bestialização.

A capital de dois sistemas políticos aprendeu a temer as suas bordas e essa descrição é bem declarada na obra de Batista (2003). A vida da sede sempre foi ameaçada pelo binômio quilombo e senzala próximos ou pelos do interior e, como aparentemente não poderia ser de outra forma, as fazendas da baixada possuíam quilombos, senzalas e os seus capitães do mato. Se o sistema escravocrata nacional fosse quebrado pelo padrão Haiti, de insurreição de sucesso, criador “de fantasias de pânico” (p. 34), o interior e o aquilombado tomariam a “primeira” força. “O medo é a porta de entrada para políticas genocidas de controle social (p. 53)”. Esta asserção foi tão desconfortável no Século XIX quanto no XX.

Para a política nacional de administração de medo, a baixada distante passaria de um rio de doenças, de um lugar distante habitado por incompreensíveis dendrófilos, a uma vala com todos os brasis. Com os valões vieram, por exemplo, as doenças de veiculação hídrica e o comprometimento do banho de mar de várias praias da capital e da Guanabara (Lessa, p. 374). A explosão demográfica que recebe os seus dramas recentes ocorre com o início da grande indústria nacional e os fluxos migratórios campo-cidade da

metade do Século XX. A tentativa político-administrativa de colaborar com a região aparece com o II Plano Nacional de Desenvolvimento que chegou em 1975, com o governo do ditador Ernesto Geisel. Ainda que tardia, uma vez que as valas já estavam prontas, ela foi chamada de Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Dias, 2017).

Atrás de autoestima para a primeira força, a sede, Carlos Lessa apresenta a terceira, a baixada e a Baixada, como o insucesso, o inferno (p. 378) e moldura da capital (p. 398). Talvez tenha sido um descuido, mas na aventura da história dos conceitos normalmente chamamos isso de etnocentrismo, ainda nos primórdios dos primeiros cuidados acadêmicos (Laraia, 1996; DaMata, 1987). Os rios Botas, Sarapuí e Pavuna cortam a Baixada e desaguam na Baía de Guanabara, como dissociam-se os rios de um Recôncavo de uma Baía? De acordo com o intelectual, eles desaguam doenças, por outro lado, o Rio Guandu, que é um fluminense, transporta a água potável para a capital, sem ele a saúde e a vida da metrópole ficariam muito difíceis, como separá-los? Para elevar a saúde mental da capital, com a baixada, Carlos Lessa apontou para o valão, e esqueceu de onde veio a água da geladeira de sua casa. Com o livro “O Rio de todos os Brasis”, temos a baixada de todos os valões. A “terceira” é reduzida à categoria de tomadora de serviços públicos da capital, em lugar de criar os próprios; contudo, a metrópole poderia criar a própria água no chuveiro? Com problema de boa forma, o texto destila ressentimentos, contra o “subúrbio do subúrbio”, nomeando de forma desencantadora a região como “terra de ninguém (p. 373)”, “extroversão maléfica” (p. 378), “periferia” (p. 374) e “povo da Baixada” (p. 374), fonte de malária (p. 197), uma subunidade que faz “pressão médica” (p. 374) contra o Rio.

A palavra povo denota um conceito jurídico, o mais adequado seria população, cidadão, vizinho, parceiro de infortúnio ou qualquer adjetivo sem qualidade de oposições como os de soberania e xenofobia. Como está apresentada por ele, jurídica e politicamente, a capital do Estado, entristecida por não ser mais a capital do país, é ladeada por uma imaginária República da Baixada Fluminense, estranha ao país, habitada por um povo invasor. Dentro da administração do medo, esta demonstração de política anti-fluminense anima a nostalgia plutocrata e alenta o desamparo de quem podemos chamar de “ser carioca” e de “ex-guanabarinó”.

De dentro para fora a região foi definida com mais crua sofisticação pela Comissão Diocesana de Justiça e Paz da Arquidiocese de Nova Iguaçu. Segundo carta remetida em abril de 1978 ao Ministério da Justiça, assinada por Dom Adriano Hypólito

“e outros”, a “Baixada Fluminense é o repositório da marginalidade econômica do Brasil” e dentro dela estão “tanto o acreano como o gaúcho, que por necessidade de sobrevivência afluem aos grandes centros e se instalam pelas periferias, onde constroem barracos” (AN. JUS, p. 3). Na região, insiste o texto, “se vão fixar os pobres dos outros estados da Federação (p. 4).” Eles começam casas que não conseguem terminar, vivem com alimentação insuficiente, experimentam “desespero, desalento e revolta” (AN, p. 6). A missiva aponta para “desprezo e descaso por esses párias emigrantes” (AN, p. 6). Seus dependentes crescem com os “germes do desalento, da desesperança, da revolta e, como resultado, da delinquência” (AN, p. 6). Tomam conhecimento do progresso e apoderam-se dele ilegalmente “das sobras”. Portanto, decorre deste quadro “a marginalidade, a delinquência e os assaltos” (p. 6). A denúncia do ordenamento da marginalidade repercutiu e o arquivo mostra uma série de despachos indicando as ações e inações de um cearense e ministro Armando Falcão e do Secretário Estadual de Segurança do Estado do Rio, um interventor militar. Entre 1940 e 1980 o país viveu grandes migrações campo-cidade e a formação da baixada foi pelo menos uma demonstração da desorganização administrativa desse movimento. A Arquidiocese, em que pese a sua definição de baixada com características de fogo amigo, convidou o governo Ernesto Geisel a manifestar-se à luz do dia sobre os pobres que sonharam com a capital e foram movucados nas longínquas periferias.

3 CHICLETE SE MISTURA COM BANANA: A MUSICALIZAÇÃO DO BRASIL ASSENTADA NA BAIXADA

A mudança populacional que o país experimentou foi sentida em todas as regiões e ao desembarcarem nas capitais solicitavam uma explicação para a frustração. A poesia e a música popular capaz de expressar os sentidos de amparo e desamparo foram sonorizadas pelo forró, pelo xote, pelo samba e pelo baião. Depois de sonhar com capitais de riquezas, o “pária migrante” encontrou um chão impermeável de sociabilidade hostil, como consolação uma parcela desta imagem encontrou um colo e uma residência na baixada fluminense.

Com certa frequência Luiz Gonzaga refere-se ao seu trabalho como “samba” em sentidos variados. Às vezes como festa e também como forró e baião. Roberto Lara, no livro “Algumas poucas coisas sobre o melhor lugar do mundo” tem o cuidado de

enumerar alguns nomes do samba e da Música do Brasil presentes na Baixada. A sua lista inclui Nelson Cavaquinho, Monarco da Portela, Aniceto do Império Serrano, o Poeta João do Vale, Dedé da Portela e Gordurinha em Belford Roxo. Alguns deles figuram em mais de um espaço da cultura e das expressões da arte como Sérgio Fonseca de Mesquita (2016, p. 107). É possível anotar em parêntesis o artista visual iguaçuano Jarbas Lopes e sua obra incontornável em Inhotim, Minas Gerais, espécie de palco maior de arte visual contemporânea consumida pelo público “classe um” no mundo. Os seus fuscas coloridos, Troca-troca (2002), convidam o espectador a imaginar a identidade, o movimento e a transformação². Numa das paredes permanentes do faraônico instituto há um fole puxado por um sanfoneiro³. Lara não é o inventariante da cultura, o seu foco é a música e ensaia a baixada a partir do estilo que mais o atrai que é o samba, seja como for, aponta para as questões que pularam aos olhos como a recepção pública dada aos irmãos do norte e nordeste aqui embaixo. De acordo com ele:

Para os recém-chegados **nordestinos** de vários estados e **sotaques**, bem como mineiros, capixabas e norte fluminenses aos montes, frustrados talvez com a cidade do Rio de Janeiro, (na maior parte dos casos este era o **destino desejado**, creio) que não lhes quis, aqui talvez pudessem ter, entre outras coisas, a tranquilidade de ser pouco menos **sacaneados** por ostentarem diferentes hábitos e cultura.

Logo, logo: ‘uais, pôs e **ôxes**’, vão se misturar após um rápido esgotamentos das **piadas sobre origens** e tristes partidas gerais (Lara, 2016, p. 45. grifo nosso).

As piadas serão alvo de variados artistas do forró pé de serra em suas músicas. As referências a elas aparecem com certa frequência nas canções, mas o debate abertamente racial sobre elas é enfrentado com muito menos recorrência. O enfrentamento do preconceito por origem é um debate político e o mercado de entretenimento às vezes navega desconfortavelmente nessa matéria. A cultura da baixada é ofuscada em algum momento de sua trajetória por um quadrado explicativo, pela receita sonora habitual da violência, loteamento, pobreza, dormitópolis e ausências. A historiografia local atual anima as memórias para outras expressões sonoras de afirmação num inevitável e necessário jogo de discriminação positiva. Os estigmas de “não brasileiro” atribuídos aos “paus de arara” navegam no limite tênue entre o racismo e a xenofobia. O “conceito

²Instituto Inhotim. <https://www.inhotim.org.br/>

³LOPES, Jarbas. “Troca-troca”, 2002.

ARTIGO | Zé Matuto Matutou Matutou: A Baixada de Dramas e de Músicas Nacionais Pela Tradição do Forró Pé de Serra

prévio por origem” é suave demais diante da “verbalização de negação” sobre a existência de cidadãos do nordeste, é preciso chamar a coisa pelo seu nome e a discriminação por origem é uma separação da “existência local” contra a “não existência de humanidade” num caminhão cheio de pessoas expulsas de casa pelo clima.

Roberto Lara (2016) propõe um jogo de observação através do barro do qual sai uma sonora pergunta:

Será que essas **empoeiradas ruas** de todos esses bairros e cidades que abrigam mais de três milhões de habitantes não abrigam também centenas de outros com tanto **talento e importância** como os [sambistas] citados acima?

Será que não é justamente a partir da identificação de toda essa gente, de todos esses **produtores, de toda esta diversidade** que poderemos vir a ter um **outro olhar**, provavelmente absoluta e radicalmente diferente daqueles por demais verdes que de vez em quando todos nós enxergamos quando olhamos para os lados? (Lara, 2016, p. 107. Grifo nosso).

Os seus dois “serás” terão vida longa entre nós. Os sotaques são sons com significados étnicos que, reagrupados no assentamento cultural da baixada, darão nova etnia musical, às vezes local, regional e nacional. Na passagem, acontece uma apologia do que aparece atrás da poeira e aquilo que vemos através dela. Trata-se de uma espécie de educação de sensibilidades visuais, Lara convida que habitemos o planeta cultura, o Lado B da poeira.

Assentados nas cidades baixas das baixadas, os “nordestinos” puderam ser considerados “recém-chegados do Norte”, enquanto na Guanabara eram atalhados de “paus de arara” mesmo muito depois de arribar dos caminhões. Sem requisitar os treinos acadêmicos mais prestigiados, livres dos dogmas das ciências universitárias, as “vozes da moléstia” (Rodrigues; Marcelo, p. 41) explicaram o que deixaram nos sertões de origem e o pântano de misérias que encontraram nos sertões de destino: Luiz Gonzaga, Dominginhos, João Silva, João do Vale, Marinês, Abdias, Zé Calixto e Gordurinha têm registros nas cidades do recôncavo fluminense. Ilha do Governador, Nilópolis, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Mesquita e Belford Roxo deram acolhimento a uma onda de sentimentos confusos que marcaram a região e o país. O mais famoso de todos, Luiz Gonzaga, construiu uma espécie de abrigo para músicos em Caxias enquanto morava ao lado, na Ilha do Governador, ilha que também deu morada a Marinês, Abdias e Gonzaguinha (Rodrigues; Marcelo, p. 52). Caxias também recebeu João Silva,

compositor da famosa “Pagode russo”, autor de mais de 2000 canções (p. 353). Nova Iguaçu teve o maranhense João do Vale (p. 292), Dominguinhas foi recebido em Nilópolis, Zé Calixto em Mesquita (p. 181) e Gordurinha em Belford Roxo (p. 113), autor da famosa “Chiclete com Banana” nas regravações de Jakson do Pandeiro e Gilberto Gil (Santos, 2023; 2024).

A partir de estilos variados de tocar o sentimento nacional, com a baixada de todos os rios, estes artistas deram certo afago à frustração, aos sonhos e amenizaram o difícil jogo de morte em vida das migrações. Waldeck Artur de Macedo, o Gordurinha, circense, comediante, é autor de letras de embates abertamente políticos. Ele toca, escreve e interpreta categorias políticas amplas como as de nação, povo, racismo, xenofobia, identidade, soberania e colonialidade com bastante frequência em suas canções.

Em “Chiclete com banana”, uma das suas mais famosas canções, o texto de Gordurinha dialoga com a colonização cultural de estilos internacionais na arena mercadológica interna por espaços nas rádios. O tema é bastante desdobrado e conhecido por sucessivas regravações de outros artistas e pelos debates acerca da “jazzificação” do samba. Por sua vez em “Baianada” (1960) afirma que o “Brasil foi descoberto na Bahia e o resto é interior”. A afirmação traz alguns estímulos para o debate nacional: a escola cínica, o raciocínio lógico, a antropologia e a distribuição territorial do poder político e simbólico. Se formos classificar a sociedade a partir de marcos como o status de sede, Porto Seguro é onde tudo começa e está no mais importante lugar do prestígio nacional. Com raciocínio parecido, a baixada e os seus dois adidos culturais podem ter formado a embaixada mais relevante do forró pé de serra brasileiro.

Em “Baiano não é palhaço” (1962) ele alarga o olhar sobre o pertencimento, de modo que pede pelo direito à vida, pelo fim do que podemos chamar de racismo recreativo:

Até parece que estou **n'outro país**
Vê que piada infeliz inventaram agora:
"Ajude a manter a casa limpa
Matando um baiano por hora" (Gordurinha, 1962. grifo nosso).

Na gravação do disco ele emenda um esquete cômica indicando que o presidente JK o ajudará na defesa da vida, por “ser baiano”, pois como teria se transformado em “salvador” do país ao criar estradas, em tom de galhofa, conclui dizendo “Salvador-

Bahia”: “não vai matar não bichinho / nós vamos contar com a colaboração de um ilustre baiano / que é o Dr. Juscelino Kubitschek” (1962). A militância pela legalidade empreendida pelo gaúcho Brizola, rebatizado baiano por Gordurinha, vai alcançar a defesa de sua integridade. A canção então continua: “outro baiano que vai lhe potreger (sic) é o Dr. Lionel Brizola”. Gordurinha é replicado: [réplica] “opa esse é gaúcho”. Em seguida responde: “gaúcho, gaúcho uma bom-ba-cha / o homem é baiano / quando todo o país pedia que ele fosse em defesa da legalidade / ele bá-ia [Bahia] / tudo é baiano meu filho / tudo é baiano” [risos] (1962).

A gravação relata que os sudestinos dão recepção agressiva aos recém-chegados do Nordeste. A morte de um baiano, de acordo com a piada, sugere um riso asséptico. A casa do sudeste, através da anedota descrita por Gordurinha, foi acometida de agentes de sujidades e a sua eliminação traria salubridade. A canção denuncia uma iniciativa vedada pela ordem legal em vigor. A música nasceu sob os marcos de um regime democrático e o Estado brasileiro tinha alguma sensibilidade em torno da questão racial. A Constituição de 1946 garantia a vida, a liberdade, a segurança, a propriedade e especificamente anotava a vedação de “propaganda [...] de preconceitos de raça ou de classe” no seu Artigo 141 (CEUB, 1946). A canção chegou ao regime seguinte e nele a criminalização do ato discriminatório não foi alterada pelo Ato Institucional Número 2, de 27 de outubro de 1965 (CEUB).

Uma ligação mais direta entre o seu texto e seu modo de ver a baixada está em “Bossa quase nova” (1960). O trabalho debate abertamente a alteração forçada que a bossa nova aplica ao samba e a sua abertura para uma estrangeirização das tradições locais. O samba e o forró possuem a mesma estrutura quadrada e uma mudança num deles poderia afetar o outro. O texto é uma paródia e funciona a partir de um argumento simples articulado a rimas:

Eu vou entrar também na bossa nova
Nem que eu leve uma **sova**
De um nortista valentão
Vou provar que sou baiano descolado **adiantado**
E estou por dentro da situação

Eu vou rimar soldado com **bolacha**
Vê se encaixa
Pois o Cosme não rima com Damião
Eu vou rimar Cofap com bibap com Novacap
Para não dizer aqui malcriação

Eu vou rimar mentira com **discurso**
De candidato amigo urso que só diz **tapeação**
Eu vou rimar Caxias do **Tenório** com **velório**
E chofer de lotação com **bofetão** (Gordurinha, 1960. Grifo nosso).

A primeira passagem envolve a ideia reativa de que um baiano pode ser moderno e atualizado com a internacionalização. A segunda traz um emaranhado de temas como a mobilização militar, a empresa estatal Novacap e a indústria de autopeças do país. Finalmente descreve o seu entendimento do Deputado Tenório Cavalcanti, lendário político caxiense associado ao abrigo de migrantes, a mandonismos, a formação de milícias e a sepultamentos. Em todas elas a violência é cristalina e crescente: ela avança de sova, bofetada e termina em funeral. Ainda na terceira parte, Gordurinha anota o seu modo de ver o discurso e o seu potencial de tapeação, mas sabe que a cidade é “do” político e que os seus métodos o transformam em “amigo de verdade”.

Waldeck Artur de Macedo nasceu baiano, foi morador do então 4º Distrito da cidade de Nova Iguaçu, atual cidade de Belford Roxo, e contribuiu com a decodificação do país urbano. Se a Guanabara deixou de existir, Nova Iguaçu perdeu partes de si e, com o seu reparcelamento através de emancipações, a ascendência administrativa sobre vários territórios. Isto abre a possibilidade de que Gordurinha seja soteropolitano, baiano, iguaçuano, belforroxense, papa-goiaba (esquecida identidade do Estado do Rio), fluminense e mesmo carioca ou guanabarin. Sobre todas estas discutíveis aderências de personalidades comuns paira a certeza de ser alguém ligado às grandes questões brasileiras. As suas músicas atravessaram conceitos importantes para a nação que se reagrupava, então em grandes cidades, de maneira que colocava o debate sobre pertencimento, identidade e política na ponta final, ao ouvido do popular nacional.

Sob o olhar do cearense ministro Falcão, os forrozeiros sofreram censuras com as letras mais incisivas, ainda que não tenham estado sozinhos nisto, mas fizeram em território fluminense um sertão específico, uma ressignificada vala de memórias, seu cangaço musical (Rodrigues; Marcelo, p. 33). De sertão nordestino a sertão fluminense, cantaram “paisagens duras, capazes de ferir retinas” (Rodrigues; Marcelo, p. 25). A região definitivamente não inventou o forró, mas o recebeu como refúgio de uma capital “inclemente”, como o próprio sol de “Súplica cearense” (2008) de autoria de Gordurinha, nutriu e ajudou a produzir uma fabulação capaz de contribuir com a descrição de uma nação. A baixada, Belford Roxo, a Guanabara e o Rio de Waldeck são o interior da Bahia (“Baianada”, 1960).

4 “ZÉ MATUTO FOI A PRAIA”: A BAIXADA TOCA AS CULTURAS NACIONAIS

A capital do estado não fecundou a si mesma, ela foi desdobrada por um arranjo de ativos que dependeu também da república da baixada. Sem a sua mão de obra não-especializada, a classe operária e a classe média cariocas provavelmente viveriam num capitalismo ainda menor. Com a reduzida gratidão que concederam ao “povo da baixada”, a sociabilidade fluminense viveu de assimetrias e efeitos colaterais sensíveis, além da vala, como a violência (Lara, 2016). A trabalhadora diarista liberou a família do subúrbio para ganhar a vida fora de casa. A empregada de família, sugestionada a passar a semana na casa da patroa, num quarto de “quase membro” da família, na verdade uma forma renovada de arquitetura de senzala, educou as crianças alheias, nutriu e liberou maridos e esposas para uma vida profissional altamente produtiva. O trabalho de campo de Freire, uma cidadã francesa, assim auto apresentada, que viveu sua tese de doutoramento enquanto morou em Nova Iguaçu, nos informa ter conhecido “várias mulheres que exerciam essas atividades no Rio” (Freire, 2016, p. 141).

E o que trouxe alguém ao centro urbano para trabalhar em casas de famílias? João Leocádio da Silva, de Arcoverde, Pernambuco, morador de Duque de Caxias por pelo menos quatro décadas, casado com uma líder comunitária de Belford Roxo (Tenório, 2015), descreve o nome de um dos fenômenos com quatro letras numa canção: Seca de 77. A fome as impeliu. Com uma canção ele ensina o modo adequado de tratamento a ser dispensando ao migrante forçado. A música revela ao menos um motivo que expelia massas de indivíduos para as grandes cidades.

Quem nunca viu **fome** e seca
não zombe que é de amargar
quando vê dois 7 juntos
pensa o que não quer pensar
duas vez 7 Doutor
ninguém mais pode aguentar (João Silva, 1978. grifo nosso).

João Silva cuidou com frequência de canções de amor, mas que também falam de costumes, de cotidiano, da rotina e das surpresas da vida na cidade e de nostalgias. A música em excerto se distingue das demais e vocaliza um pedido de respeito à vida e a dor do migrante. A data pode ter certa imprecisão histórica em relação ao fenômeno pois pode tanto aludir à de 1877 como a eventos mais pertos da década de 1970 ou ser

ARTIGO | Zé Matuto Matutou Matutou: A Baixada de Dramas e de Músicas Nacionais Pela Tradição do Forró Pé de Serra

poeticamente assertiva e falar da forma como ele subjetivamente lia o ano de 1977. Seja como for, a ordem legal em vigor, de 1969, anunciava sem rodeios que seria “punido pela lei o preconceito de raça” (Brasil, CRFB, 1969). O mesmo Art. 153 afirmava ainda que não seriam toleradas propagandas de “preconceito [...] de raça ou de classe, e as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes” (Brasil, CRFB, 1969). Na música ele pede que o sudestino não ria da dor, que não tripudie da fome e nem da morte que dela decorria. Através de um estilo mais sutil do que o de Gordurinha, o poeta radicado em Caxias solicita nada menos que o abrigo da ordem política.

Por qual razão a Guanabara e o Rio riram da morte de nordestinos? Numa região ainda ofuscada pela violência extrema, em contato com uma capital que se entretinha com piadas sobre a morte, Gordurinha e João Silva musicalizaram uma cultura de vida. Aparentemente, entre ser Guanabara e ser Rio, ter e não ter prestígio, ter e não ter existência definida, de “ser o que não era”, a imaginação do carioca era colonizada com o que Mbembe chama de “teologias da extinção” que são marcadas “pelo medo do seu próprio fim” (2023, p. 3). De acordo com ele, “a isso junta-se o pânico provocado pelo medo da ‘grande substituição’, a ideia de uma substituição biorracial dos brancos (a raça em declínio e moribunda) ameaçados pelos chamados povos de cor” (2023, p. 3). A tese e/ou ideia conspiratória de grande fim pode ser contemporânea, mas adequada ainda assim ao divisionismo racial. Em que pese essa nota do tempo presente, há categorias explicativas vigentes hoje como nas décadas dos compositores, de sorte que o racismo pode ser considerado uma tecnologia de gestão de acessos e o anedotário e os risos da dor e da morte alheia podem vocalizar uma de suas expressões na modalidade recreativa.

João Silva é o autor de muitos sucessos nacionais e internacionais de Luiz Gonzaga e, pode-se dizer, de parte da vitoriosa simplicidade de sua santíssima trindade: o triângulo, a sanfona e a zabumba. Mas a “região mental” (Freire, 2016, p. 174) deste caxiense pode esvair-se num personagem de temas nacionais, de modo que trabalha com o mesmo universalismo observado por Freire e com a mesma tarefa intelectual de transformar “assuntos comuns e singulares em assuntos gerais” (2016, p. 156). A nostalgia de algumas das suas poesias pode ter muitos motivos, mas com maior ou menor destaque entre as canções o tema da unidade nacional é aparente. Do ponto de vista político, o racismo e a xenofobia são divisivos e parece que o texto constitucional da ditadura tinha um “certo e limitado” olhar precavido ao tema porque ele estava presente na ordem legal em 1946 e foi mantido com as metamorfoses produzidas em 1967 e 1969.

A saudade intensa pode ser mobilizada por fins obviamente comerciais, mas também pelas dores das segregações física, cognitiva e afetiva servidas pelos centros urbanos.

Na música “Baioneiro Gonzagão”, de 2010, ele regressa a Pernambuco movido por dores:

Ta me **doendo** e to doente to
Ai que **saudade** eu to do meu zamor

Ontem eu ouvi no **radio** na pracinha
Tocando coisa da nossa terrinha
Naquela moda da **triste partida**
Do baioneiro baião gonzagão

Perdi as contas **estou de mala pronta**
Porque cheguei agora a conclusão
Que a gente sai do nosso pé de serra
Mais **o nordeste não sai de nós** não (João Silva, 2010. grifo nosso).

O famoso Zé Matuto, que não está corporificado em “Baioneiro Gonzagão”, apenas presente na imaginação da canção, se retira da praia e volta ao sertão de origem. Doeu sair, doeu ficar e dói voltar. Diante da reação negativa oferecida pelo Rio de valas pobres de crises existenciais descritos no trabalho de Lessa, o forró afirma a personalidade e o pertencimento que o nordestino fluminense e o nacional necessitavam. De acordo com a letra, o poeta perdeu as contas, mas não deixou escapar a identidade. A música fabrica uma grande quantidade de intimidades e sentimentos como amor, dor, doença, saudade, terrinha e saídas.

O trabalho foi produzido no fim da vida de João Silva, mas o estilo continuava intacto e fez com que a obra atravessasse o tempo, de décadas de sucesso do gênero na era do Rádio/TV, e perdure até os dias atuais, agora em nichos, em vozes gravadas, ainda amplificadoras, como a de Dominginhos (2006) (Alonso; Visconti, 2018). A obra do caxiense está também renovada e representada em palcos com novos jovens artistas, em novos suportes de mídias digitais, como Youtube, que são amplamente usados por personagens como Danilo, do Trio Dona Zefa (2009), de São Paulo, ou de Rafael Meninão, do Trio Rapacuaia, do Rio de Janeiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do Pé de Serra Nordestino ao Pé da Serra Fluminense

Os dois autores declararam a sua experiência de desafeto da capital e o colo da periferia com interpretações genuínas sobre a metropolização do país. Em lugar de ser e contar o local e o presente imediatos, esses compositores trabalharam a decifração do sentido do desenvolvimento econômico urbano e a sociabilidade difícil que perceberam nos centros dinâmicos do capital nacional. As suas preocupações eram nacionais, eles não buscaram a autoestima de um Rio hostil, nem de uma baixada triunfal, mas escavaram, a partir dos contornos, a trajetória do conjunto da saúde mental de várias partes da nação. Debaixo dessas circunstâncias, a vitalidade da atividade intelectual realizada por esses poetas compositores foi capaz de lançar luz clemente sobre as grandes questões da identidade e da unidade brasileira.

As estratégias de viabilização comercial de Gordurinha e João Silva, e de todos os demais hóspedes da baixada aqui citados, pode-se indicar, não violaram o regime de imagens e símbolos receitados por Gonzaga: a Santíssima Trindade: a zabumba, o triângulo e sanfona; a paisagem natural do sertão; a saudade do ambiente puro, sob a vigência “da distância real e a proximidade afetiva” (Trotta, 2008, p. 217). O modelo fixa um sinal diacrítico e uma tradição de espetáculo. No caso de Waldeck, o receituário é desobedecido e ele escapa em gêneros e temas como a questão racial e os morticínios das baixadas. Por sua vez, João Silva mantém-se firme aos dogmas legados do Rei do Baião e só excepcionalmente os viola como no caso da morte e vida oriundas dos eventos de seca prolongada.

Se saíram de um pé de serra e moraram num pé de serra da baixada, por qual razão não mencionaram as imagens naturais presentes nas cidades de destino como Tinguá, Gericinó-Mendanha, Nova Campinas, Santa Cruz da Serra, Serra das Araras, por exemplo? A ausência de história. Com estas possíveis novas expressões, o regime visual e afetivo seria violado, uma tradição seria rompida. Considero que essa questão está parcialmente respondida. O capitalismo, por exemplo, mas não somente, exige padrões e o retorno ao puro, ao passado perdido ainda é um deles, trata-se de um fato maior do que um paradigma estilístico monopolizado por um único gênero musical e expressão artística. O passado pode facilmente exceder a realidade e ser uma fabulação ao arrepio das ciências de realidades. No conto “Viagem aos seios de Duília”, José Maria, o personagem de Anibal Machado, um genuíno carioca em crise com o presente, acossado

ARTIGO | Zé Matuto Matutou Matutou: A Baixada de Dramas e de Músicas Nacionais Pela Tradição do Forró Pé de Serra

de modificações urbanísticas dos anos que o cercam, quer voltar ao passado: “só lhe fazia bem desentranhar o passado” (2000, p. 113). No livro romance “Um pouco de ar por favor”, de George Orwell, o personagem, George Bowling, um londrino atormentando pelo seu (presente) processo de urbanização desenfreada, na década 1930, quer usufruir do bom e velho passado. O presente é sufocante e ele crê no que imagina com força especial. Bowling afirma: “o passado é uma coisa interessante. Está com você o tempo todo”. Ele aponta que “na maioria das vezes, não é real” e que “faz você viajar, e o passado não volta apenas para você, você está realmente no passado” (2021, p. 37). Paire sobre a imaginação de Orwell e George Bowling, de Anibal Machado e José Maria, de João Leocádio da Silva e João Silva, de Waldeck Artur de Macedo e Gordurinha a mesma crença na força da história como veículo de vida boa.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Gustavo; VISCONTI, Eduardo. Dominginhos e a “invenção” do Nordeste cosmopolita. **Teoria e cultura**, v. 13, n. 2, 2018. Disponível em:

5f7a1703383a051b057fb68cd3ab88314c99.pdf Acesso em: out. 2025.

ARQUIVO NACIONAL. **Coordenação de Documentos Escritos**. Documentos do Executivo e do Legislativo. BR RJANRIO.TT.0.JUS.PRO.128. 124 folhas/ 132 páginas.

BAIANADA. Intérprete: Gordurinha. Compositor: Gordurinha; Carlos Diniz. *In*: **Gordurinha tá na praça**. São Paulo, Continental, 1960. 1 disco vinil, Lado B, faixa 7. Disponível em: <https://www.forroemvinil.com/?s=GORDURINHA>. Acesso em: 09 set. 2025.

BAIANO não é palhaço. Intérprete: Gordurinha. Compositor: Gordurinha. *In*: **A bossa do Gordurinha**. Rio de Janeiro, RCA Victor, 1962. 1 disco vinil.

BOSSA quase nova. Intérprete: Gordurinha. Compositor: Gordurinha. *In*: **Mamãe, estou agradando**. São Paulo, Continental, 1960. 1 disco vinil, Lado A, faixa 1. Disponível em: <https://www.forroemvinil.com/?s=mam%C3%A3e+estou+agradando%2C+gordurinha>. Acesso em: 3 out. 2025.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2014. 2ª reimpressão.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Brasília, DF: Presidência da República, [1946]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 08 set. 2025.

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965**. Mantem a Constituição Federal de 1946 [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [1946]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 08 set. 2025.

BRASIL. [Constituição (1969)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília, DF: Presidência da República, [1969]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao67EMC69.htm#nova%20reda%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 08 set. 2025.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3ª ed. 22ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CHARTIER, Roger. **Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-VIII**. São Paulo: Editora UNESP, 2007. Trad. Luzmara Curcino Ferreira.

MATA, Roberto da. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1987.

DIAS, Robson Santos. ST 2 Um Estado Sem Planejamento Urbano e Regional: a saga da FUNDREM no Rio de Janeiro (1975-1989). **Anais ENANPUR**, v. 17, n. 1, 2017. Disponível em: <https://xviienanpur.anpur.org.br/>. Acesso em: 10 set. 2025.

FREIRE, Jussara. **Problemas públicos e mobilizações coletivas em Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

LARA, Roberto. **Algumas poucas coisas sobre o melhor lugar do mundo**. Rio de Janeiro: 1ª ed. Editora Altadena, 2016.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito Antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

LESSA, Carlos. **Um Rio de todos os brasis**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 2ª ed.

MACHADO, Anibal. Viagem aos seios de Duília. In: MORICONI, Ítalo (org). **Os cem melhores contos brasileiros do século**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.

MARCELO, Carlos; RODRIGUES, Rosualdo. **O fole roncou!** Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

MBEMBE, Achille. Pesar as vidas. Trad. Luiz Paulo Leitão Martins. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 26, p. e280785, 2023. Disponível em: <https://teopsic.psicologia.ufrj.br/acesso-as-edicoes/>. Acesso em: 02 out 2025.

ORWELL, George. **Um pouco de ar, por favor**. Tradução Carlos Kiss. Brasil: Pé de Letra, 2021.

SANTOS, J. D. G. Jackson do Pandeiro: anotações sobre o cotidiano na obra do Rei do Ritmo. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**, v. 18, n. 1, p. 58–86, jan. 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/index>. Acesso em: 01 out. 2025. <https://doi.org/10.1590/2176-4573p57884>

SANTOS, José Deribaldo Gomes dos. Jackson do Pandeiro: chiclete, eu misturo com bananas. **OPUS**, v. 30, p. 1-12, 2024. Disponível em: <https://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus/issue/view/59>. Acesso em: 01 out. 2025. <http://dx.doi.org/10.20504/opus2024.30.20>

SECA de 77. Intérprete: João Silva. Compositor: João Silva; JB Aquino. **Pra não morrer de tristeza**. [S.l.]: Selo Elpa, 1978. 1 disco sonoro (LP), Lado A, faixa 3, [?]. Disponível em: <https://www.forroemvinil.com/?s=JOAO+SILVA+PRA+N%C3%83O+MORRER+DE+TRISTEZA>. Acesso em: 01 out. 2025.

SÚPLICA Cearense. **Intérprete O Rappa**. Compositor: Gordurinha. *In*: 7 vezes. Rio de Janeiro: Warner Music, 2008. 1 CD. Faixa 12.

TENÓRIO, Iderval. **Conheçam o grande João Silva**. Blog Iderval Tenório, 2015. Disponível em: <https://iderval.blogspot.com/2015/07/conhecamos-o-grande-joao-silva-o-maior.html>. Acesso em: 12 out. 2025.

TRIO RAPACUIA. **Trio Rapacuiá**. YouTube, [s.d.]. Disponível em: <https://www.youtube.com/@triorapacui/featured>. Acesso em: 12 out. 2025.

TRIO DONA ZEFA. **Trio Dona Zefa – Tema**. Youtube, [s.d.]. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCFYFfrb-e1U3IZsGA2oBJhw>. Acesso em: 12 out. 2025.

TROTTA, Felipe. A Cidade Grande no imaginário do forró pé de serra. *In*. PRYSTHON, Angela; CUNHA, Paulo. **Ecos urbanos**: a cidade e suas articulações midiáticas. Porto Alegre: Sulina, 2008.

WOLF, Francis. **Dizer o mundo**. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.

A SEQUÊNCIA DIDÁTICA COMO ESTRATÉGIA METODOLÓGICA PARA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: REFLEXÕES SOBRE MEMÓRIA ANCESTRAL E O SAMABAQUI DE SÃO BENTO EM DUQUE DE CAXIAS

THE TEACHING SEQUENCE AS A METHODOLOGICAL STRATEGY FOR HERITAGE EDUCATION: REFLECTIONS ON ANCESTRAL MEMORY AND THE SÃO BENTO BUSH IN DUQUE DE CAXIAS

Tatiane de Oliveira Pinto

 <https://orcid.org/0000-0002-9717-4597>

Correspondência: tatiolp@ufrj.br

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Gabrielle Silva Sousa

 <https://orcid.org/0009-0007-5408-6654>

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

DOI: 10.12957/cdf.2025.94267

Recebido em: 22 set. 2025 | **Aceito em:** 25 nov. 2025

RESUMO

Neste artigo são apresentados resultados de uma investigação realizada no ano de 2023, cujo objetivo principal foi compreender a relação do Sambaqui do São Bento com o campo patrimonial, tendo como principal referência cultural a memória ancestral indígena na cidade de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. A metodologia utilizada para o estudo se caracterizou por contornos de uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, onde se realizou revisão bibliográfica sobre temas do patrimônio, memória ancestral e Baixada Fluminense. Indica-se, ainda, a partir desta discussão, atividades de Sequência Didática, aqui sublinhada como valioso instrumento metodológico para a educação patrimonial, que no estudo foi aplicado em uma perspectiva experimental, enquanto ferramenta de pesquisa-ação. Como resultados, foi possível apurar a relevância do Sambaqui do São Bento como constituidor de memórias ancestrais de Duque de Caxias, sendo um importante referencial para o seu patrimônio, conferindo à sua população percepções de identidade e pertencimento.

Palavras-chave: Sequência didática; educação patrimonial; memória ancestral; Sambaqui de São Bento; Duque de Caxias.

ABSTRACT

This article presents the results of a 2023 study whose main objective was to understand the relationship between the São Bento Sambaqui and the heritage landscape, with the



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons BY 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.

ARTIGO | A Sequência Didática Como Estratégia Metodológica Para a Educação Patrimonial: Reflexões Sobre Memória Ancestral e o Sambaqui de São Bento em Duque de Caxias

main cultural reference being the indigenous ancestral memory of the city of Duque de Caxias, in the Baixada Fluminense region. The methodology used for the study was exploratory research with a qualitative approach, including a literature review on heritage, ancestral memory, and the Baixada Fluminense region. This discussion also suggests Didactic Sequence activities, highlighted here as a valuable methodological tool for heritage education, which were applied experimentally in this study as an action research tool. The results demonstrated the relevance of the São Bento Sambaqui as a repository of ancestral memories in Duque de Caxias, serving as an important reference for its heritage, providing its residents with a sense of identity and belonging.

Keywords: Didactic sequence; heritage education; ancestral memory; Sambaqui of São Bento; Duque de Caxias.

1 INTRODUÇÃO

No presente artigo apresentam-se resultados de estudo realizado no ano de 2023, cujo objetivo principal foi compreender a relação do Sambaqui do São Bento com o campo patrimonial, tendo como principal referência cultural a memória ancestral indígena no território da Baixada Fluminense (Sousa, 2023). Desse modo, o objetivo deste manuscrito é revisitar a referida pesquisa, para reforçar a importância do resgate da memória¹ como acontecimento coletivo e que se manifesta nas pessoas, logo, é construída socialmente (Candau; 1998; Pollak; 1992).

A metodologia utilizada para o estudo incluiu entrevistas de história oral, no entanto para a discussão aqui proposta, serão enfatizados os dados levantados pela pesquisa exploratória de abordagem qualitativa (Minayo, 1994) e pela revisão bibliográfica (Severino, 2007). O levantamento bibliográfico se deu em direção aos temas do patrimônio, da memória ancestral sobre a Baixada Fluminense e também perpassou a Sequência Didática, aqui sublinhada como um importante instrumento metodológico, que nesse estudo, foi aplicado em uma perspectiva experimental em duas turmas do Ensino Fundamental, sendo elas de quinto e sexto ano, em duas instituições escolares localizadas em Duque de Caxias-RJ, no bairro de Jardim Gramacho e Centro do Município. Dito isso, ainda que não tenha sido explorada no campo de estudo, a metodologia é descrita aqui no sentido de reiterar sua importância como estratégia pedagógica, em especial, como um

¹Cabe registrar que o referido estudo será ampliado no mestrado em curso no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade, a partir do projeto de pesquisa intitulado “Memória Ancestral e História em torno do Museu vivo do São Bento: Os sambaquieiros do São Bento. Memória como construção da identidade social” desenvolvido pela segunda autora sob a orientação da primeira autora.

ARTIGO | A Sequência Didática Como Estratégia Metodológica Para a Educação Patrimonial: Reflexões Sobre Memória Ancestral e o Sambaqui de São Bento em Duque de Caxias

complemento da Educação Patrimonial no sentido de se extrapolar um ensino ‘tradicional’.

A discussão aqui proposta se articula ao dossiê Cultura BXD: As dimensões da cultura na Baixada Fluminense, pela possibilidade de refletir sobre a cultura nesse território, na dimensão do patrimônio cultural e seu vínculo com a memória e a identidade do município de Duque de Caxias. Ao narrar as possibilidades de uso das Sequências Didáticas no resgate da memória ancestral do Sambaqui de São Bento, também é possível apontar para a relevância das intervenções de salvaguarda e educação patrimonial.

2 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, MEMÓRIA E RESSIGNIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO DA BAIXADA FLUMINENSE

2.1 Baixada Fluminense: Caracterização polissêmica, estigmas e resistências

Não há dificuldades em se encontrar estudos sobre a região da Baixada Fluminense. Há alguns anos é possível identificar uma vasta produção, porém por diferentes vieses. Geograficamente, segundo Rocha e Sales (2023), tudo o que se localiza entre a Serra do Mar e o Atlântico é chamado de Baixada Fluminense, desde o município de Campos dos Goytacazes até a cidade de Paraty. Assim se originam as expressões Baixada dos Goytacazes, Baixada de Araruama, Baixada de Sepetiba e a Baixada da Guanabara, chamada, na contemporaneidade, como Baixada Fluminense.

Entre os pesquisadores, o recorte de Baixada Fluminense, por vezes, contempla os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São Joao de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Japeri, Queimados e Mesquita (que tiveram a Vila de Iguassu por berço e formam a Grande Iguaçu) e outras abordagens incluem, ainda, os municípios de Magé, Guapimirim, Paracambi, Seropédica e Itaguaí. A inclusão-exclusão no inventário dos municípios que integrariam a Baixada Fluminense refletem a opção das forças políticas locais de se inserirem ou não em sua composição territorial, tentando se desvencilhar do imaginário negativo, fomentado pela imprensa carioca, ao mesmo tempo em que buscariam beneficiar-se de políticas públicas de infraestrutura para a região (Rocha, 2013, p. 19). Desse modo, é possível afirmar que a designação para a Baixada Fluminense é polissêmica, como ressalta Marques (2006). Conforme o lugar de onde se observa, da atuação ou interesses de pesquisadores, instituições ou grupos políticos, esse território adquire delineamentos geográficos, econômicos, políticos e culturais variados.

ARTIGO | A Sequência Didática Como Estratégia Metodológica Para a Educação Patrimonial: Reflexões Sobre Memória Ancestral e o Samabaqui de São Bento em Duque de Caxias

A Baixada, até a década de 1980, foi caracterizada pelo estigma da miséria e violência e, em uma perspectiva pejorativa, foi ajustada como cidade dormitório que era, na prática, condenada a ser uma reserva de “mão-de-obra e curral eleitoral” (Nogueira, 2008, p. 03), devido a predileções de uma elite empresarial e política que não se engajava com as questões sociais da época. Contudo, a partir do século XXI, a Baixada Fluminense se estabelece como região estratégica para o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro. Extrapolando-se os estigmas, Barreto (2004) chama a atenção para um movimento novo, uma tentativa de positivação em relação a essa região. De acordo com a autora, em um “discurso-para-fora”, há uma designação para a Baixada Fluminense onde a dimensão de comunidade é salientada, através das questões que envolvem a produção e diversidade cultural. Assim, é possível indicar a existência de esforços coletivos para a produção de imagens positivas sobre a Baixada que possibilitem reverter o estigma com imagens negativas, sobretudo por quem não tem origem nessa região. Em relação a isso, Enne (2004, p. 16) informa que “trata-se de uma produção coletiva de identidades positivas, que visa atingir não só aos que nela residem, mas também a esse senso comum cristalizado”. Aqui destacam-se os institutos culturais e centros de memória, que têm como peculiaridade a autonomia e que se regulam pelas relações com movimentos sociais, através de associações de moradores e os coletivos associados às lutas das minorias, como o movimento negro, movimento dos trabalhadores, de mulheres, entre outros (Enne, 2012).

Na perspectiva do presente artigo nos interessa pensar em produções que tratem das culturas ancestrais indígenas (e negras) no território baixadense e, nos últimos anos, muitos estudos têm se dedicado à se contrapor as narrativas de estereótipos, discriminações e violências para dar foco a essas memórias. A Baixada Fluminense “tem a cor da diversidade” (Bezerra, 2011, p. 187), considerando que sua população é formada por pessoas autodeclaradas pretas e pardas (Brasil, 2010), segundo os dados censitários (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023).

Em uma importante análise sobre cerâmicas indígenas encontradas na antiga Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, em particular nas cidades de Belford Roxo e Nova Iguaçu, pertencentes ao Instituto de Arqueologia Brasileira – IAB, Nunes (2024), menciona a expansão da literatura sobre a Baixada Fluminense, incluindo os grupos indígenas para além da presença negra escravizada que ocupou a região. Para a autora, ainda não há *“uma produção tão expressiva [sobre a população indígena] quanto à população negra, mas podemos perceber uma preocupação em repensar a presença*

ARTIGO | A Sequência Didática Como Estratégia Metodológica Para a Educação Patrimonial: Reflexões Sobre Memória Ancestral e o Samabaquí de São Bento em Duque de Caxias

desses agentes étnicos ao longo do processo histórico até atualidade” (Nunes, 2024, p. 34).

Conforme estudo de Laurentino (2015, p. 06), a partir dos anos 2000, de fato, os estudos têm destacado temas como a *“escravidão, cultura afro brasileira e a condição do negro como temas centrais para compreender a sociedade na região da Baixada Fluminense”*, considerando, a contribuição das populações negras na formação da sociedade brasileira, como agentes de sua história. História, também marcada por resistências. O espaço anteriormente apontado apenas como a periferia metropolitana do Rio de Janeiro se revela como um território dinâmico e em transformação. Em uma importante reflexão sobre as periferias, Bezerra (2024) informa que não estão alheias aos dispositivos de dominação da colonialidade. Nos termos do autor, a região que hoje é denominada como Baixada Fluminense foi cenário para *“imemoriais resistências de sambaquieiros, tupinambás, africanos, caboclos e malungos, que transmitem suas subjetividades através de uma lógica de partilha empreendida no espírito das periferias”* (Bezerra, 2024, p. 14). Dito isso, é possível afirmar a presença das descendências de povos indígenas e africanos na formação do território baixadense.

2.2 Educação Patrimonial: Memória e identidade

Antes de trazer a discussão a relevância da Educação Patrimonial, cabe mencionar o conceito de patrimônio. Para Rodrigues (2017), o patrimônio cultural, pode ser material (aquilo que é visível) e imaterial (aquilo que não é visível, como ideias, comportamentos, sistema simbólico e religioso) e é reproduzido e preservado por meio da memória social.

Na perspectiva deste manuscrito, a educação patrimonial, objetivando a construção coletiva do conhecimento e aportada na noção da comunidade como produtora de saberes, também é atrelada à memória social local. Partindo-se do ponto de vista de educação dialética de Paulo Freire (2011), percebe-se que toda construção coletiva é compartilhada, demandando situações de aprendizagem para gerar a memória social, que, por sua vez, consente a construção de uma identidade coletiva.

Scifoni (2019, p. 30) atribui à educação patrimonial o *status* de direito social, no sentido de um componente fundamental das atividades de patrimonialização, que oportuniza conexões dialógicas, onde se ensina e se aprende ao se assimilar “sentidos locais conferidos aos bens e lugares, os saberes populares, as relações estabelecidas com

ARTIGO | A Sequência Didática Como Estratégia Metodológica Para a Educação Patrimonial: Reflexões Sobre Memória Ancestral e o Samabaqui de São Bento em Duque de Caxias

as coisas”. Desse modo, as táticas de educação patrimonial cooperam para o fortalecimento dos vínculos entre instituição, proteção do patrimônio e as pessoas, permitindo congregar o olhar dos sujeitos locais como forma autêntica de compreensão do patrimônio cultural.

Nos termos de Silva Junior (2018), dentre tantas possibilidades de se conceber a expressão patrimônio, também é possível conformar variados pontos de vista sobre sua função na declaração e reconfiguração de identidades nacionais, regionais e locais. Desse modo, é possível afirmar que o patrimônio constitui muitas relações com a identidade. Conforme explicou Rodrigues (2012, p. 3), a constituição da identidade, seja na dimensão individual ou na dimensão social, não é imutável. Pelo contrário, “*é mutável, (re)inventada, transitória e, às vezes, provisória, subjetiva*”, considerando que ela vai se modificando e se ressignificando à medida em que o tempo passa. Para o autor, no encontro com a diferença e com a diversidade, também se constrói a identidade. Assim, a produção e preservação do patrimônio são essenciais, uma vez que darão respaldo e contribuirão para o reconhecimento de um grupo social e para a demarcação de memórias e identidades.

A noção de preservação está claramente conectada às referências culturais e não apenas aos bens culturais. Isto é, os bens se apresentam como “símbolo e síntese” e as referências como “símbolos da diversidade”, dando o sentido da constituição de uma identidade cultural em constante circulação/deslocamento, segundo Fernandes e Barbosa (2016). Enfatizando a presença da população negra na região baixadense e as várias formas de expressão cultural afro-brasileira, os autores ressaltam que seus bens e referências materiais e imateriais estão presentes no território e, portanto, fazem parte da identidade da população local. Mas essas referências também padecem dos “*conflitos de negação dessa memória ancestral e consequentemente o apagamento das questões raciais*” (Fernandes; Barbosa, 2016, p. 6).

Em uma importante análise sobre identificação, registro e divulgação das referências identitárias no território de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense, Laurentino (2025), menciona que, apesar de as histórias e memórias não serem comprovadas, elas são vividas no cotidiano e permanecem no tempo e no espaço. As pessoas continuam agindo conforme suas marcas ancestrais, mas que ao serem ‘embaralhadas’ com inúmeras outras identidades, revelam em sua pertença “*múltiplos apagamentos indetentários que podem ser observados em uma perspectiva de escala*” (Laurentino, 2025, p. 9).

ARTIGO | A Sequência Didática Como Estratégia Metodológica Para a Educação Patrimonial: Reflexões Sobre Memória Ancestral e o Samabaqui de São Bento em Duque de Caxias

Em linhas gerais, reitera-se que a Educação Patrimonial remete à ideia da desconstrução de que o patrimônio cultural é apenas o que é materializado. O que se pretende aqui é evocar a memória oriunda da oralidade, avaliada “nos contextos das sociedades ágrafas/primitivas/indígenas/nativas, como uma escavação da memória” (Rodrigues, 2017, p. 354), no sentido da Arqueologia. Dito isso, considerando-se que “enraizar-se é um direito fundamental” (Bosi; Bruck, 2017) de todo ser humano, esperamos que as memórias indígenas e negras na/da Baixada Fluminense sejam investigadas, celebradas e que sigam constituindo identidades, senso de pertencimento e o sentimento de origem e vínculo para a sua população.

3 A SEQUÊNCIA DIDÁTICA COMO POSSIBILIDADE METODOLÓGICA PARA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Conforme anunciado na introdução deste artigo, uma das técnicas metodológicas creditadas como importantes ferramentas em pesquisas sobre o Patrimônio é a Sequência Didática (SD). De acordo com Donizete Franco Lima (2018, p. 153), as SDs são um *"conjunto de atividades, estratégias e intervenções planejadas etapa a etapa pelo docente para o entendimento do tema"*. Sendo referenciadas, originalmente, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), estimulam a investigação científica e potencializam a aprendizagem experiencial de estudantes através de variadas estratégias didáticas. Para o autor, a metodologia que se segue para a construção e aplicação dessas sequências didáticas é essencialmente ativa e vivencial, de modo que possa agregar linguagens e sentidos, como a audição e produção de sons e cantigas, a leitura grupal de textos que se comunicam com os fatos locais, ou mesmo a explicação por meio de desenhos e a contemplação de rudimentos culturais e históricos.

As SDs, portanto, oportunizam o reconhecimento de dados do patrimônio material e imaterial, já que o homem é considerado um ser ativo, em constante movimento. Lima (2018) assinala, ainda, que através dessa estratégia metodológica se avança na assimilação do ensino, consentindo intervenções mais efetivas por parte das/os educadores. É possível alegar que para a realização do presente estudo, utilizou-se a pesquisa-ação, que é caracterizada por Severino (2007), como a pesquisa que, para além de compreender, visa intervir na situação, a fim de modificá-la. Há um objetivo intencional de alteração da situação estudada. Deste modo, ao mesmo tempo em que se

ARTIGO | A Sequência Didática Como Estratégia Metodológica Para a Educação Patrimonial: Reflexões Sobre Memória Ancestral e o Samabaqui de São Bento em Duque de Caxias

realiza um diagnóstico e análise de determinada situação, a pesquisa-ação propõe aos sujeitos envolvidos alterações nas questões analisadas. Em relação a sua finalidade, a pesquisa-ação é uma forma de “pesquisa participante engajada, em oposição à pesquisa tradicional”, que é considerada como “independente”, “não-reativa” e “objetiva” (Engel, 2000, p. 182). Nesse aspecto essa técnica une a investigação à ação ou prática. Ou seja, propicia a produção do conhecimento e sua apreensão como elemento da prática. Tem um caráter interventivo, que prevê a prática do pesquisador ao longo do estudo e não somente como um desdobramento, ao final da pesquisa, por exemplo. Enfim, é possível enfatizar o aspecto pedagógico da pesquisa-ação, considerando que é uma atividade “cientificiza a prática educativa”, a partir dos pressupostos teórico-metodológicos que preveem a formação contínua, além da emancipação de todos os sujeitos envolvidos em sua prática, conforme demonstra Franco (2005, p. 483).

Para Carrieri *et al.* (2025), em estudo específico sobre situações geográficas, afirmam que as SDs possuem potencial para promoverem reflexões críticas sobre o valor do patrimônio, no sentido de sua ressignificação para além dos aspectos econômicos e também pelo reconhecimento do passado como possibilidade de novas percepções e novos caminhos para usos possíveis do espaço e, ao mesmo tempo, para a constituição de memórias. Já no trabalho de Santos (2025), no âmbito do ensino de História, se confere a denominação de patrimônio educativo, por meio da sequência didática, considerando que as atividades proposta nessa metodologia promove, de forma prática, a vinculação entre o ensino de História e a educação patrimonial, oferecendo aos estudantes a cultura escolar da instituição em que estão vinculados, provocando a reflexão sobre a memória.

4 O SAMBAQUI DE SÃO BENTO: VIVÊNCIAS PATRIMONIAIS E DE MEMÓRIA COLETIVA EM DUQUE DE CAXIAS

4.1 Memória coletiva no Espaço Cultural e Patrimonial

A história pode ser considerada uma estrutura temporal baseada em acontecimentos, enquanto a memória é a sua presentificação. Ao interpretar e narrar essa história, ela se torna memória, um campo em constante disputa político-territorial. A memória, nesse sentido, entra em confronto com o espaço, revelando a relação entre memória e poder – uma política do esquecimento e uma política da memória.

ARTIGO | A Sequência Didática Como Estratégia Metodológica Para a Educação Patrimonial: Reflexões Sobre Memória Ancestral e o Samabaqui de São Bento em Duque de Caxias

Por um lado, temos a "memória do poder", que valoriza a narrativa oficial e hegemônica. Por outro, o "poder da memória" busca uma perspectiva mais acessível e democrática, que valoriza as experiências e interpretações individuais. É importante notar que a memória não é um registro neutro. Ela é a forma como se lembra, pensa e narra, sendo uma interpretação da história baseada em fatos. Ao refletir sobre a memória de áreas periféricas como a Baixada Fluminense, percebemos que ela é moldada por uma intensa disputa de poder. Em regiões onde grande parte da população enfrenta condições precárias e a ausência do poder público, a memória se torna um pilar fundamental para a constituição de identidades. A necessidade de formar uma identidade através da memória local é predominante, compensando a falta de acesso a outras formas de experimentação e vivências culturais.

A memória é uma construção contínua, tanto social quanto individual, e essa dinâmica se conecta diretamente com o conceito de identidade de Stuart Hall (2011). O autor argumenta que as identidades são fluidas e complexas, moldadas por múltiplos fatores sociais, culturais, políticos e econômicos, e imersas em conflitos de poder e interesses que permeiam a produção capitalista.

Nesse contexto, a identidade social é a imagem que um grupo constrói de si mesmo, para si e para os outros, sempre em referência a outras identidades. Michael Pollak (1992) complementa essa ideia ao defender que a memória e a identidade são passíveis de negociação e não representam a essência imutável de uma pessoa ou de um grupo. Para Pollak (1992), a memória e a identidade já estão suficientemente constituídas, e o contato com outros grupos não necessariamente provoca a necessidade de uma reconfiguração profunda.

A memória, portanto, deve ser entendida como o resultado de uma construção social diretamente ligada à constituição da identidade. Conforme explica Jacques Le Goff (1996), a memória é um conjunto de funções psíquicas que nos permite conservar informações sobre o passado através de um processo de reelaboração. Esse processo envolve a valorização e a seleção de alguns aspectos, ao mesmo tempo em que promove o esquecimento de outros. Partindo desse princípio, a memória se torna o resultado de uma ação cultural coletiva, na qual um grupo produz a imagem de si mesmo.

Ao tratar da preservação da memória coletiva, o Museu Vivo do São Bento (MVSB) se destaca como um 'ecomuseu' que integra diversas temporalidades da história brasileira, contribuindo para a construção e reconstrução dessa memória. Instituído a partir de uma reivindicação de profissionais da Educação de Duque de Caxias e de

ARTIGO | A Sequência Didática Como Estratégia Metodológica Para a Educação Patrimonial: Reflexões Sobre Memória Ancestral e o Samabaqui de São Bento em Duque de Caxias

movimentos sociais e culturais do município, o museu oferece um roteiro que abrange desde a pré-história com os sambaquieiros do São Bento, passando pelo Núcleo colonial, a Era Vargas, chegando à história do tempo presente. O bairro de São Bento vive um constante encontro com atividades culturais, servindo como um espaço de pesquisa e diálogo com a comunidade local. É um local onde ocorrem atividades como aulas de reforço escolar, rodas de capoeira, sessões de cinema social e uma expressiva troca de experiências entre a comunidade e profissionais das áreas de pesquisa e educação (Sousa, 2023).

Os múltiplos referentes culturais da Baixada Fluminense nos ajudam a definir e a pensar o seu próprio conceito, à luz das diversas experiências históricas que a caracterizaram. Além disso, esses referentes podem auxiliar a restituir à população local elementos essenciais de pertencimento, ajudando-a a superar as desigualdades e adversidades político-sociais de longa duração. O MVSb, juntamente com outras instituições e associações locais, cria novas formas de pensar o espaço como um ambiente sensível, permitindo a conexão com a memória.

A cultura, como abordado por Raymond Williams (2005) em seu texto sobre base e superestrutura, produz tanto a imaterialidade quanto a materialidade. Utilizando a teoria marxista e o exemplo do piano e do pianista, o autor explica que o construtor do piano seria a base, e o pianista, a superestrutura. Podemos estender esse diálogo para a relação entre o material e o imaterial: o conhecimento sobre como fazer o piano é imaterial, enquanto o objeto (o piano) é material. Da mesma forma, a arte do pianista é imaterial, mas o som produzido é material. Concluimos, portanto, que não existe uma separação rígida entre a base e a superestrutura, nem entre o material e o imaterial, pois eles coexistem e se complementam.

O sítio arqueológico Sambaqui do São Bento, e outros referenciais culturais de áreas periféricas e de classes subalternas, são abordados como patrimônios materiais. No entanto, eles são também espaços imateriais por sua capacidade de resistência, já que a sua importância é reconhecida a partir do olhar e do interesse de alguém em preservá-los.

A construção da História da Baixada Fluminense exige esforços de coleta e análise de dados e memórias. Historiadores e profissionais da rede de educação e cultura têm investido na análise das memórias silenciadas, revisitando lembranças de diversos grupos étnicos para torná-las objeto de pesquisa e fonte para a memória social. Quando recordamos, realizamos uma ação individual. No entanto, quando essas lembranças são reveladas e socializadas, elas se transformam em fatos sociais. A memória individual se

ARTIGO | A Sequência Didática Como Estratégia Metodológica Para a Educação Patrimonial: Reflexões Sobre Memória Ancestral e o Samabaqui de São Bento em Duque de Caxias

torna, então, memória social, como discutido pelo historiador Antônio Augusto Braz (2002). Expandindo a ideia do papel do historiador contemporâneo e da memória coletiva, o autor alega que uma das funções sociais da memória é dar identidade aos grupos que a produzem. Em uma sociedade, não existe uma única memória, mas sim múltiplas.

É interessante pensar que a história e a memória são antônimas. A história aposta na descontinuidade, pois é, ao mesmo tempo, registro, distanciamento, problematização, crítica e reflexão, conforme analisa Márcia Maria Menendes Motta (1998). Já a memória constrói uma linha reta com o passado, alimentando-se de lembranças vagas e contraditórias. A memória também é positiva e positivista, pois muitas vezes reafirma um passado de riquezas que, ao ser lembrado, antecipa um futuro pleno de potencialidades. Dessa forma, a memória viva é uma contribuição fundamental para a construção da história local e regional, apoiada nas memórias coletivas, muitas vezes transmitidas pela oralidade. Ao tratar de territórios marginalizados, a disputa de poder é inevitável e a cultura é frequentemente direcionada e manipulada. Isso nos leva a questionar: Qual passado é considerado importante, para quem e com qual propósito? Raymond Williams (2011) chama esse processo de “tradição seletiva”, abordando a tradição como sendo um processo determinado por classe, território e étnico-racial. Sendo assim, é indispensável analisar a relação com o processo social ao se discutir a patrimonialização.

4.2 O município de Duque de Caxias: Vivências e Patrimônios

Sobre a realidade local e a perspectiva de mudança, Solano Trindade (1957) referiu-se à cidade de Duque de Caxias: “*A cidade onde eu moro/ É como o mundo/ Tem criminosos e santos/ Há os que exploram/ E há os explorados/ Quando o mundo mudar/ A cidade onde eu moro/ Mudará também*”. Já o historiador Alexandre dos Santos Marques (2006), um grande incentivador da produção cultural e dos “pontos de memória” da cidade, adota um olhar crítico para conceituar esse território, partilhando da visão de Trindade sobre o espaço caxiense. A mudança mencionada no poema pode ser verificada tanto pelo crescimento populacional, após a emancipação de Duque de Caxias, em 1943 e a expansão territorial, quanto pela perspectiva do fortalecimento das demandas sociais da região às margens da Baía de Guanabara.

A Baixada Fluminense serve como um argumento robusto para problematizar não apenas a região, mas também as relações sociais e políticas que nela se estabelecem, visto

ARTIGO | A Sequência Didática Como Estratégia Metodológica Para a Educação Patrimonial: Reflexões Sobre Memória Ancestral e o Samabaqui de São Bento em Duque de Caxias

que a identificação e a análise de seus problemas auxiliam na reflexão e na intervenção na realidade, buscando melhorias sociais.

O espaço territorial de Duque de Caxias, localizado em uma das regiões à margem, é moldado por um perfil de lutas sociais que sobrevivem diariamente à repressão e à violência. Segundo Virgínia Fontes (2014), o município continua sendo marcado pela expansão do capitalismo da capital e do nacional. Contudo, esse capitalismo periférico acaba sendo visto como um lugar de migrantes e pobreza, o que lhe atribui um papel menor. Existem diferentes olhares para a Baixada: Um que busca a miséria e outro que exalta a beleza segregada e a riqueza oculta. Um olhar que menospreza e o olhar de dentro da periferia. Marlúcia de Souza (2014), na obra *Escavando o Passado de Cidade: História Política da cidade de Duque de Caxias*, cita o jornalista Maurício Hill, do jornal *Diário Última Hora* (1962), que conceituou a Baixada Fluminense como “o Nordeste sem seca”. Essa definição associa a região a uma situação de miséria onde se expandiam as ligas camponesas. Apesar de Duque de Caxias ser o segundo município do Estado do Rio de Janeiro em arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), ainda sofre com a ausência de infraestrutura urbana e as precárias condições de vida de sua população.

Conforme já mencionado, não existe um consenso sobre a definição de Baixada Fluminense, o território que abriga Duque de Caxias. Entretanto, é necessário o apontamento de ser uma região múltipla. Alguns se apegam ao conceito geográfico, que a define como a planície que se estende entre o litoral e a Serra do Mar, indo do município de Campos, no extremo Norte, até Itaguaí, próximo à cidade do Rio de Janeiro. Outros, por sua vez, utilizam a definição de Baixada ao Recôncavo da Guanabara, restrita à região no entorno da Baía de Guanabara, abrangendo de Cachoeira de Macacu a Itaguaí (Souza, 2014). No entanto, a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM) adotou critérios como graus de urbanização, violência e densidade populacional, colocando a Baixada Fluminense no que ela denominou de Unidade Urbana Integradas a Oeste do Rio de Janeiro.

O município de Duque de Caxias possui uma identidade cultural própria e diversificada, com grande potencial para o turismo cultural e patrimonial. Isso abre espaço para o desenvolvimento de ações econômicas baseadas em um turismo sustentável, que valorize o rico patrimônio cultural e ambiental da região. Fábio Silva Gonçalves (2013) destaca a importância em se vincular o crescimento econômico, por meio de investimentos na geração de renda e sustento, a uma política de preservação de

ARTIGO | A Sequência Didática Como Estratégia Metodológica Para a Educação Patrimonial: Reflexões Sobre Memória Ancestral e o Sambaqui de São Bento em Duque de Caxias

tradições, heranças e lugares de memória e história, que se veem ameaçados pela modernidade. A descentralização do turismo do Rio de Janeiro pode potencializar espaços culturais na região caxiense, como o Parque Municipal da Taquara, a Reserva Biológica de Tinguá, a primeira estação ferroviária brasileira em Magé, o antigo porto colonial no Pier de Piedade e o próprio ecomuseu do São Bento, que representa uma linha do tempo histórica.

O processo de patrimonialização está em constante transformação e, nesse percurso, esbarra na Educação Patrimonial. Essa se tornou uma ferramenta vital e necessária tanto para a manutenção das interpretações sobre o passado, consagradas pelo Estado, quanto para o questionamento e a problematização dessas narrativas. Simone Scifoni (2017) expande essa temática ao discutir o conceito de “conhecer para preservar”, instituído na década de 1930. Essa ideia pressupõe a ignorância da população sobre seu próprio patrimônio o que, em última instância, despolitiza o debate. A autora questiona o abandono e a deterioração física de locais em centros históricos e a ausência de medidas de conservação. Desse modo, podemos questionar se tal abandono é realmente fruto do desconhecimento do valor dessas edificações, muitas delas heranças, ou são resultados do interesse pelo lucro com a demolição e venda dos terrenos. Ao adotarmos um olhar menos ingênuo sobre o território, percebemos que o próprio local se transforma a partir da perspectiva de análise. Surge, assim, a necessidade de estudos mais dinâmico e que permitam a compreensão da história da produção dessa periferia, vista não apenas como um produto, mas também como um meio de produção e reprodução da vida social.

4.3 Sítio Escola Sambaqui do São Bento: Prática Pedagógica e Memórias Ancestrais da Baixada Fluminense

Na Baixada Fluminense é evidente a presença de memórias indígenas e negras, que se manifestam, por exemplo, nos nomes de bairros e ruas. No entanto, antes mesmo da presença indígena mais conhecida, a região foi habitada pelos chamados povos das conchas ou sambaquieiros. A base de sua sobrevivência era a pesca, e esses habitantes da Baixada Fluminense – catadores, coletores, nadadores e pescadores – foram os primeiros a modificar a paisagem local, transformando sua geografia e imprimindo as primeiras marcas humanas na região (Silva; Souza, 2009).

ARTIGO | A Sequência Didática Como Estratégia Metodológica Para a Educação Patrimonial: Reflexões Sobre Memória Ancestral e o Samabaqui de São Bento em Duque de Caxias

A Baixada Fluminense, localizada à beira da Baía de Guanabara, dá nome a bairros como o Beira Mar, em Duque de Caxias. No século XIV, rios extensos nasciam nas serras e desaguavam na região, tornando a locomoção por vias fluviais a principal forma de transporte. A presença abundante de água na região também inspirou o nome do bairro Pantanal, localizado nesse município.

O patrimônio arqueológico tem como objetivo compreender as sociedades, estabelecendo a conexão entre o passado e o presente. No Sítio Sambaqui do São Bento, estima-se que os sambaquieiros foram os primeiros habitantes da Baixada Fluminense, vivendo às margens do litoral brasileiro. Embora muitas características específicas da região ainda estejam em estudo, as pesquisas arqueológicas não identificaram marcas de violência, o que sugere que não houve extermínio desses povos.

A relação entre patrimônio e memória é indissociável, sendo a narrativa o principal meio para interpretar a história e transformá-la em memória. Michael Pollak (1992), em sua abordagem sobre memória e identidade social, descreve a memória como um fenômeno socialmente e individualmente construído, que estabelece uma forte ligação com o sentimento de identidade, quase como uma herança. Compreendendo a memória como uma construção coletiva, percebemos que ela também contribui para a edificação da individualidade.

O valor afetivo dos locais e dos bens culturais deve ser levado em consideração no debate sobre patrimônio, uma vez que a noção de patrimônio pode ser transmitida, carregada, modificada e entendida de forma abrangente. Na perspectiva de ser herdada, a memória é, por natureza, seletiva, guardando apenas aquilo que nos é relevante. Como reflete o poema "Guardar" de Antônio Cícero (1996):

*Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la.
Em cofre não se guarda coisa alguma.
Em cofre perde-se a coisa à vista.
Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por
admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado.
Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é, fazer vigília por
ela, isto é, velar por ela, isto é, estar acordado por ela,
isto é, estar por ela ou ser por ela (Cícero, 1996).*

ARTIGO | A Sequência Didática Como Estratégia Metodológica Para a Educação Patrimonial: Reflexões Sobre Memória Ancestral e o Sambaqui de São Bento em Duque de Caxias

Ao tratar da pré-história brasileira, o Sambaqui do São Bento é um exemplo amplamente atual, pois se tornou um Sítio Escola, para atender alunos, professores e escolas, principalmente da Baixada Fluminense, com o objetivo de apresentar a luta pela defesa do patrimônio arqueológico local. Para viabilizar esse projeto, um grupo de historiadores, geógrafos, arqueólogos e arquitetos elaborou uma proposta que foi apresentada ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Em 2010, o Departamento de Arqueologia da instituição decidiu escavar o sítio, um evento que se tornou um marco para a história e a preservação da memória regional. A escavação foi realizada pelo método do escalonamento, que consiste na criação de plataformas que permitem a visitação do sítio, a visualização de sua estratigrafia e a observação dos sepultamentos preservados. O material arqueológico encontrado era rico e diversificado, incluindo adornos de ossos, lascas, polidores, almofarizes, conchas e restos faunísticos. Grande parte desse acervo foi transportada para o Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB). Embora a estimativa inicial fosse de mais de 5 mil anos, a datação realizada pelo Instituto concluiu que o sítio possui cerca de 8 mil anos, o que o torna um dos mais antigos da região (Luz, 2024). Pensado e estruturado como uma prática pedagógica, o MVSB utiliza tudo o que o cerca como objeto de pesquisa.

Segundo Sousa (2023), com a Educação Patrimonial como base, o museu transformou o sítio arqueológico em Sítio Escola Sambaqui do São Bento. Além disso, realiza cursos de formação continuada para professores e pesquisadores, promovendo percursos pela Baixada em parceria com escolas municipais locais, que propicia a valorização do território e do patrimônio, incentivando a percepção dos vestígios deixados ao longo do tempo. Contudo, realizar o trabalho de campo na região apresenta desafios, como o clima quente, a presença de milícias e o longo trajeto. Apesar das dificuldades, o estudo aprofundado do território é considerado fundamental para a compreensão das memórias e da história local.

Conforme explicitado na introdução, aplicou-se uma atividade baseada na Sequência Didática em duas turmas do Ensino Fundamental, de forma a testar a metodologia. Destacam-se, portanto, a título de exemplo, algumas atividades que foram planejadas e desenvolvidas de maneira experimental em concomitância com o estudo. *“Uma proposta que fazem convergir a memória ancestral da Baixada, a Educação Patrimonial e a metodologia da Sequência Didática, com o tema “O conceito de memória ancestral na Baixada Fluminense” (Sousa, 2023).*

ARTIGO | A Sequência Didática Como Estratégia Metodológica Para a Educação Patrimonial: Reflexões Sobre Memória Ancestral e o Sambaqui de São Bento em Duque de Caxias

Em uma das atividades, planejou-se uma aula expositiva e dialógica, cujo percurso pedagógico teve, em seu primeiro momento, a explicação da educadora sobre o tema e posteriormente os alunos elaboraram, em seu próprio caderno, perguntas que tivessem como respostas as palavras: Sambaqui; Zoólitos; Montes de conchas; Sítio Arqueológico. Em outra atividade, as/os alunas/os ficaram dispostos em uma roda e foi aplicada uma dinâmica de grupo, baseada em fotos de seus familiares, com a intenção de despertar a reflexão sobre sua relação com as identidades plurais da Baixada Fluminense, cuja identidade é demonstrada, por traços da cultura nordestina e da cultura afro-brasileira. E em uma terceira atividade, aqui exemplificada, cita-se a exibição de documentários² sobre os sítios arqueológicos no litoral brasileiro, além da exibição da exposição visual do Sambaqui da Baixada Fluminense, utilização de slides com imagens selecionadas, seguidos de debate.

As atividades que compuseram a Sequência Didática, nas turmas em que foram testadas, ocorreram conforme o planejado. Por serem atividades metodologicamente distintas de atividades escolares cotidianas, tiveram uma ótima aceitação e interação. Ao longo da atividade sobre ‘encontrar semelhantes entre a turma’, percebeu-se a curiosidade dos alunos em saber como são os familiares dos seus colegas de classe, denotando, assim que houve uma busca por identidade. As atividades, de modo geral, intencionavam justamente despertar a curiosidade, construir o sentimento de pertencimento e buscar o conhecimento sobre a ancestralidade, além de promover o entendimento de como a cultura indígena influenciou e continua influenciando as sociedades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão proposta é possível inferir que o Sambaqui do São Bento está intimamente ligado ao campo patrimonial, sendo constituidor de uma importante referência cultural da cidade de Duque de Caxias e, conseqüentemente, do território da Baixada Fluminense, reafirmando que o uso das narrativas do passado possui um sentido político.

Reexaminado o estudo elaborado em 2023, também reafirmamos a relevância em

²SP Arqueologia: Sambaqui, Duração: 13 min. Disponível em: <http://livro.pro/aioqtv>.
Documentário do Sambaqui do Cubatão. Duração: 40min. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=tQ5oPU7UI5c>.

ARTIGO | A Sequência Didática Como Estratégia Metodológica Para a Educação Patrimonial: Reflexões Sobre Memória Ancestral e o Samabaqui de São Bento em Duque de Caxias

se resgatar e valorizar memórias e ancestralidades sambaqueiras, indígenas e negras desse território como um fato coletivo e que, portanto, é organizado socialmente.

Por fim, é possível concluir que as Sequências Didáticas são importantes ferramentas de ação pedagógica, no fortalecimento e consolidação da educação patrimonial, além de ser um relevante dispositivo na promoção de identidade locais, em oposição às histórias e narrativas contadas a partir da colonização.

REFERÊNCIAS

BARRETO, A. S. Um Olhar Sobre a Baixada: usos e representações sobre o poder local e seus atores. **Campos - Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 45–64, 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/1620>. Acesso em: 6 set. 2025.

BEZERRA, N. R. **Espírito das periferias: Ancestralidades indígenas e africanas na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias, RJ: Esteio Editora, 2024.

BEZERRA, N. R. **A cor da Baixada: Escravidão, Liberdade e Pós-Abolição no Recôncavo da Guanabara**. APPH-CLIO. Duque de Caxias, 2011.

BRASIL. **Estatuto da igualdade racial** – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496308/000898128.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2025.

BRAZ, A.A. Memória Viva: Uma apresentação. **Revista Pilares da História**. out/nov/dez. 2002. Disponível em: https://www.cmdc.rj.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/Ano_03_n04_maio_2004.pdf. Acesso em: 21 set. 2025.

BOSI, E.; BRUCK, M.S. Memória: Enraizar-se é um direito fundamental do ser humano. **Revista V! RUS**, v. 1, n. 15, 2017. Disponível em: <https://vnomads.eastus.cloudapp.azure.com/ojs/index.php/virus/article/view/233>. Acesso em: 10 set. 2025.

CANDAU, J. **Mémoire et identité**. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

CARRIERI, R. A. M.; CARRIERI, W. A. M.; OLIVEIRA, F. S. Sequência didática, a partir de uma situação geográfica, com vistas à valorização patrimonial de um sítio arqueológico. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 21, n. 2, p. 285–304, 2025. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/80311>. Acesso em: 5 set. 2025.

CÍCERO, A. **A cidade e os livros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ARTIGO | A Sequência Didática Como Estratégia Metodológica Para a Educação Patrimonial: Reflexões Sobre Memória Ancestral e o Samabaqui de São Bento em Duque de Caxias

ENGEL, G. I. Pesquisa-ação. **Educar em revista**, p. 181-191, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/dDzfLYyDpPZ3kM9xNSqG3cw/?lang=pt>. Acesso em: 05 set. 2025.

ENNE, A.L.S. Imprensa e Baixada Fluminense: Múltiplas representações. **Ciberlegenda**. n.14, 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/222/118>. Acesso em 06 de jul. de 2015.

FONTE, V.M.G.M. Prefácio. In: **Escavando o passado da cidade: História política da cidade de Duque de Caxias** (Org) SOUZA, M. S. Direitos de publicação de APPH-CLIO, 2014.

FRANCO, M.A.S. Pedagogia da pesquisa-ação. **Educação e pesquisa**, v. 31, p. 483-502, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/DRq7QzKG6Mth8hrFjRm43vF/?lang=pt&format=html>. Acesso em; 05 set. 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GONÇALVES, F. S. Duque de Caxias: Patrimônio Histórico e Cultura Material como política para um turismo sustentável. **Revista Pilares da História**. Ano 12, nº13, maio de 2013. Disponível em: https://www.cmdc.rj.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/Ano_12_n13_maio_2013.pdf. Acesso em: 21 set. 2025.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro; DP&A, 2011.

IBGE. **Censo Demográfico 2022: População e domicílios - Primeiros resultados**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102011.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2024.

LAURENTINO, E. Trajetórias de uma historiografia: memória e cultura afro brasileira na Baixada Fluminense. **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos Historiadores: Velhos e novos desafios**. Florianópolis – SC, 2015. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945025_9addcf59e506e29806cfe3a0ceffa978.pdf. Acesso em: 06 set. 2025.

LAURENTINO, E. “Tem as raízes que ficam”: um ponto de memória e as referências identitárias em Duque de Caxias. **Anais do VI Seminário de Estudos Contemporâneos da Baixada Fluminense**, 2025. Disponível em: <https://secbx.d.wixsite.com/vi-secbf>. Acesso em: 14 set. 2025.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Editora Unicamp. SP. 1996, p. 477.

LUZ, O.I. **Museu Vivo do São Bento: práticas decoloniais na Baixada Fluminense**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Seropédica, 2024.

ARTIGO | A Sequência Didática Como Estratégia Metodológica Para a Educação Patrimonial: Reflexões Sobre Memória Ancestral e o Samabaqui de São Bento em Duque de Caxias

MARQUES, A.S. Baixada Fluminense: da conceituação às problemáticas sociais contemporâneas. **Revista Pilares da História** - Duque de Caxias e Baixada Fluminense, ano IV, nº 6, abril de 2006. Disponível em: http://www.bvambientebf.uerj.br/banco_de_imagens/revistas_pilar_hist/06_revista_pilar_res_da_historia.pdf. Acesso em: 18 ago. 2025.

MARQUES, A. S. Centro de Memória: Caminhos e descaminhos da produção da história da Baixada Fluminense. **Revista Pilares da História**. out/nov/dez. 2002. Disponível em: https://www.cmdc.rj.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/Ano_03_n04_maio_2004.pdf. Acesso em: 21 set. 2025.

MINAYO, M.C.S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. (Org.) DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R.; MINAYO, M. C.S. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 1994.

MOTTA, M.M.M. História e Memória. In: **História. Pensar e Fazer**. (Org.) MATTOS, M.B. Rio de Janeiro. Laboratório Dimensões da História. 1998. p.75-87.

NOGUEIRA, M.A.M. Baixada Fluminense. In: **Baixada Fluminense: a construção de uma história. Sociedade, economia, política**. (Org.) TORRES, G. 2 ed. Rio de Janeiro: INEPAC, 2008.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Revista estudos históricos**, v. 10, p. 200-215, 1992. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 10 set. 2025.

ROCHA, A; SALES, J. Reflexões sobre a genealogia do conceito de Baixada Fluminense: A Baixada da Guanabara, a Grande Iguaçu e o município de Magé. **Revista Sociedade-natureza na Baixada Fluminense: perspectivas de investigação**. 2023. Disponível em: https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/8375/1/Sociedade_Natureza.pdf. Acesso em: 18 ago. 2025.

ROCHA, A. “Nós não temos nada a ver com a Baixada!”: problemáticas de uma representação hegemônica na composição do território. **Recôncavo: Revista de História da UNIABEU**, Ano 3, nº4, janeiro a julho de 2013. Disponível em: <http://www.uniabeu.edu.br/publica/index.php/reconcavo/article/view/1063>. Acesso em: 06 set. 2025.

RODRIGUES, D. Patrimônio cultural, memória social e identidade: Interconexões entre os conceitos. **Letras Escreve**, v. 7, n. 4, p. 337-361, 2017. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/0966/1739ce4061c1190d5d10d506f099c746e1b5.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.

RODRIGUES, D. Patrimônio cultural, memória social e identidade: Uma abordagem antropológica. **Revista Ubimuseum**, v. 1, p. 45-52, 2012. Disponível em: <https://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-rodriques-donizete-patrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma%20abordagem-antropologica.pdf>. Acesso em: 14 set. 2025.

ARTIGO | A Sequência Didática Como Estratégia Metodológica Para a Educação Patrimonial: Reflexões Sobre Memória Ancestral e o Samabaqui de São Bento em Duque de Caxias

SANTOS, V.F.F. **Sequência didática: “Patrimônio educativo nas aulas de história do ensino médio”: um percurso pela história e pelo patrimônio do Grupo Escolar Dr. Manoel Luiz (Aracaju/SE)-1924-1927.** Trabalho de Conclusão de Mestrado (Mestrado profissional em ensino de história – ProfHistória). Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2025.

SCIFONI, S. Desafios para uma nova Educação Patrimonial. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 48, p. 5-16, 2017. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1982-03052017000100005&script=sci_arttext. Acesso em: 21 set. 2025.

SCIFONI, S. Conhecer para preservar: Uma ideia fora do tempo. **Revista CPC**, São Paulo, Brasil, v. 14, n. 27esp, p. 14–31, 2019. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cpc/article/view/157388>. Acesso em: 10 set. 2025.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico.** 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA JUNIOR, J.E.; TAVARES, A.L.O. Patrimônio Cultural, Identidade e Memória Social: Suas interfaces com a sociedade. **Ciência da Informação em Revista**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 3–10, 2018. DOI: 10.28998/cirev.%y53-10. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/3775>. Acesso em: 10 set. 2025.

SILVA, M.G.; SOUZA, M.S. Os professores e a construção do eco-museu no município de Duque de Caxias (RJ): um relato de experiência”. In: **Memória e patrimônios: Experiências em formação de professores.** (Org.) PEREZ, C.L.V.; TAVARES, M.T.G.; ARAUJO, M.S. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

SOUSA, G.S. **Memória ancestral e História em torno do Museu Vivo do São Bento:** Os sambaquieiros do São Bento. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2023.

SOUZA, M.S. **Escavando o passado da cidade:** História política da cidade de Duque de Caxias. Direitos de publicação de APPH-CLIO, 2014.

TRINDADE, S. Epigrama Caxiense. In: **Jornal O grupo.** Duque de Caxias, maio de 1957.

WILLIAMS, R. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. **Revista USP**, São Paulo, n 65, p.210- 224, março/ maio, 2005. Tradução de Bianca Ribeiro Manfrini.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.

ENTRE O SANTO PADROEIRO E A EDUCAÇÃO: A CULTURA JUNINA NA CIDADE DE DUQUE DE CAXIAS

BETWEEN THE PATRON SAINT AND EDUCATION: JUNE CULTURE IN THE CITY OF DUQUE DE CAXIAS

Andressa Monteiro de Carvalho

 <https://orcid.org/0009-0007-7880-0357>

Correspondência: profandressamonteiro@gmail.com

Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO), Rio de Janeiro, Brasil.

Renata de Almeida Oliveira

 <https://orcid.org/0000-0001-6764-3287>

Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO), Rio de Janeiro, Brasil.

DOI: 10.12957/cdf.2025.94644

Recebido em: 13 out. 2025 | **Aceito em:** 25 nov. 2025

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão sobre a cultura junina no município de Duque de Caxias, a partir de um recorte da pesquisa de doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades, Culturas e Artes. O estudo busca compreender as relações entre Santo Antônio, santo padroeiro da cidade e a educação no município, investigando como as celebrações dedicadas ao santo impactam as relações educativas e culturais no município. Adotou-se uma metodologia qualitativa, com base em aspectos da observação participante, realizada durante os festejos no ano de 2025 e aspectos da análise de conteúdo para a elaboração deste estudo. Como referenciais teóricos, utilizaram-se as pesquisas de Tania Amaro (2019), Antonio Augusto Braz (2019) Renata de Almeida Oliveira (2017), pesquisadores da Baixada Fluminense, para a abordagem dos aspectos ligados ao santo e à cidade; Luiz Antonio Simas (2022), para a discussão do histórico do santo no Brasil; bell hooks (2019) e Paulo Freire (1991), para refletir sobre os sentidos da educação na cidade e Halbwachs (2006) para a análise do conceito de memória coletiva.

Palavras-chave: Cultura junina; Duque de Caxias; Santo Antônio; escolas públicas; educação.

ABSTRACT

This article proposes a reflection on June culture in the municipality of Duque de Caxias, based on a part of the doctoral research being developed in the Interdisciplinary Postgraduate Program in Humanities, Cultures and Arts. The study seeks to understand the relationships between Saint Anthony, the patron saint of the city, and education in the municipality, investigating how the celebrations dedicated to the saint impact the



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons BY 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.

educational and cultural relationships in the municipality. A qualitative methodology was adopted, grounded in aspects of participant observation carried out during the 2025 festivities and in aspects of content analysis applied to the documentary corpus used in the development of this study. As theoretical references, the research of Tania Amaro (2019), Antonio Augusto Braz (2019), and Renata de Almeida Oliveira (2017), researchers from the Baixada Fluminense, was used to approach aspects related to the saint and the city; Luiz Antonio Simas (2022) for the discussion of the saint's history in Brazil; Bell Hooks (2019) and Paulo Freire (1991) to reflect on the meanings of education in the city, and Halbwachs (2006) for the analysis of the concept of collective memory.

Keywords: June festivals culture; Saint Anthony; Duque de Caxias; public schools; education.

1 INTRODUÇÃO

Festas e comemorações estão imersas em memórias e histórias. Elas conectam pessoas, valorizam as diversidades e nos permitem respirar a cultura do lugar. Nas escolas, as festas juninas transformaram-se em um momento de aprendizado e diversão, no qual alunos e professores trabalham juntos por um objetivo alinhado ao calendário sazonal da escola e, neste caso apresentado, da cidade. Há quase uma década atuo como professora da rede pública de Duque de Caxias. Nesse percurso, estive envolvida nas atividades escolares relacionadas às festas juninas, o que despertou em mim a curiosidade e o interesse em compreender os sentidos culturais e pedagógicos nelas presentes. Sempre fui a professora que, assim que junho batia à porta, corria atrás de bandeirinhas para pendurar, como se esse gesto inaugurasse o período junino na escola.

Com o tempo, percebi que a celebração se tornou uma parte da cultura escolar, integrando o calendário de toda uma rede pública e assumindo funções que vão além do entretenimento ao articular memória e identidade. Ao longo dessa trajetória, pude participar de reuniões pedagógicas em que se discutia a nomenclatura “Festa Junina”, que em muitos lugares passou a ser substituída pela expressão “Festa Cultural”. A mudança era justificada como forma de minimizar as raízes religiosas da celebração e, ao mesmo tempo, enaltecer a sua riqueza cultural. Embora não concordasse, pela historicidade que o nome carrega, era voto vencido.

Mesmo assim, esse movimento de discussão em torno dos festejos, torna claro que cultura e educação se entrelaçam, tanto na formação dos sujeitos quanto na produção de sentidos dentro do espaço escolar. Paulo Freire (1967, p. 108), ao transitar pelo conceito de cultura, já a destacava como uma dimensão fundamental para a aprendizagem, uma

vez que pressupõe a “não-ingenuidade” e conduz à imagem de uma escola curiosa, provocadora de mudanças e possibilitadora da construção de saberes. Assim, para Freire a cultura é compreendida: “como o acrescentamento que o homem faz ao mundo que não fez. A cultura como o resultado de seu trabalho. Do seu esforço criador e recriador. O sentido transcendental de suas relações.”

Partindo dessa concepção freireana, este artigo, que é um recorte da pesquisa de doutorado em desenvolvimento, sobre a relação entre a educação e a festa de Santo Antônio, busca discutir a cultura junina no município de Duque de Caxias. Procurando dar destaque nas relações entre a rede pública de ensino e a festa de Santo Antônio, padroeiro da cidade, uma vez que esse festejo ocupa lugar de destaque na vivência cultural caxiense e se apresenta como currículo vivo (Candau, 2005).

Assim, emergem algumas questões que orientam esta investigação: como essa festa passou a integrar o currículo escolar? De que maneira se desenvolveram em Duque de Caxias e quais sentidos assumiram em sua trajetória? A festa de Santo Antônio, padroeiro da cidade, exerce influência nesse contexto? Quais ações a Secretaria Municipal de Educação realiza na festa do padroeiro? E, ainda, seriam os festejos da década de 1990 os mesmos que se realizam na contemporaneidade ou a celebração sofreu alterações? Esses questionamentos orientam a presente investigação, que busca explorá-los e esclarecê-los ao longo de sua construção.

Outro ponto a ser destacado nesta introdução é o uso das mídias sociais durante os festejos, necessárias para uma análise mais completa sobre a cibercultura (Lévy, 1999) que será abordada em um momento posterior, durante o desenvolvimento da tese. Ressalta-se, entretanto, que a cultura junina vai muito além de eventos recreativos: ela se constrói como prática de resistência, preservação da memória e fortalecimento do sentimento de pertencimento comunitário. Além disso, por estarem presentes também nas instituições de ensino e pela riqueza cultural que carregam, elas assumem destaque no contexto educacional e patrimonial, consolidando-se como uma tradição.

A memória, aqui, é analisada a partir do conceito de Halbwachs (2006), segundo o qual o indivíduo pertence a diversos grupos, e esses grupos desenvolvem uma consciência coletiva, uma representação compartilhada. Ao vivenciar e compartilhar essas experiências, o indivíduo jamais estaria isolado, permanecendo sempre conectado, por meio da memória, ao grupo ao qual pertence ou que já pertenceu. Assim, a memória individual estaria sempre participando de uma memória coletiva.

Além disso, em reconhecimento a essa importância, o vice-presidente da República, Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho, durante o governo Lula, declarou, por meio da Lei nº 14.555, de 25 de abril de 2023, as festas juninas como patrimônio cultural imaterial do Brasil, reafirmando sua importância na constituição de identidades coletivas e na valorização da diversidade cultural. Diante disso, compreender a cultura junina em Duque de Caxias não significa apenas observar um evento cultural, mas analisar um fenômeno pedagógico, social e histórico que articula memória, identidade e pertencimento.

A pesquisa busca, portanto, compreender como a patrimonialização desses festejos, reconhecida por lei, o que reforça a necessidade de estudá-los como práticas que, para além do entretenimento, e tornam-se possibilitadores de educação, preservação cultural e resistência no cenário contemporâneo. Por outro lado, a festa de Santo Antônio caminha para o processo de reconhecimento como patrimônio cultural, e quanto mais à cidade fala sobre ela, mais se afirma a sua condição de memória viva e bem cultural coletivo. Nesse sentido, reafirma-se a relevância deste artigo como contribuição para a reflexão sobre cultura, educação e identidade em Duque de Caxias.

1.2 O Município de Duque de Caxias – Baixada Fluminense/RJ

Ao refletirmos sobre a história da cidade de Duque de Caxias, destaca-se sua localização na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, sendo um dos maiores municípios da região. É dividida em quatro distritos: Duque de Caxias, Campos Elíseos, Imbariê e Xerém. Sua emancipação político-administrativa ocorreu em 1943, com fundação datada em 31 de dezembro, em meio ao Estado Novo, por meio do Decreto-Lei nº 1.055, quando a então denominada Estado Merity, o 8º distrito de Nova Iguaçu foi transformada em Duque de Caxias, (PME, 2015).

No livro *De Merity a Duque de Caxias: Encontro com a História da Cidade*, Braz e Almeida (2019, p. 15) trazem esse contexto histórico: “Em 1943, Duque de Caxias alcançou sua autonomia, tornando-se município e emancipando-se de Nova Iguaçu. Em 1947, São João de Meriti e Nilópolis seguiram esse exemplo, desanexando-se de Duque de Caxias e Nova Iguaçu, respectivamente.” A emancipação de Duque de Caxias significou não apenas uma reorganização administrativa, mas também o início de um processo de afirmação territorial que se consolidaria nas décadas seguintes.

Nesse sentido, a análise do Plano Municipal de Educação (PME, 2015) nos mostra que o município, passou a ter uma posição significativa na economia do Estado. Segundo o diagnóstico do Plano (PME), Duque de Caxias possui aproximadamente 468 km² de extensão territorial e abriga a terceira maior refinaria de petróleo da Petrobras: a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC). Além disso, é responsável por mais de 19% da arrecadação de ICMS do Rio de Janeiro, ocupando a segunda posição no ranking estadual, atrás apenas da capital. A esse respeito, os pesquisadores Tania Amaro e Antonio Augusto Braz, observam:

Devido ao seu potente parque industrial químico e petroquímico e a um desenvolvido setor de comércio e serviços, Duque de Caxias tornou-se o segundo município arrecadador de ICMS do estado e está entre as maiores unidades arrecadadoras desse tributo em todo país, superando vários estados da união. Sua administração pública opera com um substancial orçamento, derivado de sua volumosa arrecadação pública, mas ainda não se livrou de graves transtornos infraestruturais, como uma enorme carência no que diz respeito ao saneamento básico e a altíssimos níveis de degradação ambiental. As precárias condições de vida da maioria de sua população somam-se a alarmantes níveis de violência e em graves problemas de saúde pública. Seu território abriga dezenas de favelas e “bairros populares”, o que atesta uma grave crise habitacional (Braz; Almeida, 2019, p. 11).

Contudo, apesar de sua expressiva contribuição econômica, Duque de Caxias¹ apresenta um quadro crítico em termos de qualidade de vida. Pois o município ocupa apenas a 49^a posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os 92 municípios fluminenses. Esse índice considera aspectos como longevidade, escolaridade (incluindo taxas de analfabetismo e matrícula em diferentes níveis de ensino) e renda. Esse contraste evidencia desigualdades históricas e estruturais que ainda marcam o cotidiano da população local.

Outro ponto a destacar é que esse cenário de abandono, historicamente presente na cidade, favoreceu o surgimento de lideranças políticas locais que, por meio do assistencialismo e do controle, acabaram ocupando “os vazios” deixados pelo poder público. No município de Duque de Caxias, entre as figuras que contribuíram para a

¹Notícia de Jornal: “Duque de Caxias: a 4^a cidade mais rica do RJ foi a 2^a pior colocada entre todos os municípios do país com mais de 500 mil habitantes. Entre as 92 cidades do estado, ocupa a posição de número 84, com os piores indicadores em Saúde e Segurança” acesso: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/05/29/cidades-qualidade-de-vida-pais-pesquisa.ghtml>.

construção da história da cidade, destaca-se Tenório Cavalcanti, conhecido como o “Homem da Capa Preta”, cuja trajetória política expõe as dinâmicas de poder que marcaram e ainda marcam a história da Baixada Fluminense. A ação desses chamados “coronéis” colaborou para as práticas de governabilidade baseadas no autoritarismo.

Essa ausência de estrutura e amparo social perdura até hoje, como afirma Renata Oliveira (2021, p. 27): “Associada à falta de estrutura urbana e saneamento básico, observa-se também a inexistência de hospitais ou postos de saúde na maior parte dos bairros do próprio município como um todo.” Além disso, pensando na realidade da população da cidade, esse contexto se torna ainda mais complexo quando consideramos que Duque de Caxias, historicamente desempenha a função de território de recepção para camadas populares deslocadas da cidade do Rio de Janeiro, do Nordeste do País, de Minas Gerais, do Noroeste Fluminense, muitas vezes em busca de moradia e melhores condições de vida. Tania Amaro e Antonio Augusto Braz (2019, p.11) informam:

Várias ações de saneamento foram promovidas pelo governo federal. As terras, antes alagadiças e insalubres, tornaram-se acessíveis à ocupação, sendo intensamente retalhadas e transformadas em loteamentos populares, que passaram a abrigar milhares de migrantes originários do Nordeste do país, de Minas Gerais, do Noroeste Fluminense e do próprio município do Rio de Janeiro. Até os primeiros anos da década de 60, quase 80% do total de loteamentos, cuja constituição aconteceu no período que vai de 1920 a 1980, já havia se configurado (Braz; Almeida, 2019, p. 11).

Dessa forma, vemos que ao longo de sua história, Duque de Caxias, foi se construindo em meio a um panorama urbano complexo, colhendo populações de menor poder aquisitivo, muitas vezes em áreas de ocupação precária e de urbanização tardia. É nesse contexto, permeado por desafios sociais e históricos, que se insere a presente pesquisa. Compreender a cidade e suas especificidades torna-se, assim, fundamental para analisar suas práticas culturais.

1.3 O Santo Padroeiro e a Cidade

O acelerado processo de urbanização no Brasil reconfigurou muitas tradições culturais. Festividades que antes eram vinculadas somente ao universo rural, como as

juninas, passaram a fazer parte do cotidiano das cidades, ressignificando-se diante de novas realidades sociais. Impulsionado por intensos fluxos migratórios e transformações no mundo do trabalho, esse movimento ganhou contornos especiais na Baixada Fluminense. Nesse território, os santos juninos não apenas chegaram, como se tornaram padroeiros, consolidando-se como poderosos marcos identitários e símbolos de pertencimento comunitário.

Na Baixada, vemos Santo Antônio como padroeiro de Duque de Caxias e Nova Iguaçu, e São João Batista em São João de Meriti. É importante destacar que, o Estado da Arte sobre a devoção a Santo Antônio no Rio de Janeiro aponta para duas referências que demarcam o campo de pesquisa e servem como embasamento teórico para este trabalho. A primeira é investigação realizada pela professora e antropóloga Renata Menezes², que em sua tese de doutoramento dedicou-se ao estudo etnográfico do Convento de Santo Antônio, situado no Largo da Carioca, buscando compreender como o santuário se configura não apenas como um espaço sagrado, mas como um locus de sociabilidade. E a outra é a orientadora dessa pesquisa, professora e historiadora Renata de Almeida³, que tem um olhar sobre Baixada Fluminense e a devoção na festa de Santo Antônio em Duque de Caxias e em Portugal.

Sabe-se que o frade franciscano é um dos personagens católicos de maior devoção no Brasil. Levantamentos apontam que atualmente, três arquidioceses das 45 presentes no país e onze dioceses o tomam por padroeiro ou titular. Além disso, vinte e quatro catedrais em todo o território brasileiro são dedicadas ao santo. Ele é padroeiro de 515 das 8.787 paróquias. (Ceris, 2000), sendo provavelmente o terceiro personagem católico na preferência nacional, após a imbatível Virgem Maria e o próprio Jesus (Menezes, 2000).

Essa imensa popularidade nacional, atestada por Menezes (2000), encontra em Duque de Caxias um lugar receptivo. A escolha de Santo Antônio como padroeiro do novo município, emancipado em 1943, não foi um ato aleatório. A devoção ao santo é tão forte que o município instituiu um feriado para seu culto, ou melhor, o único da cidade: dia 13 de junho.

²Professora Titular do Departamento de Antropologia do Museu Nacional, onde atua como docente no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Desenvolve pesquisas nas áreas de Antropologia da Religião e Antropologia do Ritual e das Festas

³Professora Auxiliar no Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Afya. Desenvolve pesquisas nas áreas Patrimônio Religioso na Baixada Fluminense, Santos Padroeiros Juninos, Comemorações e Devoção.

O ato que definiu o feriado veio através da deliberação nº1543, de 16 de abril de 1970, publicada no Boletim Oficial nº517, de 27 de abril de 1970, assinado pelo então prefeito Moacyr Rodrigues do Carmo. Em Duque de Caxias, Santo Antônio ocupa esse lugar de protagonismo. Conforme aponta Renata de Almeida Oliveira:

A Festa de Santo Antônio acontece na cidade de Duque de Caxias há mais de 50 anos e é repleta de espaços de memórias. Mesmo antes da emancipação da cidade, a comemoração já acontecia na região que era integrada ao território da cidade de Nova Iguaçu e tem o mesmo santo como padroeiro. Ao longo desse tempo, a comemoração foi lugar de muitas memórias que correspondem a trajetórias de indivíduos, grupos e até mesmo do espaço físico da Catedral de Santo Antônio (Oliveira, 2017, p. 114):

O crescimento da festa, destacado pela citação, revela que a devoção ao santo, antes restrita a celebrações menores, consolidou-se como um evento de grande visibilidade, articulando fé, cultura e memória coletiva no espaço urbano caxiense. No centro da cidade, a Catedral de Santo Antônio se firmou como o epicentro do famoso festejo, local em que ocorre a tradicional distribuição do pão de Santo Antônio, um dos momentos mais aguardados da celebração.

Filas gigantescas se formam no início de cada missa para que as pessoas possam pegar os pães abençoados. Um aspecto relevante é que esses pães chegam por meio de doações de fiéis, trazidos em caixas e mais caixas, e, segundo os devotos, nunca faltam. Ao redor da Catedral, ainda dentro das grades, organizam-se as barracas destinadas à arrecadação da Igreja; já do lado de fora, as barracas populares da festa seguem a rua. O trânsito é fechado na Avenida Governador Leonel de Moura Brizola, uma das principais da cidade, e a festa se estende entre a Igreja e a Praça do Pacificador, no Centro de Duque de Caxias.

Mas como essa devoção começou? A figura de Santo Antônio chegou ao Brasil com os colonizadores portugueses e rapidamente se popularizou, tornando-se um dos santos mais queridos e venerados. No processo de entrecruzamento cultural entre as devoções do cristianismo, as práticas de matriz africana e as crenças indígenas, Santo Antônio passou a ser associado a Exu. Como explica Luiz Antonio Simas (2022, p. 143):

Nas encruzilhadas brasileiras em que as devoções do cristianismo — vindas não apenas de Portugal, mas também redefinidas a partir das africanizações do catolicismo na costa do Congo, entrecruzadas às crenças indígenas — produziram incessantemente amálgamas entresantos, orixás, inquices, caboclos, encantados, uma das mais interessantes é a que aproxima Santo Antônio e Exu em alguns lugares do Brasil (Simas, 2022, p. 134).

Com a intenção de elaborar e preservar a memória dos santos, a Igreja Católica desenvolveu a chamada hagiografia⁴, um memorial oficial das vidas e feitos desses santos, que reúne os registros dos acontecimentos atribuídos a esses personagens sagrados. Mesmo assim, para além desses registros as narrativas dos santos populares perpetuaram-se de geração em geração, contadas nas famílias, celebradas nas festas, criando uma memória viva sobre suas vidas, milagres e histórias repletas de simbolismos. São memórias que não pertencem apenas aos livros, mas na história oral e nas práticas cotidianas de um povo que celebra seus santos como amigos próximos e intercessores de suas causas.

Dentro da cultura das festas juninas entre os homenageados está Santo Antônio, cuja hagiografia registra seu nascimento em 13 de junho, em Lisboa, Portugal, no ano de 1195. Segundo Antonio Simas (2022, p.131), “por isso, inclusive, o poeta Fernando Pessoa, nascido em dia de Santo Antonio, em 1888, chamava-se Fernando Antônio” Era o filho mais velho de uma família abastada e tinha por nome de batismo, Fernando. Segundo Renata Almeida de Oliveira (2017, p.95): “Era o primogênito de uma família burguesa, o pai, Martinho de Bulhões era cavaleiro e a mãe, Maria Teresa Taveira (Krus; Caldeira, 1994), descendia igualmente de uma família importante (Gamboso, 1996).”

A tradição conta que ele pertencia à ordem dos Cônegos Regulares da Santa Cruz, que era seguidora da Ordem de Santo Agostinho. Mais tarde, em 1220, ingressou na Ordem Franciscana, ocasião em que adotou o nome de Antônio. Simas (2022, p.131) destaca que o santo: “Acabou se tornando franciscano em 1220, quando adotou o nome de Antônio. Foi professor de teologia em universidades italianas e francesas, sendo considerado um grande orador. Adquiriu a fama da santidade ainda em vida.” Muitos

⁴Conforme o *Dicionário Aurélio*, **Hagiografia**: substantivo feminino 1-Narrativa ou biografia que relata a vida, feitos e milagres dos santos, com tom laudatório e reverente. 2- Estudo ou conjunto de escritos sobre a vida dos santos.

milagres foram atribuídos a figura de Santo Antônio. Simas (2022, p.132) ainda relata que:

Não é arriscado dizer que poucos santos têm tantos prodígios atribuídos à sua intervenção. Dentre eles, os mais famosos são o da aparição do Menino Jesus em seu colo durante um sermão que fazia na casa de um nobre (a imagem mais popular de sua iconografia); o sermão que fez aos peixes do mar, que o escutaram com atenção; o milagre de fazer uma mula (em outras versões um burro bravo e faminto), preterir a ração e se ajoelhar diante de uma hóstia consagrada por ele; e a restauração de um pé amputado de um rapaz (Simas, 2022, p. 132).

No Brasil, Santo Antônio tornou-se conhecido popularmente como o “santo casamenteiro”. Contudo, é importante problematizar essa imagem, uma vez que acabou se encaixando com muita facilidade na engrenagem do patriarcado, em que a trajetória socialmente esperada para a mulher se limita à trajetória de filha, esposa e mãe. Mulheres que mudavam esse destino, frequentemente, eram alvo de estigmas e marginalização, revelando um padrão social que restringe e condiciona a vida feminina. Como bem faz a crítica, Oliveira (2017, p. 91-92):

O casamento consistia numa obrigação para as moças que deviam se enquadrar no padrão socialmente estabelecido para as mulheres: filha, esposa, mãe, sucessivamente. Romper essa norma social significava, para essas mulheres, ser relegada à condição de “tia solteirona”, o que implicava em segregação e marginalização no grupo. Ora, tal imagem de “solteirice” era abominada pelas moças e, no intuito de fugir dela, o culto a Santo Antônio tornou-se um dos mais interessantes a ser problematizado, pois referendava não a lembrança da vida do santo, seus milagres e méritos, mas antes, ações e ritos com a sua estátua, muitas vezes, cômicas, que visavam obrigá-lo a atender ao desejo da devota, ou seja, providenciar-lhe um noivo (Oliveira, 2017, p. 91-92).

Embora não haja registros oficiais de milagres diretamente ligados ao matrimônio, é bastante comum, sobretudo, nas festas juninas mais tradicionais, que se façam promessas a Santo Antônio em troca de um casamento feliz.

Essa crença popular tem raízes em uma narrativa hagiográfica que se perpetuou ao longo dos séculos. Conta-se que, em Nápoles, na Itália, vivia uma jovem devota cuja família não possuía recursos para oferecer um dote ou preparar um enxoval, requisitos para o casamento segundo os costumes da época. Desesperada, ela recorreu a Santo

Antônio, rogando com por auxílio. Pouco tempo depois, conta a lenda, a jovem conseguiu uma bolsa com moedas de prata, o suficiente para garantir seu dote. E assim, o povo atribuiu o feito à intercessão do santo. Segundo Luiz Antonio Simas (2022, p.143,), em seu livro, “Santos de casa: fé, crenças e festas de cada dia”:

Um dos procedimentos mais peculiares do cristianismo popular brasileiro, marcado por intimidades surpreendentes entre o devoto e a santidade, eram as inusitadas ‘negociações com o santo’, geralmente realizadas durante a trezena de Santo Antônio, preservada nos primeiros treze dias de junho. Enquanto a vida sentimental não era resolvida, a imagem de Santo Antônio sofria como criança levada que toma castigo dos pais: era colocada atrás da porta, molhada de cabeça para baixo em um poço, colocada junto ao fogo, ou tinha o Menino Jesus roubado de seus braços (Simas, 2022, p. 143).

Por essas narrativas conseguimos perceber, porque o santo tornou-se tão popular. Revelando como Santo Antônio ultrapassa os limites da hagiografia oficial para se inscrever na vida cotidiana dos devotos, em uma relação marcada tanto pela reverência quanto pela intimidade. A fé popular transforma o santo em um “mediador” muito próximo, capaz de ouvir súplicas, negociar desejos e até suportar pequenas irreverências, sem que isso comprometa a sua autoridade espiritual. Ao contrário, essas práticas reforçam a força da fé, na qual Santo Antônio se mantém como uma conexão entre o sagrado e o humano.

1.4 A Relação Entre o Padroeiro e a Cultura Junina Escolar

Na rede municipal de ensino de Duque de Caxias, as Festas Juninas são organizadas a partir da autonomia e iniciativa de cada unidade escolar. Não há, até o momento, um documento normativo da Secretaria Municipal de Educação que regulamente ou oriente oficialmente a realização desses festejos. Essa ausência de diretrizes unificadas confere às celebrações uma grande diversidade de formas e sentidos. Dessa maneira, cada escola organiza suas atividades conforme suas condições materiais e humanas, envolvendo a equipe gestora, o corpo docente, os responsáveis e os estudantes.

Nesse contexto, surgem projetos pedagógicos interdisciplinares, capazes de conectar diversas áreas do saber como Artes, Literatura, História, Geografia, Educação Física, Filosofia, Sociologia, entre outras. Temas sensíveis são trabalhados, como desigualdade, questões de gênero, violência, migrações. E dessa maneira, a tradição é vivida, ensinada e compartilhada desde a infância, como uma experiência coletiva que transita no campo da memória de forma interdisciplinar.

De acordo com sua própria realidade, a unidade escolar define coletivamente as músicas que serão apresentadas, a temática que norteará a celebração, os elementos que comporão a decoração do espaço, bem como as atividades desenvolvidas e as tradicionais barraquinhas com comidas típicas, escolhidas conforme os gostos e costumes daquela comunidade. De forma recorrente, as festas juninas ocorrem nas ruas das escolas, já que os espaços internos nem sempre comportam o grande número de participantes. Essa abertura para o ambiente externo favorece a participação da comunidade, fortalecendo a comunicação com o entorno social.

Refletindo sobre a contribuição teórica e filosófica da professora Bell Hooks (2019, p. 25), no livro *Ensinando a transgredir – Educação como prática de liberdade*, a educação como prática de liberdade significa: “Um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender”, com um compromisso ético, político e coletivo. Nesse sentido, as festas juninas escolares exemplificam essa necessidade, ao transformar o espaço de aprendizagem em um lugar participativo. Para Hooks (2019) a educação proporciona um caminho capaz de promover reflexões e elucidações que sejam democráticas, progressistas e que não reforcem práticas de opressão.

Outro ponto a ser destacado é que os festejos escolares costumam ocorrer após as celebrações dedicadas a Santo Antônio, momento em que já houve uma forte comoção da cidade, principalmente no 1º distrito e seu entorno, local em que a festa ocorre. Investiga-se que essa antecedência das festas do padroeiro pode contribuir para a construção de um imaginário coletivo sobre o mês de junho, estabelecendo referências e expectativas culturais que, por sua vez, podem vir a influenciar as festividades construídas pelas comunidades escolares.

Pensando nesses pontos de intersecção entre a festa do padroeiro e as escolas, trazemos a história da Festa Literária que acontecia em Caxias. Entre os anos de 2013 e 2016, a Festa Literária de Duque de Caxias ocorre de forma integrada à festa dedicada ao santo. Essa iniciativa buscava, a partir da popularidade da Festa de Santo Antônio, dar

visibilidade a escritores, professores e artistas da própria cidade, promovendo a leitura e a cultura.

Essa articulação gerou, inclusive, uma obra do renomado cartunista Ziraldo, produzida especialmente para a Festa de Santo Antônio e que, até hoje, pode ser vista nos portões da Igreja durante a semana das festividades. Em sua dissertação de mestrado, submetida à Faculdade de educação da Baixada Fluminense (FEBF), Renata afirma (2022, p.73) “A Festa literária que aconteceu durante as Festas de Santo Antônio de Duque de Caxias entre os anos de 2013 e 2016 foi idealizada pelos historiadores, agentes culturais e, na época, Diretor da Biblioteca Leonel de Moura Brizola, Antônio Oliveira.”

Figura 1- Imagem de Santo Antônio desenhada por Ziraldo



Fonte: Site da Diocese de Duque de Caxias
(<https://diocesededuquedecaxias.org.br/diocese-lamenta-a-morte-do-cartunista-ziraldo/>).

Acredita-se que aqui se revela, de forma bastante clara, um ponto de encontro entre a festa e a educação. Contudo, não foi o único. No ano de 2025, por exemplo, a Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias, por meio da Subsecretaria Pedagógica (SUPED), do Departamento de Programas e Projetos Educacionais (DPPE) e da Coordenadoria de Leitura Literária (CLL), instalou uma grande Tenda Cultural em

frente à Biblioteca Leonel de Moura Brizola. Registrada inclusive na programação oficial do evento: “Tenda Cultural, em frente à biblioteca, oficinas lúdicas, personagens vivos, animação infantil, contação de histórias com escritores e roda de conversa”. Nesse espaço, acredita-se que os alunos da rede pública puderam participar de atividades culturais e educativas, integrando-se às celebrações.

As atividades promovidas pela Secretaria Municipal de Educação (SME) têm sido recorrentes nos últimos anos e, cada vez mais, encontram espaço de circulação e registro na cultura digital. Esse movimento insere as ações educativas no contexto da cibercultura, um conceito definido por Pierre Lévy (1999). Para o autor, a cibercultura não se limita ao espaço virtual, mas constitui uma nova ecologia do saber e do convívio humano, marcada pela interconexão, pela inteligência coletiva e pela ampliação das formas de participação social.

Nesse sentido, as iniciativas da SME não apenas promovem a educação formal, mas também contribuem para a preservação cultural e a memória da cidade. Em 2023, por exemplo, o jornal O Extra publicou a matéria intitulada “*Festa de Santo Antônio atrai mais de 200 mil pessoas em Duque de Caxias*”⁵, na qual destacou que as ações educacionais ficaram sob responsabilidade da Tenda Multicultural da SME, que ofereceu ao público uma série de oficinas e atividades formativas.

Outra matéria, publicada em 2024 pelo portal *TV Prefeito*⁶, destacou mais uma vez que neste ano, as atividades educacionais ficaram sob responsabilidade da Tenda Multicultural da Secretaria Municipal de Educação, instalada na Praça do Pacificador. E conta que nesse espaço, ocorreram apresentações de grupos de quadrilhas das escolas municipais, além de contação de histórias, oficinas e outras iniciativas que aproximaram a comunidade escolar das celebrações em homenagem ao padroeiro. Percebe-se assim que, de forma recorrente, a SME/DC desenvolve ações educativas e culturais integradas à festa dedicada a Santo Antônio, ainda que em proporção menor do que ocorria em períodos anteriores, a importância e a grandiosidade da festa continuam sendo vistas, e ela sendo compreendida como um espaço articulador entre educação e cultura.

Durante sua passagem pela Secretaria de Educação de São Paulo, Paulo Freire conseguiu avançar bastante com a pasta, conseguimos observar parte de suas ideias como

⁵O EXTRA. *Festa de Santo Antônio atrai mais de 200 mil pessoas em Duque de Caxias*. Rio de Janeiro, 2023.

⁶Disponível em: <https://tvprefeito.com/milhares-de-pessoas-visitaram-a-tradicional-festa-de-santo-antonio-em-homenagem-ao-padroeiro-de-duque-de-caxias/>.

secretário no livro *Educação na Cidade* (1991), em que fala de uma educação para liberdade em uma metrópole contemporânea, destacando que a educação está para além do prédio escolar. “Se não apenas construirmos mais salas de aula, mas também as mantemos bem-cuidadas, zeladas, limpas, alegres, bonitas, cedo ou tarde a própria boniteza do espaço requer outra boniteza: a do ensino competente, a da alegria de aprender, a da imaginação criadora tendo liberdade de exercitar-se, a da aventura de criar.” (1991, p. 34)

Ele ressalta que a educação deve dialogar com a realidade social e urbana dos sujeitos, tornando-se um instrumento de transformação e participação cidadã. Para o teórico, a escola não pode se limitar à transmissão de conteúdos, mas deve ser um espaço de problematização, reflexão e engajamento com o território em que está inserida, reconhecendo os saberes e experiências dos cidadãos.

Nesse sentido, como vemos com o apoio de Bell Hooks (2019) e Paulo Freire (1991) as atividades promovidas nas festas juninas, sejam elas nos prédios escolares, na ocupação das ruas das escolas ou as atividades desenvolvidas durante as festas de Santo Antônio, apresentam-se como experiências educativas que ultrapassam a sala de aula, integrando-se à vida urbana e às práticas culturais locais. Elas exemplificam a concepção freireana de educação como prática de liberdade, na qual os alunos deixam de ser apenas receptores passivos de conhecimento e passam a atuar como sujeitos ativos na produção de saberes e na construção de significados em seu território.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura junina escolar e a tradicional celebração de Santo Antônio em Duque de Caxias, embora pareçam eventos distintos, tem uma relação de influência cultural. Este estudo evidenciou que a autonomia das escolas na organização dos festejos juninos, permite que cada unidade de ensino reflita a cultura de sua comunidade, mas também a insere em um contexto cultural maior, marcado pela devoção ao padroeiro da cidade.

A festa de Santo Antônio, ao mobilizar a cidade de Duque de Caxias com sua grandiosidade e tradição, torna-se uma referência e acaba influenciando as festas e ações da educação. A atuação da Secretaria Municipal de Educação (SME) nas celebrações do padroeiro, ano após ano, com a instalação de tendas culturais e a realização de oficinas, lançamentos de livros e apresentações, é um exemplo claro. Essas iniciativas demonstram

o entendimento de que a educação não se restringe à sala de aula, mas se expande para o espaço urbano, articulando-se com as práticas e memórias da cidade.

Nesse sentido, é possível observar de forma clara a aplicação prática dos conceitos de Bell Hooks (2019) e Paulo Freire (1991). As festas juninas escolares exemplificam a educação como prática de liberdade, proposta por Hooks, na qual todos os sujeitos têm a possibilidade de aprender e participar ativamente, de maneira ética, coletiva e democrática. Ao mesmo tempo, a pesquisa reafirma a visão de Paulo Freire, segundo a qual a escola deve dialogar com a realidade local, transformando os eventos culturais em oportunidades de aprendizado e cidadania.

Este artigo destaca o valor de estudar esses festejos como ferramentas pedagógicas e patrimoniais. O reconhecimento das festas juninas como patrimônio cultural imaterial do Brasil e o processo de patrimonialização da Festa de Santo Antônio reforçam a necessidade de valorizar e analisar essas celebrações como manifestações culturais que reforçam a identidade da cidade.

REFERÊNCIAS

ANGELO, E. B. As festas juninas no Rio de Janeiro: entre o fazer e o manter nas relações sociais. **Cadernos CERU**, Série 2, v. 33, n. 1, jun. 2022, p. 171-191.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRAZ, Antonio Augusto; ALMEIDA, Tania Maria Amaro de. **De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade**. 2. ed. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2019. Disponível em: <https://amigosinstitutohistoricodc.com.br/wp-content/uploads/2019/04/De-Merity-a-Duque-de-Caxias.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

CANDAU, Vera Maria. **Educação intercultural: mediações pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

DUQUE DE CAXIAS (RJ). **Plano Municipal de Educação de Duque de Caxias 2015–2025 – Parte I**. Duque de Caxias: Secretaria Municipal de Educação, 2015. Disponível em: <https://sepecaxias.org.br/wp-content/uploads/2015/02/PME-2015-2025-PARTE-III1.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2025.

DUQUE DE CAXIAS (RJ). **Plano Municipal de Educação de Duque de Caxias 2015–2025 – Parte II**. Duque de Caxias: Secretaria Municipal de Educação, 2015. Disponível em: <https://sepecaxias.org.br/wp-content/uploads/2015/02/PME-2015-2025-PARTE-III1.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2025.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MENEZES, Renata de Castro. **A dinâmica do sagrado: rituais, sociabilidade e santidade num convento do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

OLIVEIRA, Renata de Almeida. **Memórias da devoção: estudo de caso sobre a festa de Santo Antônio nas cidades de Duque de Caxias - RJ e Lisboa, Portugal**. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

OLIVEIRA, Renata de Almeida. **Educação e cultura: um estudo de caso sobre a Festa Literária de Duque de Caxias na Festa de Santo Antônio**. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2021.

O EXTRA. **Festa de Santo Antônio atrai mais de 200 mil pessoas em Duque de Caxias**. Rio de Janeiro, 3 jul. 2023. Disponível em: <https://extra.globo.com/conteudo-de-marca/prefeitura-de-duque-de-caxias/noticia/2023/07/festa-de-santo-antonio-atrai-mais-de-200-mil-pessoas-em-duque-de-caxias.ghtml>. Acesso em: 15 set. 2025.

UNESCO. **Carta da convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Paris, outubro, 2003, p 1-18. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

SIMAS, Luiz Antonio. **Santos de casa: fé, crenças e festas do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2021.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.

O PROGRESSO, A ORDEM E O HIGIENISMO NA CONSTITUIÇÃO DA COMMUNITAS CAPITALISTA BANGUENSE (1888-1919)

THE PROGRESS, THE ORDER AND THE HYGIENISM IN THE
CONSTITUTION OF THE CAPITALIST COMMUNITY OF BANGUENSE
(1888-1919)

Bruno Nogueira Ferreira Borja^A

 <https://orcid.org/0000-0002-4813-7001>

Correspondência: borja.bruno@gmail.com

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu/RJ, Brasil.

Bruno Souza Duarte Lima^B

 <https://orcid.org/0000-0002-7736-1336>

Correspondência: lima.bsd@gmail.com

Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Camila Eller Gomes^C

 <https://orcid.org/0000-0001-5019-0875>

Correspondência: camilaeller@ufrj.br

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

DOI: 10.12957/cdf.2025.94670

Recebido em: 13 out. 2025 | **Aceito em:** 17 nov. 2025

RESUMO

A política cultural passou por uma surpreendente transformação nos últimos anos, com a aprovação e implementação da Lei Aldir Blanc (LAB) em 2020, da Lei Paulo Gustavo (LPG) e da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), ambas em 2022. Tais leis vieram a descentralizar recursos federais para os demais entes federativos e propiciaram um volume histórico de recursos para a execução de políticas públicas de cultura em todo o país. Na Baixada Fluminense, os recursos federais mobilizaram iniciativas políticas nunca antes vistas, injetando alguns milhões de reais nos últimos anos e ativando a cadeia produtiva da cultura nos territórios. Nesse trabalho buscamos traçar um panorama das políticas públicas de cultura na Baixada Fluminense 2018-2024,

^AProfessor do Departamento de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade (PPGPaCS) da UFRRJ. Coordenador do Observatório Baixada Cultural (OBaC-IFRJ/UFRRJ). Coordenador da Escola Popular de Artes (EPA-UFRRJ).

^BPesquisador do OBaC. Doutorando em Economia (PPGE/UFF).

^CPesquisadora do OBaC. Mestre em Engenharia de Produção (UFRJ). Chefe do Departamento de Arte e Cultura da Pró-Reitoria de Extensão da UFRRJ.



analisando os orçamentos municipais nesse período e produzindo indicadores culturais de avaliação.

Palavras-chave: Política cultural; Baixada Fluminense; orçamentos municipais; indicadores culturais.

ABSTRACT

Cultural policy has gone through a surprising transformation in recent years, with the approval and implementation of the Aldir Blanc Law (LAB) in 2020, the Paulo Gustavo Law (LPG), and the Aldir Blanc National Policy (PNAB), both in 2022. These laws decentralized federal resources to other federal entities and provided a historical volume of resources for the implementation of public cultural policies throughout the country. In the Baixada Fluminense region, federal resources have mobilized unprecedented political initiatives, injecting millions of reais in recent years and activating the cultural production chain in the territories. In this work, we seek to outline an overview of public cultural policies in the Baixada Fluminense region from 2018 to 2024, analyzing municipal budgets during this period and producing cultural indicators for evaluation.

Keywords: Cultural policy; Baixada Fluminense; municipal budgets; cultural indicators.

1 INTRODUÇÃO

Contraditória, e surpreendentemente, a pandemia impulsionou uma grande virada na política cultural brasileira. Uma virada positiva, fundada na luta política do movimento cultural e de partidos e parlamentares ligados ao campo da cultura, que conquistaram a aprovação e implementação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (LAB) em 2020. Duas novas vitórias fundamentais foram conquistadas em 2022, com a aprovação da Lei Paulo Gustavo (LPG) e da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB).

Tais leis vieram a descentralizar recursos federais para os demais entes federativos – estados, municípios e distrito federal – e propiciaram um volume histórico de recursos para a execução de políticas públicas de cultura em todo o país. Especialmente no caso de municípios periféricos, como os da Baixada Fluminense, os recursos federais mobilizaram iniciativas políticas nunca antes vistas, injetando alguns milhões de reais nos últimos anos e ativando a cadeia produtiva da cultura nos territórios.

Nesse trabalho buscamos traçar um panorama das políticas públicas de cultura na Baixada Fluminense 2018-2024, analisando os orçamentos municipais nesse período e produzindo indicadores culturais de avaliação. Para tanto, na primeira seção apresentaremos dados da Função Cultura nos municípios, destacando a Dotação Inicial,

a Dotação Atualizada e as Despesas Liquidadas dos orçamentos municipais de cultura na Baixada Fluminense 2018-2024. Na segunda seção, a partir dos dados orçamentários, construímos três indicadores culturais das políticas públicas na Baixada Fluminense, são eles: Percentual de Execução Orçamentária da Cultura; Despesa Cultural per capita; e Participação da Cultura na Despesa Total dos municípios.

2 ORÇAMENTOS MUNICIPAIS DE CULTURA NA BAIXADA FLUMINENSE 2018-2024

Nessa seção vamos nos concentrar em analisar os dados da Função Cultura dos municípios da Baixada Fluminense, de forma a avaliar a evolução das políticas públicas de cultura na região. A Função Cultura integra a classificação de despesa orçamentária denominada classificação funcional, que segrega as dotações orçamentárias em Funções e Subfunções, buscando identificar em que área de ação governamental a despesa foi alocada. Sendo de aplicação comum e obrigatória no âmbito da União, dos Estados e dos Municípios, permite a consolidação nacional dos gastos do setor público (STN, 2023).

Para construção da base de dados que fundamentará a análise posteriormente apresentada, foram utilizados como fontes os orçamentos públicos municipais. O orçamento público é um instrumento de ação que permite operacionalizar programas, projetos estratégicos e políticas básicas (Giacomoni, 2022). De iniciativa do Poder Executivo, cuja autorização, controle e fiscalização decorrem da atuação do Poder Legislativo, a Lei Orçamentária Anual (LOA) constitui-se numa peça política capaz de traduzir as prioridades governamentais, sendo, portanto, de grande relevância para o estudo da tomada de decisões em políticas públicas.

Os dados orçamentários da Função Cultura foram extraídos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) de cada município, disponibilizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), compreendendo o período de 2018 a 2024. No RREO é possível acessar os dados sobre a Dotação Inicial, a Dotação Atualizada e as Despesas Liquidadas da Função Cultura em cada município.

Na Tabela 1 apresentamos os dados da Dotação Inicial, considerando um período de 7 anos (2018 a 2024) que engloba, além do cenário pandêmico, um período pré e pós pandemia. A Dotação Inicial demonstra quanto do orçamento municipal foi previamente reservado para Função Cultura. Informação que permite avaliar o volume de recursos

ARTIGO | Panorama das Políticas Públicas de Cultura na Baixada Fluminense 2018-2024:
Orçamentos Municipais e Indicadores Culturais

disponibilizados pelo ente municipal para a execução da política cultural no início de cada ano. Podemos ressaltar algumas informações relevantes sobre estes valores, que variaram consideravelmente entre os municípios da região.

Tabela 1 – Dotação Inicial da Função Cultura nos municípios da região 2018-2024

FUNÇÃO CULTURA - DOTAÇÃO INICIAL – em R\$							
MUNICÍPIO	CENÁRIO PRÉ-PANDEMIA		CENÁRIO PANDÊMICO		CENÁRIO PÓS-PANDEMIA		
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Belford Roxo	30.200,00	12.300,00	12.300,00	18.000,00	225.000,00	119.002,00	117.008,00
Duque de Caxias	19.918.683,00	19.239.339,00	7.493.744,50	7.812.581,60	8.848.776,40	2.940.954,40	3.826.866,55
Guapimirim	560.000,00	599.000,00	554.000,00	79.000,00	2.606.000,00	13.382.000,00	20.235.200,00
Itaguaí	3.783.734,00	8.404.036,00	6.971.256,00	6.559.417,50	15.207.906,60	16.037.149,70	7.674.852,00
Japeri	1.771.500,00	984.100,00	1.027.800,00	769.801,00	1.687.111,00	1.987.111,00	3.049.519,90
Magé	348.800,00	348.800,00	631.032,80	2.703.380,90	1.862.829,00	3.154.000,00	17.953.672,00
Mesquita	0,00	0,00	30.000,00	2.800.000,00	200.000,00	182.500,00	2.182.499,99
Nilópolis	3.710.475,00	4.238.455,00	5.131.155,00	5.137.324,50	4.583.975,30	5.039.247,80	12.952.167,73
Nova Iguaçu	1.669.000,00	1.772.000,00	2.283.000,00	1.735.000,00	2.345.000,00	1.804.077,00	1.565.371,40
Paracambi	900.000,00	855.000,00	1.505.000,00	720.000,00	1.482.500,00	3.153.000,00	2.460.506,00
Queimados	340.022,00	481.021,00	125.503,00	76.674,30	566.720,00	394.717,00	371.519,00
São João de Meriti	366.498,00	1.289.967,00	195.750,00	194.350,00	243.000,00	253.935,00	730.000,00
Seropédica	2.513.500,00	2.534.400,00	2.542.800,00	2.551.300,00	3.577.836,10	3.410.000,00	3.190.000,00
Total BXD	35.912.412,00	40.758.418,00	28.503.341,30	31.156.829,80	43.436.654,40	51.857.693,90	76.309.182,57

Fonte: TCE-RJ (2025). Elaboração própria.

No panorama geral, os municípios apresentam trajetória de oscilação, ora ampliando, ora reduzindo o montante da Dotação Inicial. O destaque negativo fica com Duque de Caxias que apresentou forte redução no valor da dotação inicial quando consideramos o início e o final do período analisado, isso sugere que pode estar ocorrendo a substituição no uso de recursos do orçamento municipal por aqueles recebidos via repasse das leis federais de cultura, como a LPG e a PNAB. Os municípios de Belford Roxo e Mesquita chamam atenção pelo fato de apresentarem em alguns anos os orçamentos mais baixos – e até mesmo nulo, no caso de Mesquita – dentre os municípios analisados. O destaque positivo vai para os municípios de Guapimirim, Magé e Nilópolis que apresentaram nos últimos anos um forte crescimento no montante da dotação inicial, fazendo com que esses municípios se destaquem como os que apresentam os maiores orçamentos da Baixada Fluminense para o ano de 2024, respectivamente e aproximadamente, com 20 milhões, 18 milhões e 13 milhões.

Quando observado o valor total agregado dos 13 municípios da região em cada ano, há, no geral, uma tendência de crescimento no montante inicialmente reservado para Função Cultura. A série inicia em 2018 com quase 36 milhões de reais e fecha em 2024

ARTIGO | Panorama das Políticas Públicas de Cultura na Baixada Fluminense 2018-2024:
Orçamentos Municipais e Indicadores Culturais

com mais de 76 milhões, mais do que dobrando o valor total. Identificamos apenas no ano de 2020 – início da pandemia do Covid 19 – a descontinuidade nessa tendência.

Os dados da Dotação Inicial são essenciais ao planejamento anual das ações a serem executadas, mas, no entanto, costumam sofrer frequentes alterações ao longo do ano. Fato que faz com que seja interessante observar os dados da Dotação Atualizada, isto é, a dotação que de fato foi destinada à Função Cultura em cada ano, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 - Dotação Atualizada da Função Cultura nos municípios da região 2018-2024

FUNÇÃO CULTURA - DOTAÇÃO ATUALIZADA - em R\$							
MUNICÍPIO	CENÁRIO PRÉ-PANDEMIA		CENÁRIO PANDEMICO		CENÁRIO PÓS-PANDEMIA		
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Belford Roxo	310.200,00	12.300,00	3.107.881,00	3.262.220,00	35.000,00	4.504.296,90	3.622.797,09
Duque de Caxias	23.187.660,90	20.104.605,70	11.528.440,10	7.657.978,10	5.970.478,40	13.732.482,90	18.384.930,35
Guapimirim	39.000,00	3.000,00	426.843,80	181.391,30	6.483.840,00	20.215.043,60	38.116.213,68
Itaguaí	4.519.559,70	3.927.791,40	4.407.218,10	3.927.391,70	7.691.516,90	15.325.051,30	10.956.360,84
Japeri	1.695.300,00	1.295.100,00	1.091.800,00	725.065,00	1.986.785,50	5.183.463,80	3.518.760,99
Magé	473.842,40	530.780,00	2.134.122,40	2.663.301,90	3.933.274,80	27.572.672,50	21.923.785,08
Mesquita	0,00	277.000,00	3.464.080,60	332.000,00	310.000,00	680.653,30	2.211.050,55
Nilópolis	3.126.475,00	3.787.455,00	6.739.599,90	5.301.600,30	3.219.275,30	7.345.981,10	7.028.028,76
Nova Iguaçu	2.349.817,20	1.770.851,70	6.717.305,50	1.280.000,00	2.976.404,80	10.218.139,60	5.323.836,65
Paracambi	1.270.000,00	1.537.996,70	1.278.201,60	410.374,10	3.385.656,30	3.224.170,00	4.234.059,76
Queimados	26.599,30	92.052,40	1.079.076,80	492.647,10	511.720,00	3.218.294,70	5.870.429,52
São João de Meriti	876.198,00	342.467,00	3.481.679,70	2.114.350,00	10.000,00	4.073.802,60	3.287.388,51
Seropédica	2.513.500,00	3.715.200,00	3.122.800,00	1.260.250,00	1.389.150,00	6.117.342,80	1.515.584,56
Total BXD	40.388.152,50	37.396.599,90	48.579.049,50	29.608.569,50	37.903.102,00	121.411.395,10	125.993.226,34

Fonte: TCE-RJ (2025). Elaboração própria.

A Dotação Atualizada nos aproxima do valor real que foi posto à disposição da Função Cultura nos municípios, apresentando, em alguns casos, grande variação em relação à Dotação Inicial. Essa variação revela a dificuldade de planejamento das gestões municipais de cultura, na medida em que há fortes oscilações de valores para executar as ações da área, o que se reflete na falta de previsibilidade das políticas culturais por parte de gestores/as e, especialmente, de fazedores/as culturais que necessitam de financiamento direto estatal para desenvolver seus projetos e garantir sua subsistência.

Esses dados também nos mostram o impacto das leis federais de cultura nos recursos disponíveis para a política pública municipal, na medida em que registram na Dotação Atualizada o repasse de recursos da LAB em 2020, o saldo restante da LAB para 2021, e da LPG e do primeiro ciclo da PNAB em 2023, com saldos a serem executados em 2024. Assim, podemos observar, em alguns municípios, um grande salto entre a Dotação Inicial e a Dotação Atualizada nos anos de 2020, 2021, 2023 e 2024 que abrangem o período pandêmico e pós-pandêmico. Em virtude disso, tomamos um marco

temporal ampliado, abarcando sete anos, de 2018 a 2024, no intuito de observar o comportamento da Função Cultura também em anos pré-pandemia, nos quais não houve repasse de recursos federais.

A análise da dotação atualizada demonstra um grande salto quantitativo de recursos disponibilizados nos períodos pandêmico e pós-pandêmico, sugerindo que de fato houve impacto nos orçamentos municipais gerado pelo aporte de recursos das políticas públicas federais de cultura.

No ano de 2021, há um ponto de inflexão explicado pela forte queda no valor da Dotação Atualizada em 11 dos 13 municípios analisados. Este cenário sugere que houve, em certa medida, a substituição do orçamento dos entes municipais pelos recursos recebidos por intermédio das políticas federais de cultura. Fenômeno semelhante ocorre no ano de 2022, período no qual 9 dos 13 municípios tiveram sua Dotação Atualizada reduzida em comparação à Dotação Inicial. É importante destacar que no ano de 2021 não houve aporte de recursos federais, mas apenas a possibilidade de utilização dos recursos não executados do montante recebido em 2020 através da LAB. Igualmente, no ano de 2022 também não houve repasse de recursos federais. Essas oscilações nas disponibilidades orçamentárias também são evidentes quando observarmos os valores totais da Baixada Fluminense, os anos de 2019 (pré-pandemia) e 2021 (pandemia) apresentam redução nos valores disponibilizados.

Um destaque negativo fica por conta de Mesquita que tem a maior queda no comparativo entre a Dotação Atualizada de 2020 e 2021. Além disso, em 2018, Mesquita registra o único orçamento nulo para toda a série histórica das Dotações Atualizadas na Baixada Fluminense. Belford Roxo e São João de Meriti também se destacam negativamente como as maiores quedas da Dotação Atualizada no comparativo entre os anos de 2021 e 2022.

Por outro lado, Magé aparece como o único município do conjunto analisado que apresenta trajetória crescente da Dotação Atualizada no período de 2018 a 2023, apresentando queda relativa apenas no ano de 2024. Quando considerado o cenário pós-pandemia (2022 a 2024), os municípios de Duque de Caxias, Guapimirim, Mesquita e Queimados apresentam a Dotação Atualizada em trajetória de crescimento, o que pode sugerir avanços na disputa por espaço político para execução das políticas culturais.

A análise do conjunto geral, considerando o somatório dos valores totais da Baixada Fluminense em cada ano, demonstra tendência de crescimento, com duas quebras nessa trajetória, nos anos de 2019 (pré-pandemia) e 2021 (pandemia). Vale

ARTIGO | Panorama das Políticas Públicas de Cultura na Baixada Fluminense 2018-2024:
Orçamentos Municipais e Indicadores Culturais

destacar o volume de recursos da Função Cultura atualizada na região, que salta de mais de 40 milhões de reais em 2018 para quase 126 milhões em 2024, portanto, mais do que triplicando seu valor. Tal fato explicita a centralidade política que a cultura vem ganhando na região nos anos recentes.

Também merece destaque o salto gigantesco observado entre os valores totais da Dotação Inicial e da Dotação Atualizada na região nos anos de 2023 e 2024, quando foram repassados recursos da LPG e da PNAB: em 2023, saiu de aproximadamente 52 milhões para mais de 121 milhões, enquanto em 2024 saiu de aproximadamente 76 milhões para 126 milhões. É necessário registrar que esses saltos forma maiores do que o total de recursos repassados pela LGP e pela PNAB para a região, significando também aumento do aporte de recursos próprios dos municípios nesses anos.

Já observamos o comportamento da Dotação Inicial da Função Cultura – o quanto foi previsto de orçamento no início ano – e da Dotação Atualizada – o quanto foi de fato disponibilizado ao longo do exercício fiscal –, cabe agora ver o dado mais relevante: as Despesas Liquidadas da Função Cultura em cada ano, conforme a Tabela 3. A análise das Despesas Liquidadas nos aproxima mais da realidade da política municipal de cultura, observando a queda vertiginosa entre o planejado e o, de fato, executado¹

Tabela 3 - Despesas Liquidadas da Função Cultura nos municípios da região 2018-2024							
FUNÇÃO CULTURA - DESPESA LIQUIDADA - em R\$							
MUNICÍPIO	CENÁRIO PRÉ-PANDEMIA		CENÁRIO PANDEMICO		CENÁRIO PÓS-PANDEMIA		
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Belford Roxo	308.038,30	0,00	0,00	3.156.820,40	0,00	4.331.045,70	3.601.647,75
Duque de Caxias	2.597.885,70	3.103.405,80	8.921.879,00	4.587.050,60	5.521.039,00	5.581.333,00	12.200.586,32
Guapimirim	0,00	0,00	300.343,70	126.391,30	3.039.207,70	10.635.767,40	19.085.408,66
Itaguaí	2.285.077,40	2.897.048,10	3.361.992,40	3.292.987,50	5.379.022,10	8.775.533,10	7.986.393,55
Japeri	1.218.500,00	992.100,00	531.300,00	570.282,20	1.004.894,60	3.387.868,20	2.108.441,82
Magé	457.415,20	451.902,40	1.705.396,10	235.169,80	1.817.758,90	25.242.668,20	20.231.505,71
Mesquita	0,00	0,00	3.171.030,20	308.400,00	207.249,40	600.153,30	2.155.720,10
Nilópolis	1.778.363,30	1.915.858,40	1.989.140,20	3.022.289,20	2.796.748,00	4.309.153,60	4.985.009,35
Nova Iguaçu	1.363.784,40	1.702.523,00	6.449.185,10	219.078,20	842.265,10	2.902.727,30	4.989.055,46
Paracambi	1.242.958,60	1.522.017,00	945.524,90	69.899,30	2.982.809,40	2.149.844,50	3.817.904,21
Queimados	26.583,30	78.339,80	660.571,60	464.362,90	77.400,60	996.097,80	4.091.903,30
São João de Meriti	598.563,00	25.746,60	3.404.291,70	1.699.098,20	8.958,20	3.169.275,60	3.228.198,76
Seropédica	923.400,00	1.884.300,00	1.130.000,00	1.017.270,00	1.014.273,00	5.291.019,00	1.501.072,24
TotalBXD	12.800.569,20	14.573.241,10	32.570.654,90	18.769.099,60	24.691.626,00	77.372.486,70	89.982.847,23

Fonte: TCE-RJ (2025). Elaboração própria.

¹No âmbito desse trabalho consideraremos o estágio da liquidação como o marco da execução orçamentária, pois é nesse momento que a Administração Pública reconhece o direito adquirido pelo credor, assumindo com ele uma obrigação financeira.

Aqui faremos uma análise desde a perspectiva da eficiência orçamentária, ou seja, da capacidade de o ente municipal efetivamente executar as Dotações Atualizadas do orçamento da Função Cultura. Mais uma vez, temos Belford Roxo como destaque negativo, registrando três anos sem liquidar nenhum recurso (2019, 2020 e 2022), mesmo após o início dos repasses das leis federais de cultura. Guapimirim e Mesquita registram dois anos sem liquidação de recursos da Função Cultura, no entanto, são os anos anteriores ao repasse das leis federais, isto é, 2018 e 2019.

Quando analisamos sob a ótica dos valores liquidados, os municípios de Magé, Guapimirim, Itaguaí e Duque de Caxias se destacam positivamente como os municípios com maiores valores no período pós-pandemia, demonstrando o poder de indução da política federal sobre esses municípios. Por exemplo, Magé sai de patamares próximos de 450 mil reais no período pré-pandemia para valores de 25,2 milhões de reais em 2023 e 20,2 milhões em 2024. Guapimirim segue trajetória similar, saindo de zero no pré-pandemia para 10,6 milhões de reais em 2023 e 19,0 milhões em 2024. Ao consideramos todo o período analisado (pré-pandemia, pandemia e pós-pandemia), Itaguaí, Duque de Caxias, Nilópolis e Seropédica são os municípios que se desatacam em relação ao volume executado, apresentando certa constância nesses anos.

A análise do somatório dos valores totais liquidados pelos municípios da Baixada Fluminense indica uma trajetória de crescimento, havendo apenas recuo desse montante no ano de 2021, ano sem novo repasse de verbas federais. Para o conjunto dos 13 municípios, os valores pré-pandemia partem de 12,8 milhões de reais em 2018 e 14,6 milhões em 2019, para alcançar 77,4 milhões em 2023 e quase 90,0 milhões em 2024 no pós-pandemia, o que reforça o papel indutor das políticas federais.

Podemos perceber que LAB, LPG e PNAB tiveram impactos muito significativos nos orçamentos municipais de cultura, como demonstra a trajetória dos valores totais do conjunto de municípios da região. No entanto, é legítima a preocupação com a substituição do orçamento próprio dos municípios pelos recursos federais descentralizados, assim como há necessidade de aprimorar a eficiência orçamentária na execução dos recursos, conforme veremos ao apresentar os indicadores culturais a seguir.

3 INDICADORES CULTURAIS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAIXADA FLUMINENSE

A base de dados para a construção dos indicadores combina informações orçamentárias e demográficas, cobrindo o período de 2018 a 2024. Como já apresentado, a análise concentra-se na Função Cultura, uma categoria padronizada da contabilidade pública que permite uma comparação do comportamento do investimento público ao longo do tempo. A função agrupa todas as despesas relacionadas à área cultural, o que inclui gastos com patrimônio histórico, produção artística, equipamentos e difusão cultural. Os indicadores apresentados nessa seção foram construídos a partir da Dotação Atualizada da Função Cultura, da Despesa Liquidada da Função Cultura e do Total de Despesas Liquidadas pelo município. Por sua vez, os dados populacionais foram baseados nas estimativas do IBGE.

Com esses dados foram formulados três indicadores para a análise, cada um deles apresentando diferentes facetas da política pública de cultura na Baixada Fluminense. O Percentual de Execução Orçamentária da Cultura mede a eficiência orçamentária da gestão, mostrando a capacidade real de execução dos recursos pelos municípios. Ele é calculado pela divisão da Despesa Liquidada pela Dotação Atualizada da Função Cultura. Já o Despesa Cultural per capita, apresenta o investimento cultural por habitante em cada município, sendo calculado através da divisão da Despesa Liquidada da Função Cultura pela população de cada município. Por último, o indicador da Participação da Cultura na Despesa Total traduz a prioridade política concedida ao setor no orçamento, sendo calculado pela divisão da Despesa Liquidada da Função Cultura pelo Total de Despesas Liquidadas pelo município. Ao mostrar a fatia do orçamento que foi destinada à cultura, vemos se a área é tratada como estratégica ou marginal na agenda política municipal.

Em relação à média para a região, a metodologia adotada foi a do indicador consolidado, isto é, optou-se por primeiro somar os valores absolutos de todos os municípios. Dessa maneira, o Percentual de Execução Orçamentária da Cultura médio da região foi o resultado da divisão da soma total da Despesa Liquidada da Função Cultura pela soma total da Dotação Atualizada da Função Cultura de toda a Baixada Fluminense. De modo análogo, o mesmo princípio foi aplicado aos outros indicadores, a Despesa Cultural per capita média, por exemplo, foi obtida pela soma da Despesa Liquidada da Função Cultura de todos os municípios dividida pela soma da população total da região. Bem como, a média da Participação da Cultura na Despesa Total foi calculada dividindo

ARTIGO | Panorama das Políticas Públicas de Cultura na Baixada Fluminense 2018-2024:
 Orçamentos Municipais e Indicadores Culturais

a soma da Despesa Liquidada da Função Cultura de todos os municípios pela soma do Total de Despesas Liquidadas de todos eles. Apresentadas estas notas metodológicas, podemos observar os indicadores para a região.

Tabela 4 – Percentual de Execução Orçamentária da Cultura 2018-2024 – em %

MUNICÍPIO	CENÁRIO PRÉ-PANDEMIA		CENÁRIO PANDÊMICO		CENÁRIO PÓS-PANDEMIA		
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Belford Roxo	99,30	0,00	0,00	96,77	0,00	96,15	99,42
Duque de Caxias	11,20	15,44	77,39	59,90	92,47	40,64	66,36
Guapimirim	0,00	0,00	70,36	69,68	46,87	52,61	50,07
Itaguaí	50,56	73,76	76,28	83,85	69,93	57,26	72,89
Japeri	71,88	76,60	48,66	78,65	50,58	65,36	59,92
Magé	96,53	85,14	79,91	8,83	46,21	91,55	92,28
Mesquita	0,00	0,00	91,54	92,89	66,85	88,17	97,50
Nilópolis	56,88	50,58	29,51	57,01	86,88	58,66	70,93
Nova Iguaçu	58,04	96,14	96,01	17,12	28,30	28,41	93,71
Paracambi	97,87	98,96	73,97	17,03	88,10	66,68	90,17
Queimados	99,94	85,10	61,22	94,26	15,13	30,95	69,70
São João de Meriti	68,31	7,52	97,78	80,36	89,58	77,80	98,20
Seropédica	36,74	50,72	36,19	80,72	73,01	86,49	99,04

Fonte: TCE-RJ (2025). Elaboração própria.

A Tabela 4 apresenta a evolução do Percentual de Execução Orçamentária da Cultura nos municípios da Baixada Fluminense. A primeira observação geral é a ausência de um padrão regional, apresentando trajetórias municipais muito distintas e marcadas pela instabilidade na capacidade da gestão dos recursos da cultura ao longo do período de 2018 a 2024. No período que antecede a pandemia, nos anos de 2018 e 2019, já se observa uma grande disparidade. Municípios como Magé, Paracambi e Queimados² apresentavam altos índices de execução, entre 85% e 100%, indicando uma capacidade de converter o orçamento planejado em políticas culturais. Já Belford Roxo, apesar de registrar mais de 99% em 2018, oscilou muito, caindo para 0% no ano seguinte³. Outras cidades, como Guapimirim e Mesquita, também registraram 0% de execução, porém nos dois anos pré-pandemia, evidenciando uma paralisia na aplicação dos recursos da cultura.

Ainda nos anos pré-pandemia, também merece destaque o caso de Duque de Caxias, que apresentou índices baixíssimos de eficiência orçamentária (11,20% e

²Embora o valor absoluto da Despesa Liquidada de Queimados seja muito baixo, somente 26,5 mil reais, conforme apresentado anteriormente na Tabela 3.

³Optamos por manter a indicação de 0% nos casos de municípios onde não houve nenhuma Despesa Liquidada da Função Cultura no ano, mesmo quando não houve sequer a destinação de valores na Dotação Atualizada da Função Cultura.

15,44%), porém com os maiores montantes absolutos de Despesas Liquidadas da Função Cultura, alcançando 2,6 milhões de reais em 2018 e 3,1 milhões de reais em 2019. Isto é, o município tinha uma Dotação Atualizada da Função Cultura muito elevada e mesmo estando entre os piores percentuais de execução da região, manteve a liderança em termos de valores absolutos da Despesa Liquidada da Função Cultura.

Durante o período da pandemia de Covid-19, os aportes de recursos federais através da Lei Aldir Blanc impulsionaram a capacidade de gasto dos municípios da região. Nesse contexto, diversos municípios apresentaram um salto expressivo na execução entre 2019 e 2020. Duque de Caxias saltou de 15,44% em 2019 para 77,39% em 2020, Guapimirim e Mesquita saíram do zero para 70,36% e 91,54%, respectivamente, e São João de Meriti explodiu de 7,52% para 97,78%, sendo o melhor índice registrado em 2020.

No entanto, o ano de 2021 mostra que esse impulso não foi sustentado. Municípios que haviam se destacado em 2020 sofreram fortes quedas nos percentuais de execução, como Nova Iguaçu de 96,01% em 2020 para 17,12% em 2021, Magé de 79,91% para 8,83% e Paracambi de 73,97% para 17,03%. Esse movimento sugere que, passada a obrigação de executar o recurso emergencial, a eficiência orçamentária despencou.

Sem o influxo de recursos federais da LAB e antes da chegada dos recursos da LPG e PNAB, o ano de 2022 expõe a real e heterogênea capacidade de gestão cultural dos municípios. Ainda que não tenha sido um cenário de queda generalizada, foi um cenário de divergências. Municípios como Duque de Caxias, Paracambi e São João de Meriti demonstraram uma notável capacidade de execução. Inclusive, Paracambi apresentou uma recuperação saindo de 17,03% de execução em 2021 para 88,10% no ano seguinte. Em forte contraste, Belford Roxo zera completamente sua execução, confirmando um padrão de instabilidade crônica, enquanto Queimados também sofre uma queda abrupta, passando de 94,26% em 2021 para apenas 15,13% em 2022.

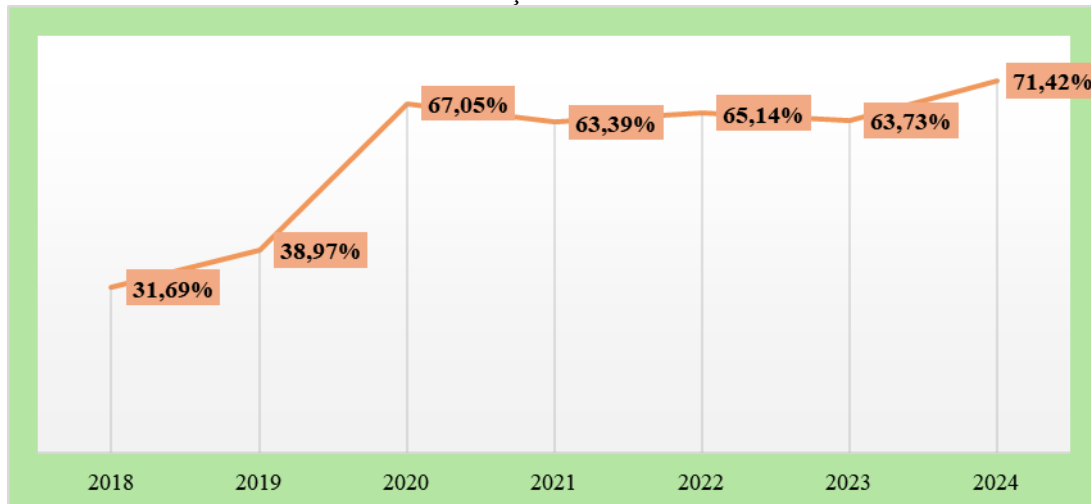
O cenário muda em 2023 com a chegada dos recursos da LPG, induzindo a recuperação dos municípios que estavam com baixa execução. Por exemplo, Magé salta de 46,21% em 2022 para 91,55% em 2023, e Belford Roxo vai do zero absoluto para 96,15%. Esse crescimento é impulsionado pela necessidade de aplicar o recurso federal recebido. Já em 2024, a tendência de alta execução se generaliza, com mais da metade dos municípios atingindo de 90% de execução. Esse fenômeno é um reflexo direto da execução do primeiro ciclo da PNAB, uma política de caráter mais duradouro.

Dois casos merecem destaque nos anos de 2023 e 2024, são eles Magé e Guapimirim. Magé alcançou percentuais de execução acima de 90% nos dois anos, tendo também os maiores valores absolutos para a Despesa Liquidada da Função Cultura: 25,2 milhões em 2023 e 20,2 milhões em 2024. Já Guapimirim esteve entre os piores percentuais de execução da região, mas partindo de valores absolutos bem altos, registrando Despesas Liquidadas da Função Cultura de 10,6 milhões em 2023 e 19,1 milhões em 2024. Assim, nesses anos os dois municípios estiveram entre os que mais executaram recursos da cultura na região, porém com a diferença de uma eficiência orçamentária muito maior por parte de Magé.

Diante do exposto, a trajetória do Percentual de Execução Orçamentária da Cultura na Baixada Fluminense é menos um reflexo da consolidação de políticas municipais autônomas e mais um indicador da dependência em relação aos aportes federais. Esse indicador expõe, sobretudo, a eficiência orçamentária dos municípios para executar recursos da cultura. O grande desafio para o futuro será observar se o caráter duradouro da PNAB conseguirá induzir a melhoria da política municipal de cultura.

Enquanto a análise da Tabela 4 permite observar as trajetórias individuais dos municípios, o Gráfico 1 abaixo ilustra o comportamento agregado da região ao longo de 2018 a 2024, suavizando as flutuações extremas observadas em cada cidade, porém evidenciando o impacto agregado das políticas de fomento no período.

Gráfico 1 – Média do Percentual de Execução da Cultura na Baixada Fluminense 2018-2024



Fonte: TCE-RJ (2025). Elaboração própria.

A análise do Gráfico 1 revela uma transformação na execução orçamentária da cultura na Baixada Fluminense. Durante o período pré-pandemia, composto pelos anos

de 2018 e 2019, a média regional de execução era baixa, respectivamente 31,69% e 38,97%. Esses números indicam uma capacidade ainda limitada para aplicar os recursos planejados, refletindo um cenário dependente das prioridades e dos orçamentos estritamente locais. O ano de 2020 surge como um ponto de inflexão, quando a média de execução quase dobra e atinge 67,05%. Este salto abrupto é um efeito direto da injeção de recursos federais da LAB.

Entretanto, o mais revelador é a sustentação desse novo patamar nos anos seguintes. Mesmo com a instabilidade observada em municípios específicos, a média regional se mantém em um patamar elevado, oscilando entre 63% e 65% de 2021 a 2023. Isso sugere que o desempenho positivo de algumas cidades conseguiu contrabalançar as dificuldades de outras, mantendo a média regional em um novo padrão. Essa tendência de alta se consolida e atinge seu ápice em 2024, ano em que a média do percentual de execução chega a 71,42%. Esse novo pico é um reflexo da execução dos recursos federais oriundos da LPG e da PNAB. Em síntese, o gráfico ilustra como as políticas federais de fomento, a partir de 2020, não apenas provocaram um aumento pontual, mas efetivamente elevaram a capacidade de execução de toda a Baixada Fluminense para um novo padrão de desempenho, que é quase o dobro do que se via antes da pandemia.

Após essa análise sobre a eficiência orçamentária da política cultural municipal, procuramos analisar o quanto se investe de recursos em cultura por cidadão nos municípios da Baixada Fluminense. A Tabela 5 traz dados da Despesa Cultural per capita entre 2018 e 2024, revelando um quadro de desigualdade regional. Enquanto alguns municípios apresentam valores residuais, inferiores a R\$ 1,00 por habitante em determinados anos, como nos casos de Belford Roxo, São João de Meriti e Queimados; outros chegam a patamares extraordinariamente elevados, como Guapimirim, em 2024, com R\$ 351,48 por habitante, e Magé, em 2023, com R\$ 110,65. Essa disparidade mostra que a experiência cultural da população da Baixada Fluminense não é homogênea.

Para balizar a comparabilidade dos municípios da região com o conjunto dos municípios brasileiros, apresentamos, segundo o IBGE (2023), a média nacional da Despesa Cultural per capita para o período de 2012 a 2022, com base nas faixas de população dos municípios: de 20 a 50 mil habitantes: 25,60 reais; de 50 a 100 mil habitantes: 23,84 reais; de 100 a 500 mil habitantes: 20,18 reais; mais de 500 mil habitantes: 25,47 reais. Ou seja, as médias nacionais de Despesa Cultural per capita, para municípios nas faixas de população similares aos municípios da Baixada Fluminense, oscilam entre 20 e 26 reais.

ARTIGO | Panorama das Políticas Públicas de Cultura na Baixada Fluminense 2018-2024:
Orçamentos Municipais e Indicadores Culturais

Tabela 5 – Despesa Cultural per capita nos municípios da Baixada Fluminense 2018-2024

DESPESA CULTURAL PER CAPITA– em R\$							
MUNICÍPIO	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Belford Roxo	0,61	0,00	0,00	6,13	0,00	8,97	6,95
Duque de Caxias	2,84	3,37	9,65	4,94	6,83	6,91	14,08
Guapimirim	0,00	0,00	4,89	2,03	58,79	205,74	351,48
Itaguaí	18,15	21,78	24,94	24,12	46,04	75,11	64,42
Japeri	11,72	9,47	5,03	5,37	10,44	35,18	20,64
Magé	1,88	1,84	6,92	0,95	7,97	110,65	82,88
Mesquita	0,00	0,00	17,96	1,74	1,24	3,59	12,06
Nilópolis	10,96	11,79	12,23	18,55	19,05	29,36	32,05
Nova Iguaçu	1,67	2,07	7,83	0,27	1,07	3,69	5,92
Paracambi	23,99	29,13	17,95	1,32	72,09	51,96	87,45
Queimados	0,18	0,52	4,36	3,05	0,55	7,09	27,45
São João de Meriti	1,27	0,05	7,20	3,59	0,02	7,19	6,92
Seropédica	10,65	22,89	13,60	12,13	12,58	65,65	17,71

Fontes: IBGE (2025); TCE-RJ (2025). Elaboração própria.

Na Tabela 5, um primeiro ponto a destacar é a trajetória de Guapimirim, que salta de valores nulos no período pré-pandemia, em 2018 e 2019, para seguir uma trajetória de crescimento a partir de 2022 com R\$ 58,79 de Despesa Cultural per capita, explodindo para R\$ 205,74 em 2023 e R\$ 351,48 em 2024. Esse crescimento abrupto indica forte impacto da chegada dos recursos extraordinários da LPG e da PNAB, mas também sugere que, em municípios de pequeno porte populacional, a injeção de verbas federais gera efeitos per capita muito mais expressivos. O mesmo fenômeno pode ser observado em Magé e Paracambi, que apresentam saltos significativos em 2022 e 2023. Convém destacar também que esses três municípios, Guapimirim, Magé e Paracambi, estão entre os que promoveram o maior crescimento das suas Dotações Iniciais da Função Cultura no pós-pandemia (Tabela 1), demonstrando maior centralidade da política cultural no orçamento municipal e impulsionando a Despesa Cultural per capita.

Por outro lado, municípios de grande porte populacional como Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Belford Roxo e São João de Meriti permanecem em patamares muito baixos, mesmo em anos de bom volume de Despesas Liquidadas da Função Cultura (Tabela 3). Esse indicador revela que, em municípios de grande população, quando há pouca destinação de verbas à cultura, o recurso se dilui muito, reduzindo o efeito social das políticas públicas e, potencialmente, agravando a desigualdade social no município, na medida em que os recursos escassos são concentrados no território.

Chama a atenção na Tabela 5 a quantidade de zeros ou valores muito próximos de zero, especialmente no período pré-pandemia. Guapimirim e Mesquita registram zero recursos em 2018 e 2019. São João de Meriti registra valores muito próximos de zero: R\$

ARTIGO | Panorama das Políticas Públicas de Cultura na Baixada Fluminense 2018-2024:
Orçamentos Municipais e Indicadores Culturais

0,05 em 2019 e R\$ 0,02 em 2022. Já Belford Roxo registra três zeros na série: no pré-pandemia em 2019, na pandemia em 2020 e no pós-pandemia em 2022, explicitando a enorme instabilidade da política pública de cultura no município.

Outro grupo interessante é formado por municípios de perfil intermediário, como Nilópolis, Itaguaí e Seropédica, que apresentam valores mais estáveis e crescentes ao longo do período. Nilópolis, por exemplo, sobe de R\$ 10,96 em 2018 para R\$ 32,05 em 2024, enquanto Itaguaí e Seropédica alcançam, respectivamente, R\$ 75,11 e R\$ 65,65 em 2023. Esses casos sugerem maior continuidade na destinação de recursos municipais à cultura, ainda que também dependam de aportes federais para alcançar seus picos.

Por fim, a Tabela 5 evidencia que a Despesa Cultural per capita não acompanha linearmente o Percentual de Execução Orçamentária da Cultura. Municípios como Nova Iguaçu e Queimados, que em determinados anos apresentaram alta execução percentual, continuaram com valores per capita muito baixos, pois partem de dotações orçamentárias já reduzidas. Assim, o indicador per capita funciona como um contraponto, pois mostra que eficiência orçamentária não significa, necessariamente, impacto social.

O Gráfico 2 reforça essa interpretação ao apresentar a evolução da Despesa Cultural per capita média da Baixada Fluminense entre 2018 e 2024. No período pré-pandemia, a média manteve-se em patamares muito baixos, R\$ 3,31 em 2018 e R\$ 3,75 em 2019. Esses valores refletem um cenário em que os municípios dependiam exclusivamente de seus próprios orçamentos, sem aportes federais, e a cultura permanecia como área marginal nas prioridades políticas locais.

Gráfico 2 – Despesa Cultural per capita, médias 2018-2024 – em R\$



Fonte: IBGE (2025); TCE-RJ (2025). Elaboração própria.

O biênio 2020 e 2021 marca a entrada da LAB, funcionando como um divisor de águas. Em 2020, a média regional salta para R\$ 8,33, refletindo a execução da maior parte dos recursos emergenciais destinados à cultura durante a pandemia, representando um ponto de inflexão em relação ao período pré-pandemia. Já em 2021, a média cai para R\$ 4,78, e, levando em conta que apenas uma parcela residual dos recursos da LAB foi executada nesse ano, essa queda mostra que os municípios não conseguiram sustentar o mesmo nível de investimento cultural com recursos próprios, voltando a patamares próximos ao período anterior à pandemia.

O ano de 2022 é particularmente revelador, pois foi o único do período sem recursos federais. Nesse contexto, a média regional ficou em R\$ 6,98, valor superior ao pré-pandemia, mas ainda distante dos saltos posteriores. Como em 2023, com a chegada dos recursos da LPG, quando a Despesa Cultural per capita dispara para R\$ 21,57, consolidando-se em 2024, com os recursos da PNAB, em R\$ 23,49.

No agregado, a trajetória mostra que a Baixada Fluminense conseguiu elevar de forma significativa sua Despesa Cultural per capita. Entretanto, a elevação de forma significativa ocorreu devido ao papel central das políticas de descentralização de recursos federais, enfatizando a dependência estrutural da região em relação à União.

Passemos agora à análise de outro indicador cultural, a Participação da Cultura na Despesa Total. Apesar da elevação do investimento per capita, a Tabela 6 abaixo evidencia que a participação da cultura no orçamento total permanece baixa, com a maior parte dos municípios operando abaixo de 0,5% em quase todo o período. Os anos pré-pandemia registram os piores índices, na maioria próximos de zero. Mas, mesmo nos picos associados aos anos de repasses federais, poucos casos ultrapassam 1%. Para efeitos de comparação com dados nacionais, segundo o IBGE (2023), a Participação da Cultura na Despesa Total do conjunto dos municípios brasileiros oscilou entre 0,5% e 1,0% no período de 2012 a 2022.

ARTIGO | Panorama das Políticas Públicas de Cultura na Baixada Fluminense 2018-2024:
Orçamentos Municipais e Indicadores Culturais

Tabela 6 – Participação da Cultura na Despesa Total dos municípios da região
2018-2024 – em %

MUNICÍPIO	PARTICIPAÇÃO DA CULTURA NA DESPESA TOTAL						
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Belford Roxo	0,04	0,00	0,00	0,37	0,00	0,30	0,21
Duque de Caxias	0,11	0,12	0,30	0,14	0,13	0,12	0,24
Guapimirim	0,00	0,00	0,15	0,06	0,92	2,49	3,97
Itaguaí	0,47	0,56	0,58	0,45	0,56	0,83	0,75
Japeri	0,65	0,55	0,26	0,27	0,30	0,88	0,50
Magé	0,10	0,09	0,27	0,04	0,19	2,08	1,67
Mesquita	0,00	0,00	1,03	0,09	0,04	0,11	0,34
Nilópolis	0,68	0,61	0,60	0,79	0,58	0,81	0,76
Nova Iguaçu	0,09	0,10	0,34	0,01	0,04	0,11	0,17
Paracambi	0,94	1,00	0,54	0,04	1,23	0,95	1,42
Queimados	0,01	0,02	0,18	0,12	0,02	0,20	0,77
São João de Meriti	0,10	0,00	0,45	0,19	0,00	0,37	0,27
Seropédica	0,50	1,04	0,47	0,28	0,21	1,23	0,31

Fonte: TCE-RJ (2025). Elaboração própria.

O comportamento temporal reforça a dependência de repasses federais. Em 2020 houve uma elevação moderada, com Duque de Caxias registrando 0,30%, Nova Iguaçu 0,34% e Mesquita 1,03%, seguida de retração em 2021, quando ocorreram quedas significativas, por exemplo, em Nova Iguaçu que desce a 0,01%. Em 2022, sem a presença da LAB, da LPG ou da PNAB, a maioria dos municípios retornou a patamares residuais, como Belford Roxo com 0,00%, São João de Meriti com 0,00%, Queimados com 0,02% e Nova Iguaçu com 0,04%, o que expõe a baixa prioridade política da cultura quando não há indução federal.

Já no pós-pandemia ocorreram saltos importantes, com destaque para Guapimirim e Magé, que haviam passado todos os anos anteriores com percentuais próximos de zero. Guapimirim tem uma trajetória explosiva com 0,92% em 2022, com 2,49% em 2023 e com 3,97% em 2024; e Magé salta para 2,08% em 2023 e 1,67% em 2024. Por outro lado, grandes municípios em termos populacionais permaneceram em patamares baixos no pós-pandemia, como Duque de Caxias com 0,12% e 0,24% em 2023 e 2024 e Nova Iguaçu com 0,11% e 0,17%.

Em termos de consistência, poucos municípios demonstram alguma regularidade. Nilópolis e Itaguaí mantêm patamares próximos de 0,5% a 0,8% ao longo dos anos, o que sugere uma base mínima de política cultural relativamente contínua, ainda que modesta. E o grande destaque em termos de constância da Participação da Cultura na Despesa Total é, de fato, Paracambi, que já antes da pandemia registrava índices de 0,94% e 1,00% em 2018 e 2019, mantendo patamares próximos de 1% na maioria dos anos da série e

fechando 2024 com 1,42%. Nos demais municípios, o que predomina é a volatilidade, com saltos em anos de repasse e retração em anos sem indução federal, o que indica uma agenda cultural pouco integrada ao planejamento orçamentário de médio prazo.

A interpretação da Tabela 6 mostra que, no plano municipal, a participação da cultura no orçamento permanece residual e altamente dependente de repasses federais. Para compreender melhor esse comportamento no agregado regional, o Gráfico 3 abaixo apresenta a média da Participação da Cultura na Despesa Total dos municípios da Baixada Fluminense entre 2018 e 2024. Esse indicador permite observar a trajetória conjunta da região e identificar os momentos em que a cultura ganhou maior ou menor espaço relativo dentro dos orçamentos.

Gráfico 3 – Participação da Cultura da Despesa Total dos Municípios, Médias 2018-2024



Fonte: TCE-RJ (2025). Elaboração própria.

A série revela que, em 2018 e 2019, a participação da cultura se manteve praticamente estável, em torno de 0,17% e 0,18%. Esses valores confirmam a baixa prioridade política do setor no período pré-pandemia, quando não havia aportes federais. Em 2020, com a chegada da LAB, a média regional sobe para 0,34%, representando o primeiro salto significativo da série. Ainda assim, o percentual permanece muito distante de patamares que poderiam indicar centralidade da cultura na agenda orçamentária.

Em 2021, a participação retorna a 0,18%, praticamente o mesmo nível de 2019, o que mostra que a elevação anterior foi conjuntural e não consolidou uma mudança. O ano de 2022, sem recursos federais específicos, confirma essa tendência, com a média em

0,19%. Esse resultado reforça a ideia de que, sem a indução externa, representada pelos aportes federais, a cultura ocupa um espaço reduzido no orçamento municipal.

A partir de 2023, observa-se um novo salto, dessa vez mais expressivo, com a média alcançando 0,52% e se mantendo em 0,54% em 2024. Esse crescimento está diretamente associado à execução da LPG e da PNAB, que ampliaram a presença da cultura no orçamento regional. Embora o percentual ainda seja baixo, o avanço em relação ao período pré-pandemia é evidente, indicando que a indução federal foi capaz de elevar a participação da cultura a um novo patamar.

Ou seja, o Gráfico 3 confirma que a trajetória da cultura na Baixada Fluminense é marcada por oscilações que acompanham a chegada de recursos federais. A média regional nunca se aproximou de 1% do orçamento, o que demonstra a posição secundária da área nas prioridades locais. Ao mesmo tempo, os saltos de 2020, 2023 e 2024 evidenciam o potencial de políticas federais para alterar temporariamente esse quadro, ainda que sem garantir estabilidade a longo prazo.

Em suma, os três indicadores informam que o volume histórico de recursos aportado pelas leis federais na Baixada Fluminense impulsionou a melhora na capacidade de execução, ao mesmo tempo em que elevou o investimento per capita e a prioridade política da cultura nos orçamentos municipais. Contudo, a análise mostra que esses avanços não resultaram de políticas locais consistentes, mas da chegada de recursos federais. Sem esses aportes, a execução tende a cair, os valores per capita permanecem reduzidos e a participação da cultura nos orçamentos municipais segue instável, o que confirma a dependência recorrente da região em relação aos recursos descentralizados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feitas as análises dos dados da Função Cultura nos orçamentos municipais e construídos os indicadores culturais, podemos traçar um panorama das políticas públicas de cultura na Baixada Fluminense. Nossa interpretação destaca o inquestionável impacto que as leis federais de cultura (LAB, LPG e PNAB) tiveram na política cultural da região, induzindo uma forte inflexão na trajetória dos orçamentos municipais.

Vale destacar o rápido crescimento dos valores do orçamento da Função Cultura nos municípios de Guapimirim e Magé, que passaram a ter as maiores Despesas Liquidadas da região no pós-pandemia, respectivamente R\$ 19 milhões e R\$ 20 milhões

em 2024. Segundo as estimativas do IBGE, em 2024, esses municípios tinham populações em torno 54 mil e 244 mil habitantes, respectivamente. Tais fatos propiciaram que atingissem indicadores de Despesa Cultural per capita muito superiores aos demais municípios da região, com R\$ 351,48 em Guapimirim e R\$ 82,88 em Magé. Esse resultado extraordinariamente positivo, e muito superior às médias nacionais para municípios nessas faixas de população, requer maiores detalhamentos de pesquisa, no intuito de avaliar o real sentido dos gastos feitos por essas prefeituras.

Os destaques positivos, que mantiveram maior constância nos últimos anos, são os municípios de Paracambi e Itaguaí, com volumes significativos de recursos para a Função Cultura e bons indicadores culturais, especialmente em termos de Despesa Cultural per capita e Participação da Cultura na Despesa Total. Embora com menos expressividade, o mesmo pode ser dito de Nilópolis e Seropédica, e em menor medida Japeri, que relativamente também apresentam boa constância de recursos e bons indicadores culturais no período.

Os destaques negativos mais evidentes são Belford Roxo, Mesquita, Queimados e São João de Meriti, que apresentam grande instabilidade nos recursos destinados à Função Cultura, com Despesas Liquidadas oscilando muito ano a ano. Isso se explicita em indicadores culturais muito ruins, particularmente quanto à Despesa Cultural per capita e à Participação da Cultura na Despesa Total.

Já os dois maiores municípios da Baixada Fluminense em termos de população, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, merecem um comentário à parte. Duque de Caxias apresenta boa constância nos recursos destinados à Função Cultura, liderando as Despesas Liquidadas na região na maioria dos anos da série. No entanto, observa-se uma tendência de substituição dos recursos municipais pelos recursos federais, especialmente nos anos de 2023 e 2024, quando sua Dotação Inicial atingiu os piores resultados. Por sua vez, Nova Iguaçu apresenta uma trajetória estável de recursos destinados à Função Cultura, embora com valores absolutos muito inferiores aos de Duque de Caxias, o que se traduz em Despesas Liquidadas muito aquém do porte do município. Ambos os municípios possuem populações estimadas pelo IBGE para 2024 na faixa de 850 mil habitantes, assim como possuem orçamentos municipais totais de grande monta. Tais fatos se expressam em resultados muito ruins para os indicadores culturais desses municípios, em termos de Despesa Cultural per capita e Participação da Cultura na Despesa Total, registrando alguns dos piores índices da região, especialmente no caso de Nova Iguaçu.

No agregado, para a Baixada Fluminense como um todo, a interpretação conjunta dos dados da Função Cultura e dos indicadores culturais evidencia que a cultura permanece em posição secundária nos orçamentos municipais da Baixada Fluminense, com oscilações que acompanham a chegada de repasses federais para o setor. O avanço recente ainda não parece ter se traduzido em mudança na prioridade política da cultura na região, pois, em geral, os valores e índices seguem baixos, os picos são conjunturais e a trajetória se mostra dependente dos recursos federais, como aponta a grande inflexão no período pós-pandemia, aparada nas leis federais de cultura.

REFERÊNCIAS

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2011-2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IBGE. **Estimativas de população**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>. Acesso em: 12 jul. 2025.

STN – Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Brasília, 2023.

TCE-RJ – Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO. In: **Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal**. 2025. Disponível em: <https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/pagina/relatorios-lrf>. Acesso em: 12 jul. 2025.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.



Cadernos do
Desenvolvimento
Fluminense

Rio de cultura: a baixada fluminense na cena cultural

Edição Eletrônica
Número 30



Jul./dez. 2025
ISSN: 2317-6539